

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

1944

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO
SÃO PAULO

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

FUNDADO EM 1.º DE NOVEMBRO DE 1894

DIRETOR RESPONSÁVEL
PROF. NICOLAU DUARTE SILVA

VOLUME XLII

EDIÇÃO DO

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

2.º SEMESTRE DE 1943

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE S. PAULO

D I R E T O R I A :

Presidente Perpétuo	Dr. José Torres de Oliveira
1.º Vice-Presidente	Prof. Nicolau Duarte Silva
2.º Vice-Presidente	Dr. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker
3.º Vice-Presidente	D. José Gaspar de Afonseca e Silva
1.º Secretário	Prof. Tito Lívio Ferreira
2.º Secretário	Dr. Carlos Alberto Nunes
Suplentes do 2.º Secretário	Dr. Aureliano Leite Dr. Marcelo de Toledo Piza e Almeida
Tesoureiro	Prof. Dácio Pires Correia
Orador	Prof. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira

COMISSÃO DE REDAÇÃO DA REVISTA:

Desemb. Dr. Afonso José de Carvalho

Prof. Nicolau Duarte Silva

Prof. Tito Lívio Ferreira

Homenagens ao dr. José Torres de Oliveira pela passagem do 40.o aniversário de sua eleição como socio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Transcorreu, no dia 20 de julho de 1943, o 40.º aniversário da eleição do Dr. José Torres de Oliveira como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Por proposta do distinto confrade Sr. Amador Florence, unanimemente aprovada em assembléia geral de 5 de abril, foi a efeméride condignamente comemorada pelos sócios do Instituto, admiradores e amigos do eminente paulista a cujo tirocínio tanto devem os estudos da história e da geografia pátrias.

A comissão das homenagens, especialmente nomeada para esse fim e composta dos Srs. Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, Desembargador Dr. Afonso José de Carvalho e Dr. Aureliano Leite, desincumbiu-se plenamente de suas atribuições, tendo organizado o seguinte programa:

9 1/2 horas — Missa em ação de graças na igreja de São Francisco, celebrada pelo Revmo. Pe. Dr. João Batista de Carvalho, sócio honorário do Instituto.

13 horas — Almoço na Casa Angló-Brasileira (antiga Mappin Stores). Saudação pelo sócio honorário Desembargador Dr. Afonso José de Carvalho.

21 horas — Sessão solene na sede do Instituto, com os seguintes atos comemorativos: 1.º) Colocação, na cadeira da presidência, de uma placa de prata com a inscrição: "Cadeira Torres de Oliveira — 20-7-1943"; 2.º) Inauguração do retrato a óleo do homenageado, de autoria da Prof. Paulo do Vale, na galeria dos presidentes; 3.º) Saudação pelo Orador Oficial, Prof. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira.

NA IGREJA DE SÃO FRANCISCO

As 9,30 da manhã, na igreja de São Francisco, celebrou-se a missa em ação de graças, tendo sido oficiante o Revmo. Pe. Dr. João Batista de Carvalho. Compareceram, além do Dr. José Torres de Oliveira e exma. família, os Srs. Desembargador Afonso José de Carvalho, Plínio Gomes Barbosa, Igor Dolgorukij, Antônio de Novais Mourão, Geraldo Rúffolo, Tito Lívio Ferreira, Carlos da Silveira, João Migliore, Antônio da Cunha Bueno, Plínio de Barros Monteiro, Juan Francisco Recalde, Zuínglio Homem de Melo, Domingos Laurito, Álvaro da Veiga Coimbra, Frederico de Barros Brotero, José Ribeiro de Sá Carvalho, Aureliano Leite, Cel. Álvaro Martins, Cel. Tenório de Brito, Dácio Pires Correia e outros.

NA CASA ANGLO-BRASILEIRA

Em um ambiente de grande cordialidade, realizou-se na Casa Anglo-Brasileira, às 13 horas, um almoço grandemente concorrido, do qual participaram os Srs. Desembargador Afonso José de Carvalho, Afonso de Escragnolle Taunay, Aureliano Leite, Tenório de Brito, Arrisson de Souza Ferraz, J. R. de Sá Carvalho, Fausto de Almeida Prado Penteado, Dácio Pires Correia, Carlos Alberto Nunes, N. Duarte Silva, Tito Lívio Ferreira, Teodoro Braga, Carlos da Silveira, Domingos Laurito, Igor Dolgorukij, Frederico Brotero, Bueno de Azevedo Filho, Plínio de Barros Monteiro, Roberto Pompílio, Alfredo Gomes, Pe. Paulo Aurisol C. Freire, Zuínglio Homem de Melo, B. Castilho de Andrade, Leonardo Pinto, Alberto Araujo de Oliveira, José E. de Paula Assiz, Prof. José Carlos de Ataliba Nogueira, Celestino Fazzio, Juan Francisco Recalde, Pêrsio Pereira Mendes, Celso Pereira Mendes, Aristides Lobo e Francisco Paulino de Jesús.

Usou da palavra, em nome dos presentes, o Desembargador Dr. Afonso José de Carvalho.

DISCURSO DO DES. DR. AFONSO JOSÉ DE CARVALHO

“Meus amigos e confrades:

A idéia de se me reservar a palavra para este ágape home-nageante surgiu, por certo com a lembrança de pertencermos, eu e José Torres de Oliveira, à mesma velha turma de estudantes saída das arcadas às primeiras claridades auroreais da República. Deve competir aos novos a tarefa de saudações festivas como a deste momento. Mas eu a aceitei sem hesitar, principalmente por aquela circunstância de provirmos, eu e o nosso amigo, da afastada era dos chapéus duros e dos bengalões ama-

relos, quando ele envergava, como todos os colegas, uma sobrecasaca esguia, que o tórna-va ainda mais alto, semelhante a uma torre, como se pretendesse justificar o nome trazido da ascendência lusitana.

Não venho, entretanto, rememorar cousas de outrora, do verdadeiro outrora que vai esbarrar nos dias longínquos de Carlos Gomes e de Luiz Gama, na época das operetas e dos dramalhões, dos limões de cera e das quadrilhas francesas, dos busca-pés nas vaias do largo de São Francisco e dos circos de cavalinhos no largo de São Bento. Não é este o momento de remexer em priscas eras, para dizer as origens de Torres e contar, por exemplo, que seu pai foi um honrado livreiro da rua da Imperatriz e da rua do Comércio e que Torres adolescente frequentou o colégio de Itú, onde conheceu aquele maravilhoso padre Galanti, historiador insigne, e dele aprendeu (assim o refere o nosso amigo) não se poder falar bem o inglês e ser bem compreendido nesse idioma sem retorcer de vez em quando a boca ao pronunciar certas palavras. Nem importa aquí referir os valores do nosso homenageado como estudante de Direito, ao tempo em que ele era a pontualidade em pessoa, a arrancar de um dos discípulos postados à porta da Academia a frase costumeira, quando ele aparecia na esquina do largo: "Entremos, rapazes, que é hora, lá surgiu a torre". E o relógio a bater lá em cima, de seguida, a soltar as graves bada'adas anunciadoras da aula regimental. Para outro orador, e noutra ocasião, ficará a tarefa de acompanhá-lo pelas promotorias do interior e pela advocacia de Jaboticabal e da Capital quando ele pelejava ao lado da personalidade excelsa que se chamou Pedro de Toledo. Aquí, meus amigos, apenas me cabe o grato dever de assinalar os motivos de nossa admiração e de nosso reconhecimento para com o esforçado presidente pernetuo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

José Torres de Oliveira é o mais perseverante dos sócios vivos do Instituto. E já esta circunstância bastaria para justificar o nosso apreço. Não se sabe de alguém mais assíduo à sede de uma associação liberal e científica, pois geralmente o que se observa é a solução de continuidade, o desfalecimento das solícitudes, o cansaço, quando não o abandono dos deveres sociais. Torres de Oliveira constitue uma brilhante exceção em face dos indolentes. Desde a sua posse no sodalício, há quarenta anos, sua vida tem sido a de uma frequência infatigável para tomar parte nas discussões e nas deliberações de nossa agremiação social. Mas Torres faz muito mais do que isso. Ele ama deveras o Instituto, com um amor único, singular, que eu quase diria apaixonado. Torres, meus amigos, deixai-

me dizê-lo, trata a associação como sua perpétua namorada! E, talvez por isso mesmo, o tornamos perpétuo. Criamos, assim, o caso extraordinário e inaudito de proteção coletiva a um grande namoro. E' que todos nos sentimos interessados nessa ligação estreita, a-fim-de auferirmos as vantagens dela decorrentes e descansarmos nessa atividade amorosa e incansável. Porque, meus senhores, a dedicação de Torres supre superiormente as falhas das demais. Ela ressumbra de todos os seus atos e atitudes, de tal forma que um confrade, certa noite, ao ver o presidente risonho e sereno, a expor devagar as condições lisonjeiras do momento social, sussurrou-me ao ouvido que Torres deveria pagar imposto, e grande, pela presidência, dado o prazer imenso que experimentava em servir ao Instituto. Pois se várias empresas luxuosas, dizia, destinadas a gozos variados, pagavam impostos, porque se haveria de poupar o Torres e não o obrigar a contribuir na proporção de um gozo, que era quase volúpia, quase um pecado?

Exagerou, sem dúvida, o malicioso confrade. Mas uma coisa vos direi, e é que, se vingasse a brejeira idéia, os proventos de nosso presidente perpétuo, alcançados em longos anos de trabalho profissional, não bastariam para satisfazer a importância da taxa singular. Efetivamente, como ressalta de nossas atas e está no conhecimento de todos nós, José Torres de Oliveira ama o sodalício de verdade, e não por vaidade, ou por afetação de bom servidor, ou ainda por qualquer outro motivo menos apreciável. Ele o ama com toda a sinceridade e devotamento. Paladino valente nos torneios em honra da tradição histórica de nossa gente, ele tem na vigilante associação científica a sua cara beldade. E ele vai para a liça, como um cavaleiro das justas medievas, o elmo reluzente e emplumado, o ginete ajazado, a lança em riste, sempre alerta para o embate incruento das armaduras. E a dama de seus amores o contempla, ela, sim, envaidecida, por merecer do herói a sinceridade e a perpetuidade de sua dedicação. Em sua preocupação constante de bem servir o Instituto, ele identifica o objeto de seu devotamente com a própria terra querida em que nasceu. E' como se o Instituto se convertesse para ele em iriado prisma gigantesco, através do qual ele observa, em rica visão retrospectiva, os fatos mais notáveis e os homens mais prestantes de outrora. E' como se vivesse, durante estes quarenta anos decorridos, num sonho de magia patriótica, a réver, na atmosfera prestigiosa de seu glorioso grêmio, as cousas idas, por ele tanto amadas, a sucessão luminosa dos acontecimentos, o milagre catequista do planalto anchietano, a epopéia do bandeirismo seiscentista, a energia mavórtica dos mamelucos de Piratininga,

toda a progressão ascencional de nosso bravo povo através das vicissitudes que assinalaram a passagem da vida colonial para a existência autônoma do primeiro e do segundo reinados até às magnificas realizações democráticas do último quartel do século.

Data de 1903 a sua atuação eficiente e ininterrupta como sócio efetivo, propondo, discutindo, deliberando sobre todos os assuntos ventilados no sodalício da rua Benjamin Constant. E o tem feito com desassombro, sem medo, com verdadeira coragem e lealdade, principais traços de seu temperamento. Sabeis, por exemplo, que certa vez, há muitos anos, arrostou a opinião da maioria de seus consócios, opondo-se à admissão de um jovem candidato e ponderando não se tratar de uma genialidade precoce, capaz de suprir com seus valores espirituais as deficiências naturais da idade. Sustentou mais tarde, bravamente, o embate da opinião ardorosa do famoso padre Júlio Maria, quando este atacava o apoio do Instituto ao projeto da União sobre a proteção dos índios. Alegava o sacerdote que o Governo queria conquistar os índios pela força bruta, ao passo que a verdadeira proteção aos selvícolas se deveria efetuar aos poucos, mansamente, por meio da catequese religiosa. Mas Torres de Oliveira demonstrou galhardamente, contra adversários da envergadura de Brasília Machado, Estevão Bourroul e outros, que o projeto punha em contacto o homem da selva com o homem civilizado, num sistema engenhoso, capaz de conciliar a catequese religiosa com a proteção leiga. E tais foram seus argumentos que sua opinião triunfou, obtendo os votos de altas personalidades do quadro social de então. Zeloso da vida econômica do Instituto, aceitou um dia o cargo de tesoureiro, e, ao deixá-lo, findo o mandato, surpreendeu a seu sucessor com apresentar-lhe o saldo, vultoso para a época, de vinte e cinco contos de réis.

Mas, senhores, o que eu encontro de mais interessante, na atuação de nosso presidente atual, é seu sistema habilidoso de conseguir realizações proveitosas. Dificilmente encontrareis alguém que saiba, como ele, aproveitar a efficacissima regra de moral prática, muito conhecida no orbe pela denominação de **queima de navios**. Conheceis, por certo, de onde veio essa norma, consistente em colocar-se o individuo em situação tal que não possa mais retroceder, nos casos de conflito entre a razão esperta e a vontade preguiçosa e hesitante. Nasceu a regra com a súbita resolução do general Agátocles, tirano de Siracusa, desembarcado na África, de mandar queimar durante a noite os seus navios, a fim de arrebatá-los aos soldados a esperança de fugirem para o mar, e deixá-los dessarte na alternativa ou de com-

baterem e vencerem ou de caírem nas mãos de um inimigo cruel e implacável. Ora, sucede que Torres de Oliveira também costuma queimar os seus navios. E eu vos dou aqui um típico exemplo, em fato ocorrido fora do Instituto. Refiro-me ao caso dos bacharéis sobreviventes de 1889, quando quiseram comemorar o cincoentenário de sua formatura. Em encontros casuais, eles se manifestavam desejosos da comemoração, com prévia convocação dos colegas espalhados por vários Estados do país. Nenhum de nós, porém, se animava a iniciar as providências; ninguém falava em promover a reunião, e os dias iam correndo, e o fim do ano se aproximava. Então, o amigo Torres lembrou-se dos navios: mandou de **motu proprio** à imprensa a notícia de que os bacharéis sobreviventes de 89 haviam resolvido comemorar o seu jubileu, elegendo uma comissão de festejos, cujos nomes de seguida mencionava. Pelo telefone, eu, um dos **eleitos**, fui logo interrogado por outros, sobre quando e onde se efetuara a reunião. Respondi, naturalmente, que também eu o ignorava. Interpelou-se a José Torres, e ele ponderou com sua calma costumeira, que, se todos aprovávamos as liberações tomadas e aceitávamos o encargo, não havia necessidade alguma de saber quando e onde se realizara o ajuntamento. A mim, explicou, depois, que a urgência do caso não comportava meias-medidas e que tudo deveria efetuar-se com suposição de plena harmonia e solidariedade. E a verdade é que a festa se realizou a contento geral, graças ao regime discricionário posto em prática pelo nosso condiscípulo.

No Instituto, por mais de uma vez, Torres de Oliveira procedeu à queima de navios e sempre sem ofensa a normas substanciais estatutárias. Por mais de uma vez, ele me fez lembrar honrado juiz-de-direito, ao lado do qual, em tempos idos, servi como promotor público. Certa vez, um advogado genioso e irascível, vindo de fora da comarca do interior, em que nos achávamos, tendo sido informado pelo escrivão criminal de que não pudera realizar-se uma diligência necessária ao julgamento do único processo destinado ao juri, declarou, no hotel onde se hospedara, que, aberta a sessão, haveria de protestar com energia contra o adiamento da sessão e exigiria o julgamento do processo. O juiz de direito soube disso, e, no dia seguinte, após haver verificado a presença de número legal de jurados, declarou em voz bem alta:

— Havendo número legal eu abro a sessão, e fecho-a em seguida, pois verifiquei nos autos não estar o processo devidamente preparado.

E levantou-se imediatamente. O advogado bradou, de seu assento, com voz trovejante, que pedia a palavra pela ordem.

Mas o juiz, já de pé e fora da mesa dos trabalhos, perguntou serenamente:

— A quem o senhor está pedindo a palavra? A mim? Não pode ser, pois já não estou na presidência do juri. Como o senhor ouviu, a sessão já foi encerrada.

E retirou-se devagar, muito sério.

Nas sessões do Instituto, José Torres não chega a esses extremos inibidores. Mas ninguém lhe nega a habilidade, sempre com respeito à substância das disposições regimentais, e sempre em bem do interesse geral, de abreviar discussões impertinentes. E aqui, bom é lembrar-vos uma das boas qualidades que exornam o nosso amigo: é o seu cuidado em manter o prestígio das diretorias eleitas. Exemplos não faltariam.

As deliberações de Torres assumem, comumente, agradável forma sóbria e leve, característica de seu estilo. Porisso mesmo, seus trabalhos literários não primam pela extensão. A síntese, porem, é judiciosa, e disso me permitireis alguns exemplos. Em seu discurso inaugural das comemorações vicentinas, realizadas em São Paulo, definiu Torres, num só traço, todo o mandato de Martim Afonso. "Era sua missão, disse ele, colonizar, a saber, dar forma permanente aos núcleos de povoação que encontrasse, dotando-os dos órgãos necessários para viverem e se desenvolverem sob a égide da Justiça e amparo da Lei". Em seus necrológios, cada período retrata um caráter. Diz de Argemiro Silveira, por exemplo, que era um temperamento um tanto irrequieto, cheio de coragem e audácia, espírito vivaz e combativo, dotado ao mesmo tempo de excelente coração. De Gabriel Piza, assinala que suas palavras, na propaganda, revestiam-se de uma espécie de unção apostólica, despertando interesse pela invulgaridade dos conceitos emitidos e pela singularidade dos princípios que pregava. De Alfredo Ellis, pai, focaliza o aprumo de sua vida moral, o desassombro em advogar no Parlamento as causas que lhe pareciam justas, assim como sua bondade, "porque, diz ele, para os ridículos das fraquezas humanas, o ritus de sua transigente austeridade era amenizado pelo sorriso do perdão". São, como vedes, pinceladas magistrais, que revelam desde logo as qualidades primaciais dos retratados.

Mas, senhores, nós não estamos aqui para comentar os méritos literários de Torres de Oliveira. Quem o quiser fazer poderá ler as suas conferências e até os seus substanciosos arrazoados constantes de folhetos recolhidos e guardados carinhosamente por Aguirra, nosso operoso consócio. Nós estamos aqui, sim, para afirmar a José Torres de Oliveira nosso contentamento por vê-lo sempre forte e válido, capaz de continuar a prestar ao

Instituto os seus inigualáveis serviços. Reunimo-nos em alegre convívio para dizer-lhe nossa admiração por seu expedito sistema de vigiar eficazmente por tudo o que interesse a vida material e espiritual do nosso grêmio. Congregamo-nos para enaltecer, num brinde, os valores do amigo e consócio que, desde sua admissão no cenáculo onde vêm labutando tantos vultos insignes de nossas letras históricas, a si mesmo se impôs um tirocínio e uma escala ascendente, como a dos postos militares, com aceitar primeiramente o cargo de secretário, depois o de tesoureiro, depois ainda o de vice-presidente, mais tarde o de presidente, e por fim o de presidente perpétuo do Instituto. Queremos aqui dizer-lhe o apreço pelo administrador infatigável que, em seu cargo, desdobra uma atividade incomparável, resistente às tramas e sugestões repousantes da idade; ao homem que conserta as finanças, pelo equilíbrio orçamentário; que remodela a biblioteca, pela escolha de ótimos auxiliares especializados e competentes; que salva a sede social da ação das picaretas demolidoras e alcança da governança da cidade o renovamento estético da fachada, com reforma das instalações; que enriquece os salões com uma galeria imponente de retratos evocadores de grandes vultos, servidores da pátria e de nossa amada região. Queremos louvar o trabalhador arguto e vidente que impulsionou ascensionalmente a vida cultural do sodalício, regularizando a publicação periódica de nossa revista, promovendo frequentes conferências científicas, estimulando a palavra dos associados, iniciando comemorações e empreendimentos, não deixando jamais passar em silêncio uma só data notável de nossa terra, pela consignação nas atas de palavras eloquentes e sinceras em face das efemérides que relembram os surtos fulgurantes e as grandes perdas irreparáveis; exaltar o espírito vigilante, o patriota insigne que promove as festas centenárias, providencia pelo brilho da representação do Instituto nas festas cívicas de Ubatuba, de Itanhaem, de Cananéia, de São Vicente; que comparece em pessoa ao nono Congresso Brasileiro de Geografia, e, sempre alerta, sempre garboso, atalaia do Dever e das belas tradições queridas, vai descobrir com outros os restos mortais de Feijó, colaborar na transladação dos despojos do cacique primeiro de Piratininga, e, ardoroso, incansável, levantar, com energia invulgar, a idéia da retificação dos limites, a-fim-de se por termo a secular contenda, e firmarem-se para sempre os direitos do território paulista. E, pois, meus amigos, se Torres é isso que vos digo, se é certo que ele respira a vida de nossa gloriosa agremiação científica e com ela se identifica durante quarenta anos de atividade e luta, então podemos com sinceridade, erguer as nossas taças, para saudar em José Torres de Oliveira, não apenas o

nosso presidente perpétuo, mas, em verdade, a própria alma do Instituto."

Terminada a brilhante oração do Dr. Afonso José de Carvalho, foi lido pelo Dr. Afonso d'Escragnolle Taunay o expressivo discurso que, a seguir, estampamos na íntegra.

DISCURSO DO DR. AFONSO DE E. TAUNAY

"A nossa festa de hoje não é só a da amizade, é sobretudo a da justiça. É a do reconhecimento dos méritos e serviços prestados ao nosso querido Instituto em quatro decênios da sua completa integração na vida e nos destinos da instituição a que, em já largo lapso, deu você o melhor do seu zelo constante, exteriorizado pela linha de inquebrantável dedicação do sócio, do membro de Diretoria e, afinal, do presidente que rege os destinos de nossa estremecida casa, brevemente cincoentenária. A esta dedicação de simples consócio e membro de comissões, do tesoureiro, do secretário e, afinal, do presidente, soube você, com raro tacto e extraordinária discrição, apor o cunho de sua inteligência clara, norteada pela experiência do caudico de largo e merecido conceito geral. E soube, sobretudo, infundir-lhe as características do desinteresse, da perfeita avaliação da responsabilidade dos encargos, da respeitabilidade das funções exercidas, da dignidade exigida pelos cargos.

Em associações como a nossa, a posse de um conjunto destas qualidades representa a mais preciosa circunstância. A respeitabilidade do cultivo da tradição exige que uma casa edificada para a rememoração dos fatos de que se orgulha uma comunidade, pela conscienciosa indagação da verdade, possa ter à sua testa figura elevada e serena de homem cheio de atributos conquistadores da consideração universal de seus concidadãos. E felizmente é o que ocorre com o nosso Instituto.

A sua dedicação pela nossa casa, meu caro Torres, vive atenta a todos os setores de nossa existência social. Zela você o nosso patrimônio material e pugna pelo nosso prestígio cultural. Excelentes as muitas iniciativas de diversa modalidade que lhe devemos. Conseguiram algumas delas a mais viva e patriótica repercussão fora do nosso âmbito, em nossa cidade, em nosso Estado, em nosso país. Assim, quero recordar o que representou a sua contribuição para o brilho da celebração do quadricentenário martim-afonsino e do Povoamento, do quadricentenário anchietano, do trítcentenário da Aclamação de Amador Bueno, do primeiro Congresso de Numismática Nacional. E extenso seria recordar outras comemorações de menor vulto que ao Instituto trouxeram sempre acréscimo de prestígio e o mais merecido. Magnífico surto editorial se deve à sua pre-

sidência. A nossa *Revista*, atrasada, tem saído frequente, e abundante de boa matéria. Vários dos seus tomos, esgotados e procuradíssimos, reimprimiram-se, como ainda se publicaram obras capitais para a história de São Paulo, como a de Pedro Taques.

Homenagearam-se diversas personalidades mortas, cujos nomes recordam grandes serviços ao Instituto, nova mostra da elevação dos sentimentos pelo cultivo da gratidão, de quem promoveu tais manifestações.

Dias fastos e nefastos se inscrevem nas efemérides de sua longa fé-de-offício nos serviços prestados ao Instituto, prezado amigo! Momentos amargos trouxe-lhe o empenho de por ele zelar, você, estrenuamente. Mas isto é das cousas humanas que só lhe valeu o redobramento da estima que todos lhe consagramos.

A esta singela e sincera manifestação do nosso apreço, todos nós nos associamos, movidos pela amizade e sobretudo pela justiça, quero recordá-lo.

A famosa frase antológica do *Amicus Plato* aqui tem a sua mais completa comprovação, porque todos nós neste momento, prestamos muito maior preito à verdade das cousas do que escutamos as instigações da amizade.

A esta, porem, veio este preito acrescer, pela expressão das vozes de nosso reconhecimento e dos votos pela sua saúde e felicidade.”

Agradecendo a homenagem e, em particular, as referências dos dois oradores, disse o Dr. Torres de Oliveira não merecer tanto pelo que havia feito em benefício do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, pois que não fizera senão cumprir estritamente o seu dever. Deve o que foi e o que é — acentuou — ao que foram e têm sido os seus consócios, e, na certeza de que estes continuarão a ser como sempre foram, amigos devotados do Instituto, promete ele próprio ser sempre o que foi e o que é.

NO INSTITUTO HISTÓRICO

As 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de Paulo a sessão comemorativa da efeméride, com a presença do homenageado e dos sócios Srs. N. Duarte Silva, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Bueno de Azevedo Filho, Carlos da Silveira, Frederico Brotero, Afonso José de Caryvalho, J. E. de Paula Assiz, A. P. de Aguiar Whitaker, J. R. de Sá Carvalho, Plínio de Barros Monteiro, Aureliano Leite, Domingos Laurito, Tenório de Brito, Igor Dolgorukij, Ricardo G. Daunt, Álvaro

da Veiga Coimbra, Joaquim Alfredo da Fonseca, Arrisson de Sousa Ferraz, Djalma Forjaz, Celestino Fazzio, Fausto Penteado, Roberto Pompílio, J. de Oliveira Orlandi, Ernesto de Sousa Campos, Cândido de Sousa Campos, Alípio Leme de Oliveira, Dácio Pires Correia, José Carlos de Ataliba Nogueira, Enzo Silveira, Pérsio Pereira Mendes, Manuel Gândara Mendes, Paulo V. Lopes de Leão, Geraldo Rúffolo, Alvaro Soares de Oliveira, Alvaro Soares Brandão e João B. Campos Aguirra.

Fizeram-se representar o Comando Geral da Força Policial do Estado, pelo capitão Augusto Ferreira Macladen; o Comando da Guarda Civil, pelo aspirante Omar Martins Barbedo; a Secretaria da Fazenda, pelo Dr. Laércio Teixeira; a Secretaria da Justiça, pelo Dr. Iván Vergueiro; o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, pelo Dr. Lima Neto; o Consulado do Perú, pelo Dr. Artur Nachmann; o Consulado de Portugal, pelo Dr. Alvaro Soares Brandão; a Sociedade "Amigos da Cidade", pelo Dr. Ubaldo Caiubi; o Instituto Genealógico Brasileiro, pelo Dr. Carlos da Silveira; o Instituto Heráldico-Genealógico, pelo Dr. Enzo Silveira; o Consulado do México, pelo Dr. Domingos Laurito; a Sociedade "Hans Staden", pelo Dr. Igor Dolgorukij; a Reitoria da Universidade de São Paulo, pelo Dr. Murilo Mendes; a Sociedade Filatélica Paulista, pelo Dr. Elisiário Baiana, e a Sociedade Numismática Brasileira, pelo Dr. Zuínglio M. Homem de Melo. Justificaram ausência os Srs. Afonso de Taunay, Teodoro Braga, D. José Gaspar de Afonseca e Silva, Benedito Castilho de Andrade, Paulo Américo Passalacqua, Blandina Ratto, Teodomiro Dias, Antonio Miguel Leão Bruno, Gabriel Monteiro da Silva, Percival de Oliveira, Carvalho Franco, Armando Arruda Pereira, Felix Guisard Filho, Omar Simões Magro, Hildebrando Siqueira, Álvaro de Sales Oliveira, Mário de Sanctis, Jorge Bertolaso Stella, Bento Bueno, Sebastião Almeida Oliveira, J. A. Marrey Júnior, Antônio Piccarolo, Pe. José Danti, Amador Florence, Cap. José Nogueira Sampaio, Fernando de Azevedo, Leôncio de Queiroz, Mário de Sampaio Ferraz, Lelis Vieira, Miguel Franchini Neto, A. A. Menezes Drummond, A. F. Cesarino Júnior, Sinésio Rangel Pestana, Lucila Batista Pereira, José A. Gonsalves, Pe. João B. de Carvalho, Ulisses Coutinho, J. F. de Melo Nogueira, Edvard Carmilo, Eugênio Egas, Pe. Castro Neri, Spencer Vampré, Cesar Salgado e Afonso Schmidt.

Abrindo a sessão, o sr. Duarte Silva declarou que, por se tratar de uma sessão de homenagem ao presidente do Instituto, Dr. Torres de Oliveira, assumiu a presidência, na qualidade de vice-presidente, e nomeava uma comissão composta dos Srs. Frederico Brotero, Afonso José de Carvalho e Aureliano Leite, para introduzir no recinto o homenageado, o que foi feito sob vibrante salva

de palmas de todos os presentes, que se conservaram de pé enquanto o Dr. Torres de Oliveira assinava o livro de presença e tomava assento à mesa, na cadeira presidencial. A seguir, foram lidos pelo 1.º secretário, Sr. Tito Lívio Ferreira, os documentos referentes à comemoração, cujos signatários foram acima citados.

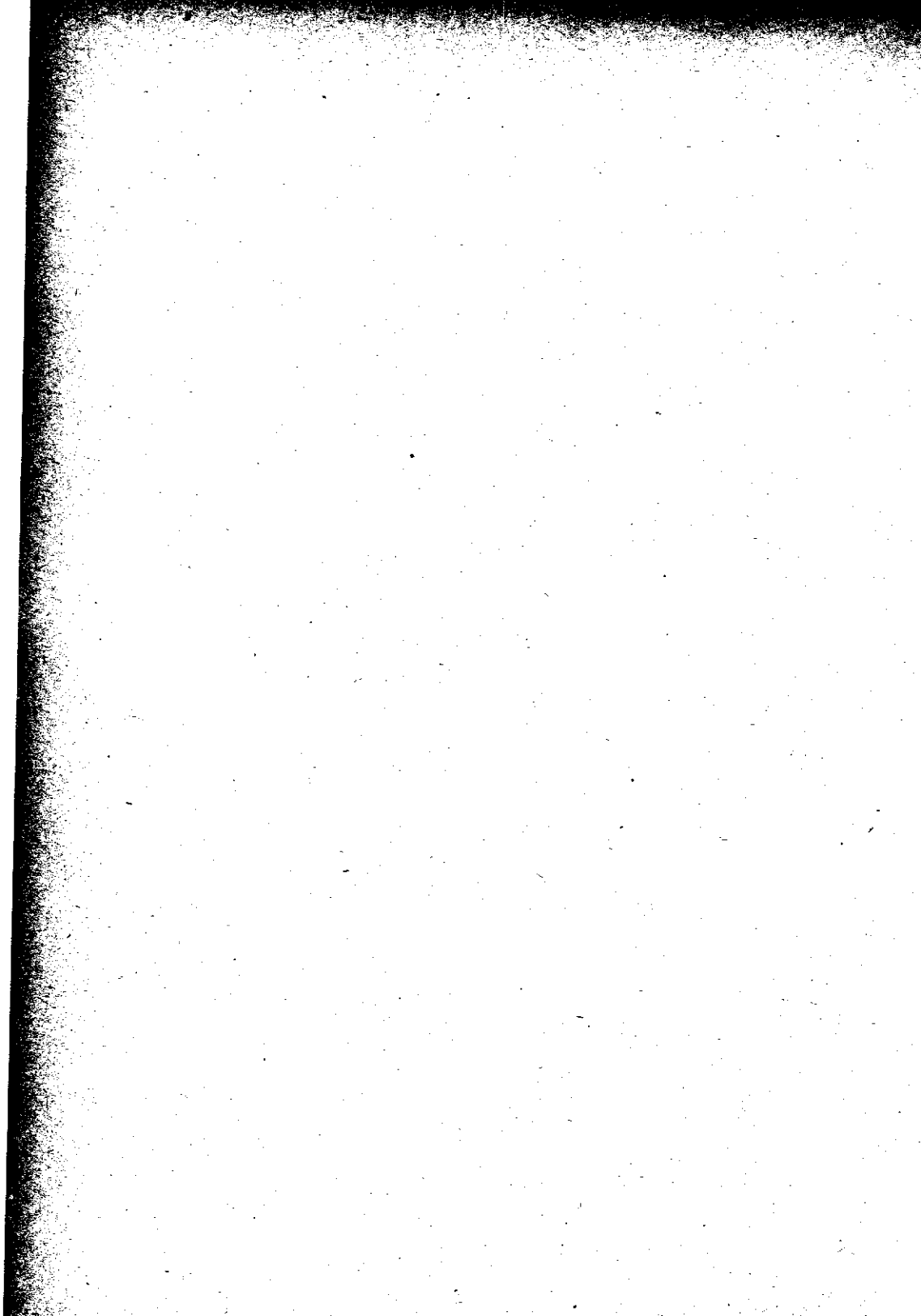
O Sr. Duarte Silva nomeia, em seguida, uma comissão composta dos Srs. Aguiar Whitaker, Oliveira Orlandi e Tenório de Brito, para colocar uma placa de prata na cadeira do Sr. presidente perpétuo, com a inscrição: "Cadeira Torres de Oliveira — 20-7-1943". Outra comissão, composta dos Srs. Álvaro Coimbra, Ricardo Daunt e Ernesto de Sousa Campos, foi designada para descobrir o retrato a óleo do homenageado, trabalho de autoria do prof. Paulo do Vale, e que foi feito sob prolongada salva de palmas.

Dada a palavra ao orador oficial, prof. José Carlos de Ataliba Nogueira, proferiu este o elogio do Dr. José Torres de Oliveira. Depois de referir-se às comemorações do dia, desde a missa na igreja de São Francisco, detem-se na consideração do valor das homenagens que estavam sendo prestadas, sem paralelo na longa vida do Instituto. Traça, depois, a biografia do homenageado, desde o tempo em que frequentou o colégio de Itú e, em seguida, nos bancos acadêmicos da tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, onde se destacou em uma turma que contava com os nomes de Herculano de Freitas, Afonso José de Carvalho, Paulo Prado, Otávio Mendes, João Luiz Alves, Afonso Arinos de Melo Franco, Mendes Pimentel e outros. Depois de referir-se à atuação do Dr. Torres de Oliveira em sua vida pública como promotor na comarca de Cunha e juiz de orfãos em São Luiz-do-Paraitinga, ou como advogado em Jaboticabal e em São Paulo, passa o orador a tratar da personalidade do sócio do Instituto, motivo principal das homenagens que estavam sendo prestadas. Recorda que a proposta com o seu nome, indicado para figurar na categoria dos sócios efetivos foi apresentada em 20 de junho de 1903 e aprovada precisamente um mês depois, há quarenta anos. Daí por diante, o Dr. Torres de Oliveira dedicou-se ao Instituto de maneira verdadeiramente excepcional, tendo ocupado, um a um, todos os cargos da Diretoria, além dos postos de que, em várias comissões, se desincumbiu com raro brilho. Aclamado presidente perpétuo do Instituto em 1932, por proposta redigida por Leopoldo de Freitas e logo subscrita por grande número de sócios, salientou-se a atuação do Dr. Torres de Oliveira por uma grande soma de serviços prestados ao Instituto. Os seus trabalhos históricos acham-se publicados na Revista da instituição, revelando sempre o carinho do estudioso pelas cousas de nossa terra e a meticulosidade do pesquisador.

Terminada, sob aplausos gerais, a brilhante oração do prof. José Carlos de Ataliba Nogueira, o Sr. Duarte Silva comunica que um apanhado da mesma seria publicado pela Revista do Instituto.

Tomando a palavra, o Dr. Torres de Oliveira agradece os conceitos emitidos pelo orador oficial e salienta que apenas cumprira o seu dever em tudo o que fizera pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. A seguir, o Dr. Zuínglio Homem de Melo, presidente da Sociedade Numismática Brasileira, oferece ao homenageado um distintivo e um diploma de sócio honorário daquela instituição. Fala também o Sr. Geraldo Rúffolo, congratulando-se com os presentes pelas homenagens prestadas ao Dr. Torres de Oliveira.

Depois de responder aos dois últimos oradores e de agradecer as manifestações de simpatia de que fora alvo, o Dr. José Torres de Oliveira assume a presidência da sessão e declara-a encerrada.



Joaquim de Toledo Piza e Almeida (*)

MARCELO PIZA

Entre esta e a próxima reunião ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ocorre uma efeméride, que convém não passe despercebida.

Trata-se do centenário do nascimento de um varão paulista, ilustre entre os que mais o foram, que teve, no desempenho de funções públicas que exerceu durante sua existência, destacada conduta de independência e retidão, atributos que o sagraram cidadão notável e que, ademais, fez parte do grupo inicial de fundadores deste sodalício.

Completam-se, a 19 do corrente, cem anos do nascimento, em Capivari, do Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida, falecido no Rio de Janeiro, aos 23 de abril de 1908, no exercício do cargo de presidente da mais alta corte de Justiça do país.

O que foi Piza e Almeida como cidadão e juiz dá-lo claramente o "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, que, a propósito do seu passamento, teve as seguintes considerações sobre a sua personalidade:

"E' um grande juiz que desaparece, uma figura modelar que se extingue, deixando atrás de si um rastro brilhante que os tempos não apagarão.

Infelizmente, hoje em dia vão rareando em pouco os tipos de magistrado vasados naquele molde. Não faltam, por toda parte, inteligências vivazes empregadas nesse árduo e melindroso encargo de julgar da liberdade e dos direitos do cidadão; mas ninguém contestará que de alguma sorte se haja perdido a tradição dos velhos juizes circunspectos, intérpretes honestos da lei e servidores incorruptíveis da verdade.

Os progressos jurídicos, impondo uma versatilidade cada vez maior de cultura, alteraram também a fisionomia do magistrado antigo. No fundo, cada juiz de hoje é mais um comentador do que propriamente um julgador. O sentimento do direito, qualidade preciosa e outrora tão positiva, que pareceu até ser um atri-

buto pessoal, anda agora quase sempre subordinado ao prurido das livagações teóricas. A idéia da justiça, dantes aceita como um fato natural, perdeu essa simplicidade primitiva, e complicou-se em virtude do acúmulo de leis e doutrinas desencontradas.

Numa época assim transitória, agitada pela inconstância e variedade dos ideais jurídicos, não há institutos sólidos, nem preceitos definidos que permitam ao magistrado atêr-se à lei escrita e decidir com aquela serena e facil justiça de antanho. A verdade deve provir da consciência em harmonia com a lei, sem exclusão da rizeza nem da bondade. Piza e Almeida foi um juiz desse feito. Ele tinha consigo mesmo o melhor dos códigos e o melhor dos tribunais: uma inteligência lúcida e sã, e um carater sempre igual, sem tibieza, mas, também sem desconchavos. Era como a própria justiça e personificava-a dignamente, com uma elevação moral, perfeita e tranquila em que se não via folga nem demasia”.

Outros juizes dignos do elevado posto tem tido aquele tribunal. Nenhum, porem, exerceu tão difficil mandato, cercado de uma auréola, que lhe grangeara uma atuação de tão grande destaque, revelada em toda a sua carreira de magistrado, nem tampouco teve a oportunidade de, em momentos dificeis da nossa vida política, reafirmar as suas qualidades de juiz, capaz de fazer justiça ao próprio diabo, na opinião de um daqueles que se ocupou de sua atuação singular.

Em 1858 veiu, Piza e Almeida, para a Capital, para a conclusão dos preparatóriõs, então necessários para a matrícula na Faculdade de Direito, na qual ingressa no ano letivo de 1861.

Os primeiros estudos fizera-os, como aconteceu com todos os seus irmãos, com o seu próprio pai, na fazenda em que viviam.

Na fazenda de seu avô paterno, em Capivarí, também continuou os seus estudos e, depois, em companhia de sua avô materna, em Porto Feliz, começa os seus estudos mais adiantados com o padre Pinto e o professor João Pedroso. Entra, em 1855, para o internato aí existente, do padre José de Arruda Campos, do qual se retira para, na Capital, completar o preparo indispensavel para a prestação dos exames necessários ao ingresso na Faculdade de Direito.

A propósito do ambiente em que nasceu e passou sua infância e meninice, tem toda a aplicação, no momento, as seguintes palavras de Jaime Adour da Câmara, em trabalho que publicou em 1940, comemorando o passamento de Salvador Piza:

(*) Trabalho lido em sessão de 5 de outubro de 1943. — N. da R.

“Era Joaquim de Toledo Piza (avô de Piza e Almeida) um autêntico chefe de clã. Era pai de José de Toledo Piza e Almeida, homem de aprimorada cultura humanística, o qual mais tarde tomou parte preponderante na revolução liberal de 1842, chefiada pelo coronel Rafael Tobias de Aguiar.

Não eram escassas as demonstrações de cultura espiritual e amor às letras encontradas nos velhos solares paulistas. Esse Toledo Piza, que não frequentara universidades estrangeiras, era, no entanto, dotado de uma perfeita formação intelectual, tendo-se esmerado em seus estudos de história, filosofia, latim e outras matérias, na cidade de Sorocaba. Referindo-se o Sr. Oliveira Viana à nossa nobreza territorial, diz que há “um certo polimento de maneiras na sua sociabilidade, embora sem aquele alto timbre aristocrático dos dois primeiros séculos. Grande número de seus representantes chega mesmo a possuir um lastro de cultura intelectual, deveras interessante para esse tempo. E acrescenta: “O ensino jesuítico nos seminários, que tão largamente se espalharam pelos interiores de Minas, do Rio e de São Paulo, facultava também à nobreza rural a aquisição de uma recomendável cultura de humanidades. O gosto pelos livros e pelos estudos clássicos chega a criar verdadeiros autodidatas”.

Esse Toledo Piza a que nós referimos — são ainda palavras de Adour da Câmara, era pai do Dr. Piza e Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal, que relevante papel desempenhou em prol das liberdades políticas nos primórdios da República e ao qual se refere Rui Barbosa em escrito famoso”.

A sua turma foi das mais brilhantes que tem passado pelas arcadas do glorioso templo do Largo de São Francisco. Dela faziam parte, entre outros, o desditoso Fagundes Varela, que não chegou ao fim do curso, o barão do Rio Branco, Tavares Bastos, Ferreira de Menezes, o jornalista da Abolição, Levindo Lopes e a formidável triade de juizes paulistas, Xavier de Toledo, Souza Lima e Marcondes Cesar, que vieram mais tarde iluminar o arestos do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A Xavier de Toledo, que durante o último decênio de sua vida presidiu o mais alto tribunal paulista, ligou-se Piza e Almeida por grande amizade que perdurou por toda a sua existência. Entre os contemporâneos que frequentava com muita assiduidade, tinha Piza e Almeida predileção por Prudente de Moraes, José Higino e Fernando Osório.

No meio dessa turma ilustre, como muito bom estudante, começou desde cedo Piza e Almeida, a revelar as qualidades de homem e de juiz, que iria desenvolver na sua brilhante trajetória de magistrado.

Recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais

a 17 de novembro de 1866, sendo diretor da Faculdade o Conselheiro Vicente Pires da Mota.

Durante o curso poude, com o ser util a si, prestar serviços aos colegas. Como taquígrafo que era, fornecia-lhes apanhados das lições do ano, conservando, em sua biblioteca, as postilas de direito civil do Conselheiro Justino de Andrade e de direito romano do Conselheiro Duarte de Azevedo, então organizadas.

Durante o seu quinto ano acadêmico, a 21 de julho de 1866, consorcia-se, nesta Capital, com sua prima Maria Teresa Dias de Toledo, filha do Conselheiro Manuel Dias de Toledo.

Era o segundo dos treze filhos oriundos do consórcio do fazendeiro capivariano José de Toledo Piza e Almeida e de Maria de Carvalho, filha esta do alferes Joaquim Gabriel de Carvalho, que se casou, em 1818, em Porto Feliz, com Maria Ilustrina, natural de Santos.

Os seus irmãos, de ambos os sexos, exerceram sempre indiscutível influência nos meios em que viveram. Das suas irmãs destacaram-se, pela inteligência, cultura excepcional e dotes femininos, Rita Leite de Almeida, que faleceu solteira em Matão, onde vivia só e era uma cronologia viva dos fatos de nossa história; Branca de Toledo, falecida em 1899, que foi casada com Domingos Viegas Muniz, de cujo consórcio nasceu Domingos de Toledo Piza, pintor patricio laureado em exposições realizadas em Paris; e Clara de Toledo, já falecida também, que foi casada com seu primo Antônio Manuel da Fonseca e foi, durante toda a sua vida, ledora dos autores em foco.

Dos seus irmãos, falecidos todos, tiveram maior destaque:

Francisco de Toledo Piza e Almeida, — o Chico Geografia, — senhor de prodigiosa memória e vastíssima erudição, que deixou de seu consórcio com sua prima irmã Genoveva Dias de Toledo, filhos que se notabilizaram: Gustavo, aposentado como desembargador da Cortê de Apelação de Santa Catarina, que presidiu durante muitos anos; Teodomiro, que hoje preside uma das câmaras de nosso mais alto tribunal estadual; Aristides, juiz aposentado após uma longa carreira de magistrado; Franklin, que após cumprir brilhante carreira de autoridade policial, exerceu com destaque a Chefatura de Polícia e a direção da Penitenciária do Estado em que se notabilizou mais ainda; e Juvenal, também autoridade policial, que exerce hoje, por direito inconstitucional, a chefia do Gabinete de Investigações.

Antônio de Toledo Piza, formado em engenharia nos Estados Unidos, que em effigie preside os nossos trabalhos, um dos três organizadores do Instituto, a quem as letras históricas e este sodalicio tanto devem.

Gabriel de Toledo Piza e Almeida, formado em medicina nos

Estados Unidos, adepto intransigente das doutrinas de Augusto Comte, que foi ministro plenipotenciário do Brasil, em Berlim e, depois, em Paris, e que se casou com Clara de Lacerda, filha dos barões de Araras.

No ano seguinte à sua formatura, a 24 de maio, era Piza e Almeida nomeado promotor público da comarca de Taubaté, entrando em exercício a 14 de junho de 1867. Exerceu essa primeira função pública com honestidade e dignidade apenas por um ano. Com a subida ao poder, em 16 de julho de 1868, do Partido Conservador, foi das primeiras vítimas do governo reacionário do Sr. José Elias Pacheco Jordão, então presidente da Província. A politicagem não podia consentir na permanência do jovem bacharel, que tinha o defeito de ser cunhado do chefe liberal de Taubaté.

Dedica-se, então, Piza e Almeida à advocacia, pretexto que descobriu para a continuidade de seus estudos, que então se alargaram por todos os setores dos conhecimentos humanos.

Sete anos depois era sua capacidade novamente aproveitada, sendo então nomeado juiz municipal e de orfãos de Sorocaba, onde grangeou grande reputação, que se traduziu pela formação de um numeroso grupo de amigos, que acompanhou dia a dia o desenrolar de sua carreira de homem público.

Dois anos após era transferido para esta Capital como juiz de orfãos, o que não deixou de desgostar os seus jurisdicionados de Sorocaba.

No ano seguinte, a 9 de fevereiro de 1877, era transferido para a Província do Espírito Santo, como juiz de Direito de São Mateus.

No exercício desse cargo foi buscá-lo o Gabinete de 5 de janeiro de 1878, para o desempenho das funções então muito espinhosas de chefe de polícia da Província de São Paulo.

“Nesse cargo, diz um de seus biógrafos, Piza e Almeida conquistou a mais distinta e elevada reputação pela sua independência e jamais desmentida integridade de caráter”.

A sua ação enérgica e imparcial ao corrigir e debelar os distúrbios originados pela politicagem baixa, principalmente nos municípios de Avaré (antigo Rio Novo), Botucatu, Franca e Mococa, demonstrou, mais uma vez, a retidão de seu caráter, fazendo cumprir a lei com o maior rigor. Casos houve em que se tornou necessária a sua presença para cessação, de desmandos, que haviam começado por conflitos sangrentos. Piza e Almeida demonstram então uma excepcional coragem pessoal.

O relatório sobre essas ocorrências causou sensação ao ser apresentado ao Senado do Império. E ela foi tamanha, disse-o o Dr. Rafael Correia Sampaio, a 1.º de novembro de 1908, da tri-

buna deste sodalício, "que o notavel e imorredouro Barão de Cotegipe mandou que se repetisse bem alto o nome de Joaquim de Toledo Piza e Almeida, para que o país inteiro o ficasse conhecendo como homem desprendido da política, no exato cumprimento de seus deveres".

O gesto de Cotegipe repercutiu na Assembléia Provincial de São Paulo, onde a palavra do deputado republicano Moraes Barros ainda mais elevou aqueles conceitos.

Convidado, posteriormente, para a presidência de uma Província, Piza e Almeida pede licença para recusar tão honrosa investidura.

Na prestação de serviços à Pátria, o seu ideal permanecia, como até o último de seus dias, no exercício da magistratura judiciária.

Deixando a chefatura de polícia, é Piza e Almeida nomeado, em 1.º de julho de 1879, juiz de direito de Piracicaba, cargo que exerceu até 1883, com aplausos gerais dos três partidos políticos então militantes; republicano, liberal e conservador.

Obedecendo ao imperativo de sua consciência liberal, Piza e Almeida liberta, em 1880, os escravos que possuía por heranças. Como juiz, liberta todos os escravos que, em inventários, verificava haverem sido importados depois da lei de 7 de novembro de 1831. Contribuía, assim, o ilustre paulista, cuja posição não permitia aderir a manifestações que terminavam sempre com um tundo político, com um exemplo de forte destaque, à campanha abolicionista que, em Piracicaba, tinha um dos seus mais fortes baluartes.

Em meados de 1883, por decreto de 28 de julho, é removido para igual cargo em Sorocaba, onde é recebido com manifestações de simpatia, por quantos se recordavam de sua atuação anterior. Entra em exercício a 30 de setembro.

Em Sorocaba veio buscá-lo a inspiração de Campos Sales, que foi, sem dúvida, o braço construtor do Governo Provisório, como fora Rui o seu cérebro criador. Promulgada em 24 de fevereiro a Constituição Federal, modelando o poder judiciário pela da União Americana, era no dia 28 do mesmo mês e ano instalado o Supremo Tribunal Federal, para cuja composição Campos Sales, então Ministro da Justiça, o indica. Piza e Almeida toma posse do elevado cargo em 1.º de abril do mesmo ano.

A saída de Piza e Almeida dá lugar, em Sorocaba, a interessantes manifestações gerais. Todas as atividades cidadãs são suspensas, parte em sinal de regosijo pela promoção merecida do grande juiz e parte como protesto pela perda que Sorocaba iria sofrer...

O seu embarque para a Capital foi uma verdadeira consagra-

ção, que a imprensa da época registou. O saudoso tribuno republicano Dr. Olivério José do Pilar, falando em nome do povo e das autoridades de Sorocaba, prestou ao já grande magistrado, com as rutilações de sua palavra ardente, as homenagens sinceras da terra e, em tom de verdadeiro iluminado, profetizou ao novo ministro o destino que lhe estava reservado, na vida do nascente aréopago, que a Constituição de 24 de fevereiro criava.

Muitos anos mais tarde, Sorocaba relembra a sua passagem pelo foro local.

Ao tempo de sua judicatura nessa comarca, o eminente desembargador Pedro Rodvalho Marcondes Chaves presidiu, no Forum local, à cerimônia da inauguração do retrato de Piza e Almeida. Pronunciando o discurso oficial, Pedro Chaves assim iniciou sua oração:

“Quis a providência divina reservar para mim a honra e a ventura de ser o seu instrumento na reparação, não direi de uma injustiça, mas de um imperdoável esquecimento, de que era vítima a memória aureolada do ex-juiz de direito de Sorocaba — o saudoso Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida. O foro de Sorocaba, obedecendo ao imperativo do culto sagrado da Justiça, resolveu colocar aqui nesta sala onde ele tanto fulgurou, o retrato de seu antigo juiz e assim procedendo paga velha dívida, enriquecendo o seu patrimônio moral e cívico e aponta às gerações vindouras o exemplo vívido da honra, da inteligência, do amor ao trabalho e do patriotismo de um dos maiores vultos do seu passado.

De elevada estatura, com um fisico bem proporcionado, sempre correto no seu trajar que exigia sobre-casaca e cartola, impressionava também, aos que dele se acercavam, pela maneira com que mantinha a conversação ou pelo modo por que orientava a discussão dos casos em apreço. Cortês, quase chão no tratar, fazia no entretanto brilhar a sua inteligência sempre pronta, a sua grande cultura geral e jurídica e os seus conhecimentos da história de nossa terra.

Não lhe custou, porisso, no Supremo Tribunal, conquistar a posição de absoluto destaque, que conservou até sua morte. André Cavalcanti, Oliveira Ribeiro, José Higino, Ribeiro de Almeida, Pindaíba de Matos, notabilidades da magistratura nacional, tinham por Piza e Almeida profunda admiração, que manifestavam continuamente.

Nos dias tormentosos da revolução chefiada pelo almirante Custódio José de Melo, Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro de imorredoura memória, com o sentido unicamente na conservação das instituições, no prestígio da autoridade e na manutenção da ordem, exorbitava, permitia que seus subordinados diretos

agissem com violência, tal como exorbitaram e permitiram tantos outros depois dele.

Mas muito mais do que em outros períodos de convulsões posteriores, a voz da Justiça se fazia ouvir. E, no entretanto, convinha a muitos, interessados no mando ou trabalhando pela divisão do país, que tal não se desse.

Quando o Conselheiro Dr. Manuel da Silva Mafra impetrou uma ordem de "habeas-corpus" em favor do coronel Luiz Gomes Caldeira de Andrade, Piza e Almeida deu o seguinte voto, que ficou sendo um de seus padrões de glória:

"Julguei prejudicado o "habeas-corpus" em favor do paciente coronel Luiz Gomes Caldeira de Andrade, porque se "o "habeas-corpus" é o remédio que dá a lei contra a violência que sofre a liberdade individual, não pode ele aproveitar ao paciente que, como é público e notório, depois de preso pelas forças legais em abril deste ano, foi fuzilado ou antes, assassinado na Capital do Estado de Santa Catarina".

Certa feita, Rui Barbosa, defendendo na Alta Corte um pedido de "habeas-corpus" impetrado em favor de presos políticos, ameaçados de desterro alguns e desterrados outros, — treze generais que fizeram sentir ao Governo a necessidade de mandar proceder à nova eleição presidencial dentro do prazo marcado pela Constituição, devido à disposição de Manuel Deodoro da Fonseca, — declarava, em oração que ficou célebre nos anais forenses, que lhe bastava um único voto para o ganho moral da causa que patrocinava.

E nessa sessão memorável, com o Tribunal repleto do que havia de melhor no foro federal, Piza e Almeida, relator do feito, inflexível, sereno, estudando o caso, concedia a ordem impetrada, que foi afinal denegada pelos demais ministros presentes à reunião.

E foi então que Rui Barbosa, disse, como escreveu depois, "sob a influência de uma emoção religiosa, que me recorda vivamente a de minha adolescência, aproximando-me, alvoroçado, trêmulo, do altar, para receber na primeira comunhão o Deus de meus pais, eu me cheguei, depois da sessão, quase sem voz, ao Sr. Piza e Almeida, pedindo-lhe que me permitisse o consolo de beijar a mão de um justo".

Partindo de Rui Barbosa essa manifestação de tão alto apreço, o fato ecoou pelo país todo, crescendo, ainda mais, em favor de Piza e Almeida, o grande conceito já grangeado como autoridade acima das paixões políticas e como juiz modelar na mais exata compreensão do termo.

Nessa fase acidentada da nossa vida política, Piza e Almeida foi chamado de redentor dos oprimidos, que acolhia, nas dobras

de sua toga impoluta, os perseguidos. Ele foi, de fato, não só um juiz incorruptível, como, também, um patriota magnânimo e um homem de grande coragem.

Piza e Almeida não alterava os seus hábitos. Fazia todos os dias e a horas certas, o mesmo trajeto de ida e volta para a sua residência. Corpulento, austero, grave e pausado no andar, quem quer que o visse sentia logo por ele simpatia irresistível. Havia, na sua figura imponente, uma forte expressão de energia, ao lado de uma também forte expressão de bondade.

Em visita a Piza e Almeida, de passagem pelo Rio de Janeiro ao regressar de uma de suas muitas viagens aos Estados Unidos, perguntou-lhe um dia José Custódio Alves de Lima: "Como se explica que o senhor tivesse a coragem de votar contra os desejos do Governo em época de tanto terror?". Respondeu-lhe, Piza e Almeida, como o relembrou o seu interlocutor em o "Diário Popular" desta Capital, de 22 de março de 1930: "Medo de que, quando tinha a justiça diante de mim?"

Mais de uma vez, conta José Custódio Alves de Lima no trabalho acima citado "apaniguados, que surgem em épocas de convulsões políticas, vinham à socapa, oferecer seus serviços para o extermínio de Joaquim Piza. A todos, energicamente, retorquia Floriano Peixoto: "Não bulam com esse homem a quem muito respeito".

Com o falecimento do Barão de Pereira Franco, passou Piza e Almeida a ocupar a vice-presidência do Supremo Tribunal Federal. Em 18 de agosto de 1906 passa a ocupar a presidência.

A 19 de outubro desse ano, data de seu aniversário natalício, inaugura-se, na sala de sessões, o retrato de seu presidente, justa manifestação de alto respeito e grande estima que a tão digno brasileiro quiseram prestar os ministros seus colegas de Tribunal.

O nome e a atuação de Piza e Almeida não caíram, felizmente, no olvido. De tempos a tempos são lembrados, quando se manifesta a necessidade de combater a introdução de certos modernismos com tendência a enfraquecer a ação do juiz ou quando se deseja exaltar, como exemplo, a figura de um magistrado singular.

Barbosa Lima, ilustre representante do Amazonas, analisava, em 1925, a reforma da Constituição em elaboração no Congresso Nacional. Tinha receio de que o fortalecimento do poder executivo viesse a enfraquecer a independência da magistratura, mediante a escolha menos feliz dos magistrados.

Em 1.º de agosto desse ano, em artigo especial para o "Diário da Noite", da Capital Federal, o eminente republicano de todas as horas, dizia: "Subsiste ainda o amparo de "habeas-corpus" — porquanto — e até que nas vagas porventura abertas (e melhor

diríamos — por desventura...) no Supremo Tribunal venham a ser providos ministros cujo “notável saber” possa prestar aos dominadores do dia inestimável serviço de inverter e subverter a jurisprudência firmada pelo Piza e Almeida, Macedo Soares, João Barbalho e Pedro Lessa”.

Laudelino Freire, em artigo intitulado “Piza, Rui e Lessa”, inserto no “Jornal do Brasil”, de 3 de outubro de 1925, diz que:

“A inauguração do busto de Pedro Lessa na sala de sessões do Supremo Tribunal, — expressiva forma preferida pelos advogados para fazerem homenagem àquela altíssima mentalidade, — evoca naturalmente a figura distinta de outro magistrado, que de Rui Barbosa mereceu a demonstração pessoal e de acatamento e carinho, jamais dada pelo egrégio brasileiro a outro compatriota, e seguida do elogio mais exaltado que nunca registaram os nossos panegíricos”.

O autor emprega a seguir, mais de uma coluna do jornal a exaltar, com palavras de Rui, a figura de Piza e Almeida e termina o seu judicioso trabalho com a seguinte proposta:

“A inauguração do busto de Pedro Lessa lembra a do de Piza e Almeida; e se de permissão erigíssemos também naquele recinto o busto de Rui Barbosa, teríamos completado a grande homenagem.

Iluminar-se-iam destarte com os reflexos da justiça dos homens aquelas três eminências”.

Piza e Almeida possuía, em sua residência da estação do Rocha, uma grande biblioteca, à qual dedicava um carinho todo especial. A sua coleção de autógrafos, de documentos e objetos antigos era das mais interessantes; fichadas todas essas cousas como acontecia com a sua correspondência particular.

A chácara em que a mesma se localizava era aberta aos amigos e à criançada da vizinhança, à qual Piza e Almeida festejava todos os dias, após seu regresso das fainas diárias.

Do seu primeiro consórcio teve Piza e Almeida dois filhos, ambos já falecidos:

Joaquim Rafael de Toledo Piza, que se casou com Narcisa de Toledo Piza, filha de Camilo Faro de Figueiredo, que foi diretor do Correio de Santos, de cujo consórcio nasceram Lélío e Sílvio, já falecidos em estado de solteiros, e Fernando, hoje casado com Auta Dias de Aguiar e que ainda há pouco era auxiliar de Gabinete do Secretário da Educação.

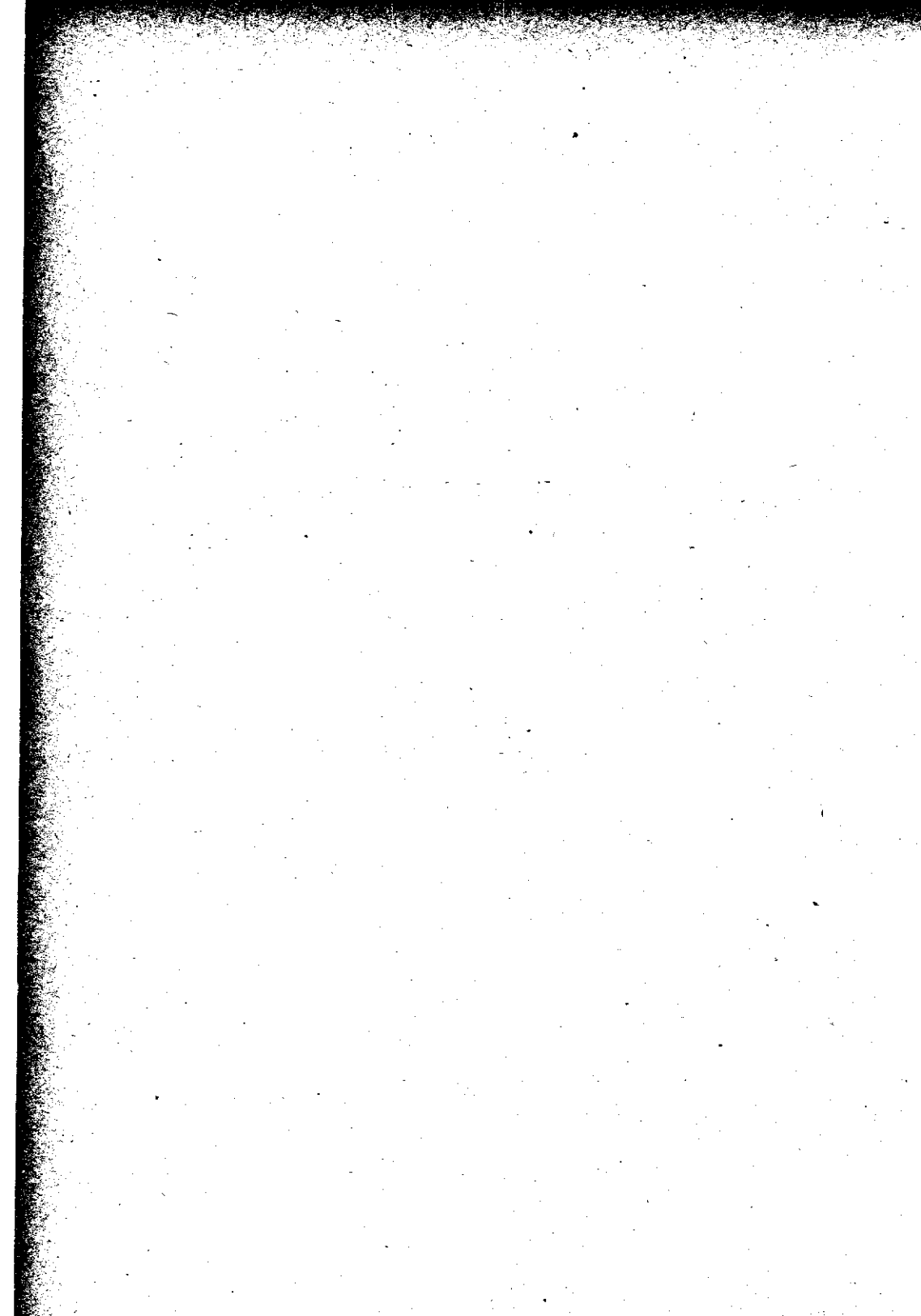
José Gabriel de Toledo Piza, que se casou em primeiras núpcias com Isaura Fonseca, teve desse casamento três filhos que deixaram geração: Carlos e Nina, já falecidos, e Branca Piza Pedrosa, que foi casada com Fernando Gomes Pedrosa, grande industrial no nordeste.

José Piza, teatrólogo, enxadrista, exímio jogador de bilhar, casou-se em segundas núpcias com Marta Segadas Viana, falecendo no Rio de Janeiro como escrivão de uma das pretorias locais.

Casou-se Piza e Almeida em segundas núpcias com Cristina Leite da Fonseca, natural de Santos, viuva, filha de Fernando Leite da Fonseca e de Maria Teodoro Forjaz. Desse consórcio teve vários filhos, entre os quais Marcílio, que se casou com Isabel de Novaes, filha dos barões de Novaes e que faleceu como bibliotecário do Supremo Tribunal, cargo que obteve posteriormente à morte de seu progenitor, deixando um único filho; Maria Cristina, casada com seu primo Aristides de Toledo Piza, juiz aposentado de Serra Negra; e Marina, casada com seu primo Juvenal de Toledo Piza, chefe do Gabinete de Investigações, de cujo consórcio existem cinco filhos.

Em poucas linhas, com as naturais e numerosas falhas de um apanhado ligeiro que substitue trabalho mais alentado em preparo por outro, eis a nossa modesta contribuição para a comemoração, em o nosso caro Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do centenário do nascimento de Joaquim de Toledo Piza e Almeida, — a síntese viva da Justiça na palavra de um nosso consórcio ilustre. Piza e Almeida, que pertenceu ao nosso quadro de fundadores era também associado de todas as entidades congêneres do país.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo rende, assim, por nosso intermédio, mais um preito de homenagem e saudade àquêle que só soube engrandecer-se, engrandecendo, também, a Pátria.



Nóbrega, fundador de São Paulo e apóstolo do Brasil (*)

TITO LIVIO FERREIRA

Há cerca de quatro séculos madrugavam, coloridas e promissoras, as primeiras luzes da civilização na Terra de Santa Cruz. De Portugal chegavam, com os primeiros colonos, os governadores gerais incumbidos pelo Rei de iniciar, no Brasil, a admirável e ímpar obra da colonização portuguesa. E homens de pro, soldados e marinheiros, artistas e intelectuais, tentados pelas miragens sedutoras da nova terra, fácil e dadivosa, deixavam o conforto de seus lares e rumavam, nas altas caravelas, para os litorais desconhecidos, onde ficavam carangueijando.

Falhara, no conjunto, o primeiro plano colonizador posto em prática por D. João III. Daí, quase meio século decorrido após a posse tomada por Pedro Álvares Cabral, ser nomeado o primeiro governador geral, Tomé de Sousa. E com ele arribaram à Baía os primeiros jesuítas, sob a chefia do Padre Manuel da Nóbrega.

Poucos anos transcorridos ei-lo em São Vicente. Viera do Salvador onde os padres da Companhia se dedicavam, de corpo e alma, aos pesados e pacientes labores da catequese indígena. Já em pontos vários dos povoados litorâneos esses missionários do Bem e da Paz se empenhavam, junto dos portugueses, no derreado sacrifício de civilizar a terra bárbara, de formar uma sociedade média com o tipo médio — o mameluco, — de abrasileirar o brasileiro. E mal chegara a São Vicente, logo o Padre Manuel da Nóbrega fora nomeado, por Santo Inácio de Loyola, Provincial da Companhia de Jesus, em terras brasileiras.

(*) Trabalho lido na sessão inaugural de 25 de janeiro de 1943, comemorativa do 389º aniversário da fundação de São Paulo — N. da R.

Viajara também para o sul, em companhia do Padre Manuel da Nóbrega, Tomé de Sousa, o primeiro governador, cuja administração iria findar em breve. Não quisera o galhardo ancião volver ao pátrio continente, sem levar, na retina, a acariciadora visão da terra misteriosa e negaceante, por ele administrada com bom senso e inteligência, durante quatro anos. E daí seguirem juntas as duas principais autoridades: aquele pastor de almas onde existia, latente e exuberante, o sentido social da vocação da unidade pátria, este organizador do sistema de governo da colônia nascente.

Pastor de almas e Provincial da Companhia, o padre Manuel da Nóbrega revela, pelo tempo adiante, a genialidade luminosa de seu talento político aliado a irradiante fervor religioso. Português convicto de sua alta e nobre missão de catequisar e civilizar os indígenas, ninguém foi tão brasileiro como ele, nesses rudes e remotos dias do amanhecer espiritual de nossa terra, porque ninguém como ele se dedicou, em todos os setores de sua esclarecida atividade, a levar a fé, a paz e as letras onde a impiedade vivesse, onde o analfabetismo cegasse, onde a guerra rugisse. Benemérito já pelos inestimáveis serviços prestados à nossa terra e à nossa gente, Tomé de Sousa inspecionava os recantos longínquos e adentrava-se pelo continente. E, juntos portanto, arriharam à vila de Martim Afonso de Sousa.

Tomé de Sousa vence o abrupto e empinado caminho da serra de Paranapiacaba. Entrepara, maravilhado e seduzido, na arejada soleira do alto da serra. Fica embebido a contemplar a paisagem deslumbrante aberta em semi-círculo debaixo de seus olhos atônitos e fascinados. Depois avança pelos trilhos perdidos na floresta, em direção ao planalto. Em Santo André da Borda do Campo, o vilório fundado por João Ramalho, termina a sua jornada serra acima. Atalaia erguida na orla do campo, onde a civilização arrepiava o passo, o quieto logarejo aconchega, dentro de seus muros, os colonizadores do altiplano, congregando-os. E ali na entrada principal do povoado perdido para sempre no fundo silencioso dos matos e dos tempos, o altivo e nobre Patriarca dos Bandeirantes, João Ramalho, recebe, acolhe e assiste o primeiro governador geral da terra brasileira.

Padre Manuel da Nóbrega teria ficado em São Vicente a examinar a situação precária do colégio ali fundado por Leonardo Nunes, segundo as suas ordens. Não foi boa a impressão colhida. Para viver, os religiosos precisavam de tudo. Daí ter formado, desde logo, o projeto de mudar a escola para o altiplano, onde a sua atuação havia de ser mais eficiente. Por isso, a nosso ver, muito embora nada nos autorize a fazer esta conjectura, o padre Manuel da Nóbrega subiu ao planalto em com-

panhia de Tomé de Sousa. Juntos venceram o mar bravio de tormentas e perigos cheios. Juntos haviam de arrostar os precipícios e os barrancos da serra. Extasiaram-se, por certo, com os panoramas desdobrados ante seus olhos surpresos. E juntos se apresentaram a João Ramalho, cujo prestígio se dilatava sobre a indliada, crescendo.

Nomeado por Martin Afonso de Sousa, para o cargo de Guarda-mor do campo, o genro de Tibiriçá, João Ramalho era a personagem social reinante de que fala Taine. O primeiro colonizador de São-Vicente percebera, sentira e advinhara como seria grandiosa a obra desse velho português, nos campos de Piratininga. E daí ter conferido ao fronteiro-mor, o posto mais elevado, o cargo mais digno, a investidura mais nobre, para exercer o seu mandato no planalto.

Debaixo do teto hospitaleiro da autoridade mais alta de Santo André da Borda do Campo, Tomé de Sousa e Padre Manuel da Nóbrega se hospedam, Embaixador do Rei de Portugal, o primeiro eleva o minúsculo povoado à categoria de vila e instala, em plena selva, a primeira Câmara Municipal, conforme a organização judiciária dos antigos conselhos portugueses. Outorga, ao fundador da povoação, o título de Alcaide-mor do Campo. Assim, João Ramalho fica revestido, nesse cargo, das altas funções de representante direto da Coroa de Portugal, nos termos dos forais passados por esse tempo. Padre Manuel da Nóbrega se torna, desde logo, amigo desse português ilustre pelo sangue e pela cultura. Fora, em Portugal, escudeiro da Rainha; pertencia, portanto, à nobreza lusitana. Na elegância altiva de suas atitudes se revela o antigo cavalheiro fidalgo. E daí verificar-se, entre ambos, perfeito, claro e completo entendimento.

Resulta desse entendimento a pacificação dos espíritos. Agora Padre Manuel da Nóbrega leva, para lhe servir de guia, pelo sertão adentro, o filho mais velho de Ramalho, o primeiro paulista. E com esse mameluco ei-lo a percorrer os campos de Piratininga, e a margear o velho Anhembí dos bárbaros e Tietê dos civilizados. Tomé de Sousa aqui deixa o companheiro de jornada e sacrifícios. Regressa à Baía. Daí parte para Portugal. Manuel da Nóbrega jamais voltaria a rever os formosos campos de Coimbra e as margens amenas do Mondego. Aqui ficaria para o todo sempre. Sentia-se preso, como que fascinado pela vastidão da colônia. A sua alma de Bandeirante de Cristo sonhou a vida inteira com o sertão que ansiava descobrir para nele plantar o estandarte da Fé Católica. E como o sonho e a ação se conjugavam nos seus propósitos, ei-lo a enviar Leonardo Nunes a Salvador para trazer de lá os companheiros chegados havia pouco tempo. Aportam mais Jesuitas a São Vicente, depois de

tenebrosa viagem. E trazem, em sua companhia, o Irmão José de Anchieta, ainda mocinho e noviço da Ordem.

O gênio profético do Padre Manuel da Nóbrega previu, no altiplano, o madrugar radioso da civilização brasileira. "Como se a luminosidade do Brasil nascente dependesse exclusivamente de Nóbrega, com sua ausência Salvador cobre-se de espessas trevas. Em compensação, São Vicente se ilumina num dos momentos mais sublimes de nossa história íntima. Nasce São Paulo, concebido por Manuel da Nóbrega", afirma-o, com a autoridade indiscutível de sua palavra, o Dr. José Mariz de Moraes, biógrafo acatado e sereno do primeiro jesuíta do Brasil, o Provincial da Companhia de Jesus. Mergulhado ainda nas derradeiras sombras da antemanhã o planalto despertava com as primeiras luzes matutinas, para a glória radiante dos dias futuros, doirados pelos sóes gloriosos de quatro séculos. Feitas as pazes entre colonos e catequistas, desaparecera o malentendido entre mamelucos e Jesuítas. Daí por diante João Ramalho se alteia como coluna mestra da obra civilizadora dos padres. E padre Manuel da Nóbrega escolhe o local para a elevação do colégio de Piratininga, porque Santo André lhe parecera desabrigado e exposto aos ataques dos indígenas inimigos dos portugueses.

De mais a serra constitue sério obstáculo para a vida dos religiosos abrigados no colégio de São Vicente. De Santo André ia, para os padres do litoral, a farinha e outros gêneros necessário à sua subsistência. A distância, os abismos do caminho, as dificuldades a vencer, tornavam bem difícil esse transporte. E daí viverem com dificuldades os Jesuítas instalados no litoral próximo.

Urbanista genial, o Padre Manuel da Nóbrega embora sentisse o fascínio do sertão, teve o maior pressentimento de sua vida, quando percorria o altiplano. Soube escolher, entre o Tamanduateí e o Anhangabaú, a cavaleiro dos dois rios, o local para a fundação de São Paulo, com ordenar fosse ali erguido o colégio dos Jesuítas. Determina ao padre Manuel de Paiva que ali se estabelecesse com os treze padres companheiros. E aqui ouçamos ainda as palavras expressivas desse pernambucano ilustre e ilustre confrade, porque membro deste sodalicio, o Dr. José Mariz de Moraes, autor da biografia de "Nóbrega", citada acima: "E a 25 de janeiro de 1554, dia do Apóstolo das Gentes, cuja palavra fora bem um programa de ação para Nóbrega, celebra-se missa ali, batizando-se o maior Estado do Brasil, cuja certidão de idade, segundo Serafim Leite, é datada de 29 de agosto de 1553, numa carta do próprio Nóbrega. Nesse palco estrearia Anchieta, futuro substituto do Apóstolo do Brasil, e,

por obra e graça dos nossos historiadores, senhor de um título que pertence por direito ao seu mestre”.

Fizeram mais esses historiadores. Quiseram usurpar a Manuel da Nóbrega a glória de ter sido o fundador de São Paulo, para com ela nimbar a auréola radiosa concedida a José de Anchieta. Esquecido o mestre para engrandecer o discípulo, desterraram o criador para elevar a criatura. Porque o título de Primeiro Jesuíta do Brasil cabe, incontestavelmente, a Manuel da Nóbrega, fundador de São Paulo. E não esses historiógrafos, mas historiadores de mérito fizeram justiça ao Provincial da Companhia, a Nóbrega, o conformador da fisionomia geográfica de nossa Pátria.

Alicerçados nestes historiadores, o Dr. Jorge de Lima, o último a traçar esplêndida biografia de José de Anchieta, diz: “Elevado que foi Nóbrega a Provincial, cuidou de fundar logo novo colégio em Piratininga, destinando treze missionários da Companhia sob a chefia do padre Manuel de Paiva (1554). Seguiu com esta gente, nomeado mestre-escola, o Irmão José de Anchieta. Já era uma melhoria para quem fora simples cozinheiro a bordo. A 25 de janeiro do mesmo ano celebrou-se a primeira missa da fundação. Era o dia da conversão de São Paulo — santo único de quem a Igreja escolhe para festejar um simples episódio da sua vida. Deram ao Colégio o nome feliz do santo, mais tarde a feliz cidade de São Paulo”. Até aqui as palavras do Dr. Jorge de Lima, distinto homem de letras e consagrado escritor alagoano. E tanto o Dr. Mariz de Moraes como o Dr. Jorge de Lima recorreram às fontes históricas para repor o padre Manuel da Nóbrega no seu posto verdadeiro, no seu lugar exato, que de direito lhe pertence.

Assim nessa manhã cheia de luz, cheia de bênçãos, cheia de graça, o padre Manuel de Paiva celebra a primeira missa no planalto. São Paulo amanhece para o Brasil no interior da choça de pau a pique, coberta de folhas de palmeira, e erguida pelos guaianazes de Tibiriçá, na terra abençoada pelo padre Manuel de Paiva, o primo de João Ramalho. Humilde e simples, “a grandeza de São Paulo atual estava fadada a nascer como Cristo numa espécie de mangedoura”, na expressiva comparação do Dr. Mariz de Moraes. E assim São Paulo de Piratininga ou São Paulo do Campo, conforme rezam as atas da vila de São Paulo, desperta sob o signo de Jesús, para vir a ser, pelo tempo afora, destacado artífice da expansão e da grandeza da terra do Brasil. Na sua alta missão de Apóstolo do Brasil, padre Manuel da Nóbrega continua a olhar com desvelo, com carinho, com amor, pela colônia, pela catequese, pela terra e pela gente. Até 1560 em torno do colégio se agrupam apenas algumas chou-

panas. Santo André, a vila de João Ramalho exerce, com seus canhões assentados sobre as muralhas defensivas, a vigilância alerta sobre o altiplano. Aos domingos para ali se dirigem os Jesuítas onde rezam missa e doutrinam na capela construída por João Ramalho. Sem constrangimento algum pregam aos andreenses. E estes doam, para manutenção dos religiosos de Piratininga, os mantimentos de que se alimentam.

Correm os anos. Os franceses de Nicolau Durand de Ville-gaignon chegam à baía da Guanabara, onde se estabelecem. Fazem aliança com os Tamoios, confederando-os. Começam os ataques às benfeitorias dos portugueses. Anima-os o propósito perverso de destruir a colonização nascente. E Nóbrega assiste a esse espetáculo terrível.

Por invios trilhos de serra acima, os selvagens assaltam e matam os portugueses. Tendem a isolar o litoral do planalto. Ameaçam agredir e arrazar o colégio dos padres e a vila de Santo André. E instigados pelos franceses da Guanabara os Tamoios praticam toda a sorte de depredações, de incêndios, de roubos e morticínios.

Contra a selvageria ergue-se o espírito. Naquela, rugem os instintos ferozes. Palpita neste a Fé e o Gênio. Para desfazer essa onda crescente e brutal dos inimigos de Deus será suficiente o espírito cheio de luz desse homem, do Jesuíta Manuel da Nóbrega. E ei-lo a arquitetar, nas longas noites de vigília e nos longos dias de sacrifícios, o plano de ação para aniquilar todo o esforço dos bárbaros aliados aos franceses.

Precisa, em primeiro lugar, reunir os habitantes de Santo André aos de São Paulo. Com seu extraordinário talento convence João Ramalho da necessidade imperativa que havia de juntar os dois povoados. Era questão de vida ou de morte para todos e para tudo. Mem de Sá, terceiro governador-geral chegara da Baía. De São Vicente sobe ao planalto. Nóbrega expõe-lhe o problema e ajunta-lhe a única solução em vista. Mem de Sá determina, imediatamente, a mudança dos moradores de Santo André para São Paulo. Essa transferência responde ao anseio de todos: nobreguenses e ramalheanos. A defesa da civilização nascente e da prosperidade visível da colonização vai ser feita dentro dos muros de Piratininga, à sombra da Igreja dos Jesuítas e com os mesmos homens de Santo André, chefiados por João Ramalho e Tibirçá.

Ali se encontram Jesuítas, portugueses, mamelucos e guaianazes, sob a orientação iluminada e firme do padre Manuel da Nóbrega. João Ramalho se consagra, inteiramente, aos suados labores de preparar a defensiva da vila. Manda erguer os muros. Cavalga-lhe as peças transportadas antes de Santo André. Des-

dobra a sua atividade, a-pesar-de adentrado em anos, porque fora eleito pelos moradores de Piratininga, Capitão da guerra. Tibiriçá adentra os seus homens e incute-lhes coragem para enfrentar os inimigos. E ali, dentro da muralha levantada ao redor da povoação, todos se animam e se exaltam, resolutos e firmes, para a defesa de São Paulo.

Atacados pelos Tamoios, os piratininganos comandados por João Ramalho combatem ao lado do índios de Tibiriçá. Rija e áspera foi a refrega. Os sitiados tiveram de lutar com adversários superiores em número. Todavia, os atacantes foram repelidos. Repelidos, rechassados e vencidos, os assaltantes fogem em debandada. E assim, o espírito de Manuel da Nóbrega domina os instintos selvagens dos bárbaros, porque luta, na terra moça, "pola ley e pola grey", sob o signo miraculoso de Cristo.

Contudo, o padre Manuel da Nóbrega continua. Seu plano político ainda não está completamente realizado. Falta-lhe, por certo, a parte, mais complexa. Trabalhos, privações, obstáculos, guerras, nada consegue demovê-lo de seu propósito fixo e retilíneo. Resolve agora quebrar a resistência dos Tamoios, separando-os. Condensavam-se em Ubatuba as tropas adversárias. Ali se estabeleceram com o seu quartel-general e comandantes. E Nóbrega concebe o projeto mais arrojado e mais temerário de sua vida: penetrar no quartel-general e propor a paz aos comandantes adversários.

"A more perilous embassy was never undertaken", de mais perigosa embaixada nunca ninguém se encarregara, depõe o insuspeitíssimo Robert Southey, em sua "História do Brasil". Insuspeitíssimo porque historiador concencioso e protestante coerente. Manuel da Nóbrega conduz consigo, o mestre-escola José de Anchieta, habil e acabado tupinólogo. Com o seu gênio diplomático o padre Nóbrega consegue realizar os seus objetivos. Separados os franceses da Guanabara dos selvagens de Ubatuba, apenas ficaram com os invasores, os Tamoios de Cabo-Frio. Desarticulados os inimigos, resta ainda a Nóbrega converter em realidade a parte derradeira da empresa por ele concebida. Agora conduz as tropas de Mem de Sá ao assalto direto dos franceses da Guanabara. Inspira a Estácio de Sá a idéia da fundação da cidade do Rio de Janeiro. E ainda Robert Southey declara em sua "História do Brasil": "Tivesse sido Mem de Sá menos enérgico no cumprimento de seus deveres, ou Nóbrega menos habil e menos incansavel, e esta cidade, que é hoje a capital do Brasil, seria francesa agora".

Com o "Tratado de Iperoig" o padre Manuel da Nóbrega celebra, em terras dos Brasis, o primeiro convênio de amizade. Com ele pacifica e separa os indígenas revoltados, auxilia a ven-

cer e a expulsar os franceses da Guanabara, impede o desmembramento do território brasileiro, estimula, revigora e dilata as missões jesuíticas, evita o aniquilamento da colonização portuguesa e delinea, em traços fortes e firmes, a configuração fisionômica da terra de Santa Cruz, unificando-a. "Pois foi do apaziguamento do selvícola, revoltado e vingativo, que resultou a salvação da Capitania de São Vicente e, portanto, a salvação da incipiente nacionalidade brasileira, no ano de 1563", pondera, com muita justeza, o Dr. José Torres de Oliveira, venerando presidente perpétuo deste sodalício, em sua brilhante conferência, "Anchieta e a pacificação dos Índios".

Fundado o colégio do Rio de Janeiro, do qual foi o primeiro reitor, aos cinquenta e três anos de idade, com vinte e um deles consagrados inteiramente à causa do Brasil, gasto de trabalhos, de privações, de sofrimentos e fadigas incessantes, o padre Manuel da Nóbrega falece no coração da cidade maravilhosa, fundada graças ao seu estupendo e clarificado poder intuitivo.

Escutai ainda, para vosso enlevo, a palavra desse mais que insuspeitíssimo Robert Southey, cujo depoimento não é preciso encarecer: "Quis a sua boa estrela colocá-lo num país, onde só os bons princípios da sua ordem podiam ser postos em ação. Não há ninguém a cujos talentos deva o Brasil tantos e tão permanentes serviços, e devemos olhá-lo como o fundador do sistema seguido pelos Jesuitas no Paraguai; sistema o mais fecundo em bons resultados, que é compatível com a fraude pia. Na véspera de sua morte saiu Nóbrega a despedir-se de seus amigos, como se partisse para uma jornada; perguntavam-lhe para onde ia e respondia: Para casa... para a minha pátria. Não houve vida mais ativa, nem mais pia, nem mais utilmente empregada; nem os erros de sua crença tornavam menos certa a esperança triunfal com que terminou". Vede como essa grande vida impressionou fortemente o espírito de Southey. Não deixasse embora de se referir aos "erros da crença abraçada por esse extraordinário Jesuíta, o protestante fez justiça ao católico quando salienta: "Não há ninguém a cujos talentos deva o Brasil tantos e tão permanentes serviços". E daí o motivo porque o eminente Capistrano dizia, com a autoridade séria de seu saber erudito: "Quanto mais estudo Anchieta, mais admiro Nóbrega".

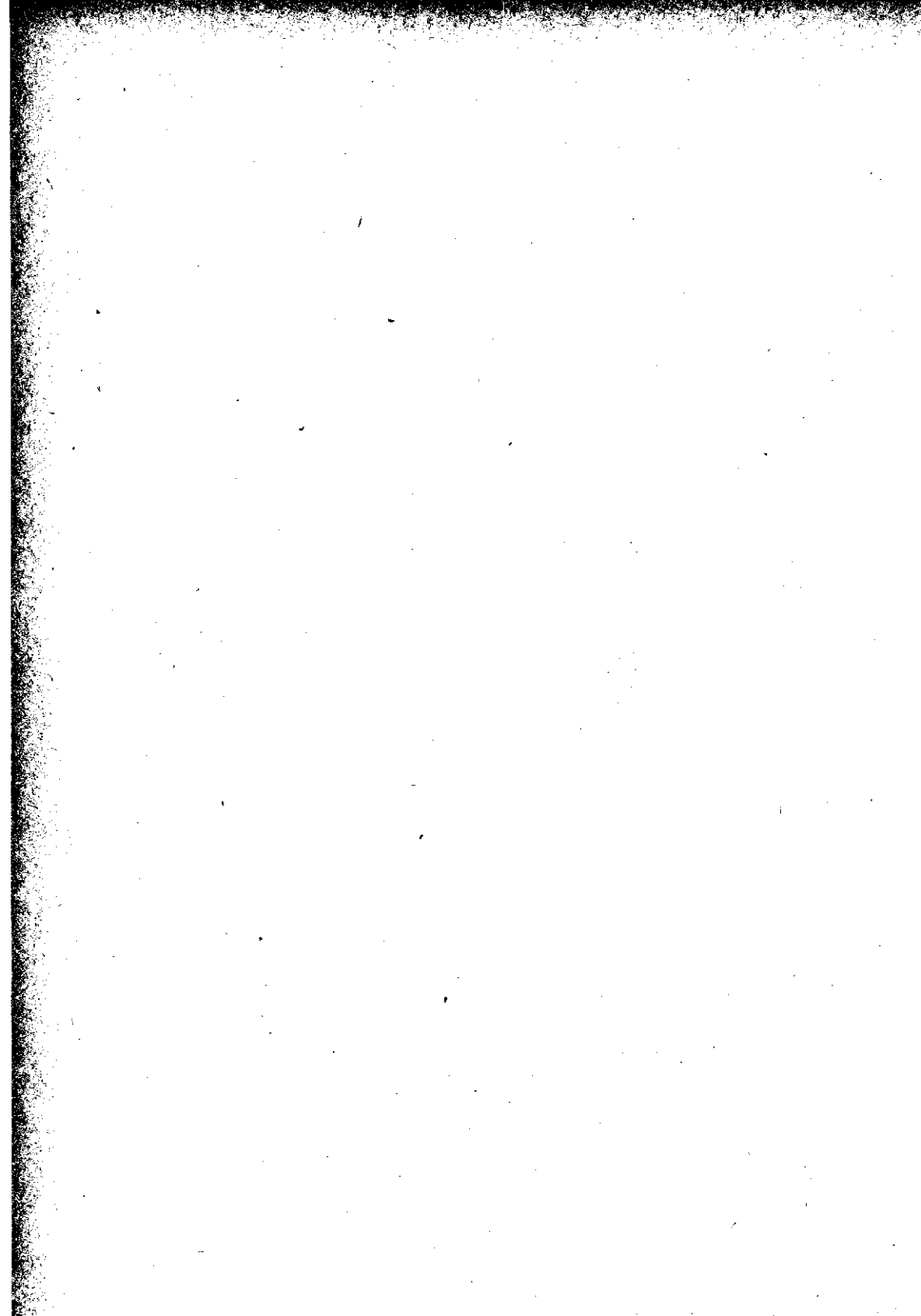
Recordar, reviver e reconstituir nesta noite dedicada à Fundação de São Paulo, a personalidade viva e vigorosa do padre Manuel da Nóbrega é pagar a esse vulto imortal de nossa história, um pouco do muito que lhe devemos, pelos seus imortales serviços prestados à civilização da terra brasileira. Porque, afirma o Dr. Mariz de Moraes: "A excepcional visão polí-

tica de Nóbrega é coerente como um sistema filosófico acabado. Do mesmo modo que em Pernambuco propusera ao Rei tomar a seu cargo aquela capitania, propõe em São Vicente a mesma cousa. "Para a capitania ser mais favorecida, era de parecer que El-Rei tomasse conta dela, como fizera a outras. Tinha o futuro a seu favor, nesse afã de unificar o território brasileiro. Talvez em parte também devido a isso foi que ele chegou até nós, quase isento de qualquer retalhação". E nisso estava, em toda a sua inteireza, em toda a sua integridade, o espírito centralizador e unificador de Manuel da Nóbrega, onde a Fé Católica se vinculava, profundamente, aos postulados do direito e da justiça recebidos na velha universidade de Coimbra.

Porisso mesmo o grande Jesuíta plasmou, com o seu gênio fecundo, com a sua obra grandiosa, com a sua vida magnífica, a unidade geográfica de nossa terra. Daí o Dr. Mariz de Moraes afirmar: "Se a história do Brasil deve muito a Nóbrega, não lhe deve menos a nossa geografia. Com o suor de seu rosto argamassou os alicerces da Baía, de São Paulo e do Rio de Janeiro".

Daí, dessa convergência de esforços pudemos realizar o que nenhum outro povo das Américas jamais conseguiu: a unidade política, a unidade racial, a unidade pátria, com a mesma língua, com a mesma religião, com as mesmas leis, dentro da integridade inviolável do território brasileiro. E porisso, padre Manuel da Nóbrega bem merece o título de primeiro Jesuíta do Brasil.

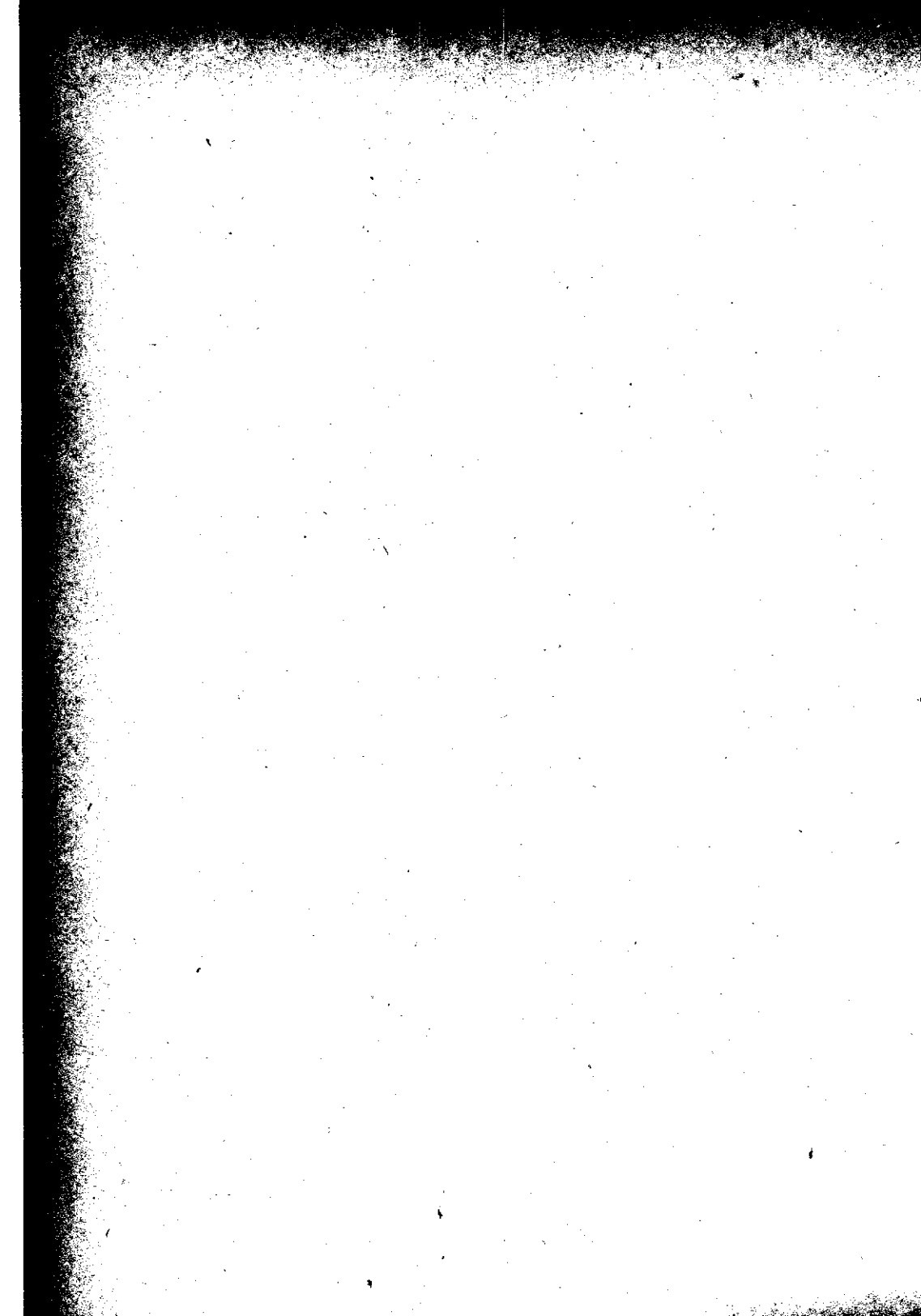
Apóstolo do Brasil, fundador de São Paulo e primeiro Jesuíta da Terra de Santa Cruz, padre Manuel da Nóbrega, nesta noite comemorativa da primeira missa rezada no Colégio de Piratininga, a nossa terra e a nossa gente enobrece e exalta a sua memória radiosa, dignificando-a. Seu espírito fervoroso e irradiante consubstanciava, em potencial, o espírito da unidade característica da raça portuguesa, de que orgulhosamente descendemos. Sua luminosidade solar envolveu a terra virgem e vicejante, interpenetrando-a. Certo o Brasil de ontem, o Brasil de hoje e o Brasil de amanhã, o Brasil de nossos antepassados e o Brasil de nossos descendentes, há-de sempre bendizer a sua obra gigantesca, palpitante de luz, de ensinamentos e de religiosidade. Porque o seu espírito clarificado viverá no radioso idealismo em ação da gente bandeirante, — legado precioso que recebemos de seu gênio dinâmico, onde se fundiam o sonho e a atividade, para o engrandecimento de São Paulo e do Brasil. E fiéis ao seu gênio imortal guardaremos, intacta e indivizível, a nossa Pátria para que as gerações futuras a civilizem cada vez mais, a enriqueçam nos campos da inteligência e da economia e a dignifiquem em beleza, serenidade e cultura.



Centenário do nascimento do Visconde de Taunay

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo comemorou, no dia 22 de fevereiro de 1943, a passagem do primeiro centenário do nascimento do Visconde de Taunay, tendo organizado em sua sede, com a colaboração da Companhia Melhoramentos de São Paulo, uma exposição das obras do eminente brasileiro e de relíquias que lhe pertenceram, gentilmente cedidas, estas, por seu ilustre filho, Dr. Afonso de Escagnolle Taunay, Presidente Honorário do Instituto. Realizaram-se duas sessões comemorativas, na primeira das quais o Orador Oficial, Prof. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira proferiu, de improviso, erudita e brilhante conferência sobre a vida e a obra do Visconde de Taunay.

Publicamos a seguir os trabalhos lidos na segunda sessão comemorativa, de 5 de março, pelos distintos consócios Cel. Tenório de Brito e Prof. Tito Lívio Ferreira.



O Visconde de Taunay, militar

TENÓRIO DE BRITO

Conforme tem acontecido com tantos grandes vultos da humanidade, Alfredo d'Escragnole Taunay começou a sua luminosa trajetória pela vida, como militar. Mal saído da Escola de Guerra, ainda no posto de 2.º tenente de artilharia, só ao termo de longa e dramática luta que o Brasil se viu compelido a manter com o Paraguai, é que conseguiu terminar o seu curso de engenharia, iniciado na Escola Central, de tão grande tradição no país. A circunstância, porém, de nele já estar adiantado, ao re-bentar a guerra, fez com que integrasse a Comissão de engenheiros que com a Expedição organizada em S. Paulo, marchou em demanda de Mato Grosso, então invadido pelo inimigo.

No seio da Comissão coube-lhe a função de Secretário, como é praxe aliás em tais organizações, onde esse cargo recai, invariavelmente, sobre o oficial menos graduado. Ai terá prevalecido no entanto não apenas a circunstância de ser ele o simples alferes, como era chamado então o primeiro degrau hierárquico da carreira no oficialato, mas a nomeada que trazia das duas escolas superiores que cursara: a militar e a de engenharia, nas quais demonstrara altas qualidades de inteligência, de apego aos estudos e amor à profissão que abraçara em obediência a irresistível tendência espiritual. E nem resta a menor dúvida, minhas senhoras e meus senhores, sobre a felicidade que cercou o ato que o designou para cargo a que tão relevante papel estava destinado no futuro da Expedição.

No seio da Comissão coube-lhe a função de Secretário, como desde os primeiros momentos de ação aqueles notáveis predica-dos que o haviam de acompanhar por todo o transcorrer de sua trabalhosa quanto gloriosa existência. A simples leitura de "Marcha das Forças" isto demonstra. Ai, de par com os relatos

normais que, por força de sua qualidade na Comissão, era obrigado a fazer, já se entremostrava o observador metódico e invulgar; o artista e o homem de ciência que o foi nas investigações a que sempre se entregou com especial desvelo.

Por tal forma se conduziu o jovem oficial no seio da Comissão que a sua atividade se estendeu muito para além de suas restritas atribuições de Secretário, quando se desincumbia de arriscadas e trabalhosas missões de que era frequentemente investido e de que nos dão notícias os numerosos levantamentos de terrenos, construções de pontes, sondagens de caudais desconhecidas que a cada passo surpreendiam a Expedição no seu trajeto de dois mil quilômetros percorridos e incertos em magníficos desenhos de sua autoria, a espaço distribuídos entre as páginas de "Marcha das Forças".

Ilustrando o que acima fica dito, ouçamos o próprio autor, relatando pitoresco episódio por ele verificado quando no desempenho de um desses trabalhos:

"Foi o autor destas notas o encarregado de ir estivar o atoleiro do Jatobá e lembra esta circunstância por causa de um encontro curioso que teve. Tendo deixado a comitiva atrás, marchava sózinho pela grande chapada de mais de duas léguas que há antes de chegar àquele ribeirão. O sol era ardente e de encandear os olhos. De repente viu com surpresa sair dentre a macega um homem completamente nú e com uma espingarda ao ombro. Era natural pensar em índios, estando em zona própria deles; mas o modo por que o tal homem veiu caminhando pela estrada era tão pacato e natural, que, depois de ter tirado o revólver da capa, o autor prosseguiu na marcha. Em distância ordenou ao indivíduo que parasse e perguntou-lhe quem era. "Sou um caçador de veado", respondeu com naturalidade, chegando-se para perto, então explicou com todos os pormenores o modo por que costumava fazer as suas explorações. "Venho nú, disse ele, porque o veado é um bicho que tem muito faro e desconfia de tudo."

Culto, apesar dos seus 22 anos apenas de idade, destemeroso e leal; trabalhador infatigável, generoso e bom companheiro quer nas horas boas do convívio alegre no acampamento ou nos amargos dias do infortúnio quando da trágica Retirada da Laguna, por ele vivida, sentida e descrita, transpôs o futuro Vis-

conde de Taunay, como era natural, os estreitos limites de Secretário da Comissão de Engenheiros, tornando-se o gigante da epopeia que, sem a magia de sua pena, talvez ignorada permanecesse para sempre. Realmente, Sr. Presidente e meus caros consócios, sempre me assaltou medo retrospectivo ao pensar que se não houvesse Taunay entre aqueles bravos, sepultado teria ficado com os que lá encontraram a morte — o reconhecimento mais alto — do espírito de renúncia, da extraordinária capacidade de resistência, do heroísmo indomável do soldado brasileiro tão duramente postos à prova nas pestilentas paragens onde se desenrolaram as dantescas cenas da Retirada da Laguna.

O humilde orador que neste instante ocupa a vossa atenção, meus senhores e minhas senhoras, tem motivos especiais que o levam a assim se manifestar. Além da sua qualidade de brasileiro que, na conformidade de suas modestas possibilidades intelectuais e culturais, sempre se preocupou com os fastos de sua Pátria e com a vida dos seus grandes homens, pertence à Força Pública de São Paulo que tem na Retirada da Laguna a fonte do seu maior orgulho e a base de sua glória maior. Todo o seu efetivo de então, Sr. Presidente, foi incorporado à coluna que atingiu terras paraguaias, comungando em toda linha no extraordinário feito que Taunay imortalizou.

Rende assim, meus caros consócios, a pujante organização militar paulista de hoje, comovidamente, o seu tributo de admiração ao excelso brasileiro Alfredo D'Escragnolle Taunay, destarte honrando a memória daqueles seus inolvidáveis camaradas.

Não acho que constitua obra de patriotismo o esmiuçar dos acontecimentos que levaram a Coluna do Coronel Camisão ao supremo sacrifício a que foi arrastada, na ânsia inglória de procurar responsável ou motivos de censura, conforme tendência que ora se esboça em determinados centros culturais da Capital do país.

O autor de — “O principal documento, senão único sobre esse arrebatador e incomparável feito das nossas armas que é a “Retirada da Laguna” de projeção universal. Único testemunho, em letra de forma, pois tudo mais quanto existe só serve para corroborá-lo”, assim se manifesta, em Nota Final o ilustre poeta patricio Arnaldo Nunes, no seu belo poema épico “Laguna”. Taunay — o grande ator na tragédia imensa, foi, como todos nós o sabemos, discreto assás nesse particular. Se ele, que tanto sofreu, com os companheiros, os torvos momentos que narrou, aparece tão sereno, tão sóbrio, tão afastado das retaliações, com que direito iríamos nós, hoje, criticar ações que se

passaram em condições às quais poder-se-ia perfeitamente aplicar a frase do pensador espanhol ao dizer, tentando explicar Cortéz e Pizarro no México e no Perú ... "se erros houve são estes da época e não dos homens?".

Reste-nos pois a satisfação de haver conseguido emergir daquele oceano de provações e de sofrimentos a extraordinária figura de Alfredo D'Escragolle Taunay para não-lo descrever de forma tão objetiva, tão natural e convincente que o exército francês incluiu a "Retirada da Laguna" como ponto de programa de história na sua escola militar e ao começar a primeira Grande Guerra fez distribuir milhões de exemplares da obra memorável entre os soldados que marchavam para o campo da luta. Fiquemos pois com esta satisfação e que os mortos durmam em paz...

Secretário, já, de toda a coluna, coube a Alfredo D'Escragolle Taunay a redação da Ordem do Dia sobre os acontecimentos da retirada e a sua vinda ao Rio-de-Janeiro a-fim-de comunicá-los à S. M. o Imperador Pedro II e ao seu governo.

Ouçamos o ínclito soldado, ele mesmo, narrar episódio de tão grande valor evocativo:

"No dia 11 de junho de 1867 chegamos ao Aquidauana. Estava terminada com honra a retirada da Laguna!

Que prazer o primeiro banho de corpo inteiro tomado naquelas cristalinas águas, após tantas semanas de misérias! Que ablução deliciosa e purificadora! Quando me reporto áqueles momentos, como que experimento ainda o gozo infindo que sentí, ao entrar em rio tão claro e formoso, rodeado das cenas alegres e pujantes de um rejuvenescimento geral!

Pensava eu arranjar uns quinze dias de licença, quando no dia seguinte logo o Lago veio dizer-me: "Você apronte todos os papéis e officios relativos à retirada que acabamos de fazer, arranje uma bonita ordem do dia e prepare-se para partir. E' quem vai levar ao Rio de Janeiro as notícias do que nos sucedeu. O José Tomaz aprovou muito a indicação que lhe fiz. E você, está contente?"

Apertado abraço foi a resposta. Tive inexcédível contentamento! Voltar ao Rio, ver a família, meu pai, minha mãe! Tratei de cumprir o que me havia sido ordenado.

À tarde era lida a ordem do dia, que redigi em um jato, concisa e vibrante. Ei-la:

"A retirada, soldados, que acabais de efetuar fez-se em boa ordem, ainda que no meio das circunstâncias mais difíceis. Sem cavalaria contra o inimigo audaz que a possuía formidável, em campos onde o incêndio da macega, continuamente aceso, amea-



M. M. Alfredo Taunay

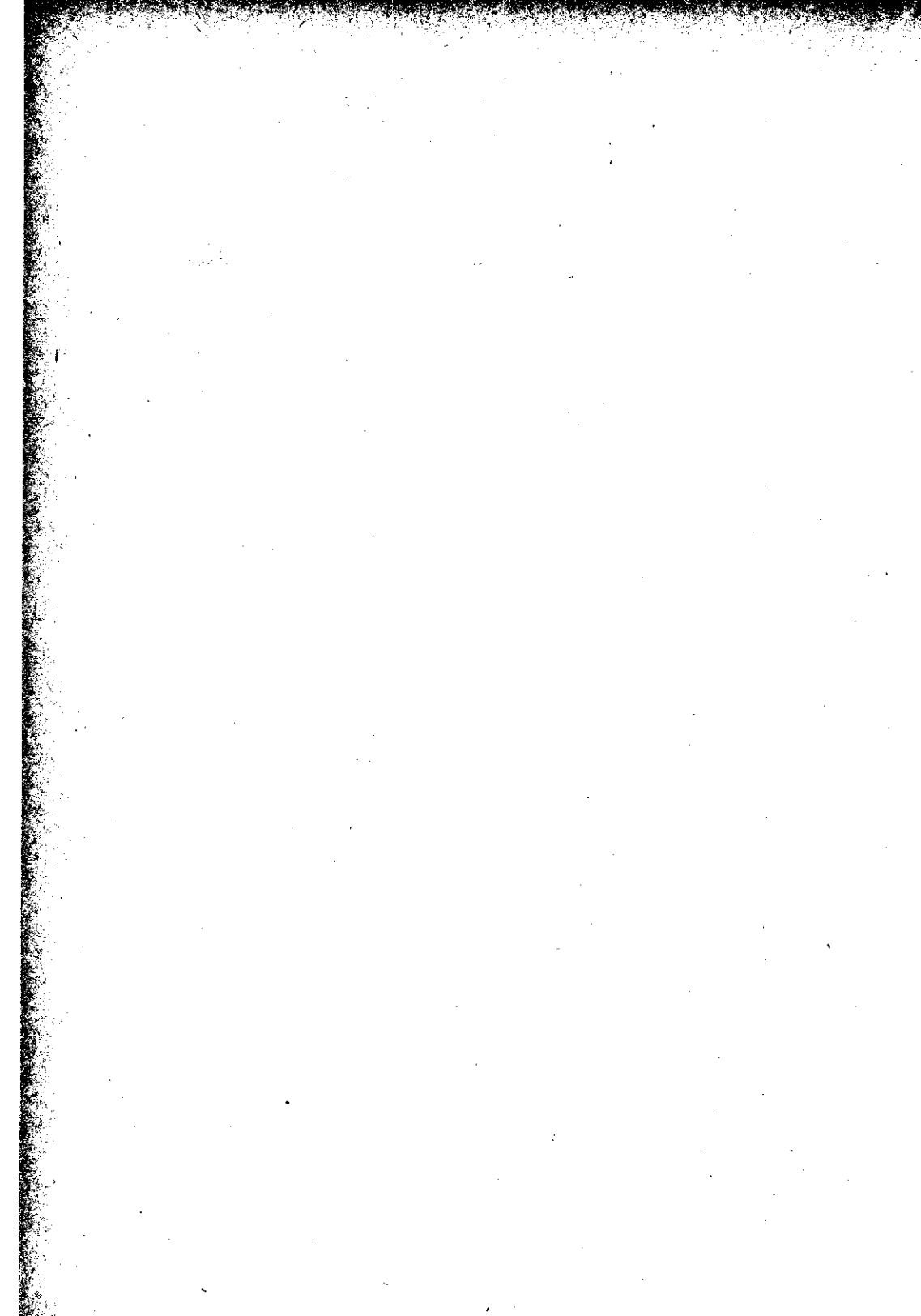
Agradeço cordialm^{te} o magnifico
presente, que me fez offerecer man-
dado do historico das operacoes mi-
litares da Prov^{da} de Mato Grosso, habi-
mente escripto por S. S.

Nunca tirei a menor duvida de que
essa parte do l^{to} que commendou
cumprira o seu dever, sustentara
sempre a gloria das armas bрази-
leiras. Se ja não tirese em
minhas mãos outra prova do seu
talento de narracao, esse livro seria
suficiente, para me firmar no con-
ceto em que tenho o seu author.

Recibo pois os meus cumprimentos
seus como

Budapest
12 de Agosto
1841.

am^o e cam^{da}
que restou
Duque de Caxias



çava devorar-vos e vos disputava o ar respiravel, extenuados pela fome, dizimados pelo cólera que vos roubava em dois dias o vosso comandante, o seu substituto e ambos os vossos guias, todos esses males, todos esses desastres vós os suportastes numa inversão de estações sem exemplo, debaixo de chuvas torrenciais, no meio de tormentos e através de imensas inundações, em tal desorganização da natureza que parecia conspirar contra vós. Soldados, honra à vossa constância que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras!"

Estava escrito, Sr. Presidente e meus ilustres consócios do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, no livro do destino, que não haveria Taunay de dirigir o fogo da bateria que lhe tocava comandar, sob as ordens do futuro Marechal Deodoro da Fonseca — o fundador da República. Oficial de artilharia, mas aluno em grau adiantado da Escola Central, foi aproveitado, como de início ficou assinalado, na comissão de engenheiros que integrava a Expedição de Mato Grosso, quiçá pela escassez de maior número de técnicos nessa especialidade.

Desempenhando-se da incumbência que o trouxera à Corte, foi, cerca de um ano após, designado para o Estado Maior do Marechal do Exército Conde d'Eu, que comandou a última fase da campanha contra Solano Lopes.

De como se desincumbiu Taunay dos seus novos encargos, di-lo o próprio príncipe, em documento de justiça e de oportunidade que peço vênia para ler, embora o medo que me assalta de enfadar e cançar os ouvintes. Disse o Conde d'Eu:

"Nesta qualidade (na de redator do Diário do Exército) acompanhou o Quartel General na marcha que se empreendeu de Luque, a 22 de maio, com destino a Piraiú; comigo assistiu aos diferentes reconhecimentos que se dirigiram contra as posições inimigas de Acurra, Cerro Leão e Cabanhas; marchou a 3 de agosto no movimento destinado a contornar a cordilheira de Ibitirapé; tomou parte no assalto de Peribeubú a 12 e à batalha de Campo Grande a 16, tudo do mesmo mês. Nestas duas ações se conservou a maior parte do tempo a meu lado, ao alcance dos tiros inimigos e às vezes adiantou-se mais, para ir aos lugares onde se achava travada a peleja, portando-se em tudo com a bravura própria de um oficial brioso."

Impressionou-se há dias certo correspondente de guerra quando, na famosa fortaleza de Estalingrado, após o recente revés do exército alemão, se avistou com o general russo Rodintsev, surpreendendo-lhe a figura desse herói do dia, que lhe pareceu ter mais de intelectual que de soldado. Foi o que li em telegrama de jornal que me caiu sob os olhos.

Não sei como justificar-se tal estranheza. A História está cheia de exemplos de guerreiros — artistas, intelectuais. E aqui mesmo, no nosso próprio país, é o Visconde de Taunay símbolo autêntico dessa associação de virtudes. Aliás já sentencia o poeta máximo da nossa nacionalidade que

“Nem cora o livro de ombrear com o sabre.
Nem cora o sabre de chamá-lo irmão...”

E é o que iremos ver.

Com a derrocada de Solano Lopes, voltou ao Rio-de-Janeiro o já então capitão Alfredo D'Escragnolle Taunay. Longe de buscar qualquer merecido repouso, em recompensa aos 5 anos de árdua campanha que fizera nas condições já conhecidas, tratou imediatamente de completar o seu curso de engenharia interrompido pela guerra, ao mesmo tempo que era nomeado para reger a cadeira de mineralogia na Escola Militar da Praia Vermelha. Simultaneamente intensa atividade literária dele se apoderou, sendo os sertões perlustrados nas longas e ásperas marchas através de Goiás e Mato Grosso a fonte inesgotável das suas mais belas inspirações.

Nunca mais desapareceram-lhe da retina as inegaláveis paisagens que um dia divisou no Oeste brasileiro. Todas as suas melhores obras têm origem nessas paragens que por vezes tiveram o condão de atenuar, com a doçura da sua beleza, todos os sofrimentos que aí experimentou.

A maior parte de sua produção literária que se eleva a quase uma centena de obras, comprova esta asserção.

A “ *piedade filial* ” com que tão humildemente se apresenta o nosso eminente presidente honorário — o insigne historiador Dr. Afonso D'Escragnolle Taunay na exaltação do culto nobilíssimo que mantém à memória veneranda do seu ilustre pai, há mais de 20 anos que faz editar novos e sucessivos livros do imortal autor de “ *Inocência* ”. Nesse profícuo labor que tanto o dignifica, encontrou Afonso de Taunay valiosíssimo apoio na Cia. Melhoramentos de S. Paulo dos beneméritos irmãos Weiszflog — o que é de justiça se ressalte — aqui. Esta peregrinação filial através

de fertilíssimo terreno bibliográfico do Visconde de Taunay tem trazido conseqüências de verdadeiro alcance patriótico. Além da divulgação de obra tão vasta quanto interessante, permitindo ao país conhecer as múltiplas facetas do espírito do grande brasileiro, despertou o poder público do alheamento em que viveu por longo tempo, tanto em relação ao homem como quanto ao feito glorioso que ele tornou conhecido.

Assim, monumento erecto em Nioac aos heróis da Laguna, no governo do Presidente Bernardes e o que, em Aquidauana, perpetua a memória do soldado escritor e em cujo bronze se ostentam em expressivo relevo as condecorações de guerra com que a Pátria agradecida galardoou seus méritos nos campos ensanguentados das batalhas, bem como, ainda, as recentes homenagens do governo da República, extensivas ao guia Lopes, em quem Taunay simbolizou todas as magnas virtudes humanas que o nosso homem sertanejo encarna, coincidem com o aparecimento desse trabalho, despretencioso e tenaz, do filho que sabe honrar o Pai.

Promovido a major e classificado no quadro de primeira classe do Estado Maior do Exército, não pode Alfredo D'Escraignolle Taunay fugir ao contágio efervescente da época de inquietação que o Brasil então atravessava. A política o atraiu para o seu seio, residindo aí a causa determinante da resolução que tomou e levou a termo, de demitir-se do Exército ao qual tantos e tão relevantes serviços havia prestado, servindo à Pátria estremecida. Aliás, ele mesmo é quem o diz em "O Neologismo de Benjamin Constant" — inserto em Reminiscências, páginas 215 e 216 — escreve o Visconde:

"Quando, em janeiro de 1885, perdida por mim a segunda eleição de Santa Catarina, pedi demissão do posto de major do Exército e do lugar de lente da Escola Militar, Benjamin Constant, encontrando-se comigo, mostrou-se em extremo sentido com tal resolução, mas não pode deixar de reconhecer que me assistiam boas razões em achar incompatível a profissão das armas com a carreira política pelos contínuos choques entre elas, que essencialmente lhes desvirtuam o caráter."

Depondo a favor do excepcional prestígio de que gozava no seio de sua classe está o fato, virgem, em episódios como esse, de vir o Exército inteiro, em manifestação unânime, pedir-lhe a retirada do requerimento em que solicitava demissão da entidade

a que emprestava brilho invulgar. Ainda há dias ouviu este Instituto dos lábios do seu orador oficial — professor Ataliba Nogueira, a referência que comprova minha asserção quanto à integral manifestação da oficialidade do Exército, desde a lista contendo o nome de todos os oficiais generais até os mais modestos representantes da nobre instituição, nesse momento histórico. E' que o patriotismo do Visconde de Taunay não aceitaria qualquer alusão que se viesse fazer à sua espada gloriosa, quando em meio às pugnas que iria travar e que travou, no parlamento e na imprensa, em campos políticos e doutrinários, sempre porem em prol dos mais altos interesses da Pátria. Esse desprendimento que infelizmente não teve continuadores e a tese que, com a liberdade de ação decorrente, desenvolveu então em torno do grave problema imigratório seriam o bastante, se outros títulos lhe não sobrassem para distinguir Alfredo D'Escragnolle Taunay, dentre os vultos de maior projeção do Segundo Império.

O Visconde de Taunay, escritor e parlamentar

TITO LÍVIO FERREIRA

Há um século nascia na Corte, como então se dizia, ou na Capital da República, como se diz hoje, Alfredo d'Escagnolle Taunay, conhecido mais tarde simplesmente por Visconde de Taunay. De sua vida e de sua obra, uma e outra notáveis por todos os títulos, já dissertou, no início destas conferências promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, comemorativas dessa efeméride, o dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, orador oficial desta casa. Discorreu, o acatado mestre de direito, com a eloquência e a elegância de sempre, a respeito da personalidade equilibrada e prestigiosa do homem de letras, do político e do militar, autor de obras literárias glorificadoras da vida e da natureza de nossa terra, porque nelas se fundem, num divino clarão de ideal humano, episódios e paisagens iluminados pela presença do espírito e da beleza. E a sua palavra, simples e sedutora, reviveu, numa síntese harmoniosa e cheia de primores, o panorama dessa existência palpitante de originalidade própria, colorida pela emoção intelectual e penetrada de ansiedade humana.

Da segunda conferência hoje se desincumbiu o Coronel Tenório de Brito, nosso distinto confrade. Com serenidade sóbria e ponderada escolheu, o ilustre orador, da obra polimorfa do imortal patricio, a empolgante narrativa militar, a "Retirada da Laguna", para tecer-lhe ao redor comentários refletidos e incisivos reveladores de conhecedor do assunto, porque, no dizer do épico lusitano:

"A disciplina militar prestante
Não se aprende, Senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando, ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando."

E daí ressaltar o conferencista que acabamos de ouvir, para o culto das gerações vindouras, essa jornada incomparável do heroísmo e da glória do soldado brasileiro.

Cabe-me, por indicação do nosso venerando Presidente perpétuo, Dr. José Torres de Oliveira, cujo nome declino com simpatia e amizade, falar-vos do Visconde de Taunay, escritor e parlamentar. O assunto é vasto e premente a angústia do tempo. Daí limitar estes ligeiros raciocínios sobre as obras mais conhecidas e mais características do imortal escritor, para aviventar-lhes a técnica e a arte admiráveis.

Nelas se alteiam, se conjugam e se interpenetram o impulso generoso das idéias, a tessitura luminosa do estilo, a sensibilidade tranquila da inteligência, o poder evocativo do talento, a penetrante visão psicológica, e a admiração comovida, o encantamento forte da terra e da natureza brasileiras. Das suas paizagens trescala, vigoroso e sutil, o perfume agreste e selvagem. E daí procurar a gente surpreender, através da eurtmia da forma, o esplendor da natureza em todos os seus aspectos, dos horizontes que se dilatam sob a transparência dos céus, do tormento da paixão insaciada e ingênua, das criaturas mal feridas de amor, das almas tímidas como aves desnordeadas no azul, ignoto e profundo.

Da sua grande obra destacarei apenas, como já disse, parte suficiente para se julgar do valor literário do consagrado escritor patricio. "Os indícios da presença da verdade", no dizer conceituoso do mestre de todos nós, o Dr. Afonso d'E. Taunay, afloram nas páginas magistrais da "Retirada da Laguna". Concentram-se nesse livro e na "Inocência", a energia e o calor da mocidade espiritual do Visconde de Taunay. E em ambos encontrareis tal vigor evocativo, tão forte penetração e conhecimento do assunto, que o tempo jamais conseguirá debilitar ou enfraquecer, porque neles há de sempre fremir a vida e a atualidade.

Dentro do cenário maravilhoso aberto na paizagem misteriosa do sertão remoto a coluna expedicionária percorre os alagadiços de Mato-Grosso e adentra o território inimigo. Entabre-se, a cada passo, na firmeza dessa prosa intuitiva, a visão fiel e robusta das marchas e dos pousos, do inimigo feroz, do perigo constante, da intrepidez dos combatentes, da glória marcial desses homens afeitos a todas as vicissitudes e a todos os sacrifícios. E nela encontrareis, para vosso deleite espiritual, a agudeza da análise e a faculdade conciente de prever os acontecimentos, de forma nítida e clara.

Descreve, com facilidade, vigor e colorido, perfis e ati-

tudes. Sob os vossos olhos se ergue, em meia dúzia de linhas, o chefe da coluna: "Homem de quarenta e sete anos de idade, baixo e aparentemente robusto, feições regulares, tez moreno-escura, olhos negros e vivos, tinha larga testa e belo crânio, completamente calvo, que dos paraguaiois lhe valera injuriosa alcunha. Sempre sério e preocupado era visto solitário, ou a conferenciar com o velho sertanista, que nos servia de guia, José Francisco Lopes". Lopes tivera sempre, desde a infância, tendência manifesta pelas entradas nos sertões brutos. E daí orgulhar-se tanto de conhecê-los, como poucos.

Conhecia, como ninguem, trilhos e caminhos, planuras e taleiros, chapadões e campinas. Quase sem beber e sem se alimentar, viajava dias e dias. E ele guiou a expedição guerreira, com ela se identificando.

Quando o velho guia se encontra com o filho, o escritor humaniza o tom da narrativa, para dizer: "Era geral o desejo de assistir ao primeiro encontro do pai e do primogênito que lhe voltava aos braços.

Passando pelos postos avançados soubera o nosso guia da grande notícia. Vinha pálido, lacrimejante, em direção ao filho que respeitadamente o esperava, descoberto. Não descavalgou; estendeu a dextra ao filho, que a beijou; depois o velho guia deu-lhe a bênção e passou sem proferir palavra. Foi uma cena patriarcal, e como seja o coração humano sempre sensível aos grandes lances, atônitos, olhávamos uns para os outros, como a indagar se não seria fraqueza entre soldados nem sempre conter as lágrimas".

Que emoção devia sentir o velho ao ver o filho escapo ao inimigo! E quanta dor, ao pensar que os outros membros da família, ainda cativos, haviam perdido o mais valente defensor! Quando em tal lhe falamos tomou uma pitada e disse:

— "Deus tudo faz. Deus assim o quis. Fui outrora um homem feliz, tive casa e família. Hoje durmo ao relento; estou só, e como do que a caridade me dá."

O quadro é majestoso e singelo. A pintura é expressiva e equilibrada. A cena dispensa a grandiosidade, porque as figuras principais se alçam, dentro dela, com serenidade e precisão, com firmeza de linhas e com alta significação moral, latejante de emotividade.

Depois o longo cortejo das desilusões e das amarguras. Perpassa ao longo das páginas o tropel das marchas e contramarchas, dos ataques e da fuzilaria, das cargas e da voz de comando a vibrar agora na voz do dever e da honra.

Em retirada o cólera morbus desaba sobre a expedição, flagelando-a. Por fim se torna impossível transportar os doentes e moribundos. Impossível salvá-los. Daí a decisão suprema de abandoná-los à beira do caminho. Sobre o cartaz, pregado num tronco de árvore escreveram: "Compaixão para os coléricos". A marcha continua. Os corações se oprimem. Longe ecoou, vivo e perturbador estrepitar da fuzilaria inimiga. E o escritor depõe: "ninguém ousava olhar para o companheiro", porque a consciência de cada um se entrecrocava com a consciência de todos.

Debaixo de chuvas trovejantes, sobre a lama pegajosa, expostos aos temporais, os homens caminham, exaustos, dobrados, silenciosos. E chegam, enfim, a perder de vista o inimigo, impiedoso e aguerrido.

Lede comigo a derradeira ordem do dia, escrita pela pena vibratil do então jovem Taunay. Vistes o drama interior deslizar ao longo da obra, numa contínua intensidade crescendo. Envolve-a uma atmosfera radiosa de entusiasmo, de sacrifício e de glória. Ouvi esse toque de clarim, rutilante e sonoro, pontilhado pelo rufar surdo e soberbo dos tambores: "A retirada, soldados, que acabais de efetuar, fez-se em boa ordem, ainda que no meio das circunstâncias as mais difíceis. Sem cavalaria, contra o inimigo audaz que a possuía formidável, em campos onde o incêndio da macega, continuamente aceso, ameaçava devorar-vos e vos disputava o ar respirável, extenuados pela fome, dizimados pelo cólera que vos roubou em dois dias o vosso comandante, o seu substituto e ambos os vossos guias, todos estes males, todos estes desastres vós os suportastes numa inversão de estações sem exemplo, debaixo de chuvas torrenciais, no meio das tormentas e através de imensas inundações, em tal desorganização da natureza que parecia contra vós conspirar. Soldados: honra à vossa constância, que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras!". Na simplicidade brilhante destes períodos respiram as figuras dessa jornada heróica. E vede como o escritor soube movimentá-las, com energia e colorido, porque soube compreender, exprimir e fixar esses episódios ofegantes para alçá-las nesse alto relevo de glória comovida e de absorvente beleza.

Madrugara o talento desse escritor consagrado. Depois da "Retirada da Laguna" dedica-se ao romance. Escreve "Inocência", a mais notável de suas obras. "Narrativa campestre e despretenciosa, de um livro singelo e sem futuro", diz Alfredo de Taunay ao dedicar o seu trabalho. Engana-se, nesse vaticínio. Francisco Otaviano não hesita e afirma: "Este livro terá vida longa, do mesmo modo que se pode, ainda hoje, viajar a Escócia.

com as novelas de Walter Scott por guias". O tempo havia de confirmar essa profecia. E porisso ao prefaciar a décima sexta edição brasileira dessa obra, há cerca de vinte anos, o Dr. Afonso de Taunay dizia, com a sua autoridade brilhante: "Continua a nossa novela sertaneja, e cada vez mais, a merecer o maior carinho do público brasileiro e dos públicos estrangeiros".

Fundamentalmente humana, a todos fala. Se a nós outros brasileiros é alem do mais a evocadora inconfundivel de cousas da beleza de nossa terra, pela realidade do quadro e de língua dos singelos personagens que o animam, tambem aos leitores de outras terras, e os mais diversos, encanta pela suavidade e a nobreza da fabulação.

Põe-lhes em jogo as fibras mais sensiveis da alma e do coração, apresenta-lhes intensa a associação das situações repassadas dos sentimentos mais delicados dos grandes embates da vida e da paixão."

Nada mais se pode acrescentar, a rigor, a esta análise psicológica do romance, cujo enredo, natural e insinuante, a todos encanta e a todos comove. Perpassa nessas páginas da vida amorosa o sopro animador do coração ardente. Inocência hesita entre o céu e a terra. Figura quase irreal pela doçura e pela ingenuidade, lembra um lírio branco crestado pela chama escarlate da paixão, inquieta e amarga. A sua beleza, a sua perfeição moral, a sua candura atravessam todos os sofrimentos, iluminando-os. Fulgura nesse livro o talento da juventude entrevisto na intimidade momentânea de um minuto criador. E "daí a conquista do direito de cidadania que, na literatura universal, realizou", na expressiva frase do Dr. Afonso de Taunay.

Abre o livro o estudo sobre o sertão e o sertanejo. Nesse capítulo inicial o sociólogo se revela, numa tentativa de interpretar o homem e o meio ambiente. Desdobram-se na espessura das florestas virgens, através de tableiros, chapadas e campinas, as estradas andejas. Por elas transita o escritor, para depois narrar: "Alí começa o sertão bruto. Pousos sucedem a pousos, e nenhuma palhoça, ou tapera dá abrigo ao caminhante contra a frialdade das noites, contra o temporal que ameaça, ou a chuva que está caindo. Por toda a parte, a vegetação, virgem, como quando aí surgiu pela vez primeira". O viajante penetra o mistério das terras desconhecidas. A imaginação, a curiosidade e a pesquisa aguçam-lhe o espírito deslumbrado. Grava, na memória, o cenário maravilhoso e inédito, o panorama esmeraldino, o instante que passa. Mais tarde há de revivê-los em magníficas sínteses. Recuam

diante de seus olhos ávidos os horizontes distantes, para onde avança a estrada coberta de areia frouxa. "Essa areia solta e um tanto grossa, tem cor uniforme que reverbera com intensidade os raios de sol, quando nela batem de chapa. Em alguns pontos é tão fofa e movediça que os animais das tropas viajeras arquejam de cansaço, ao vencerem aquele terreno incerto que lhes foge de sob os cascos e onde se enterram até meia canela", descreve Taunay. As perspectivas dos cerrados se alongam para além da linha azulada e fina dos horizontes remotos. O hálito da terra sobe dos passos das tropas em marcha. Adejam pelo espaço aromas penetrantes. O viajante aspira, forte e profundamente, o ar benéfico e saudavel. E prossegue, ao chouto das bestas, estrada afora".

A luz paira no ar, lúcido e ligeiro, ou desce em chuva causticante de raios incandescentes. Outras vezes, enublada, a atmosfera mal deixa passar o feixe rutilante das luzes solares. A seca avassala a terra. Lavra o incêndio por toda a parte, ateado pelos imprudentes. Campeia a melancolia. Dias e dias passam envoltos na fumaceira das queimadas asfíxiantes. Contudo, o escritor lembra: "E' cair, porem, daí a dias copiosa chuva, e parece que uma varinha de fada andou por aqueles sombrios recantos a traçar às pressas jardins encantados e nunca vistos. Entra tudo num trabalho íntimo de espantosa atividade. Transborda a vida. Não há ponto em que não brote o capim, em que não desabrochem rebentões com o olhar sôfrego de quem espregueira azada ocasião para buscar a liberdade, despedaçando as prisões de penosa clausura.

Aquela instantânea ressurreição nada, nada põe peias. Basta uma noite, para que formosa alfombra verde, verde-claro, verde-gaio, assetinado, cubra todas as tristezas de há pouco. Aprimoram-se depois os esforços; rompem as flores do campo que desabotoam às carícias da brisa as delicadas corolas e lhê entregam as primícias dos seus cândidos perfumes". Na esbelta florescência destas linhas palpitam os movimentos renovadores da natureza, indômita e viva, a estuar na eclusão amorosa da terra latejante, a fremir no encanto misterioso da vida que desperta e palpita. Adensam-se as sombras da noite próxima. Volta-se o escritor para o homem e diz: "O sertanejo que de nada cuidou, que não ouviu as harmonias da tarde, nem reparou nos esplendores do céu, que não viu a tristeza a pairar sobre a terra, que de nada se arreceia, consubstanciado como está com a solidão, para, relanceia os olhos em derredor de si e, se no lugar presente alguma aguada, por má que seja, apeia-se, desensilha o cavalo e,

reunindo logo alguns gravetos bem secos, tira fogo do isqueiro, mais por distração do que por necessidade". Ali permanece insensível à força, à grandeza, à influência dos fenômenos naturais que o cercam, que o envolvem, que o rodeiam. Feliz, satisfeito consigo mesmo, nada o perturba. Nem o sol, nem a chuva o impressionam. Apenas um ou outro motivo particular fere-lhe a atenção, sacudindo-a.

Alfredo de Taunay conhece-lhe a linguagem e a toponímia. Daí recolher-lhe o tom e os pensamentos, nestes períodos: "— Bom! exclama em voz alta e alegre ao avistar algum madeiro agigantado ou uma disposição especial de terras, lá está a peva grande... Cheguei ao Barranco. Alto. Até ao pouso do Jacaré há quatro léguas bem puxadas. E olhando para o sol: — Daquí a três horas estou batendo fogo".

Fixado o flagrante, surpreende a alma andeja e inquieta do sertanejo. Moço vadeia rios, vara florestas, desponta cabeceiras e palmilha terrenos desconhecidos. Envelhece. O escritor desvenda o momento. "Quando o sertanejo vai ficando velho, os braços frouxos para manejar a machadinha que lhe dá o substancial palmito ou o saboroso mel de abelhas, procura então quem o queira para esposo, alguma viuva ou parenta chegada, forma casa e escola, e prepara os filhos e enteados para a vida aventureira e livre que tantos gozos lhe dera outrora". E assim o escritor estuda o homem e a terra.

Começa a desenvolver-se o entrecho do romance. A narrativa e os diálogos vão empolgando. Singelo, simples e sereno o idílio avança, crescendo. O drama interior agita, sorrateiramente, as almas, numa confissão ingênua e casta. Desenham-se as cenas da tragédia em perspectiva. Na derradeira entrevista os corações alanceados pulsam com força e desespero. Cirino, o galã, agora tem certeza do amor de Inocência. Aperta-a de encontro ao peito. Taunay envolve os namorados numa atmosfera sedutora: "E assim abraçados, quedaram eles inconcientes, enquanto a aurora vinha clareando o firmamento e desferindo para a terra raios indecisos como que a sondarem a profundidade das trevas; enquanto os pássaros chilreavam à surdina, preparando as gargantas para o matutino concerto; enquanto o orvalho subia da terra ao céu molhando o dorso das folhas das grandes árvores suspendendo, às das rasteiras plantinhas, gotinhas que cintilavam como diamantes.

Ao longe, à beira de algum rio, as aracuãs levantavam a sonora grita, e o macaúã atirava aos ares os pios prolongados da áspera garganta". No amanhecer do sertão ruidos e cantos se

harmonizam. Renasce a existência. Toda a intensidade esquivada e complexa da tragédia atinge o ponto culminante. Movem-se as figuras num ambiente de realidade oprimida. Desfaz-se nas sombras da angústia o sonho de Inocência. Como todas as atitudes nobres e inúteis ele se desvanece. E desabrochou na angústia de um instante para viver e morrer em beleza.

Em "Céus e terras do Brasil", ressaltam o embevecimento, o culto, a ternura do artista comovido e enlevado pela forma voluptuosa, pela adoração da natureza livre e casta, pelo orgulho sereno da força espiritual, pela alegria, pura e luminosa, a vibrar nessas páginas onde as luzes douram quadros magestosos; avivam as sombras esparsas na cúpula fascinante das noites, claras e silenciosas; e irradiam na luminosidade palpitantes dos dias resplandescentes.

Cores e luzes se harmonizam, se fundem, se interpenetram nas paisagens rústicas e verdes, onde florescem, na visão de uma arte impercível, sonhos, melancolias, tristezas, anseios da mocidade, estados da alma, profundos e transbordantes. E daí essa obra reviver e reavivar "os grandes painéis da aurora, da tarde e da noite, as impressões do meio dia e da violência do temporal diluviano", sintetiza o Dr. Afonso de Taunay, ao prefaciar o livro "Céus e terras do Brasil".

Encanto das manchas límpidas, lavadas e lustrosas; doçura suave e saudável do ar fino e frio, perfume vivaz das resinas e dos vegetais machucados e seivosos, a encher a alma de sensações e imagens, de iluminuras e idéias. Como uma sinfonia alada e colorida, expansiva e triunfal, plena da alacridade clara de Mozart e da amplitude heróica de Wagner, a natureza celebra as núpcias da terra com o céu, da terra que tanto amamos, do céu que tanto admiramos. A alma desperta e principia os diálogos do pensamento. E ela se curva sobre o abismo do infinito na ânsia de sondar, compreender e sentir para interpretar, todas as mensagens misteriosas pairantes na atmosfera e emergentes do solo dadivoso.

Porisso, no dizer bem claro do Dr. Afonso de Taunay, "o poder evocativo notável de "Céus e terras do Brasil" procede da impressão da retina do seu autor pelo vigor da paisagem brasileira, contemplada com os olhos mais carinhosos e atentos e sob o influxo da admiração e do entusiasmo de uma alma de moço apaixonado do Brasil e da sua natureza. "Assim o mestre de todos nós expõe, explica e assinala a característica da irresistível e ressoante vibração existente nesses períodos admiráveis, onde a energia do pincel se harmoniza com o colorido emo-

tivo do estilo, para concluir: "deste embevecimento, repassado do mais forte patriotismo resultou a veemência do flagrante destas páginas".

Todos os quadros da natureza brasileira ali se desdobram, porque, diz o autor: "Há já largos anos ao voltar por terra da província de Mato-Grosso, cortando os sertões do centro deste Brasil, tantas e tantas vezes me vi obrigado a levantar o pouso com o escuro da noite e caminhar ao encontro da aurora, que todas as fases do alvorecer de um dia sereno e belo, ligadas por transições imperceptíveis para o viajante indiferente, se me fixaram na memória que ainda hoje, quando nelas penso em horas de concentração, como que sinto o bafejo daquelas formosas e imensas vastidões".

Pelos caminhos, à noite, as sombras densas apagam os contornos dos objetos e das cousas. O viajante segue rodeado pela solidão infinita. Alfredo de Taunay guarda as impressões de outrora e relembra: "O ar que lhe açouta o rosto é frio, úmido e penetrante. Por toda a parte o silêncio, silêncio acabrunhador, quebrado tão somente pelo estrupido cadenciado da cavalgada ou pelo grito longínquo de algum animal noturno". Estrelas faulham no espaço longínquo. Todos os contrastes da natureza impregnam as páginas do escritor perspicaz e cheio de encantadora singeleza. Forte, a escala cromática se alteia, pouco a pouco, num crescendo. O poder telúrico da terra se casa ao poder da inteligência perceptiva. E sob a curva infinita dos céus recortam-se, nos horizontes, os perfís das serras afastadas, enquanto as folhagens finas das árvores estremecem como rendas de prata brunida.

Descreve agora o mormaço abafadiço e o bochorno oleoso do meio dia, debaixo da atmosfera de aço polido e uniforme. Perpassam as horas compridas e regulares da tarde. A natureza arfa de cansaço. Tudo sofre as terríveis consequências da canícula: as aguadas, o arvoredado e o solo calcinado. De repente desaba a chuva. Renasce a natureza para a criação triunfal das seivas circulantes. O escritor grava o instante que passa: "Cerra-se depois o céu; enfusca-se a atmosfera, impregnando-se de vapores azulados que cambiam para o vermelho; zune sibilante vento, amiudam-se os roncões do trovão cada vez mais próximo; fuzila a cada instante; relampejam coriscos; serpenteiam os raios em deslumbrantes zigzagues, lívidos como ferro em brasa, abalando os ares com estrépito de enormes pilhas de porcelanas finas que se desmoronam por escadas abaixo, e despejam-se violentos aguaceiros com intervalos em que, não raro,

reaparece a luz solar, dourando os bojudos contornos das nuvens, e acordando em seu sombrio recesso um mundo das mais extraordinárias e fantásticas cintilações. "Fulguram, no ocaso, as derreadeiras luzes do dia. Aproximam-se, rapidamente, as horas do entardecer sertanejo. Compraz-se o escritor em descrever, com entusiasmos de miniaturista, os pássaros em revoadas. Escutai: "Por entre as folhas do arvoredado ainda gotejante, e de um verde reluzente, lavado que foi do pó do dia, cada uma delas com a sua pérola iriada a tremular na ponta, surgem com as cabecinhas travessas um sem número de passarinhos a pipilar, a gorgear, trinar, e chilrear, batendo as azas, volitando, espanejando-se, bicando-se uns aos outros, e perseguindo-se em folguedos de indiscretivel animação".

Outros cantores se reúnem. Vede como o escritor se esmera em descrever a cena multicolor: "Subitamente reaparecem em bandos, não se sabe vindos de onde, os modestos cantores da aurora, os coleiros, pequenets vestidos de casaca pardacenta, frente acinzentado-clara e cerimoniosa gravata preta ao pescoço; os canários da terra, de um amarelo que puxa para o vermelho, audazes e brigadores; os serra-serras, azues, quase negros, a subirem a prumo e descerem no mesmo ponto em que pousam; com vôo isocrônico que lhes deu o nome; os tapirangas, de trajes cardinalícios; infundos saís da sécia e saís-xés; os cabeça-de-brasa, esverdeados no todo e com um topete escarlate que empinam e fecham à vontade; os miudinhos bicos de lacre; os amarelos bentevis, já mais corpulentos, a anunciarem com estridentes gritos aquilo que não viram; os petulantes sanhassus, e entre esses, como extraviado, algum gaturamo, cujo peito, dizem, arrebenta de tanto cantar; as lavadeiras, de azas anegradas, lombo e dorso alvinitentes; um mundo, enfim, de graciosas avezinhas, muitas das quais se recomendam pela plumagem, mas desconhecidas e que talvez nem sequer nome tenham". As cores o seduzem, o fascinam, o encantam. Toda a gama colorida reverbera nesses períodos harmoniosos. Escutai-o ainda: "Nas nuvens esparsas há vivíssimos tons; mas do mesmo modo que de madrugada, predomina no colorido uma influência monocrônica; ali, o amarelo desde o amarelo desmaiado até ao afogueado açafraão, passando pelo amarelo canário e alaranjado; aqui, o vermelho, desde laivos do mais diluido carmin, até às pompas da púrpura mais fechada".

Formigam agora as estrelas, pisca-piscando. As noites tropicais se estendem com esplendor e serenidade. Ruidos, rumores, todos os barulhos, das selvas estão cochilando. "Parece que a

natureza, diz o autor de "Céus e terras do Brasil", não de todo vencida pelo sono, se revolve, busca posição mais cômoda para o descanso, articula sons, balbucia, geme e sonha. Há visos de existência que se quebra; alvoroço de alegrias que se findam; sobressaltos que se abrandam, como travessa criança que, adormecendo ainda cheia de folguedos e da turbulência do dia, os vê reproduzidos na mente infantil e maliciosamente sorri e se agita. Às vezes até soluça". Os mínimos sons lhe ficam gravados na memória. Acentua-se a tranquilidade. Taunay recorda: "Depois que nos alagadiços grita duas ou três vezes a anhuina-poca, marcando a hora, com a vigilância do galo, acordando a saracura, o inhambú e o cajubi que também cantam com mais ou menos regularidade, calma absoluta domina o sertão todo. Não se ouve o mais ligeiro arruido. Tudo dorme; tudo é silêncio, e nos céus misteriosamente giram inúmeras legiões de estrelas". Dentro do silêncio noturno a imaginação do viajante lobra duendes, sacispererês, boitatás e serpentes coruscantes. Empalidecem as estrelas menores e Taunay descreve: "de todo virou o Cruzeiro, como se diz no sertão; sussurra contínua uma aragem viva e fria, e para os lados do nascente branqueja o cantinho do céu, onde vai surgir a desejada aurora". Colorista encantado exalta, na visão da natureza, o jogo das luzes cambiantes. Comunica às palavras a emoção intelectual que o sensibiliza. E alheio ao tempo que se escoou por entre as horas ariscas, teve sempre em seu coração alerta os ecos distantes de todos rumores de outrora, de todas as imagens desaparecidas, de todas as cenas de outrora, entrevistas sob o fluido vapor de ouro das paizagens e dos panoramas abertos, para surpresa e delícia de sua alma contemplativa e de seus olhos maravilhados.

Como Afonso Arinos ouvira Alfredo de Taunay, nos pousos distantes, perdidos à beira das estradas que se embrenham no sertão, o canto elevado às glórias de nossos maiores. Daí o autor de "Pelo sertão" ter dito: "Esta é a melodia que eu procurei, senhores, desde que muito criança viajava pelo interior do país, sentindo a nostalgia das solidões do grande planalto, ouvindo as falas das matas, seus diálogos amorosos com os rios, cujas faces as árvores debruçadas beijam trêmulas; foi esta a melodia que busquei nos campos, nos campeiros e no gado; foi esta a harmonia que procurei nas longas estradas reais, ao sol, à chuva ou ao vento, pelo meio das tropas em marcha". Esta harmonia heróica, esta sinfonia do pitoresco evocativo, das solidões remotas, das múltiplas fascinações do sertão envolvente ressoa no estilo de Alfredo de Taunay, porque nela pulsa e palpita a beleza soberana da terra brasileira. Ninguém foi mais brasileiro; ninguém

ostentou, com mais orgulho, o espirito de brasilidade; ninguém sentiu mais como ele sentiu, o contacto com a terra e os céus brasileiros. Outros o igualaram. Nenhum o ultrapassou na glória imorredoura de ter exaltado a nossa terra e a nossa gente.

Escritor e parlamentar jamais quebrou a linha de elegância moral e intelectual, que se traçara. Fora eleito deputado pela então província de Goiaz. Ingressa na câmara dos deputados. Ali se mantinha em discreto e recolhido silêncio, embora muitas vezes lhe custasse, não pouco, esse calculado retraimento. Procedê assim, por estratégia. Frequenta a tribuna. Quando entrou no parlamento lembra o conselho amigo de Francisco Otaviano, do simpático Otaviano: “— Não queira Taunay, dizia-me ele, ganhar nome depressa; vá aos poucos”. E justificava as razões dessas palavras, ilustrando-as.

Todavia, o novel deputado nem sempre ficava silencioso. Conservador, com idéias mais avançadas que os liberais, agita na câmara os problemas debatidos na imprensa carioca. Mantem-se acima do tumulto das paixões e conserva-se nessa atmosfera de serenidade e nobreza. Insiste no registo civil, no casamento civil e na grande naturalização como remédio urgente para muitos males da época. E no Senado, quando toma posse, sobre a sua cabeça descem nuvens coloridas e borboleteantes de mimosas flores e de rosas desfolhadas.

Dias depois sobe à tribuna. Fere o problema da escravidão de frente. Abolicionista convicto fala da imigração e proclama: “O Brasil precisa de braços, é certo, mas antes de tudo precisa de colaboradores da grandeza nacional”. Cita os exemplos dos Estados Unidos e da Argentina. Fala da variedade dos climas e das condições do solo brasileiro, para assimilar o estrangeiro. Salienta: “Promover a imigração é abrir as largas portas de um país como o nosso a todos os bons elementos de trabalho, quer para a agricultura, quer para a indústria, para as artes, enfim para as múltiplas formas da atividade humana, e dizer a esses homens de boa vontade: venham; aqui encontrareis toda a protecção possível, as leis mais largas e mais generosas. Aqui bem depressa identificados com todo o povo, nas suas aspirações de progresso e felicidade, podereis, em pouco tempo, vos tornar cidadãos prestimosos empenhados no pensamento comum do engrandecimento da nossa grande pátria, das grandes energias morais e intellectuais de quantos queiram vir colaborar conosco”. Adepto entusiasta da imigração européia, embora acusado dessa preferência em prejuizo do trabalhador nacional, ei-lo que declara: “Quero a introdução do precioso elemento do trabalho

estrangeiro, mas quero ao mesmo tempo a utilização do valioso elemento do trabalho nacional, aproveitando quanto possível essas forças vivas, esparsas por todo o país e que não têm sido chamadas à grande oficina nacional". O parlamentar revela, aqui, a sua extraordinária visão de sociólogo e patriota, conhecedor dos problemas econômicos de nossa terra. Cincoenta e poucos anos mais tarde esses problemas seriam objeto de estudo do atual chefe da nação brasileira. E a legislação social de nosso tempo aproveitou a idéia do Visconde de Taunay referente à proteção e ao amparo ao trabalhador nacional.

Ataca de frente o problema da grande naturalização, como consequência lógica da imigração, argumentando. E se não viu as suas idéias triunfantes, quando parlamentar, teve a glória de vê-las convertidas em lei pouco após a implantação da República.

Durante as legislaturas, quando não assoma à tribuna, observa, anota, analisa. Traça, com maestria e firmeza, perfis dos colegas, atitudes e frases. Refere-se ao Visconde do Rio Branco, como orador de raça. Surpreende-lhe o gesto e fixa-o nestas palavras: "Falando bem de frente e dirigindo-se de contínuo, conforme a boa prática e até ficção parlamentares ao presidente da câmara e como que alheio aos deputados presentes, estendia com frequência ora o braço esquerdo, ora o direito, puxando de vez emquando os punhos ou então levantava no ar o dedo indicador da mão direita fechada". Isso lhe valeu o engraçado conselho do eminente jornalista maranhense, Joaquim Serra, dado no seguinte decassílabo:

"Embainha, ó Rio Branco, esse teu dedo."

Com igual espírito explicava o Visconde do Rio Branco: — "Quando a idéia não vale por si bastante alto, suspendo-a na ponta do dedo. Faço como o Tatti". Esse Tatti, contava ele, fora tenor célebre no Rio-de-Janeiro. Um dia o Imperador perguntou ao marquês de Abrantes, que tal achava esse artista: — "Excelente, respondeu o canário do Senado (como lhe chamavam). Quando ele não pode alcançar a nota que têm de dar, fiska-a na ponta do dedo e mostra-a ao público. Aí é que o aplaudo com entusiasmo".

Zacarias de Góis e Vasconcelos referia-se a certos colegas em tom causticante, como era de seu feitio. Observou, duma feita: — "Néste senado, disse ele acenando com o seu lapis sempre em punho, vemos cousas bem curiosas; por exemplo, um colega que, mal chega à sua cadeira, tira as botinas, fica de meias

e pega logo no sono". Acusado de atacar as irmãs de caridade, que Zacarias defendia, o tal senador comodista foi assoprado, perfidamente, pelo colega de bancada: "— O Zacarias está afirmando que V. Excia., em outros tempos, defendeu as irmãs de caridade". Estremunhado e enfurecido o outro bradou: "— Não é exato! Proxe V. Excia. o que avança! Venham as provas!". Outro colega lhe assoprou: "— Assevera ele, que V. Excia. tirou as botinas e está so de meias!". "— Com a breca, concordou o interpelado, encolhendo-se todo e calçando às pressas, lá isso é fato. Que malvado homem!".

Entre o barão de Cotegipe e Zacarias reinava sempre cordial animosidade. Com paciência e calma aquele aturava as agressões deste envoltas em aguda ironia. E retribuía alfinetada por alfinetada.

O Visconde de Taunay faz a crítica do cidadão, do vós, da saude e fraternidade, com sadio humorismo. Transcrevo aqui, para vosso deleite, essa página deliciosa do volume "Reminiscências". Quem hoje em Paris, se lembrasse de tratar a qualquer de **citoyen**, em vez de **monsieur**, incorreria no maior reparo e havia logo de ser tido em conta de hisurto tipo e formidável toleirão.

O vós, segunda pessoa do plural, é simplesmente intolerável e infantil transplantação do **vous** francês, tratamento tão cômodo e apropriado entretanto naquela língua, mas espécie de roupagem de rigoroso inverno, de que à força vestiram o brasileiro em plenos rigores de acabrunhador e bochornal verão.

Torna-se, com efeito, o nosso vós de difícil manuseio e por essa causa bem bons pratinhos gramaticais temos apreciado. Na tribuna, então, aumentam os tropeços, e eis a razão por que os oradores da República, até nas câmaras municipais, continuam a bombardear-se com os ceremoniosos Excelências, dando às suas discussões aroma de procedência aristocrática, que deveria atacar, com natural intensidade, os nervos dos genuínos democratas.

"— Nunca se meta no cipoal do vós, aconselhava a alguém o velho Silveira Martins, mestre na oratória; a custo é que se sai dele. A terceira pessoa presta-se muito mais dutilmente à formação pronta e pura da frase portuguesa". E nesse tom irônico o mestre do bem-falar e do bem-escrever continua o comentário.

Recorda a discussão travada entre Silveira Lobo, José de Alencar e Zacarias. Este empalidecia e bufava, na frase de Taunay, ao receber os remoques de Alencar. José de Alencar, com a palavra, disse: "— O nobre senador mandou reformar um guarda nacional da Baía, só porque tinha na perna ligeiro defeito.

(Riso.) Não queria S. Excia. senão oficiais que fossem, como ele, bem parecidos". (Risos.) Zacarias aparteia: "— Como está engraçado...". E o autor do "Guarani" explica: "— Desde que me chamou fanadinho, deu-me o direito de achá-lo esbelto (apoiados) e elegante — e nisto não lhe faço favor, rendo-lhe justiça". E frouxos de riso se ouviram.

Refere o Visconde de Taunay este episódio autêntico. Não figura nos Anais. Assim o narra o elegante escritor: "Citando José de Alencar, no correr do debate o jornal londrino "Pall Mall Gazette", pronunciara "Pell Mell", ao que acudiu logo Zacarias com pedagógica dicacidade:

— O nobre ministro ignora que, em inglês, a antes de dois 11 (eles), tem o som de o?

— Então V. Excia. quer que eu diga **Poll Moll**?

— Boa dúvida; mande buscar o dicionário de Walker para aprender um pouco.

Na casa não havia o tal dicionário.

— Pois bem, declarou Alencar, amanhã trarei na minha pasta a autoridade invocada, e V. Excia. sentirá fundo vexame da cinca a que quer arrastar-me.

No dia seguinte, com efeito, apesar dos **já sei, já vi, não vale a pena, tem razão** de Zacarias, o outro leu com todo o vagar a acentuação o que ensinava Walker, isto é, que sendo palavra corruptela do francês **pêl-mêlê**, conservava a pronúncia de origem.

Zacarias não teve remédio senão abater bandeiras e reconhecer, lá consigo mesmo pelo menos, que dessa feita, levava formidável quinau.

Só lhe restou uma saída, retirar-se do recinto; o que fez, atirando todo colérico este aparte:

— Também o nobre ministro tem mestra de inglês em casa.

Aludia à senhora de José de Alencar, distintíssima filha do ilustre Dr. Tomás Cochrane, um dos primeiros propagandistas da homeopatia no Brasil."

A propósito de certa votação Zacarias moralizava com percuente mordacidade: "— Houve senadores, disse ele, que andavam a berrar pelos corredores e na sala do café, que saberiam resistir a todos os empenhos e mais isto e mais aquilo. Entretanto, à última hora, mudaram de rumo, levantaram-se caladinhos e submissos e votaram sim. Dois outros fugiram e fizeram bem, um até ficou no ar, nem sentado nem de pé; votou a meio pau". Estourou gargalhada geral. Ora, o orador apontara para

o barão de Laguna, Jesuino Lamego Costa, daí este perguntar: — V. Excia. se refere a mim?

— Sim, senhor, confirmou Zacarias.

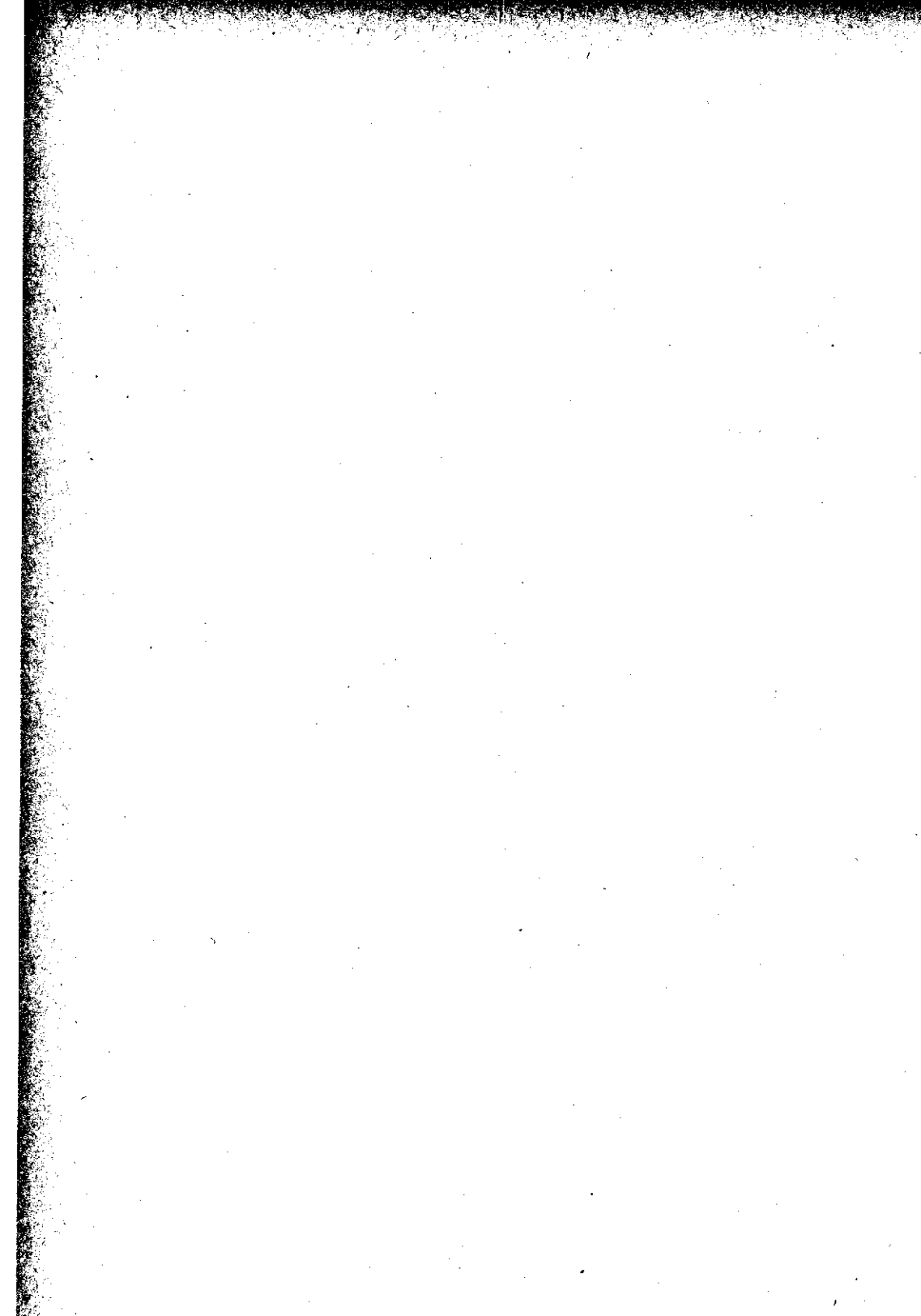
Tinha muito espírito e natural vivacidade, o barão de Laguna. Fora marujo e era belo tipo de homem do mar, muito estimado e muito digno da maior estima, depõe o Visconde de Taunay. Inclinado à bregeirice, embora entrado em anos, o senador citado respondeu: “— Pois fique V. Excia. sabendo, replicou ele sem hesitar, que só assim é que posso dar um ar de minha graça; já não levo a bandeira ao tope”. E o próprio Zacarias desmanchou a seriedade, sorrindo.

Taunay sempre fora conservador. Arguido por adversários de liberal avançado explicou as razões do seu liberalismo. Refere a frase do coronel Deschamps, amigo íntimo e companheiro da guerra do Paraguai, ao receber dele os parabens por ter sido eleito senador. E com malícia, o coronel acrescentara: — Você Taunay, há de dar-me desgostos no Senado.

Deu-lhos, de fato, confessa o eminente escritor. Nunca o Visconde se arrependeu de suas atitudes, embora guardasse o devido acatamento aos velhos amigos. Igualmente lhe fora impossível ficar silencioso, quando, certa vez, o barão de Cotegipe, de quem era muito amigo, lhe ridicularizou as idéias e o tratou de “menino”. Porque o Visconde de Taunay mantinha, com elegância moral, o seu pensamento, por ele se batendo. Acreditava, com ardente sinceridade e santo entusiasmo, conforme suas próprias expressões, na força dessas idéias, “— conjunto de medidas sociais apertadamente concatenado e destinado a dar, com toda a certeza, ao Brasil, pujança, prosperidade e glória”. Anos mais tarde, ao recordar esse belo, fecundo e promissor programa, Taunay escrevia: “Quando nele ainda penso, sinto nas veias um frêmito de entusiasmo, à maneira de leal guerreiro que, fatalmente arreado dos combates, ouve, longe, longe, o clarim dos esforçados entreveros.”

Esse clarim altaneiro ressoara sempre dentro de seu coração de combatente, em todas as campanhas de sua vida retilínea, consagrada aos mais nobres ideais: quando percorrera o sertão e sentira, no enlevo interior, o mundo pinturesco, sensitivo e colorido, a refletir a existência do mundo exterior; quando o elemento decorativo, plástico e vibrátil lhe florescera na retina, em formas, objetivas e douradas; quando na evocação histórica ou na evocação da paisagem o estilista maravilhoso vivera episódios e personagens batidos pela claridade ambiente; quando exaltara, nas letras pátrias, a terra em que nascera, os campos que viajara,

o sertanejo que o conduzira; quando enobrecera a língua que trabalhara, que polira, para elevá-la na clareza e na simplicidade nativas; quando a sua alma jovem se debruçara angustiada sobre o drama rubro da guerra e compreendera a necessidade imperativa de ser simples, muito lúcido, para estar à altura dos heróis da jornada gloriosa, magistralmente descrita, com largueza, equilíbrio, civismo e plenitude. Longe, longe, esse clarim ficara sempre vibrando. E suas notas finas, penetrantes e comovidas permaneceram alertas no calor de seu entusiasmo viril, no ritmo **gigantesco** do seu coração, enternecido e inquieto; no potencial emotivo de seu espírito nacionalista e na sinergia criadora de sua obra irradiante de beleza e humanidade.



Robert Southey, sua vida e sua obra (*)

IGOR DOLGORUKIJ

Profundamente comovido e sensibilizado, tenho a honra de pronunciar esta conferência, com a qual o benemérito Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo comemora o centenário da morte de Robert Southey.

Nosso biografado foi um grande benemérito das letras históricas brasileiras. Legou-nos uma obra notável sobre nossa terra, nossa gente e nosso passado. Seja-me permitido usar destas palavras: **nossa terra, nossa gente, nosso passado**. Após 23 anos de vida e de trabalho neste país cristão, entre o bondoso povo brasileiro, meu coração e meus sentimentos tornaram-se também brasileiros.

A **História do Brasil** de Southey não foi, até hoje, superada, e é tida, pelos contemporâneos, como obra clássica, na qual os estudiosos sempre encontram preciosas fontes para os seus trabalhos. Terminada em 1809, editou-se o 1.º volume em Londres, em 1810, o 2.º em 1817, e o 3.º em 1819. Tendo-se esgotado rapidamente, foi o 1.º volume reeditado somente em 1822, edição esta mais valiosa, por estar enriquecida com novos documentos e um minucioso mapa do Brasil.

Traduzida para o vernáculo por Luiz Joaquim de Oliveira Castro e anotada pelo Cônego Fernandes Pinheiro, foi a notável obra de Southey editada em Paris, em 6 volumes, no ano de 1862.

A **História do Brasil** de Southey vai até 1808. A partir desse período, John Armitage editou em Londres, em 1836, 2 outros volumes, desde a chegada da família de Bragança, em 1808, até à abdicação de Pedro I, em 1831.

(*) Conferência comemorativa do centenário da morte de Robert Southey, lida em sessão de 5 de abril de 1948.

A **História** suplementar de John Armitage foi traduzida para o vernáculo por "Um Brasileiro" e publicada em 1837, no Rio-de-Janeiro. A 2.^a edição, organizada por Eugênio Egas, apareceu em 1914, em São Paulo.

É interessante saber que Southey, tendo escrito obra tão notável, nunca pisou o solo brasileiro. Em suas viagens por Portugal e Espanha, teria podido consultar, entretanto, os preciosos arquivos desses países. A maior parte dos documentos valiosos, para a sua notável história, que deveriam fazer parte da sua monumental **História de Portugal**, obteve-os, porém, do seu tio materno, o Reverendo Herbert Hill, que viveu mais de 30 anos em Lisboa e era um grande apaixonado dos estudos históricos.

Em 1815, publica-se em Paris a **Histoire du Brésil**, em 3 volumes, de autoria de Alphonse de Beauchamp, que tendo lido somente o 1.^o volume da obra de Southey, acusou-o de não passar de um compilador. Southey, porém, no prefácio de seu 2.^o volume, escreveu uma réplica veemente contra esse autor inescrupuloso, acusando-o claramente de plágio.

A propósito, tomo a liberdade de ler aqui o trecho de um artigo da lavra do notável historiador patricio, Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, que, elogiando a obra de Southey, condena asperamente Beauchamp por seu escandaloso roubo literário.

"**Roberto Southey**, literato e poeta inglês, que não há muito faleceu, deixando em Inglaterra uma reputação talvez logo imediata neste século a Byron e a W. Scott, teve a boa inspiração de se lembrar de escrever uma história do Brasil, não só quando ele não era ainda independente, mas até antes da época em que na Europa se olhou mais à sua importância pela transferência da casa de Bragança. — Auxiliou-o a isso uma famosa coleção de manuscritos feita durante a residência de mais de 30 anos em Portugal por seu tio o reverendo Herbert Hill, a quem ele Southey por gratidão ofertou depois o seu trabalho.

"Em 1810 saiu a lume o 1.^o volume da "História do Brasil" (em inglês), constante de mais de 700 páginas em formato de quarto grande, abrangendo o que havia de mais essencial a organizar, principalmente por um estrangeiro, pela indispensável leitura e confrontação necessária de muitos documentos, às vezes mal escritos. Não diremos que fez uma obra completa: ele mesmo reconheceu que não, quando em dezembro de 1821 dizia avaliar quanto a mesma História do Brasil podia ser acrescentada por alguém, que viesse a compulsar os arquivos de Lisboa; mas fez quanto pôde, e ninguém naquela época faria melhor.

“Um dos exemplares da sua primeira publicação de 1810, foi parar em França às mãos de um homem já com antiga praça assente no regimento dos plagiários. Julga boa a especulação de uma História do Brasil em francês, quando nele estava um trono europeu, no qual se fitavam os olhos e curiosidade dos povos, aproveita-se do trabalho alheio, procura disfarçar o plágio, dá a algumas idéias novas formas, suprime outras, sacrifica muitas vezes a verdade histórica ao estilo facinador, e portanto mais perigoso: e desconfiado de não lucrar tanto, tendo que esperar pela continuação do trabalho de Southey, arranja o trabalho como pode, e publica em 1815 uma obra com o título de “História do Brasil”, no prefácio da qual não só cai na censura severa da fábula de Iriarte aos ingratos escreventes que se esquecem de citar os autores, de cujas idéias se utilizam, mas dá até passos para a ignomínia, adiantando-se a seduzir o leitor para com ele conciliar pouca importância ao respeitável escritor, que velara por lhe arranjar subsistência de idéias, produzindo entre outras razões a de ter o mesmo Southey publicado o 1.º volume de sua obra, só seguindo o uso dos livreiros, e sem o segundo, ao passo que ele Beauchamp, que estivera sete anos a dispor os materiais para a sua História (!!), se resignara a não aparecer com os primeiros volumes, que já estavam prontos, senão depois de ter acabado o último; e ainda em cima atrever-se a exprobar com um ponto de admiração o autor inglês, pela demora em não ter ao menos publicado logo o segundo volume como enfaticamente assim o prometera! E por Southey seguir o uso de todos os historiadores modernos de bom critério, de citarem à margem, e em notas de fundamentos do seu juízo e discurso, procura meter a ridículo o ser erudito. Mas, esquecido logo do que disse, vai ainda, como arrependido, pelas margens da obra de Southey, sem conhecimento algum dos livros e dos autores, aproveitar as migalhas das suas citações, para em breve ostentar-se erudito no prefácio!

“Este menoscabo de Beauchamp era, talvez, também, em parte, filho do sentimento que lhe devia provir de o não ter podido continuar a ser autor por tão barato preço. — O escritor inglês deu a tudo a resposta mais cabal que podia dar: olhou com o riso de escárneo para o homem desprezível e indigno, lembrou-lhe os plágios que tinha feito ao seu compatriota De Puis-saye, e publicou nos anos de 1817 e 1819 mais dois grossos volumes, em continuação do primeiro, confiando o resto à justiça dos contemporâneos, e ainda mais, talvez, à da posteridade, côncio de que uma reputação injustamente conquistada vem a sofrer, por fim, em compensação, o desprezo.”

Em 1860, foi editada em Berlim a **Brasilianische Geschichte**, de autoria de Gottfried Heinrich Handelmann, o qual, conforme pude verificar, se orienta pela obra de Southey.

A História do Brasil de Handelmann, traduzida para o vernáculo por D. Lúcia Furquim Lahmeyer e revista pelo General Bertoldo Klinger, foi anotada por Basílio de Magalhães e editada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1931, no Rio-de-Janeiro.

*

* *

O lar predileto de Robert Southey foi Keswick, em Cumberland, onde se estabelecera aos 29 anos de idade. Ali viveu exatamente 40 anos de sua existência, quase exclusivamente consagrada ao trabalho fecundo de escritor, estudando com grande carinho documentos preciosos e originais, sobre Portugal, Espanha e América do Sul. Nunca houve exemplo de mais completo homem de letras. Seu maior prazer era a literatura, e soube a tempo obedecer à vocação. Tendo fugido meio à consideração dos altos círculos científicos e artísticos, deixando em dinheiro 12.000 libras, o que para a época era uma fortuna considerável. Sobre a juventude de Robert Southey, pouco podemos dizer. Não existem a respeito dados suficientes: os que se encontravam nos arquivos do escritor foram dispersos e perdidos, devido à leviandade dos testamenteiros, que nunca publicaram as preciosas notícias em seu poder.

Nasceu Robert Southey em Bristol, em 1774. Seu progenitor era um dos mais importantes negociantes de fazendas daquela cidade, como se pode verificar na curta memória que acompanha a coletânea dos seus poemas traduzidos para o francês. Suponho, porém, que se trate de uma dessas vulgares declarações destinadas a favorecer pessoas que, tendo alcançado posição eminente, tenham interesse em ocultar uma origem possivelmente humilde. Mas, que importa a origem humilde de uma pessoa com profundos sentimentos humanos ou de um escritor cuja vida tenha sido laboriosa e honrada? Que importância tem o fato para nós, quando sabemos que, por exemplo, Shakespeare era filho de um pobre tecelão, Milton de um modesto mestre-escola, Walter Scott de um advogado, Thomas Moore de um pequeno negociante de secos e molhados, Chatterton filho natural, educado à custa de estranhos, sem que por isto esses gênios fossem menos considerados do que os nobres mais importante da terra?

Já é tempo de nos livrarmos desses preconceitos ingênuos e impertinentes, que tantas vezes prejudicam a vida social. Para

por fim a tais preconceitos, é necessário considerar todos os homens e todas as atividades, por mais humildes que sejam, sob o aspecto do bem ou do mal decorrente para a humanidade. Portanto, se o genitor de Southey, estabelecido em Bristol, foi apenas um pequeno varejista ou um dos mais importantes da localidade, podemos dizer, com John Gilpin, que foi "um fanqueiro intrépido, como toda a gente sabe". A loja do velho Southey ficava na rua do Vinho e tinha como taboleta uma "chave de ouro". Ainda muito tempo depois da morte de Southey, o prédio, com a mesma taboleta, lá se encontrava.

Robert, quando menino, ali trabalhara como mensageiro. Quando o pai faleceu, a loja passou para o tio, que mais tarde educou o jovem Robert. Inteligente e afável, Robert Southey pôs-se a trabalhar na loja para se fazer estimar pelo tio, pois jamais demonstrou especial aplicação por tal mister. Ora media os panos com a vara adequada, ora percorria os campos abertos com os cães de caça, ora entrava de súbito na loja cheia de clientes, passando por entre eles com botas sujas de lama e a vermelha jaqueta de caça, sem dispensar-lhes a mínima atenção. Não lhe descobrindo o tio nenhum pendor para o comércio, resolveu, muito contra a vontade do nosso biografado, destiná-lo á carreira eclesiástica. Os amigos de Robert eram, em sua maior parte da Igreja Anglicana dissidente, os quais, entretanto, depois de reeducados e bem exercitados nas práticas religiosas, se tornavam sacerdotes dos mais dedicados.

Southey foi, em primeiro lugar, educado por um ministro batista, o sr. Foote, homem muito inteligente, porem já muito idoso. Mais tarde, transferiram-no para um colégio de Corston, onde permaneceu dois anos. Foi provavelmente nesse colégio que terminou os estudos. Seu tio decidira que trabalhasse na loja da "Chave de Ouro", mas, seguindo o plano preestabelecido de o fazer seguir a carreira eclesiástica, enviou-o a uma escola preparatória. Assim, de acordo com esse plano, foi o nosso jovem internado em Westminster, no ano de 1787, quando apenas contava 13 anos de idade.

Em 1790, foi o pequeno Southey censurado, por motivo de sua participação em uma revolta planejada contra o professor Dr. Vincent. Em 1792, aos 18 anos, vemo-lo estudante da Universidade de Oxford, onde, porem, inclinações revolucionárias determinaram sua exclusão.

A Revolução Francesa tão fortemente o impressionou que ele e mais dois amigos íntimos, Lovell e Coleridge, planejaram estabelecer-se nas margens do Susquehannah, na América do

Norte, para formarem uma nova República com o nome de "República Pantissocrática". O projeto não pôde realizar-se, devido à falta dos meios necessários. Enfim, com 21 anos de idade, em 1795, casou-se Southey com Miss Fricker. A propósito, lemos no **Dom Juan**, de Byron, que Coleridge e Southey, "seguindo ambos o mesmo caminho, esposaram duas irmãs, modistas em Bath".

Coleridge e Lovell, eram da mesma cidade que Southey, e foram os mais fiéis companheiros da sua juventude.

Coleridge, um dos maiores poetas ingleses, nasceu em 1772 e morreu em 1834. Lovell pertencia a uma família **quaker**. Logo depois do casamento, Southey seguiu, com seu tio materno, o reverendo Dr. Hill, para Portugal, onde este fora nomeado capelão da reitoria inglesa em Lisboa. Em 1810, obteve Southey uma colocação como secretário, junto ao muito honrado Isaac Corry, chanceler do Erário da Irlanda. Retirando-se desse emprego, o nosso biografado foi residir em Keswick, onde também moravam, no mesmo lar, a viuva do seu amigo Lovell e a esposa de Coleridge, ambas irmãs da esposa de Southey.

Eis uma pequena relação dos trabalhos do nosso homenageado de hoje, que lhe comprovam a maravilhosa atividade: **Joana d'Arc**, 1796. — **Poesias**, 1797. — **Cartas de Espanha e Portugal**, 1797. — **Antologia Anual**, 2 vols., 1799-800. — **Amadis de Gaule**, versão espanhola, 4 vols., 1803. — **Obras completas de Chatterton**, 3 vols., 1803. — **Thalaba**, 2 vols., 1804. — **Madoc**, 1805. — **Antologia de Poetas Latinos**, 3 vols., 1807. — **Palmeirim de Inglaterra**, 4 vols., 1807. — **Cartas de Espriello**, 3 vols., 1807. — **Dispersos de H. K. White**, 2 vols., 1807. — **Crônica do Cid**, versão do espanhol, 1808. — **História do Brasil**, 3 vols., 1809. — **Maldição de Kehama**, 1811. — **Omniana**, 3 vols., 1812. — **Vida de Nelson**, 2 vols., 1813. — **Carmen Triunfal**, 1814. — **Poemas para os Soberanos Aliados**, 1814. — **Rodrigo**, o último dos Godos, 1814. — **Visão do Julgamento. Vida de Bunyan. Morte de Artur**, 2 vols., 1817. — **Vida de Wesley**, 2 vols., 1820. — **Expedição de Orsua e Crimes de Aguirre**, 1821. — **Tudo por Amor**, 1829. — **Peregrinação por Compostela. Contos do Paraguai. Composições Políticas e Morais**, 2 vols., 1831. — **Livro da Igreja**, 2 vols. — **Sir Thomas Moore, Colóquios de Estado e da Sociedade**, 2 vols., 1832. — **As Vidas dos Almirantes Britânicos**, 5 vols., 1839-40. — **O Doutor**, 5 vols. — **Vindiciae Ecclesiae Anglicanae**. E muitas outras obras, numerosas das quais ficaram sem ser publicadas ou dispersas.

Essa relação, embora incompleta, já constitue uma lista sur-

preendente dos trabalhos de um só homem, mesmo que esse homem, como Southey, tenha trabalhado quase 50 anos ininterruptos para terminar suas obras, sempre com inabalável vontade. Deixamos de citar inúmeros trabalhos publicados nos jornais de toda a Inglaterra.

Pensemos nas imensas e pacientes pesquisas e buscas necessárias para suas obras históricas, além das literárias, cheias de referências preciosas, baseadas em geral nos valiosos documentos originais, que foi obrigado a estudar e decifrar. Esses estudos profundos jamais foram superados. A variedade de gêneros de suas obras é igualmente extraordinária. O gosto de gracejar e a sutileza da sátira, que distinguem os pequenos poemas de Southey, bastariam a um poeta para dar-lhe reputação e renome.

Entre os seus poemas mais importantes, deve citar-se **O Passeio do Diabo**, durante muito tempo atribuído ao célebre Porson, mas que, segundo revelação do próprio Porson, era da lavra de Southey, apenas com alguns retoques feitos por Coleridge.

A Velhinha de Berkeley, Advertência do Cirurgião, O Porco, O Pastel de Groselha, Roberto, o Ladrão, Catarata de Lodore, O Bispo Hato, O Piedoso Pintor, Santo Antídio, o Papa e o Demônio, A Marcha sobre Moscou, são outros tantos poemas do mesmo valor.

Entretanto, a sua imaginação selvagem demonstrada em **Thalaba e Kehama**, a profunda beleza de **Madoc**, o esplêndido ardor juvenil de liberdade e amor em **Joana d'Arc**, o fogo e o vigor vivaz de **Rodrigo, o Último dos Godos**, contrastam com as jocosas produções já referidas. Não menos admirável o julgamento profundo evidenciado em suas obras históricas, assim como a delicadeza dos livros religiosos, dos colóquios, das críticas sobre as questões contemporâneas.

Com toda a nossa admiração pelo gênio e poder tão variado e rico de Southey, e toda a nossa estima por suas múltiplas virtudes e peculiar amabilidade, sobretudo na vida íntima, não podemos ler as obras de Southey sem um sentimento de profunda melancolia.

Há um contraste entre o começo e o fim de sua carreira, entre o caminho glorioso do intelectual e a hipocrisia do funcionário venal. Em seu favor, não nos esqueçamos, todavia, da impressão que em sua alma de jovem poderia ter causado os conselhos do tio, o reverendo Hill, em cuja companhia seguiu para Portugal. Sacerdote de uma igreja anglicana, ter-lhe-ia dito o Dr. Hill: "Robert, meu caro, estas tuas idéias e estas terríveis poesias democráticas, como esse **Wat Tyler** e essas curtas poe-

sias excêntricas, não te darão destaque no mundo. Não tenho a menor dúvida de que desejas uma vida confortável. Neste caso, olha ao redor de tí e aprenderás a viver: aqui, Igreja e Estado; acolá, Wat Tyler e tuas poesias excêntricas. Aqui, a promoção e o conforto; ali, a pobreza e o desprezo. Escolhe, pois, o que desejares". Podemos muito bem imaginar o efeito de tais argumentos sobre a mente de um jovem que, com toda a devoção poética e patriótica, tinha horror à pobreza e ao desprezo, aspirando sempre a viver confortavelmente. Podemos, então, facilmente imaginá-lo a dizer de si para si: "E' verdade, há uma grande sabedoria no que meu tio acaba de dizer. Preciso viver! Não mais Wat Tyler, nem poesias excêntricas! Aderirei aos poderes estabelecidos, embora continuando a prescrutar as idéias generosas e liberais compatíveis com tais poderes". E assim fez. Mas, tornava-se mister operar uma transplantação para terreno novo e respirar atmosfera de novas influências. Devia surgir uma nova série de opiniões e sentimentos muito diferentes dos que até então alimentara. A metamorfose progride insensivelmente. E o fim não foi outro senão o que poderia ter sido previsto, se o amedrontado jovem exclamasse de si para si: "Será este teu criado um cão capaz de fazer tais cousas?"

Um artista, que começara a vida predestinado a ser um segundo Milton, tornou-se o mais completo e inconciente juguete da tirania e da corrupção. O famoso escritor de Wat Tyler passou a louvar Jorge VI e Castlereagh. O autor da Batalha de Blenheim entoou hinos aos soberanos aliados, elevando hosanas à horrenda carnificina que tão tristes traços deixou na História. O defensor dos pobres e dos operários humildes apoiou o poder e o sistema causadores da miséria universal e, particularmente, da opressão dos artesãos desprotegidos. Enfim, o que é ainda peor, o homem que profligara Lord Byron, por motivo de sua obra licenciosa, deixou passar sem a mínima crítica a vida devassa de um Jorge IV, a quem até cumulou de louvores, em suas poesias, em que aparece como um príncipe sábio, justo e virtuoso.

E que diferença entre Southey e Byron, que sempre expende abertamente a opinião a-respeito dos homens e dos acontecimentos, em que todas as ocasiões odeia o despotismo e despreza a hipocrisia, e que, se foi livre demais em alguns dos seus sentimentos, foi igualmente livre onde o devia ser.

Não obstante, a poesia de Southey constitue obra magnífica. Ele nos leva, como em uma nuvem encantada, à Arábia, à Índia, à América, ao Merú celestial, aos báratos dolorosos do Padalon, ou às profundas cavernas de Daniel, debaixo do Oceano. Sempre,

porem, como estranho a esses ambientes. Foi exatamente o que se verificou com o lugar onde viveu: amava os lagos e as montanhas que o circundavam, mas não se pode afirmar que a natureza local lhe tenha inspirado os trabalhos. Com a exceção da catarata de Lodore, quase não se encontra uma linha, em suas poesias, que pareça inspirada pela fabulosa região onde viveu 40 anos. E é singular que, examinando o conteúdo dos seus inúmeros poemas, se nos possam deparar descrições de todas as partes do mundo, exceto as da vizinhança do seu lar.

Em 1845, tendo visitado Keswick, apenas dois anos após a morte do poeta, conta William Howitt um caso interessante, que vem demonstrar a fama deixada por Southey como poeta laureado e cantor dos triunfos dos monarcas aliados que em 1814 chegavam a Londres.

Viajara Howitt com quatro súditos daqueles soberanos: um russo, um cossaco, um austríaco e um boêmio. O cossaco era um sobrinho do célebre Hetman Platoff. O boêmio o conde Vratislav, descendente da antiga e famosa família a que pertencia a esposa de Ricardo II, a bondosa rainha Ana. Os nobres da Áustria e da Rússia não tinham, então, fama de grandes estudiosos, porem cada um deles era tão conhecedor do nome de Southey quanto a maior parte do mundo conhecia os de Byron e Scott. Percorrem todos, com o maior interesse, a casa do poeta e levaram consigo, como preciosa lembrança daquele lar célebre, pequeno ramalhete de flores que haviam encontrado junto à moradia.

A casa de Southey, que se acha a pouca distância da cidade de Keswick, na estrada que leva a Bassenthwaite, é uma construção em estilo muito simples, assemelhando-se de longe a uma capela, devido à ausência de chaminés. A ponte que atravessa o rio Greta e os morros que circundam a antiga moradia do poeta e o lago de Derwent constituem paisagem verdadeiramente maravilhosa. A casa fica a mais ou menos 300 jardas da ponte, sobre uma colina muito pitoresca e romântica. A posição magnífica da velha residência de Southey é excedida por bem poucos lares em toda a Inglaterra. Pouco distante da estrada da pequena cidade, acha-se um vale circundado de belas colinas românticas. O imponente morro de Latrig estende-se, ao longe, com sua cor verde maravilhosa, em contraste com o tom sombrio das florestas adjacentes.

Do lado oposto, vêm-se a gigantesca serra de Skiddow e a ponte de Greta, divisam-se colinas aprazíveis e campos com pitorescas vilas onde se destaca a igreja de Crosthwaite. De costas para a casa, a contemplar esse maravilhoso cenário, vê o

viajante o rio correndo na direção das montanhas que, com seus contornos variados, embelezam o lago de Derwent.

O lago de Derwent é um dos mais lindos e pitorescos da Inglaterra. As montanhas circundantes parecem surgir uma detrás da outra, muitas em forma de pirâmides e com cores igualmente variadas: algumas de um brilho estranho, outras como que douradas, com esse efeito singular que apresentam as montanhas do sul da Escócia; outras, ainda, de um verde suave, e outras de uma cor negra, que lhe dá aspecto desolado e triste; finalmente, outras, cobertas de florestas maravilhosas, ao passo que algumas completamente despidas de qualquer vegetação. Um grupo de montanhas e rochedos escarpados, à entrada de Borrowdale, é uma das vistas mais lindas e maravilhosas que um viajante pode desejar.

Em meio a essa paisagem encantadora, entremos na residência de Robert Southey. A casa está silenciosa completamente deserta; os espíritos que a animavam já se foram e vagam, talvez, por outras paragens. O rio Greta, correndo mato a dentro, suspira melancolicamente. Bem podemos imaginar quanta felicidade havia outrora nesse lar, enquanto o rio, com seu rumor característico, dissipava-nos o pensamento triste de que toda vaidade humana é passageira.

Passeando por sob as árvores maravilhosas, nos campos que conduzem à cidade, imaginemos Southey a meditar sobre os futuros escritos, verdadeiras obras primas que soube compor com palavras suaves e sábias.

Percorrendo rapidamente algumas linhas dos **Colóquios**, depara-se-nos, por exemplo, este período admirável: "A altura e extensão da natureza que nos circunda parecem ter um efeito correspondente à elevação do nosso espírito, e o profundo silêncio e a soledade contribuem maravilhosamente para essa emoção. Temos a impressão de que nos encontramos em um novo país ou quase num mundo novo." Nessa região encantada, o grande Coleridge, deitado sob as árvores, ouvindo o marulhar do rio e o murmúrio da galharia, sonhava e compunha poesias que se tornariam famosas.

Mas, voltemo-nos de novo para o lar de Southey. É uma casa quadrada, bastante espaçosa, embora aparentemente muito mal construída. Ao caminhar-se pelo andar superior, o soalho cede sob os passos do visitante. Do lado de fora, pode-se contar o número de cômodos: do lado direito de quem entra, fica a sala-de-estar; e, do lado esquerdo, a famosa biblioteca do escritor, estando a sala de trabalho no pavimento superior. O inte-

ressante é que, na maior parte dos cômodos, até à entrada da casa, havia livros e mais livros. Mesmo depois de feita a venda dos livros e objetos pertencentes ao poeta, foram enviadas para Londres 14 toneladas de livros e numerosos maços de papéis, que provavelmente eram os famosos documentos originais que compunham a célebre coleção do escritor, única em toda a Inglaterra.

Se é certo que Southey pouco nos diz, em seus livros, sobre o retiro de Keswick, há, entretanto, nos **Colóquios**, uma conversação interessante revelando que o seu coração estava sempre em sua biblioteca, entre os amigos prediletos, que eram os livros:

“Eu estava na minha biblioteca, arrumando os meus livros nas prateleiras, para abrir um lugar destinado a obras novas que me haviam chegado de Nova Inglaterra e remover para outro menos importante os livros velhos, de menor valor ou com encadernação defeituosa, quando entrou Sir Thomas Moore.

— Pelo que vejo, está o sr. ocupado com o seu maior passatempo. Então, meu caro montanhês, com esses livros, cuja companhia tanto o alegra e deleita, que mais pode o senhor cobiçar?

Responde o montanhês:

— Nada senão poder possuir ainda mais livros.

Replica Sir Thomas Moore:

— Cuidado, porque, se temos demais o que desejamos, geralmente nos enfadamos depois, tornando-se o deleite um fardo.

Replica o montanhês:

— Calma, meu caro conselheiro espiritual! Não se trata de desejo mórbido: se cobiço mais livros, é por necessidade do meu íntimo, pois sou o único a saber porque uso e porque sempre desejo possuir mais livros. As bibliotecas, — sempre disse o meu velho e fiel amigo George Dyer, homem tão sábio quanto benévolo, — as bibliotecas são os guarda-roupas da literatura, onde os homens bem formados podem aprender muito para sua educação, muita cousa por simples curiosidade de saber, e ainda mais para uso pessoal.

Esses livros, que me pertencem, como o sr. bem sabe, não se acham aqui alinhados por ostentação, se bem que o prazer dos nossos olhos e coração seja amplamente recompensado quando podem ver e apreciar tais tesouros, todos quase sempre em uso ativo. Mesmo que algum destes volumes pudesse perder-se, tenho a absoluta certeza de que nenhum outro possuidor lhe dispensaria tratamento mais carinhoso que o atual, e é possível se passem várias gerações antes que estes volumes encontrem novo estudioso e leitor tão carinhoso quanto eu. Enfim,

acho melhor não excogitar demais tal assunto, porque, como disse um poeta, "a previsão é um dom melancólico que desconcerta o estudioso e acelera o que já é demasiadamente veloz". Dispersar uma coleção de livros é sempre, para mim, um ato muito triste.

Sir Thomas Moore:

— Quem sabe quantas dispersões de livros se terão verificado, para poderem estes livros preciosos estar todos aqui, juntos, entre estas montanhas de Cumberland?

O montanhês:

— Muitas, naturalmente; e, muitas vezes, bem desastrosas. De fato, não poucos destes volumes provêm de alguma família arruinada ou da biblioteca de algum convento desaparecido durante a revolução.

Por exemplo: a maravilhosa obra *Acta Sanctorum* pertenceu à biblioteca dos Capuchinhos de Gant; este livro famoso, as *Revelações de Santa Brígida*, no qual as letras capitulares são maravilhosamente iluminadas e cada capítulo se apresenta colorido, é originário do convento das freiras carmelitas de Bruges; aquela cópia de *Alain Chartier* pertenceu ao colégio dos jesuitas de Ruremond.

Aquí temos livros da famosa biblioteca de Colbert, e aquí outros da biblioteca de Lamoignon. Eis aquí verdadeira jóia literária, as *Crônicas dos Frades Franciscanos Descalços* das Filipinas, da China, do Japão etc., em dois volumes, que devo agradecer a Sir Robert Harry Inglis: é obra de inestimável valor pelo conteúdo, porém infelizmente incompleta, talvez para sempre, faltando-lhe o volume terceiro. Foi impressa no convento de Manilha e trazida de lá quando a cidade foi capturada por Sir William Draper; proporcionou-me tantas horas agradáveis, ao estudar-lhe o conteúdo precioso, como jamais poderia ter obtido de outras fontes. Gastou Sir William vários anos passados em ansiedade e vexames, solicitando em vão a recompensa pela conquista famosa. Mais ou menos vinte destes volumes de uso pouco comum pertenceram a alguma pessoa desconhecida, que talvez os estudasse cuidadosamente, pouco antes e depois de 1790, pois os marcava regularmente com certas anotações, sempre no fim de cada volume: Estão escritos em diversos idiomas, e nunca encontrei o sinal desse desconhecido proprietário sem que não valesse a pena comprar o volume e estudá-lo. Todas estas obras estão em estado lamentável: tendo sido dispersas depois da morte do proprietário, provavelmente como livros sem valor algum, foram ter às estantes dos alfarrabistas, onde as encontrei durante minhas caçadas e corridas atrás de livros velhos.

Tenho-me sempre esforçado por descobrir o nome lo ex-questião, possuidor destes livros, mas sempre sem resultado satisfatório... Lá está a **Crônica do Rei Dom Manuel**, por Damião de Góis, e, mais alem, a **História Geral de Espanha**, de Estéban de Garibay, ambas assinadas pelos autores. O espirito sábio-desses laboriosos e uteis autores encontra-se nestas obras famo-sas; mas, entramos em relação mais íntima com esses sábios olhando para estas páginas que sabemos terem sido percorridas e anotadas pelos próprios autores. Este volume de **Epístolas de Casaubon** foi-me enviado de Florença por Walter Landor, que estudou a obra com especial atenção, sendo a este estudo que hoje devemos as mais lindas dissertações sobre o assunto. Estas cartas levaram seu autor ao âmago da idade e do espirito da época e mostraram-lhe Jaime I, Stuart, como realmente era tido pelos escritores contemporâneos; sob essa esplêndida impressão, Landor descreveu o rei de maneira maravilhosa, calmamente, filosoficamente, com esses sentimentos pelos quais a justiça sempre se manifesta quando benévola e caridosa para com os homens. Este volume pertenceu à biblioteca do paço de Milão... e, como foi subtraído de lá, não sei; mas, este lindo diálogo nunca teria sido escrito, se o volume tivesse ficado naquelas prateleiras, até ser perfurado totalmente pelas traças e que já haviam começado o trabalho devastador. Eis aquí um livro com o qual Lauderdale se entretinha enquanto Cromwell o manteve no cativeiro, no castelo de Windsor. Este duque, célebre pela **Cabal**, marcou o volume com o nome e a data de 22 de outubro de 1657. A obra tem o título de **Pia Hilaria Angelini Gazaei**. E aquí temos as **Apothematata**, de **Conrado Lycosthenes**, publicadas, após a drástica expulsão dos jesuitas, como se fosse livro comum; algum português anotou, neste livro, que ele nunca se separaria do volume, nem tão pouco o emprestaria a ninguém. Muito diferente, todavia, era o meu velho amigo de Lisboa, abade, que, seguindo a velha praxe, anotava todos os livros de sua grande e rara coleção: "**Ex libris Francisci Garnier et amicorum**".

Sir Thomas Moore:

— Com quanta paz estas obras papais e protestantes descansam ao longo das prateleiras!

O Montanhês:

— O próprio pó destes livros não poderia descansar melhor e com maior tranquilidade, num cemitério. Antigos ou modernos, israelitas e maometanos, franceses e ingleses, espanhóis e portugueses, holandeses e brasileiros, combatendo silenciosamente em suas velhas batalhas, agora descansam nestas prateleiras: Fernão

Lopes e Pedro de Ayala; João de Laet e Barléus, as biografias panegíricas de João Fernandes Vieira; **Os Mártires**, de Fox; as três **Conversações**, do padre Person; Granmer e Estevão Gardiner; **Dominicanas e Franciscanas**; **Jesuitas e Filósofos**, muitas vezes com título errado; **Religiosos e Sectários**; **Roundheads and Cavaliers**, os partidários do Parlamento ou os realistas da guerra civil. Como escreveu Donne nos seus versos:

“Aqui estão os condutores de Deus, senhores sacerdotes eruditos; e aqui o secretário da natureza, **O Filósofo**; e estadistas astutos, que ensinam como se amarram os músculos do corpo místico de uma cidade. Aqui, cronistas em assembléia; e, ao lado, poetas fantásticos e bobos de cada terra.”

Nesta coleção, possuo tesouros de todos os tempos, colheita de tantas gerações, colocada nestes meus celeiros preciosos. E, quando vou à janela, eis o lago, e o círculo das montanhas, e o céu sem fim.”

Bem poderia Southey orgulhar-se como possuidor, na Inglaterra, da melhor coleção de livros espanhóis e documentos originais sobre Portugal e a América do Sul, além de 14 mil volumes preciosos. Infelizmente, depois de sua morte, esta preciosa coleção novamente se dispersou, sem que jamais se pudesse verificar onde se encontram, hoje, os milhares de volumes que a compunham. Somente a casa de Southey ainda lhe lembra a intensa vida intelectual. Bem podemos imaginar a multidão de pretendentes ávidos que se apoderou desse imenso tesouro com tanto amor acumulado.

Antes de me referir ao fim da vida de Southey, julgo interessante mencionar os acontecimentos ligados à sua situação como poeta laureado. Sabe-se que essa distinção fora oferecida a Walter Scott, que a recusou, recomendando que se o escolhesse em seu lugar. As cartas sobre o assunto podem ser lidas na obra de Lockhart, **Vida de W. Scott**.

Aterrorizado ante a perspectiva de tornar-se poeta laureado, escrevera Scott imediatamente ao duque de Buccleugh, pedindo-lhe indicar o modo pelo qual poderia livrar-se do embaraço sem ofender o Príncipe Regente, a quem cabia nomear as celebridades literárias dignas daquela alta distinção: “Acho-me — disse Scott — grandemente embaraçado. Por outro lado, tenho muito receio de ofender alguém, pois a ninguém desejaria ofender jamais, e, além disso, talvez esteja perdendo a oportunidade para suavizar o caminho de meus filhinhos durante sua vida. Seja como for, a oferta é bem ridícula: eles e eu seríamos ludibriados. O meu grande desejo é livrar-me disto. Eu seria, sem dúvida, o

péssimo cortesão e fabricante de poemas líricos, que Pope descreve como homem inútil e sem vontade própria."

Pela volta do correio, veio a resposta do Duque: "Quanto à oferta que lhe é feita por Sua Alteza Real, no sentido de o nomear poeta laureado, devo dizer-lhe, com toda a franqueza, que me sentiria muito acabrunhado se o visse ocupar uma posição que, em geral, pelo mundo inteiro, é tida como das mais ridículas. Não existe nenhuma razão para que devesse ser assim, mas infelizmente o é. Walter Scott, o célebre autor dos *Lay*, deixa de ser Walter Scott. Nenhum outro poema seu haveria de ter boa aceitação. O Poeta Laureado haveria de prender-se por sua pessoa e produções literárias, como um indecente bajulador da corte. Basta pensar no fato de serem as poesias recitadas e cantadas por um bando de coristas estridentes, durante aniversários, para gozo de bispos, damas-de-honra e cavalheiros aposentados. Oh! seria horrível, três vezes horrível!"

Scott respondeu: "Eu, certamente, não sobreviveria às cerimônias descritas por Vossa Alteza, pois lhes ignorava inteiramente a existência, e sob seu peso sucumbiria sem nenhuma dúvida."

Apesar de, com plena aprovação do Duque, foi a honraria cortezmente recusada por Walter Scott, sob a alegação de que era excessivamente alta para ele, cujos modestos trabalhos jamais poderiam merecer essa distinção por parte de Sua Alteza Real. É interessante notar que, naquela época, tinha Scott apenas uma renda anual de 2.000 libras, segundo nos revela uma carta por ele dirigida ao seu protetor, no verso da qual o próprio Duque de Buccleugh calculou a renda do seu protegido. Era evidente que Scott se achava em dificuldades financeiras, porque, nessa mesma carta, pedia ao Duque o obséquio de servir-lhe de endossante para uma dívida de 2.000 libras. E Scott sabia que ao posto de poeta laureado correspondiam honorários de 300 a 400 libras anuais. Todos esses fatos demonstram quanto Scott considerava indigna aquela posição honorífica, e bem se pode imaginar porque a ofereceu a Southey, ao qual escreveu dizendo que estava comprometido por outras distinções congêneres. Aceitou Southey o lugar e, assim, como poeta laureado, continuou vida laboriosa enquanto sua mente lho permitiu.

A igreja de Crosthwaite, em cujo cemitério se encontram os despojos de Southey, está situada a meio quilômetro da casa de Bassenthwaite. É um templo simples e humilde, com uma torre baixa e quadrada, mas ocupa posição preeminente, num vale aberto, circundada pelo maravilhoso cenário que há pouco

descrevemos. Southey, em seus *Colóquios*, dele nos fala com grande afeição. No canto noroeste do cemitério, ficaria o seu sepulcro. É um túmulo em forma de altar plano, em pedra vermelha, coberto por uma lage de ardósia azul, com esta inscrição:

"Aqui jaz o corpo de Robert Southey, Doutor em Leis, Poeta Laureado, nascido a 12 de agosto de 1774, falecido a 26 de março de 1843. E também o de Edith, sua esposa, nascida a 20 de maio de 1774, falecida a 17 de novembro de 1837. EU SOU A RESURREIÇÃO E A VIDA, DISSE O SENHOR."

Em frente, está o túmulo da mãe de Southey, e um pouco alem, junto à grade, uma pedra com esta inscrição:

"O SENHOR ONIPOTENTE DEU E O SENHOR TOMOU DE NOVO — LOUVADO SEJA O NOME DO SENHOR — Consagrado à memória de Emá Southey, que nos deixou em maio de 1809, com a idade de 14 meses. E de Herbert Southey, que nos deixou a 17 de abril de 1816, aos 10 anos de idade. Também de George Fricker, tio deles, com a idade de 26 anos, em 1814. Também de Isabel Southey, irmã deles, que nos deixou a 16 de julho de 1886, com a idade de 13 anos. Também de Edith Southey, mãe deles, que faleceu em 1837, com a idade de 63 anos. REQUIESCANT IN PACE."

Foram tristíssimos os últimos meses da vida de Robert Southey. Sua memória falhou-lhe completamente, talvez devido ao trabalho exaustivo, tendo o poeta chegado à condição de absoluta imbecilidade. Pouco antes desse trágico período, casara-se, em segundas núpcias, com Caroline Bowles, sua mais dedicada companheira durante muitos anos, uma das mais admiráveis e suaves poetisas daquela época. Nos primeiros tempos da viuvez de Southey, teve a satisfação de verificar que era uma enfermeira dedicada e carinhosa, como companheira constante de Southey, tendo feito tudo para que o último e infeliz período da vida do escritor se tornasse mais suave. Era a sua secretária quando ele não estava mais em estado de continuar a escrever suas obras; lia para ele, dias, semanas e meses a fio. Assim permaneceu até ao fim, junto dele, com um amor e uma dedicação inigualáveis, quando nem mais podia compreender o valor de tão sublime afeto.

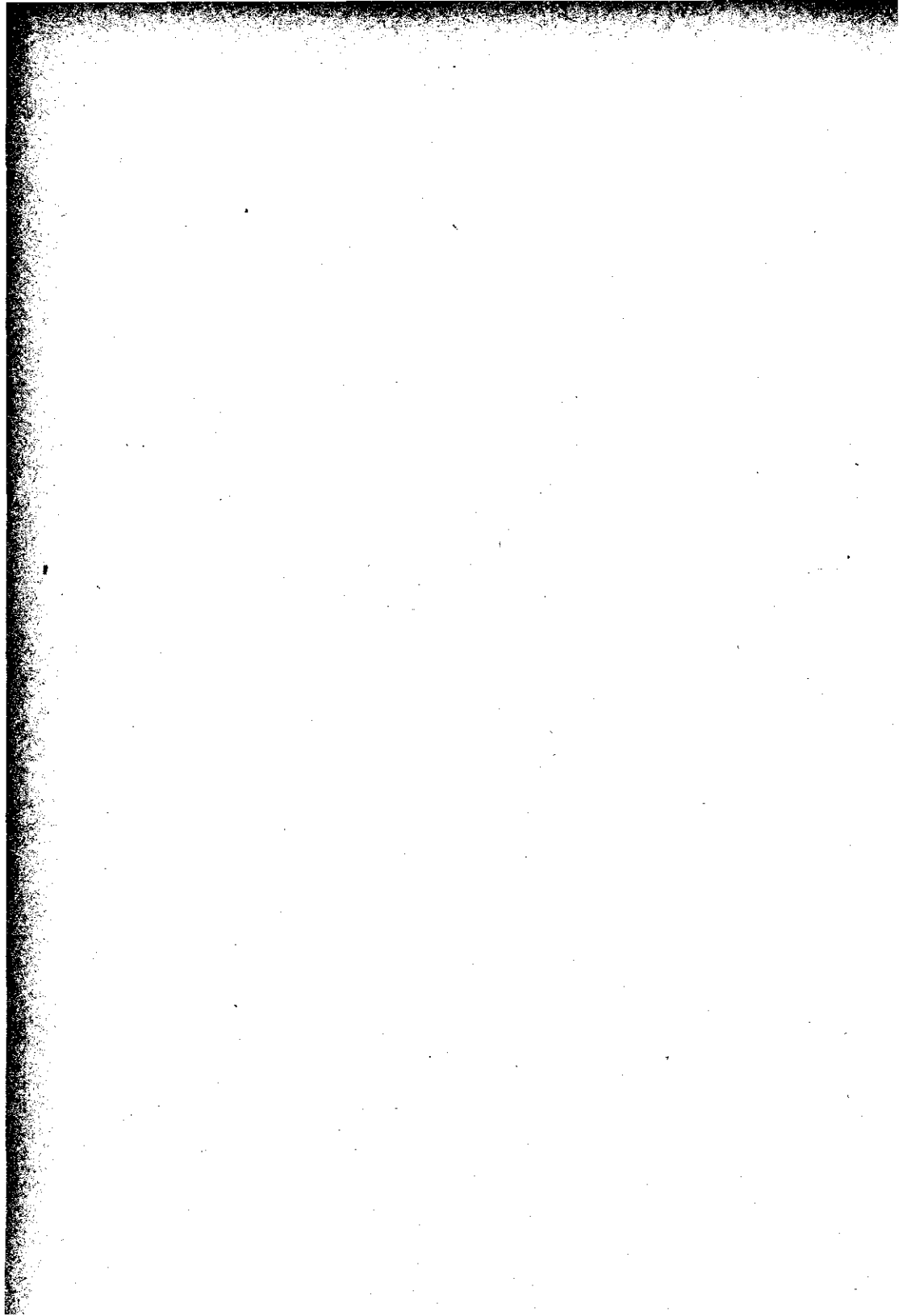
Até mesmo os críticos que mais divergem de minha opinião sobre Southey, e mais criticaram os momentos de fraqueza da vida desse admirável trabalhador, devem admitir que Southey foi um grande escritor e um grande poeta, que legou à literatura de sua pátria imperecível fama.

São muito justas as homenagens que a passagem do centenário da morte de Robert Southey provocaram em todo o Brasil.

E' uma manifestação do nosso reconhecimento nacional para com o ilustre escritor que, com tanto interesse, estudou as diversas fases da história do nosso país. E de notavel probidade deu mostras, analisando enorme documentação.

Protestante como era, demonstrou extraordinária imparcialidade de julgamento, ao analisar as impressões provindas do estudo da documentação religiosa. Basta um único fato, para recordar a valia do espírito crítico do autor da **History of Brazil**: a lucidez com que apresentou a importância enorme da atuação jesuítica na formação brasileira.

E', pois, muito justo, o apreço em que é tido o historiador inglês, entre nós. Fez ele jus ao reconhecimento dos brasileiros, seus contemporâneos e seus pósteros.



Robert Southey

CIRO T. DE PADUA

Robert Southey nasceu em Bristol, Ilhas Britânicas, em 12 de agosto de 1774 e morreu em 21 de março de 1843. No dia 21 do corrente, por conseguinte, comemoramos precisamente o primeiro centenário da morte do autor de uma das primeiras histórias acerca do nosso país.

Assinalar essa efeméride, publicando uma biografia do escritor inglês e precedendo-a de ligeiros comentários aos seis volumes que constituem o relato por ele escrito abrangendo largo período do nosso passado, conquanto não deixasse de constituir uma homenagem a quem de certa maneira demonstrou simpatias pela nossa gente e pela nossa terra, seria pouco.

Ao tratar de um historiador, é evidente que não se pode deixar de recordar o desenvolvimento tido pela ciência da história nos últimos cem anos e, mesmo, fazer uma recapitulação compreendendo período maior. Pensando bem, não ficaria mal tentar contar a história da própria história. Seria, de certa maneira, prestar um tributo de admiração a quem soube apreciar essa ciência, concorrendo para que os pósteros tivessem melhor conhecimento do Brasil de épocas transatas, dentro do quadro histórico emoldurado pelo Século XVI até o primeiro decênio do XIX.

Ao estudioso que, neste período trágico do Século XX, se abalança a evocar os começos da história e o seu desenrolar em 1943 anos, com a sobrecarga dos séculos anteriores a Cristo, o que se apresenta inicialmente como mais característico é a luta entre os criadores de heróis e mitos, de um lado, e os que forcejavam por transformar a história num instrumento para a percepção da verdade — abolindo os tabús e revelando-a sem temores dos poderosos vivos e mortos. A história principiou com a mitologia e com os tabús. Era como a arca dos judeus, imutável

e intocável. Evocar o passado era recordar feitos grandiosos de indivíduos já consagrados pela turbamulta dos incensadores contemporâneos e não relembrar ou contar a vida dos povos. A história era a biografia romaneada de uns poucos, em detrimento de muitos. Os propulsores reais dos acontecimentos ficavam na penumbra, enquanto que surgiam no palco somente os produtos das circunstâncias, as criaturas. As massas, que fazem a história, permaneciam esquecidas, servindo uma ou outra vez apenas para o realce deste ou daquele figurão.

A história não podia, conseqüentemente, ser uma ciência. Era crônica, desvirtuada, aliás pelos que a redigiam.

Não tardou, entretanto, que ocorressem modificações profundas no método de fazer história e de interpretá-la. A teologia ia, vagarosamente, recuando em favor do avanço da ciência natural. A filosofia da história aparecia como sistema e isso em virtude da coragem de homens para os quais a verdade era o escopo de suas existências. Os deuses iam cedendo o lugar e a humanidade passava a ocupar posições que de direito lhe pertenciam. A humanidade que surgia era incompleta, pois pintavam-na formada de seres racionais, movidos por idéias e princípios, quando se tratava unicamente de animais econômicos impulsionados por necessidades cegas e sujeitos às mais baixas limitações. O progresso das ciências também já desfez mais essa ilusão.

Ao contemplar o caminho percorrido pela história não podemos deixar de sentir satisfação verificando que a mudança foi total. Se cotejarmos o pensamento dos filósofos gregos com o dos economistas e psicólogos modernos, compreenderemos os motivos por que a história se fez cada vez mais crítica e cada vez menos dogmática. O relato histórico de outrora se chama hoje filosofia da história. Nos nossos dias a ligação entre a história e algumas ciências se tornou vulgar, de tal modo não podemos prescindir delas. A aplicação da psicologia e da sociologia à história faz o historiador seguro em suas deduções e lhe possibilitam compreensão mais exata da estrutura e composição das sociedades. A antropologia cultural e a etnologia não podem ser desconhecidas dos que se dedicam ao estudo do passado, pois, do contrário, sua visão dos fatos ficaria falseada.

J. T. Shotwell, em "História de la História", desenha, no capítulo "A interpretação da história", um panorama do evoluir dessa ciência dos mais completos, não obstante o feitio sumário que lhe deu. Para ele a verdadeira história é a que pode responder a perguntas como estas, por exemplo: "Que forças atuaram

para mover as energias latentes das nações, para por em marcha os acontecimentos? Que é o que produziu nossas revoluções ou nossos movimentos reacionários? Por que Roma caiu, triunfou o cristianismo, surgiu o feudalismo, floresceu a inquisição, a monarquia se fez absoluta e de direito divino, decaiu a Espanha, prosperou a Inglaterra, surgiu e se tornou poderosa a democracia? Por que aconteceram tais cousas, onde e quando? Foi tudo devido à intervenção de uma Providência onipotente, a serviço de cujos desígnios estiveram sempre as maiores massas? Ou se podem averiguar as causas? Os próprios acontecimentos oferecem um sentido?

A resposta a estas indagações do homem, só a história pode proporcionar. "O processo da interpretação da história, consequentemente, implica obter o mais possível da história, da psicologia e da economia — empregando o termo economia em seu mais amplo sentido, como a base material efetiva da vida".

A Cidade do Homem não pode se confundir com a Cidade de Deus. A libertação do homem da interpretação dogmática da história antiga, medieval ou moderna, ainda prossegue. O trecho andado foi longo e os resultados obtidos dos mais felizes. Os mitos são velhos de milênios ou de séculos, a ciência nasceu ontem, apenas. Não devemos esquecer essa diferença.

A marcha da libertação começou com Copérnico e Galileu, da qual foram os fatores máximos, pois a ação revolucionária deles provocou mais tarde a supressão das diversas qualidades de narcisismo que impediam à humanidade o seu pleno desenvolvimento cultural. O narcisismo cosmológico do homem sofreu um descalabro ao descobrir Copérnico que a terra não era o centro do Universo; o narcisismo biológico da espécie humana ruiu por terra quando apareceu a teoria de Darwin, comprovando que o homem é uma cadeia na evolução animal, se bem que em plano mais elevado do que o seu precursor, o macaco; e por último, o narcisismo psicológico do homem recebeu o mais rude golpe, ao comprovar Freud, com a psicanálise, que a vida do homem não é regida pela consciência, senão que está à mercê de forças subterrâneas e desconhecidas, os instintos, que governam e dominam o inconsciente.

Mais tarde a influência de pensadores como Hume ou Gibbon, Kant ou Hegel, Ranke ou Feuerbach ou Buckle, unindo a filosofia à história, aplicando à interpretação da segunda a primeira, descobrindo novas circunstâncias até então desconhecidas, elevou a história à categoria de ciência natural, ao lado da sociologia, da antropologia, da etnologia e ciências afins, pre-

parando o terreno para uma filosofia da história sem artificialismos, em que a especulação sobre as idéias se procura firmar no terreno dos fatos, encadeando uns nos outros e deles, posteriormente, tirando conclusões. O "a priori" perdeu para o historiador moderno o valor antigo. É com o "a posteriori" que ele julga, isto é, não especula mas interpreta. Para ele contam os fatos e não as idéias. Estas, embora não desprezadas, são auxiliares na compreensão dos acontecimentos históricos. A sua preponderância, que tão realçada foi por Platão, na Grécia, e séculos depois, por Hegel, na Alemanha, está abalada e se o descrédito ainda não as perdeu, não falta muito para que tal coisa se verifique.

Poderá parecer presunção de minha parte começar um estudo sobre Robert Southey com um pequeno intróito sobre a filosofia da história. E esse juízo estaria perto de confirmação se pensarmos que a história do Brasil data de quase 4 séculos e meio e que tão curto lapso de tempo é demasiado pequeno para a gente tentar discorrer sobre a filosofia da história. Entretanto, a-pesar-de ser ainda diminuto o espaço que medeia entre 1500 e 1943, em relação à história dos povos europeus ou orientais, a história do Brasil é produto da história européia moderna e, sob esse aspecto, tem a mesma importância da do Velho Mundo. Foi antevendo, quiçá, o posto que iríamos conquistar entre as nações de civilização ocidental, que o historiador e poeta inglês se decidiu a escrever os seis volumes que formam a sua "História do Brasil". Ao lado dessa sua previsão, devia figurar ainda forte proporção de simpatia pela gente portuguesa e por esta parte do nosso hemisfério.

Filho de um negociante de fazendas, Southey se distinguiu pela sua precocidade e inteligência. Estudando na Escola de Westminster fundou um periódico intitulado "Flagellant" e como nele publicou, certo dia, um artigo contra os castigos corporais nos colégios, foi expulso. Depois estudou teologia em Oxford. Seu entusiasmo pela Revolução Francesa foi enorme. Influído pelas idéias dela derivadas, pretendeu vir à América do Norte fundar um estado comunista, em companhia de Coleridge, que teve idênticos anelos. Essas idéias se refletiram nas tragédias "Wat Tyler" e "The fall of Robespierre" de 1794 (esta última em colaboração com Coleridge). Em novembro de 1795 foi levado por um tio a Lisboa e em uma estada de seis meses na península ibérica adquiriu extensos conhecimentos sobre as literaturas espanhola e portuguesa. De regresso à Inglaterra acomodou-se às condições existentes e de admirador da França que

era, tornou-se adversário dela, acusando-a de excessivo desejo de conquista. Em 1800 voltou novamente a Portugal, mas depois mudou-se para Greta, no distrito de Lake e ali permaneceu até o fim da vida, com pequenas interrupções. Em 1807 logrou uma subvenção do Estado para seus estudos históricos e em 1813 obteve a coroa poética, distinção de alto valor. A sua atividade literária foi prodigiosa, pois escreveu 109 tomos, 59 estudos na "Annual Review", 3 na "Foreign Quartely" e 94 na "Quarterly Review". Dizem alguns críticos seus patrícios que como poeta Southey tem facilidade de forma, mas não profundidade, pelo que é hoje somente lido nas antologias. Sua "História do Brasil" foi escrita de 1810 a 1819.

É o historiador que nos interessa. Escreveu Oliveira Lima que o trabalho de Robert Southey é o mais consciencioso, detalhado e exato antes do de Varnhagen, e o mais literário, formoso e cativante mesmo depois do de Varnhagen. Na sua mocidade, a imaginação fogosa e o temperamento arisco o arrastaram para as quimeras igualitárias. No fundo, em muitas ocasiões, curvou-se, porém, à influência do meio e da raça, não deixando de ser o burguês estreito e presumido da Bíblia e do "Act of Settlements". Romanismo significava para ele intolerância, argúcia, ardor de proselitismo, a maior obra da sabedoria e da maldade humana. Aliás, para fundamentar essa sua opinião, lhe bastava o espetáculo do fanatismo beato e do obscurantismo depressor que observava na Península Ibérica.

Todavia, os prejuízos da sociedade britânica contemporânea pareciam não lhe fazer moça alguma, tanto que as visões democráticas que o levaram a imaginar um paraíso comunitário nos Estados Unidos, não impediram que, anos depois, se ajustasse ao ambiente do Cumberland, onde morou durante quarenta anos. É verdade que se refugiou nos livros, escrevendo constantemente. Esse retiro em parte, o isolou dos seus coevos. Escreveu um dia ao seu amigo Wynn que não alimentava com relação a si mesmo mais altas ambições do que as que ele próprio nutria. Um dos seus biógrafos assinala que um Southey entusiasta e ardente é menos conhecido, mas o fato é que ele amou invariavelmente a independência do pensamento e da ação, senão com a paixão e a parcela de desordem da sua juventude, pelo menos com a gravidade e o bom senso da virilidade, que o mandaram renunciar a utopias perigosas.

Supõe Oliveira Lima que não é desarrazoado pensar que da leitura do famoso "Papel de Estado" de d. Luiz da Cunha, derivasse Southey o seu interesse pelo Brasil, expresso em 1808 pela

seguinte frase profética, motivada pelo fato do governo português ocultar todas as informações relativas à sua colônia americana, possessão da qual dependia inteiramente: "Um galho tão pesado não pode ficar por mais tempo ligado a um tronco tão podre" ("So heavy a branch cannot long remain upon so rotten a trunk").

A sua preocupação com os assuntos portugueses levou-o a procurar escrever uma "História de Portugal", que não chegou a concluir. Por um lado, a maior abundância dos documentos recolhidos em Lisboa pelo tio sobre o Brasil e por outro a vinda do Príncipe Regente D. João para o Rio, despertando na Inglaterra os primeiros rumores da trasladação da corte lisboeta para o Brasil viva curiosidade no tocante à colônia escolhida para a residência real, determinaram Southey a ultimar logo a que devia ser a parte final de sua projetada obra histórica. Assim, foi compilada e editada a "História do Brasil".

Em carta escrita a 20 de julho de 1819 e dirigida a C. H. Townshend, asseverou Southey: "Entre os que me conhecem e me estimam, alguns desejariam que tivesse empregado o tempo que a "História do Brasil" representa para mim, em escrever poemas; e entre os que não me conhecem, alguns se espantarão de que na maturidade do meu espírito e no estio de minha reputação eu houvesse dedicado tão grande parte da vida a uma obra que não poderia de modo algum tornar-se popular nem render. Eis tudo? Não, Chauncey Townshend, não é tudo. Seria faltar à sinceridade que vos devo, esconder que minha obra, daqui há longos tempos, se encontrará entre as que não são destinadas a perecer; que me assegurará o ser lembrado em outros países que não o meu; que será lida no coração da América do Sul e transmitirá aos brasileiros, quando eles se tiverem tornado uma nação poderosa, muito da sua história que de outra forma haveria desaparecido, ficando para eles o que para a Europa é a obra de Heródoto".

A biografia que dele fez Oliveira Lima nos pinta um Southey humano, um pouco versátil, mas sincero. Nos países latinos — segundo o grande diplomata brasileiro — o historiador britânico seria apodado de clerical de casaca. Não admira que os liberais à porfia o acusassem de traidor e vendido, quando viam esse antigo republicano, esse visionário da igualdade das condições humanas, esse quase demagogo, combater com toda a veemência da sua linguagem a mínima extensão do sufrágio popular, a mínima alteração nas cômruas e dizimos eclesiásticos, a mínima revogação das incapacidades políticas. Muito embora generoso e altruista, mirava de esguelha todos os problemas políticos, re-

ligiosos e sociais, surgidos da Revolução ou desenvolvidos com o século XIX, como a reforma eleitoral, a emancipação dos católicos, a propagação do metodismo, a própria disseminação do pauperismo determinada pela aparição de uma maior indústria, baseada na mudança das condições do trabalho, que de manual se elevou a mecânico. Seu ideal era a manutenção do "statu quo". Ideal de muita gente do seu tempo, de todas as épocas, mas que a realidade supera e vence, como acontece conosco, hoje, quando os que desejam se cristalice um estado de cousas ignoram que a vida é essencialmente dinâmica, seja a biológica, seja a social. Daí a introversão de muitos, a desilusão de outro tanto, o desespero de uma minoria impotente. "Democrata ou conservador, quase jacobino ou tory, admirador de Sieyès e Barnave, ou inimigo figadal de Napoleão, o escritor foi, sempre, inalteravelmente sincero. Sua pena nunca obedeceu a motivos indignos."

A "História do Brasil" de Robert Southey, foi vertida para o nosso idioma por Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo cônego dr. J. C. Fernandes Pinheiro. Sua edição data de 1862 e foi feita pela Livraria de B. L. Garnier, rua do Ouvidor, 69 — na capital do Império — por intermédio de Garnier Irmãos, com casa em Paris, à rua "Des. Saint-Pères, 6", e impressa na capital francesa na tipografia de Simão Raçon e Soc., rua D'Er-furth, 1. São ao todo seis volumes.

Escreveu o tradutor à guisa de prefácio: "O trabalho que era verto para o idioma nacional passa por ser a melhor história do Brasil: mas não disputo preferências, fale ela por si mesma. Em todo caso é um escrito importante para a história pátria, e como tal mui digno certamente de ser trasladado para a nossa lingua. Não receio pois haver cometido empresa ingrata". Mais alem o tradutor, como bom católico, adverte: "Quem encontrar alguma cousa que lhe ofenda o sentimento religioso, fará bem lembrando-se que o livro foi escrito por um protestante. Não são doutrinas nem princípios perigosos, são meras reflexões incidentes que faz o autor".

Southey, prefaciando, assegura: "Compreende esta obra alguma cousa mais do que seu o título promete. Relata a fundação e progresso das províncias espanholas adjacentes, cujos negócios veremos nos últimos tempos inseparavelmente entrelaçados com os do Brasil. Pode pois considerar-se o assunto como abrangendo todo o território entre o Prata e o Amazonas, estendendo-se para o occidente até onde os portugueses levaram a sua colonização ou conquista. A única história geral do Brasil que existe é a "América Portuguesa" de Sébastião da Rocha Pita,

obra magra e mal alinhavada, que só na falta de outra tem podido passar por valiosa. Da guerra holandesa temos muitas narrações minuciosas e bem escritas. Dados mais remotos cumpre ir colhe-los a livros, onde se acham mais semeados ao acaso do que deliberadamente consignados. Para o período subsequente mais escassas se tornam ainda as autoridades; e pelo que toca à maior parte do último século, falecem quase absolutamente documentos impressos. Uma coleção de manuscritos, não menos copiosa do que interessante, e tal como na Inglaterra se não acharia outra, permite-me suprir esta lacuna na história. A coleção a que me refiro foi formada por meu tio e amigo, o reverendo Herbert Hill, durante uma residência de mais de trinta anos em Portugal. Sem o auxílio que dele tive, vã teria sido a empresa, e impossível levá-la a cabo”.

“A história do Brasil — começa Southey o primeiro volume de sua obra — menos bela do que a da mãe patria, menos brilhante do que a dos portugueses na Ásia, a nenhuma delas é inferior quanto à importância. Diferem dos de outras histórias os seus materiais; aquí não temos enredos de tortuosa política que desemaranhar, nem mistérios de iniquidade administrativa que elucidar, nem revoluções que comemorar, nem de celebrar vitórias, cuja fama viva ainda entre nós muito depois de já se lhes não sentirem os efeitos. Descoberto por acaso, e ao acaso abandonado por muito tempo, tem sido com a indústria individual e cometimentos particulares, que tem crescido este império, tão vasto como já é, e tão poderoso como um dia virá a ser. Percorrendo os seus anais, mais frequentes nos agitarão a indignação e a cólera, do que esses sentimentos elevados, que o historiador prefere excitar. Tenho de falar de selvagens tão deshumanos, que pouca simpatia nos podem inspirar os sofrimentos por que tiveram de passar, e de colonos cujos triunfos pouca alegria nos podem causar, por que não menos cruéis eram eles do que os índios que guerreavam, e tão avarentos como bárbaros, perpetravam o maior dos crimes pelo mais vil dos motivos. Nem os poucos caracteres mais nobres que aparecem, alcançaram renome, que fosse além dos limites da sua própria religião, e do seu idioma. Contudo não deixa isto de ter suas vantagens: pois do ignobil guerrear e das empresas destes homens obscuros, surgirão consequências mais amplas, e provavelmente mais duradouras do que as produzidas pelas conquistas de Alexandre ou Carlos Magno. A série pois das aventuras; a descoberta de extensas regiões; os hábitos e superstições de tribus não civilizadas; os esforços de missionários, em quem a mais fria política dirigia o zelo mais fanático; o crescimento e a queda do extraordinário do-

mínio que eles estabeleceram; e o progresso do Brasil desde os seus mesquinhos princípios até a importância que atualmente atinge, tudo isto são tópicos de não vulgar interesse”.

Com essas palavras resumiu Southey o seu modo de entender a nossa história. A simples leitura delas nos diz do alcance intelectual do autor. Coloquemo-lo em sua época. Teremos, em seguida, fiel retrato da fisionomia espiritual do historiador, incluindo suas abusões literárias e seus erros, muitos afastados ou desmentidos pelo adiantamento da antropologia cultural, inclusive o maior deles, o de incompreensão acerca da relatividade da moral.

Na minha opinião, o que melhor caracteriza a “História do Brasil” de Southey são as informações etnológicas que nos proporciona sobre os usos e costumes dos selvícolas. Conquanto a documentação dos fatos históricos seja em geral a mais autorizada de que pode dispor ao compilar o seu trabalho, cometeu alguns deslises assaz graves. Igualmente, muitas de suas opiniões são consequência ou reflexo do seu puritanismo protestante, da sua moral burguesa, e da filosofia política do tempo, em sua terra natal. Esse desconto se torna necessário praticar ao manusear os seis grossos volumes de sua “História do Brasil”. Entre nós e ele medeiam já mais de cem anos, desde a data da composição da obra em apreço. O mundo sofreu radicais transformações e estas nos dão uma visão bem diversa do homem como indivíduo biológico e como pessoa sujeita à influência do social, daquela que Southey tinha. Para exemplificar podemos citar o episódio de Tiradentes, que não soube compreender, não obstante ter sido, quando moço, simpatizante da Revolução Francesa. Diversos equívocos pratica o autor a esse respeito, que o anotador esclarece. Em muitos capítulos ocorrem fatos análogos, de enganos de lugares, datas e nomes, de omissões e opiniões emitidas sem grande fundamento.

Essa observação, todavia, não invalida a “História”, de Southey, pois no conjunto é uma obra de investigação feita com honestidade.

A defesa que faz da ação missionária dos jesuitas contrasta com a injustiça de suas acusações contra Pombal, no capítulo XL, do 6.º e último volume, e que resume numa só frase: “Pombal será mais lembrado pelo mal que fez, do que pelo bem que inquestionavelmente desejava ter feito” — em que ao exagero retórico se alia apressado julgamento. A justiça que rende aos discípulo de Loiola testemunha, entretetanto, que seu protestantismo não o obscurecia até ao ponto de lhes negar o elogio de que se fizeram credores com a catequese. Não intento defendê-los,

— pois que pessoalmente em vista das conclusões a que chegou a antropologia cultural, sou contrário a quaisquer espécies de catequese por meio de seitas ou ordens religiosas — mas frisar que o intuito dos jesuitas não era subalterno ou mesquinho. A igualdade de classes, a que Southey faz referência ao concluir o último capítulo do 4.º volume, no instante que atravessamos — de discriminações raciais — deve ser posta em destaque, tal a noção que denota de tão grave problema. Escreve ele: “Não tinha ali (o Brasil), semeado os germes da guerra civil a fatal distinção de castas, que tanto mal produziu na América espanhola, e por força há de causar onde quer que prevalece. Era isto, porem, resultado da necessidade, não de mais sãos conselhos. Com o seu limitado território e escassa população não podia Portugal seguir a injusta e ciumenta política dos espanhóis, deprimindo os crioulos para tê-los mais sujeitos. Tão respeitado, tão clegível para todos os cargos era o mameluco, como o homem de sangue inteiro, como o natural da mãe pátria. Nenhuma lei degradava o mulato ou o negro livre, nem tão pouco a opinião pública o fazia. E assim ia se operando silenciosamente essa amalgamação de castas e cores, que quaisquer que sejam as convulsões por que tiver de passar o Brasil, o livrará da mais cruel das guerras civis”. Isso já em 1685.

No mundo conturbado de hoje, onde o arianismo germânico e as castas indianas são como largas manchas negras, as palavras de Southey soam como uma profecia. Para nosso bem, somos, de verdade, uma democracia biológica. Essa a nossa maior virtude.

Na página 367 do 1.º volume figura o seguinte trecho: “Elevado ao poder, foi o primeiro ato de Nóbrega fundar um colégio nas planícies de Piratininga”. Mais tarde, historiadores apressados, conforme tive ocasião de salientar em outro trabalho, tentaram, inadvertida ou propositadamente, dar a Anchieta essa primazia. Southey, bem informado, registou a verdade incontrastável. Mirem-se nele os amadores de mitos e mitologia, mitologia, aliás, a que chama, também, a vida de Anchieta, e que feriu a susceptibilidade do anotador, tanto que este se apressou a assinalar ao pé da página 366: “Lembramos ainda ao leitor que Southey é protestante e que porisso chama mitologia aos portentosos feitos da vida de Anchieta”. Essa advertência é explicável e lógica.

Se eu pretendesse transcrever ou unicamente comentar as passagens mais interessantes ou típicas da “História do Brasil”, de Southey, precisaria, pelo menos, de muitas páginas da “Revista” do Instituto Histórico — mas o espaço é cousa vital...

A rápida análise que fiz de seu trabalho, transcrevendo alguns trechos, é bastante para dar idéia aos leigos da imparcialidade do escritor. Essa imparcialidade — como tudo o que é humano — é relativa. Southey naturalmente sofreu influências religiosas, filosóficas, políticas, morais e outras, que ao escrever ia recebendo do seu inconciente, pois o conciente trabalha mecanicamente, segundo Freud. Seja ou não assim, não se pode deixar de considerar que essa relatividade é, no historiador, de onde quer que seja, uma verificação normal.

No 6.^o e último tomo, na última página, pôs Southey estas derradeiras linhas: “Assim concluí uma dessas grandes empresas que na virilidade madura me propus como objeto de uma vida dedicada à literatura no que esta tem de mais elevado e digno. Com que cuidado foi composta a obra, e com quão longo e diligente pesquisar de materiais, facilmente perceberão os leitores inteligentes: o mais censório dentre eles não será mais rigoroso para com os inevitáveis defeitos deste trabalho, do que o sou eu mesmo. Mas se o valor de uma obra histórica está na proporção da massa dos fatos que ela incorporou, da fidelidade com que são relatados, e da adição que daí resulta para a soma de conhecimentos gerais, posso afirmar a respeito desta história, imperfeita como é, que a tais respeitos não tem ela sido muitas vezes igualada, nem facilmente será excedida. Popular não pode ela ser no país em que a escrevo, tão remoto o assunto e tão extensa a obra; mas leitores competentes sei que há de encontrá-los, e ao mundo entrego com indiferença quanto ao seu acolhimento imediato, e inteira confiança na aprovação dos homens para quem a escreví, e dos séculos, a que a lego”.

O primeiro século já transcorreu. A confiança a que Southey aludiu, não lhe faltou. A aprovação, se não foi total, foi dada. E isto é o que lhe vale.

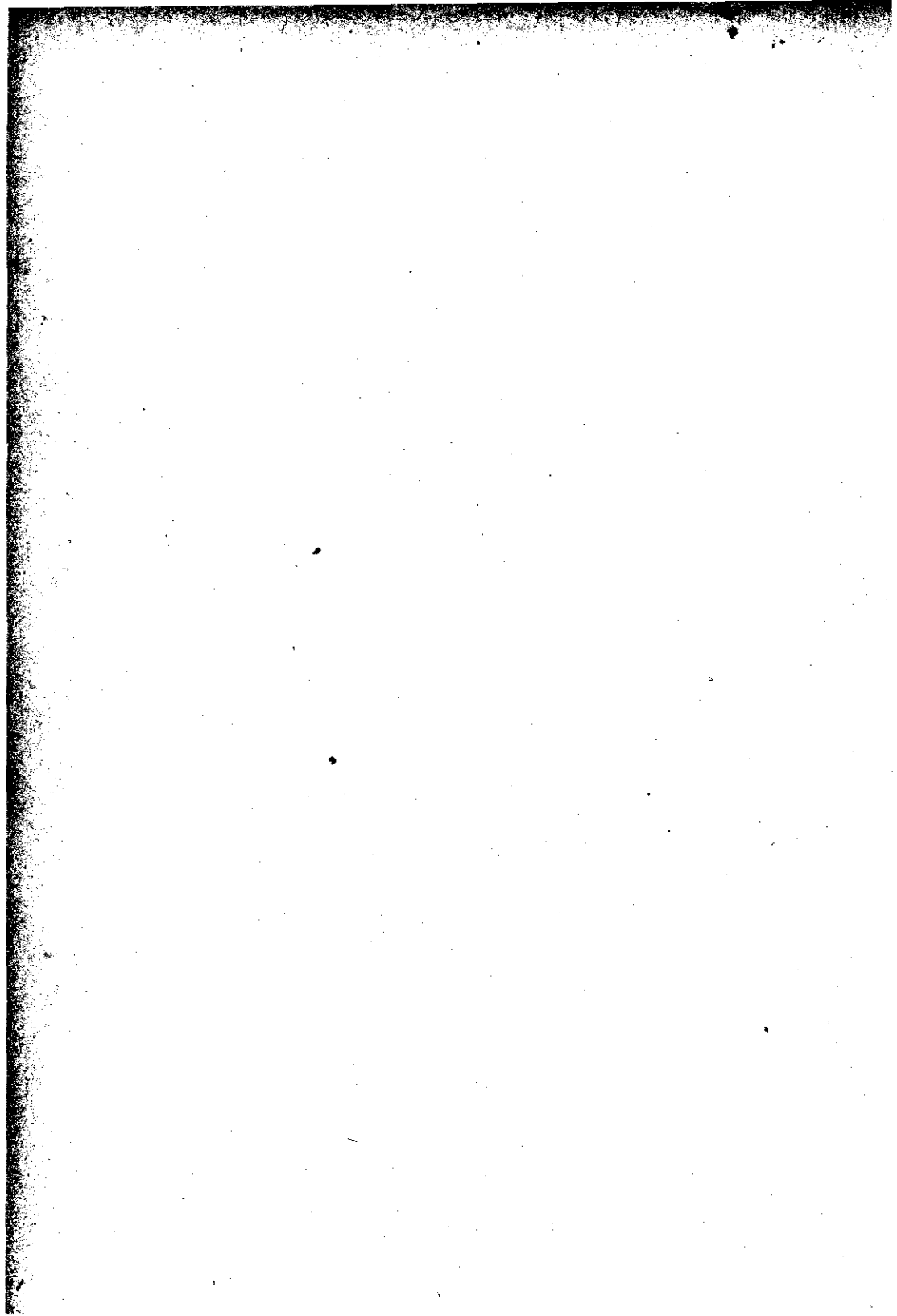
Bibliografia:

“Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” — tomo LXVIII — Imprensa Nacional, Rio — 1907.

“História do Brasil” — Robert Southey — edição de 1862 — 6 volumes — Da coleção do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

“Historia de la Historia” — J. T. Shotwell — tradução castelhana de Ramon Iglesia, publicada pelo Fondo de Cultura Economica, México — 1940.

“El Psicoanalysis” — Béla Székely — Edição do Colégio Libre de Estudios Superiores, Buenos Aires — 1940.



Arnaldo Vieira de Carvalho (*)

Homenagem por ocasião da comemoração de 5 de junho de 1943
Prioridade de S. Paulo no ensino médico oficial

ERNESTO DE SOUSA CAMPOS¹

São Paulo mereceu contar, entre seus filhos, um homem da envergadura de Arnaldo Vieira de Carvalho. Impondo-se pela magnitude de suas qualidades morais, técnicas e científicas, o fundador da Faculdade de Medicina de S. Paulo foi essencialmente um **educador**.

Este seu feitio, produto de acentuada vocação natural e de cuidadosa cultura geral, evidenciou-se em todas suas atitudes, mesmo em atuação anterior à fundação da escola médica de São Paulo. Por este motivo a Santa Casa de Misericórdia, sob sua sábia orientação foi, como é até hoje, um grande centro de educação e instrução médica.

Na educação superior Arnaldo plasmou novas formas que se vêm refletindo, em outras escolas do Brasil e que deram, à nossa "alma mater", posição de grande destaque de que muito justamente nos vangloriamos, nós, os antigos alunos desta casa de ensino.

S. Paulo mereceu este privilégio porque S. Paulo sempre deu à educação o primado entre as múltiplas e vigorosas atividades que o assinalam, de modo marcante, no cenário da nação brasileira.

Neste particular há uma zona de interferência nas diretivas que têm traçado os governantes da nossa terra, desde os tempos

* Trabalho lido em sessão de 5 de junho de 1943, como introdução ao que publicamos a seguir e do qual, por sua extensão, o conferencista limitou-se a fazer, naquela ocasião, uma síntese oral. — N. da R.

coloniais até a hora atual. Divergindo em outros problemas da nossa vida social e política todos, com maior ou menor intensidade têm cooperado para manter, melhorar ou ampliar o nosso sistema educativo que, se não é perfeito tem, pelo menos, contribuído para o renome do Estado, dentro e fora do país.

S. Paulo nasceu em torno de um colégio. Foi o problema da educação que atraiu Nóbrega do litoral para o planalto. Os índios do campo dificilmente podiam mandar os filhos para o Colégio vicentino. Não havia outro meio senão atravessar a serra para formar um novo núcleo junto aos aldeamentos. Nóbrega ao terminar a jornada extasiou-se ante o espetáculo que se descortinou a seus olhos surpresos e curiosos. E, aqui, junto ao Tietê, entre o Tamanduateí e o Anhangabaú, com a ajuda de Tibiriçá e Caiubi, lançou a primeira semente, no dia da Degolação de S. João Batista, a 29 de agosto de 1553, fazendo os primeiros cinquenta catecúmenos e deixando dois irmãos para os doutrinar.

Assim nasceu Piratininga para onde Nóbrega mais tarde conduziu alguns irmãos entre os quais Anchieta, grande humanista, dizendo-se a primeira missa a 25 de janeiro, dia da conversão de S. Paulo.

Mais uma vez afirmava-se a mística educativa ficando a Igreja do Colégio sob a invocação do "Doutor das Gentes".

Não é, pois, de admirar que a S. Paulo coubessem as primicias na organização do ensino médico oficial do Brasil.

E' uma revelação (não sei se alguém já a fez anteriormente) fruto de pesquisas que empreendi sobre a educação em nosso país e reservada para a data em que se prestam, anualmente, homenagens ao homem que, em todos os tempos, será o guia sob cuja égide viverá a Faculdade de Medicina de S. Paulo.

Idéia assente é que o ensino médico brotou no pátio de Jesus imediatamente à chegada de D. João VI, na cidade do Salvador.

Hoje podemos dizer que no pátio do Colégio de S. Paulo a instituição já se organizara pelas mãos de um capitão general. Não foi duradoura mas deu os primeiros frutos.

Algumas tentativas precederam a estas iniciativas oficiais. Foram, porem, de ordem privada, tais como a de Antônio Mendes, em 1790, e a de Antônio José Pinto, na Santa Casa do Rio de Janeiro. Não passaram de boas intenções abortadas, no dizer de Oscar Freire.

O empreendimento de S. Paulo teve, porem, cunho oficial. Levou-a a cabo o governador da Capitania Antônio José de Franca e Horta.

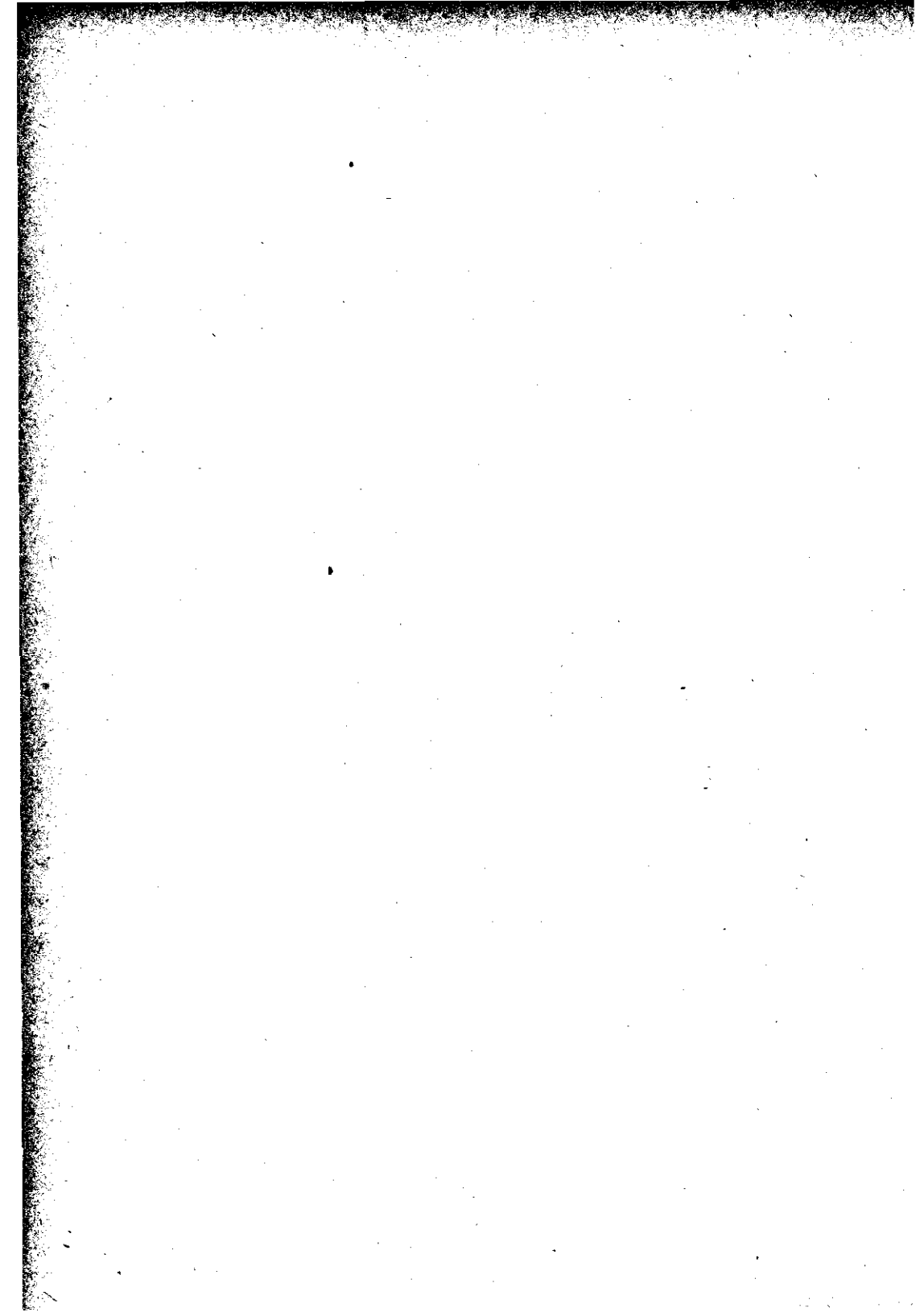
A cerimônia de terminação do curso processou-se, com todo aparato, no próprio Palácio do Governo, na presença das autoridades e do Governador. Estimulado pelo sucesso da empresa o Governador enviou a notícia ao Visconde de Anadia, seu superior hierárquico, no Governo da Metrópole. O officio faz parte dos documentos contidos no volume 32 dos Arquivos do Conselho Ultramarino, pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde os compulsei. Eis um trecho desta epístola:

“Com a maior satisfação ponho na presença de V. Excia. o resultado das minhas deligências em promover conhecimentos uteis nesta capitania. Pelo documento N. 1 verá V. Excia. que a **Aula de Cirurgia** instituida por mim no Hospital Militar desta cidade e de que foi e continua a ser lente o físico-mor, **Mariano José do Amaral**, todos eles saíram aprovados pelos examinadores com gosto geral dos que assistiram a este ato, celebrado, como todos os mais, em uma das salas deste **Palácio** o que muito me lisonjeou, porque não existindo nesta Capitania mais do que um só Cirurgião aprovado, havendo duas aulas, como pretendo, conseguirei deixar na Capitania pessoas com todo conhecimento da arte que possam socorrer as moléstias da humanidade destituida até aquí de uma tal providência.”

Note-se que no curso havia só um lente. Não era muito mais numeroso o corpo docente da Academia Médico Cirúrgica da Baía, instituido por D. João VI, pois esta escola possuia apenas dois professores, o Dr. José Manuel Estrela e o Dr. José Soares de Castro, o primeiro nascido no Brasil e o segundo em Portugal.

Até que apareçam notícias bem documentadas de acontecimentos semelhantes occorridos em data anterior a 1803, o tenente general Antônio José de Franca e Horta foi o instituidor do primeiro ensino médico official no Brasil e isto em S. Paulo, no próprio Palácio do Governo.

Eis o contingente que conseguí trazer à história do ensino médico na data em que se prestam as devidas homenagens à memória de Arnaldo Vieira de Carvalho.



Um governador de São Paulo no começo do século XIX (*)

ERNESTO DE SOUSA CAMPOS

Entre os antigos governadores de S. Paulo é certamente uma figura interessante a de Antônio José da Franca e Horta.

Empossado a 10 de dezembro de 1802, manteve-se à frente da Capitania até 31 de outubro de 1811 quando foi substituído, no cargo, pelo marquês de Alegrete.

Da sua administração, colorida e tumultuosa, ficaram muitos documentos, diversos constantes do Arquivo do Conselho Ultramarino (cópias manuscritas do I. H. G. B.) e de minuciosa exposição (manuscrito da Biblioteca Nacional), oferecida ao seu sucessor, "sobre o estado dos negócios concernentes à administração e governo da mesma capitania".

Os "documentos interessantes para história e costumes de São Paulo" contêm algumas transcrições de escritos do tempo ou da lavra do agitado governante e que se referem a esse período da história de São Paulo. Palavras de acre censura correram da pena do Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira ao compor, no Quadro Histórico da Província de São Paulo (pág. 192) a figura moral do dirigente que, por nove anos, teve, em suas mãos, o destino deste rincão do Brasil. O nosso eminente historiador, Afonso de Taunay, reservou-lhe, também, agudas farpas em trabalhos em que pôs em campo a castigada personalidade do general lusitano.

No estudo que nos propomos esboçar sobre este período da vida administrativa de São Paulo, tomaremos por base a documentação da época.

Parece-nos este caminho mais acertado do que o palmilhado

* Vide nota anterior. — N. da R.

através da fundamentação em cronistas coevos que não tenham alicerçado sua crítica em provas garantidoras da exaço do seu juízo.

Preliminarmente devemos recordar que aos governadores do Brasil, nos tempos coloniais, cumpria servir à mãe pátria. Delegados da metrópole, outra atuação não podiam ter senão a de exercer o mandato pondo em prática, fielmente, as ordens emanadas do poder central. Franca e Horta, aceitando a investidura, em posto de confiança em que se refletia o valimento do Visconde de Anadia, tinha que ajustar suas vistas sob este ângulo.

Sobrepondo-se a esta influência que lhe marcava os passos, transpareciam os atributos inerentes ao seu carater de homem trêfego, inclinado a intervir em todos os casos. Daí resultou se ter eriçado de espinhos ao embarçar-se no tremendo cipoal de interesses, de amor próprio e de sentimentos adversos.

Sulcando fundo a sua passagem teve, não raro, de atirar-se ao fogo da luta. Como soe acontecer, não escapou ao chamusco e até ao brazeiro que, não obstante, ainda deixa cinzas, como atestado perene da luta travada. Indiferentes ou displicentes assinalam tênue rastro que logo se apaga ao correr dos tempos.

Não pretendemos, neste escorço, tecer louvaminhas ao general que ao desabrochar do século XIX dirigiu os destinos de São Paulo. Todavia, observando-lhe a conduta, com a imparcialidade de mais de um século de permeio, procuraremos interpretar sua gestão à luz dos fatos e realizações registados em documentos autênticos.

Desavenças ele as teve e a elas não se procurou furtar. Sobrelevam as que travou com os Andradas e com o fisico-mor João Alvares Fragoso. Dessas controvérsias reçuma, porem, nos documentos escritos, agressividade dos contedores que se colocaram de um lado e do outro da linha de batalha.

Em tudo parece ter imperado, de parte a parte, mais o amor próprio ferido do que a má-fé. Começemos a nossa análise consultando o depoimento de Machado de Oliveira. O brigadeiro abriu este capítulo do seu "Quadro Histórico" sob o título sugestivo de "um governo com direito a graves censuras" (pág. 192). No topo desfralda a bandeira da sua acusação com estas palavras que não demonstram tranquilidade no julgamento;

"É um dos atributos da história fazer libelos acusatórios contra os que se desmandam na vida pública e abusam do poder que lhes fora confiado. Sem este cas-

tigo moral nenhuma repressão haveria na transposição do justo e do honesto e nas brutalidades da força em posição.”

Pondo de parte o sentido bastante confuso do pensamento do A. é evidente, neste introito, o prenúncio de uma refrega cheia de calor, no tratamento do tema.

Vejam os se a intensidade da acusação consorcia-se com o vigor ofensivo destas primícias.

“Ab origine” Machado de Oliveira acusa o general de não ter reconhecido, logo de entrada, o posto de “oficiais promovidos na última proposta do seu predecessor. “Isto ocorreu”, antes de tomar posse o novo governador e logo que desembarcou em Santos”. Respondendo às cartas de saudação, enviadas por estes oficiais, Franca e Horta não lhes concedeu os títulos a que se julgavam com direito “pela última promoção posta em vigor pelo ex-governador”.

Como a história é contada parece que esta “última promoção” fazia parte do célebre “Testamento” dos governadores ao se despedirem das funções do seu cargo.

De qualquer modo, porém, não parece desacertada a atitude de reserva do governador, apenas desembarcado em Santos, ao retribuir o cumprimento destes seus subordinados. Não lhes deu títulos que implicassem em compromisso, antes da posse. As promoções não estavam confirmadas, conforme o próprio Machado de Oliveira assevera. Obrigados a voltar ao posto primitivo, estes oficiais tiveram mais tarde, sua promoção garantida “à medida que ao governo da metrópole reclamavam sua reintegração”.

Não conhecemos qual era a legislação em vigor nem a este ponto se refere o brigadeiro Machado. Não estaria o governador cumprindo rigorosamente a letra da lei? Não seria a sua conduta indicada por um natural escrúpulo? Nenhuma documentação apresenta o A. do “Quadro Histórico da Província de São Paulo”, com a ajuda da qual teríamos os motivos exatos do procedimento do recém chegado general.

Assim, se não nos é lícito aprovar o seu procedimento também não temos o direito de reprová-lo com desconhecimento dos termos exatos do desacordo e dos argumentos que influíram na conduta do novel governante. E o pecado não foi tão grande uma vez que, ao final, todos os direitos foram reconhecidos.

Alega Machado de Oliveira que Franca e Horta, no afan de obter informações sobre os elementos que o cercavam ordenara, “em estilo reservado a cada um em particular” que em confidên-

cia lhe fornecessem notícias "sobre os demais oficiais e cadetes do seu corpo na certeza de que quaisquer que elas fossem ficariam no mais absoluto sigilo, servindo apenas para seu conhecimento pessoal, sem que se prevalecesse delas para norma das suas atribuições". O final deste período é da lavra do A. da história da Província de São Paulo. Nenhum documento transcrito ou citado fundamenta esta asserção do brigadeiro Machado. Não cita, também, um único caso em que este procedimento pouco recomendavel, tivesse determinado um ato de injustiça ou de perseguição a quem quer que seja. Conjectura, apenas, que desse ato **deveriam** ter resultado mútuas recriminações e quiçá, **poderiam** dele ter emanado futuras injustiças da autoridade que o suscitou. As duas interrogações ficaram no ar sem qualquer base que as comprovassem.

Passa o brigadeiro Oliveira a protestar contra o ato do governador que canalizou, para o porto de Santos, toda a exportação de produtos destinados à metrópole portuguesa. Franca anulara destarte, o ato do seu predecessor que permitia a exportação da capitania por qualquer porto do Brasil. Não esclarece, porem, com a documentação indispensavel, quais os fatores que influíram nesta decisão do governador. Ela parece, entretanto, ter promanado de prévia deliberação, pois que a tomou "quando ainda não eram passados quinze dias da governação". E é preciso lembrar, estávamos ainda em data muito anterior à da carta régia, de 28 de janeiro de 1808, sugerida pelo Visconde de Cairú, mandando abrir os portos do Brasil — assim mesmo em carater provisório — às nações aliadas à Coroa Portuguesa.

Aliás já no tempo de Bernardo José de Lorena eram exportados os gêneros de S. Sebastião e Ubatuba pelo porto de Santos como consta do parecer contido no Vol. XXI dos Documentos Interessantes, pág. 189.

Saint Hilaire revoltou-se contra este ato e acrescenta:

"Não é nossa intenção invectivar contra a probidade de Horta; mas se não houve entre ele e os mercadores de Santos algum conluio, deve-se convir, que bastante concorreu esse fato escandaloso para que suspeitas houvessem da possibilidade da sua existência; fato que se prestou a um fim inícuo e nocivo à capitania, e que hoje seria sem nome".

Falta, também, neste caso, a documentação da época sobre os motivos em que se teria estruturado a ordem governamental,

sem dúvida estabelecida, de acordo com a metrópole pois que só foi derogada ante a medida geral de abertura dos portos e isto seis anos mais tarde.

Deliberação de tal importância política e econômica não poderia ser conservada por tão longo período de tempo se não fosse do agrado do governo lisboeta ou derivada de ordem proveniente daquele centro de além mar. Veremos mais adiante, o interesse de Franca e Horta pelo comércio marítimo de Santos com a cidade do Porto. Se, em consequência do ato, houve declínio nas culturas de exportação é certo que o porto de Santos lucrou. Não serão estas as raízes que nutriram e formaram a sua grandeza atual?

Saint Hilaire lança a dúvida sobre a honestidade da resolução. Machado segue-lhe a pista. Aponta para o interesse dos monopolistas concertados com o governador. Não contente com isso fere mais a fundo. Classifica formalmente a medida de deshonesta e reprovável (pág. 194) — Logo adiante (pág. 208) cai, porem, em contradição e declara textualmente:

“Terminamos aqui o ingrato trabalho de comemorar alguns feitos da sinistra administração do governador Horta que, **embora o que fica exposto**, pede a imparcialidade que diga que ao menos foi de “mãos limpas”.

É difícil conceber um governo que simultaneamente seja desonesto e de mãos limpas.

Ao final confessa o brigadeiro ser precária a sua documentação. Divide o governo de Horta em duas fases: uma anterior à chegada de D. João VI e outra posterior. Em relação ao segundo período, declara que não conseguiu referir-se **ao próprio testemunho ou à tradição contemporânea** que o “coadjuvou na primeira época desse governo” por se achar no sul em serviço do exército. Entrega a apreciação dos que possam ter os recursos de documentos que não conseguiu encontrar no arquivo da secretaria da presidência.

É o que estamos fazendo já que tivemos a oportunidade de encontrá-los. Incriminou Machado o governador por ter provocado uma sindicância nos atos do seu predecessor. Não é merecedor de aplausos o procedimento de Franca e Horta neste particular. Sua condenação, porem, só pode ser feita pela leitura dos autos no processo de sindicância. Do fato, porem, só temos notícia pela breve exposição do brigadeiro Machado que se limita, neste caso, apenas ao seguinte:

“Que confiança podia infundir um governo que se constituía denunciante do seu predecessor, acusando-o ao governo da metrópole de culpas entre as quais era a **mais grave** a de haver criado “uma secretaria particular onde se forjavam certos papéis que convinha não serem públicos e que consigo levava muitos documentos defraudados da secretaria do governo”; em resultado do que foi ordenado pelo governo português, que pela ouvidoria da capitania se procedesse a uma sindicância da administração do ex-governador, ao que pontualmente prestou-se seu acusador, ordenando em maio de 1804 que à ouvidoria se franqueassem todas as estações públicas?

A devassa devia, pois, ter sido completa. Considera Machado que um governo que assim atuou não poderia infundir confiança. Entretanto, depois desse caso, Horta manteve-se à frente do governo por mais de sete anos.

Conta mais adiante o brigadeiro que o governador de “mãos limpas” agraciou “o mestre do navio que o trouxera a Santos” entregando-lhe 130 alqueires de farinha tirada do poder de quem a tivesse, não obstante haver nesse tempo grande escassez deste gênero”. Não documenta, porém, sua asserção sobre esta **deshonestidade** do honesto mandante. Se assim procedeu e tinha as mãos limpas certamente as teria lavado, parodiando o ato de Pilatos.

A grave acusação não vem revestida de provas. Se foi apenas baseada em “tradições contemporâneas” ou na voz do povo temos o direito de retirar do balanço este lançamento. Basta atentar para a tremenda campanha de desonestidade que alguns dos nossos periódicos mantiveram através o período presidencial do maior dos presidentes da república velha, notável especialmente, pela sua impecável honradez e por ter consolidado as finanças do país.

A serenidade da história concedeu-lhe estes títulos, no consenso unânime de quantos tem abordado este belo capítulo da administração pública brasileira.

Não pretendemos ser fiadores do General Franca e Horta. Desejamos, porém, suspender nosso juízo, neste ponto, pois, em tais casos queremos-lo originado e robustecido diante de provas. Inúmeros são os casos em que a maledicência — vitoriosa por algum tempo — acaba derrotada e daí resulta a restauração de personalidades injustamente acusadas.

Provas também não fornece o brigadeiro Machado de que o governador “ouvia facilmente a falsários intrigantes e a calúnia-

dores de profissão, fazendo transparente a vida privada e patentes os infortúnios domésticos". Assevera que diante dos dados colhidos Horta procedia "ostensivamente" contra os infamados "pondo a uns em desterro com aparato correccional e sob a vigilância das autoridades territoriais, no intuito, segundo sua expressão favorita de "apurar a moralidade pública e zelar o decoro doméstico".

Não comprova Machado suas afirmativas com um único caso de tão "ostensivas" injustiças.

Passa o brigadeiro Machado a increpar Horta pela derrama de 1804, ordenada pelo governo português a-fim-de obter recursos financeiros por meio dos quais pretendia escapar de uma interfe-reência armada na guerra entre a França e a Inglaterra..

Do caso não pode ser inculpada Franca e Horta. A solicitação ou intimação, do poder central, dirigiu-se não só a todo o Brasil como ainda a todas as colônias do reino lusitano. Eis o que diz Rocha Pombo:

"E já estávamos em 1804, quando da corte se enviou para aquí a carta circular de 6 de Abril pedindo aos povos das colônias uma contribuição espontânea para atender a encargos determinados pela guerra entre a França e a Inglaterra".

Todo o mundo sabe que isto era uma regra geral.

Rocha Pombo assinala (pág. 172-Vol. II) que as derramas ou fintas se faziam a arbítrio dos governadores: "e então eram os míseros produtores os únicos que caíam sob as garras inexoráveis dos feitores de el-rei". E acentúa:

"para construir uma igreja, para levantar uma ponte ou para abrir um caminho; ou então para prover ao sustento de tropas — os governadores e até os mesmos comandantes de força, exigiam o que era necessário, determinado quanto cada indivíduo tinha que dar".

Cita o historiador (pág. 172) um governador de São Paulo que não era o "sinistro" Franca e Horta e que, em 1775 autorizou uma

"derrama pelos moradores da freguesia de Santo Amaro e bairros a ela pertencentes do feijão que cada um pudesse contribuir para sustento da tropa que se achava na capital...

E fazia muito dizendo que se não vexassem os mo-

radores "os quais só devem concorrer com a metade ou com a terça parte do que tiverem. O artigo devia ser pago, mas pelo preço estipulado..."

Um pouco antes já se havia ordenado que cada lavrador fornecesse para as tropas uma certa quantidade de farinha, marcando-se para entrega da requisição um prazo improrrogável; "bem entendido, dizia a ordem — que todo que faltar em trazer os alqueires que lhe compete nos dias determinados irremessivelmente será preso e castigado a meu arbitrio".

O fato é bem conhecido. Como estamos, porem, contestando este ponto do depoimento de Machado, apelamos novamente para a autoridade de Rocha Pombo:

"Mas a derrama, os encargos extraordinários não se faziam apenas quando se tratava de serviços da colônia e que redundavam, quase sempre, em algum proveito direto para os contribuintes: mesmo tratando-se de compromissos gerais da monarquia, ou das causas em que a metrópole estava mais particularmente empenhada, viviam os colonos sujeitos às largas cotizações eventuais que se lhes impunham nas graves conjunturas. Em 1648 quando foi encarregado de tomar Angola dos holandeses arrecadou Salvador Benevides, em poucos dias, entre os comerciantes e proprietários do Rio, e como donativo, a avultada soma de oitenta mil cruzados com que se aparelhavam forças para completar a expedição".

É assaz lembrada a contribuição chamada "dote da Inglaterra e paz da Holanda" que se prolongou por largo tempo, levando ao desespero as populações que frequentemente clamavam contra tal taxação.

Franca e Horta, governando São Paulo, dentro das condições de ambiência da época e delegado da metrópole portuguesa, não pode ser atacado, por um ato que fazia parte das suas atribuições no Brasil. Promovendo tal acusação o brigadeiro Machado de Oliveira tornou patente a sua parcialidade no julgamento do General de São Paulo.

Outro tanto ocorre com o caso de remessa de tropas paulistas para o sul, por ocasião das pretensões de Carlota Joaquina no Prata. Franca e Horta, neste caso, cumpriu apenas as ordens do príncipe regente. Tratava-se, aliás de uma questão em que se

achava empenhada a monarquia portuguesa a cuja instituição Horta servia na direção da Capitania de São Paulo. O próprio brigadeiro acentua a circunstância:

“Entretanto, e para que fosse incisiva e eficaz a negociação de sucessão, deliberou o príncipe regente no Brasil, acedendo às instâncias dos pretendentes, mandar colocar na parte mais acessível da fronteira do Rio Grande do Sul, que corresponde a Montevidéo, um exército de observação, em atitude tal que desse pressão aos ajustes que se iam entabolar com Liniers. Da execução que se deu a este plano sem nome originou-se a expatriação da legião de São Paulo”.

“Concertado um plano para mobilização de um exército de observação na fronteira do Rio Grande do Sul, a-fim-de atuar no negócio das pretensões da corte, que se ventilava com o vice-rei do Rio da Prata; e deliberado que a Capitania de São Paulo concorreria na composição da força principal desse exército, determinou o governo o preenchimento do pessoal da legião, que antes disso e naquele propósito tinha sido reorganizada, comportando pela sua nova forma a lotação de mais de duas mil praças; e assim mais que se procedesse ao recrutamento pelo teor do decreto de 13 de maio de 1808, etc.”.

Essa longa transcrição tem o intuito de demonstrar que o próprio A. do Quadro Histórico reconhece que as determinações foram tomadas pelo regente, futuro D. João VI.

O simples bom senso demonstra que não se tratava de “expatriação” da legião paulista e que o general governador não podia se eximir ao cumprimento de tais ordens.

Não havendo serviço militar obrigatório o processo de formação da milícia só poderia ser efetuado pelo voluntariado e recrutamento... Não foi outro o processo empregado pelo marechal Floriano para se defender da revolta da armada.

Poderia o brigadeiro acusar a monarquia portuguesa em relação às suas pretensões no Prata; não tem, entretanto, o direito de envolver no enredo, o governador de São Paulo, simples executor da imposição da autoridade competente a quem ele era subordinado.

E aqui terminam as graves acusações do brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira.

Passemos a outro ponto; a disputa de Franca e Horta com os Andradas. Versou a questão especialmente com Martim Francisco.

Nesta prolongada contenda e nas referências do brigadeiro Machado assentam as bases da malquerença dos historiadores com Antonio José de Franca e Horta.

Vejamos o caso de Martim Francisco. É bem conhecida a diferença de temperamento entre o mais velho (José Bonifácio) e o mais moço dos três Andradas. Pela caracterização de Oliveira Lima, este último era "homem honradíssimo, de uma probidade draconiana que não admitia desmandos, nem concedia favores; de uma natureza geralmente taciturna, era um temperamento explosivo". "Carater extremamente severo, segundo "Melo de Moraes" não tinha consideração com ninguém; traçava uma linha reta que devia percorrer quebrando todos os obstáculos que encontrasse no caminho até chegar ao seu destino".

Não respeitava a hierarquia em se tratando de assunto sobre o qual tivesse formado juízo. Obstínada e intransigente foi sua administração na Pasta do Interior e Fazenda. A sua grande desavença com Luiz Frederico Varnhagem, pae do Visconde de Porto Seguro, acarretou-lhe a odiosidade que este historiador lhe votava.

Martim Francisco, no capítulo inimizadas, parecia-se com certo contemporâneo nosso que julgava mau o dia em que não conseguia fazer pelo menos um inimigo. Viveu, porisso, em ambiente de discórdias porfiadas e intermináveis.

Dessa fonte brotaram inúmeros tropeços, como os ocorridos depois do martírio do Chaguinhas e na bernarda do coronel Francisco Inácio de Souza Queirós.

Tratemos, porem, da questão que ora nos interessa: a luta de Martim Francisco contra Franca e Horta. O caso é escandaloso pelo resumo que dele nos faz Afonso de Taunay nos "Ensaios da História Paulistana" (Anais do Museu Paulista — Tomo X — pág. 196).

Contemos o fato em breves palavras. Um médico de Santos, o Dr. Pimenta mudou-se da vila. Seu antigo "lacaio" Inácio Gomes Midões passou "a viver em casa de Martim Francisco". Em provas prestadas perante o fisico-mor, Midões conseguira "licença para curar", apesar da falta de preparo. No concurso aberto para a vaga de cirúrgião-mor da Legião de Voluntários, Midões atreveu-se a inscrever-se, com estranheza do General que reconhecia-lhe algum talento para a cirurgia e alguns conhecimentos teóricos, mas negava-lhe a prática necessária.

O candidato concertou-se com o seu examinador, o Dr. Amaral, físico-mor da Capitania. Subornou-o mediante "promessa de dois anos de futuros vencimentos". E, "assim havia o Dr. Amaral fornecido ao ex-trintanário os pontos do concurso e até as respostas às perguntas que iam ser feitas aos candidatos. Chegara a sua infâmia a durante meses ensinar ao protegido como contestaria o questionário". Extranha Taunay por que forma Franca viera a descobrir "tal trama" por ele narrada ao Visconde de Anadia.

Pode haver exagero na narrativa de Franca e Horta, onde Taunay colheu estas informações. É fato, porém, que logo após a aprovação de Midões surgiu a reação:

"havia ido a palácio o comandante da Legião e a maioria da sua oficialidade representando contra tais fatos. Não podiam admitir como seu cirurgião quem, ainda havia pouco vestia libré e fora várias vezes preso já por desordens de seu péssimo comportamento, já por ladrocinhas feitas no hospital, as quais havia sido compelido a pagar. E tão ruim que até o seu primeiro protetor o expulsara da casa, graças a vil conduta. Assim pediam a anulação das provas tanto mais quanto os outros concorrentes tinham apresentado títulos científicos e cartas de aprovação assinadas por Sua Alteza Real o Príncipe Regente, quando Midões só apresentava um documento, desvalioso, passado pelo Dr. Amaral."

Como poderia Franca e Horta resolver o caso? Procedendo a novo concurso em que seria examinador o mesmo Dr. Amaral? Deliberou preencher o cargo por um processo simples e razoável: a oficialidade, por votação que escolhesse o candidato preferido. Recaiu a votação em Joaquim de Souza Saquete "aliás não classificado em segundo lugar, mas homem de excelentes qualidades e reputação".

Midões nem um voto alcançou nesse prélio.

A nomeação de Saquete provocou "grandes protestos" de uma oposição chefiada por Martim Francisco, Dr. Amaral e um franciscano Frei João do Pilar. Este último viera ao Brasil em companhia de Franca e Horta e com viagem paga por este seu protetor de quem se tornou acérrimo inimigo, indo abrigar-se em casa de Martim Francisco. Os oponentes não reclamaram diretamente ao governador contra o seu ato. Conduziram-se pelo processo de "inquietar o socego público, com discursos tendenciosos,

senão mesmo subversivos pelos quais faltavam ao respeito e à obediência devidos a um delegado direto de Sua Magestade”.

O frade “pelas ruas bramava contra seu antigo bemfeitor. Predizia que este havia de ver em breve qual era o valimento de José Bonifácio na corte”. Esquecia-se que nomeado, em Portugal, para capelão da quinta de um irmão de Franca e Horta, suplicara a este, quando nomeado para o Brasil, que para ali o levasse porque nessa colônia “se pagavam melhor as missas e os sermões”. E o governador despendera 20 moedas com a sua passagem.

Estava aceso o rasilho que iria originar a imensa fogueira. Franca e Horta descreveu Amaral como “mulato fluminense”, “assaz preparado”, mas venal, despido de pudor, intrigante e contumaz na intemperança alcoólica. Sua mulher fora a palácio, por vezes, pedir asilo receiosa de ser assassinada. Desejava ser internada em um recolhimento.

No hospital militar de São Paulo, Amaral só empregava uma terapêutica: “a água de Inglaterra receitada para tudo e para todos”. Preparava a fórmula “em sua própria casa quando, em São Paulo, o boticário André Lopes vendia a legítima droga desse nome”.

No inquérito policial fora o Dr. Amaral condenado a cadeia “onde havia três meses se achava por fraudar a Fazenda Real impingindo como de legítima importação uma mezinha feita com raízes silvestres amargas da terra, em infusão de aguardente”.

Não desejamos prosseguir no exame desse caso escabroso, narrado, nos fatos essenciais, no trabalho de Taunay, acima referido.

Cortando largamente todas as aparas ainda restará uma contenda lamentável, própria de um lugarejo pequeno como era a capital de Piratininga naquela época. Até no teatro repercutiu a adversidade: “Martim Francisco e o Dr. Amaral se mantiveram afrontosamente sentados quando toda a assistência se levantara, ao entrar o governador no seu camarote, como era de praxe imemorial”.

Horta vingava-se chamando Martim Francisco para prestar contas à Junta da Fazenda das despesas e resultados da sua comissão como Diretor Geral das Minas da Capitania de São Paulo. Negou-se Martim Francisco em obedecer à intimação. Na entrevista que tiveram em palácio, o coronel Andrada “de repente se levantara anunciando que contra o governador de São Paulo representaria, saindo arrebatado. E ao deixar o cômodo

batera, com a maior violência, a porta à cara do seu General". Apoiava-se o Andrada no valimento de José Bonifácio, como o governador o fazia no visconde de Anadia. Seguros de seus respectivos patronos iam aumentando o diapasão do dessídio que, em outras condições não teria atingido tonalidade tão alta e irremediável. Lá iam, a caminho de Lisboa, as cartas dirigidas a José Bonifácio e ao Visconde de Anadia. Nenhum dos contendores cedia um passo e o conflito inexorável não retrocedia. Até o tratamento por tú, no sobrescrito e por Senhor no ofício serviu de argumento para demonstrar os melindres ofendidos de Martim Francisco, ao receber um documento enviado pelo governador.

Ao Visconde de Anadia queixava-se Martim Francisco da conduta do governador, concluindo:

"À vista do referido, digne-se pois V. Excia. por na presença de Sua Alteza Real todo o sucedido assim como o pasmo e dor que me causou a injusta repercussão do Exmo. Governador e Cap. General, a-fim-de que S.A.R. haja com sua conhecida justiça de dar prontos remédios, furtando-me a nòvos chòques tão impróprios e desagradáveis à honra de um bom vassalo".

Quase nos mesmos termos fazia um apelo a José Bonifácio, para que levasse à presença de S.A.R. todo o sucedido a-fim-de que este evitasse a repetição de "insultos tão impróprios à honra e probidade de um bom vassalo".

Na contenda entrava Antônio Carlos. A câmara municipal de Paranaguá reclamava contra o privilégio de exportação concedido ao porto de Santos. Em vez de se dirigir ao governador da Capitania, mandou o seu protesto à Lisboa. O documento voltou para ser informado, excitando a suscetibilidade de Franca e Horta. Resolveu o governador fazer um inquérito que teria de ser realizado por Antônio Carlos. Ouçamos o que diz Horta na sua exposição ao príncipe regente:

"Tendo de responder a V. A. sobre uma queixa dos oficiais que serviram na Câmara da vila de Paranaguá desta Capitania, no ano de 1805, como V. A. me havia ordenado pelo seu Conselho Ultramarino em Provisão de 16 de dezembro do dito ano, e persuadido que pela própria confissão dos recorrentes como a melhor prova, que o direito reconhece, veria V. A., verificada a insubsistência desta queixa, como realmente aconteceu, orde-

nei ao Doutor Juiz de Fora da vila e praça de Santos os passasse a inquirir pelos interrogatórios constantes do referido officio, e que concluida esta deligência, chamasse perante si alguns negociantes de probidade daquela praça, a quem igualmente inquerisse sobre vários dos mencionados interrogatórios indicados no dito meu officio, e respostas que tivessem dado os recorrentes.

Em lugar, porem, daquelle Ministro cumprir impreterivelmente esta minha ordem, como devera, visto que nenhuma incompatibilidade tinha como o disposto nas sábias e previdentíssimas Leis de V. A. passou logo a dar-me um irrefragavel testemunho da sua altivez e insubordinação no officio que me dirigiu em resposta, servindo-se do frívolo e subterfugioso pretexto de não cumprir a referida ordem, e prestar-se à diligência, de que por ela o encarreguei, sem que fosse comunicada a Régia Provisão, que o autorizasse para devassar de um caso, que não era expresso nas Leis Pátrias querendo, errada e maliciosamente, caracterizar de devassa um procedimento inteiramente alheio dela, visto que a Devassa é a informação do Juiz para castigo dos delinquentes, e conservação do socego público, e a deligência, a que lhe mandei proceder consistia em uns simples autos de perguntas, para as quais nenhuma outra solenidade se requeria de que a prescrita no parágrafo 1.º da Ord. do Liv. 3.º, titulo 32 e um mero sumário de testemunhas acerca dos itens tendentes à manifestação de fatos, que de nenhuma sorte poderiam merecer o nome de delitos, como tudo lhe fiz ver no outro meu officio”.

Antônio Carlos exigia provisão régia especial e alegava não poder obter o juramento dos “Santos Evangelhos, como o Governador exigia a pessoas que compareciam em juizo como réus”. Horta retrucou que não se tratava de devassa e sim de inquerito. Replicou Antônio Carlos que “tal proceder escapava às suas funções”. Dirigiu-se ao seu superior “em termos ásperos lembrando que ao próprio governador escapavam poderes para proceder como pretendia e exigiu, para se defender oportunamente, documentação especial que o capitão general lhe passaria”.

Declarava o magistrado:

“Eu não tenho poder para fazer perguntas a um corpo que foi a Câmara, sobre cousas que obram como

corpo constituído e muito menos a um juiz ordinário, que ainda agora o é, e que não pode ser chamado a juízo, durante o tempo que é juiz.

Não tenho igualmente jurisdição para inquerir de fatos que sendo alegados em uma conta dada à Sua Alteza Real se acham afetos à sua Real Pessoa; e só deles posso conhecer por ordem do mesmo Senhor.

Na Ord. L. 3.º Tít. 32 cujo SS 1.º V. Excía. citou desnecessariamente em seu officio de 28 do corrente mês, pois bem podia presumir, que eu já teria feito semelhantes autos e que não podia ser-me desconhecida uma cousa que não ignora o mais estúpido rábula e o requerente mais trapalhão; neste título in princípio se acham os casos em que posso e devo proceder a perguntas e nenhum deles é o presente. Só por comissão pois posso fazer o que V. Excía. me ordena; mas é preciso que quem mande tenha poder para isto". Ora, parece-me que V. Excía. não tem neste caso, etc."

Exigia uma ordem do Príncipe Regente e no caso de insistência para que ele, Juiz de Fora, procedesse às perguntas, que houvesse "uma portaria, em forma, para que com ela e com a comissão official que entre mim e V. Excía. tem havido a este respeito, possa defender-me perante Sua Alteza Real".

Diante das circunstâncias vai o governador a Santos para autuar o Juiz. Dessa deligência deu conta ao Príncipe Regente nos seguintes termos:

"Mas não obstante o que nele (officio) lhe ponderei e haver-lhe ordenado no Real Nome de V. A. que sem a menor hesitação passasse a executar aquela deligência, teve contudo o desacordo de formalmente me desobedecer, valendo-se de outros ainda mais futeis e insubstituiveis fundamentos, como se manifesta do officio do que resultou mandar eu formar-lhe Auto de desobediência, como devera praticar em casos tais na conformidade das Reais Ordens, para conservação da Autoridade e desagravo do Lugar que ocupo e ser, ao mesmo tempo punido por V. A. este desobediente Ministro como merece a sua culpavel ousadia".

Anteriormente Antônio Carlos na presidência da Câmara de Santos altercara com a Junta da Fazenda Real. Franca e Horta

anexa esta documentação, constante de cópias das cartas dirigidas, pela Câmara, ao Tribunal da Junta da Real Fazenda.

Fazia-o como "exuberante e irrefragavel prova da incivildade e falta de respeito com que orgulhosa e temerariamente se arroja, o então presidente, a atacar a mesma Junta da Real Fazenda de Vossa Alteza".

Complica-se a questão com a interferência de dois parentes dos Andradas, um irmão e outro primo. Influidos pela malquerença trataram o governador com desatenção. Este, como vingança, ordenou-lhes que assentassem praça no Regimento de Infantaria de Linha da Vila e Praça de Santos" para rebater o seu possivel orgulho e fazê-los entrar no verdadeiro conhecimento dos seus deveres".

Cumpriram a ordem, mas, logo desertaram aconselhados por Antônio Carlos que lhes forneceu, tambem, passaporte e folha corrida.

Antes e no mesmo dia em que sentaram praça, os dois jovens, em companhia do Juiz de Fora, passaram, repetidas vezes, "de calças e chapéus brancos" sob as janelas do governador e no cais fronteiro, lugar que não costumavam frequentar. Conta Horta o caso:

"Estes novos insultos foram prelúdio da deserção que meditavam fazer na seguinte noite, como fizeram seduzindo outros desertores para os conduzirem embarcados à capitania do Rio donde se sabe seguiram para essa corte".

Não cessavam as picuinhas entre os contendores. Certa vez Martim Francisco pediu licença para ir a Santos a-fim-de tomar banhos de mar. Horta determinou que procurasse outro ponto do litoral, com exceção daquele, a-fim-de evitar o encontro dos dois irmãos, pois que Antônio Carlos se achava em Santos. Requereu o Coronel de engenheiros ao General pedindo-lhe que explicasse os motivos de "tão extraordinária proibição". Horta não despachou a petição. Alguns dias depois chama o coronel à palácio, mas não o recebe, convocando-o para outra ocasião, por intermédio do seu ajudante de ordens. Durante oito dias foi Martim Francisco à palácio para a mencionada audiência. Menciona este o incidente:

"e deste modo me conservou numa continuidade de insultos por espaço de oito dias, fazendo-me ir duas

horas da manhã e duas de tarde, creio, que com o desígnio de fazer mais público o menoscabo, com que me tratava”.

Afinal ocorreu a entrevista, assim narrada pelo governador:

“Fazendo-lhe ver com toda a moderação a cegueira da sua paixão e o desacordo em que estava julgando-se independente do General da Capitania, disse-lhe que esperava me não desse ocasião a puni-lo mais severamente, como mereciam ações que havia praticado; declarando-lhe ultimamente que porisso que o estimava o não deixava ir para Santos a-fim-de se não precipitar em novos absurdos unindo-se com seu irmão Juiz de Fora que estava um doido varrido”.

Martim Francisco referindo-se à entrevista disse que, ouvira muitas cousas em presença do Secretário do Governo mas que “por decência” preferia calar-se.

Não podemos nesta sùmula, reproduzir toda a série de recíprocas ofensas e remoques que culminaram em uma representação assinada pelos Andradas, inclusive José Bonifácio e a veneranda progenitora viuva do Coronel Bonifácio José de Andrada. Dirigida ao Príncipe Regente a petição foi assim encabeçada:

“Prostrados humildemente aos pés de V. A. R. e confiados na bondade de seu Augusto Coração e na justiça com que V. A. R. sabe amparar os oprimidos contra os opressores da honra e segurança dos Vassallos seus filhos, os suplicantes D. Maria Bárbara da Silva, viuva do Coronel Bonifácio José de Andrada e seus filhos o Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada Machado, Diretor Geral das Minas da Capitania de São Paulo, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, Juiz de Fora da Vila de Santos e auditor geral das tropas da mesma Capitania, Francisco Eugênio de Andrada e José Bonifácio de Andrada e Silva, vêm queixar-se do Governador e Capitão General da sua Capitania, Antônio José de Franca e Horta. Esse homem que nasceu para fazer desgraçada sua Capitania, a mais fiel à Coroa de V. A. R. como sempre mostrou e muito principalmente na faustíssima Aclamação do Senhor Rei D. João 4.º e a quem Portugal deve o descobrimento e po-

voação de quase todo o interior do Brasil; em todo o tempo do seu desastrozo governo tem sido o maior flagelo daqueles povos.

Em vez de governar com o carinho e amor com que V. A. R. sabe felicitar os seus Vassallos, as bases da sua autoridade tem sido o terror, a dureza e injustiça, e o vilipêndio. Ele já tem esgotada a paciência dos povos e os tem tornado de pacíficos e contentes em desperados e intelizes. Os fatos que comprovam esta verdade são de notoriedade pública; e apesar do largo Oceano de permeio, onde os suspiros dos vexados Vassallos perdem desgraçadamente o alento, antes que cheguem ao Trono, eles têm já chegado aos ouvidos de V. A. R. e mecerido-lhe um começo da sua Paternal Piedade pela nomeação de novo governador.

Repetem todas as questões havidas entre os Andradas e o Governador e terminam pedindo que seja o mesmo exonerado do cargo:

“Pedem os suplicantes a V. A. R. se digne Livrar os povos da sua Capitania de São Paulo de um tal Governador, mandando-o logo recolher à Corte; e se compadeça outrossim da injúria e vilipêndio de toda a família dos Suplicantes desafrontando-a do modo que parecer ao piedoso coração de V. A. R. de quem esperam todo o remédio e providências; entre as quais a de poderem voltar livres, e contentes às suas casas Francisco Eugênio de Andrada e seu primo João Feliciano de Aguiar”.

Defendeu-se o governador em carta de 15 de janeiro de 1807 dirigida ao Visconde de Anadia a quem ele devia “o vir despachado para este Governo”.

O sucessor Manuel Pais de Saude a que se refere a representação dos Andradas não veiu e Antônio José de Franca e Horta ainda continuou no governo por mais quatro anos que é, aproximadamente, o prazo decorrido entre 15 de janeiro de 1807 e 31 de outubro de 1811. Foi, entretanto, perdoada a deserção dos dois primos que haviam sido obrigados a sentar praça por ordem de Franca e Horta.

Enrugara-se, entretanto, a testa do poderoso soberano ante a súplica que contava com a valiosa assinatura do grande José Bonifácio. Eis a prova:

“O Príncipe Regente Nosso Senhor Tomando em consideração a Representação junta de D. Maria Bárbara da Silva, e de seus Filhos, que se queixão do Governador de São Paulo; e não sendo novo as irregularidades por ele praticadas e que motivaram a sua remoção para socego daqueles povos e prevenir sucessos desagradáveis. É servido perdoar a Deserção de Francisco Eugênio e João Feliciano, ordenando que V. Excia. passe para este fim as ordens necessárias. E quanto à outra providência que os suplicantes pedem, e que parece necessária, quer S. A. R. que V. Excia. diga se o Successor deste Governador tem demora em partir, e neste caso se é de justiça de S. A. R. tolerar um Governador a-pesar-de tantas queixas que têm subido à Sua Augusta Presença”.

O que é fato é ter permanecido o Governador no cargo, não só nessa ocasião, como após a chegada de D. João VI. Franca e Horta esteve na corte na época da chegada do rei e depois ainda se conservou no governo da Capitania por mais três anos.

Ao deixar o cargo em fins de 1811, não perdera o valimento pois seguiu para o Rio de Janeiro onde lhe foi reservado “ótimo cargo no Conselho da Fazenda”. Só regressou a Portugal, em companhia de D. João VI que lhe concedera a alta patente de Marechal de Campó.

Martim Francisco, também, anos mais tarde, em 1822, teve de sair da Capitania, com uma carta de despedida e um oficial às ordens comandando “um piquete de honra para o acompanhar até a extrema da provincia” e daí por diante até onde S. Excia. quisesse e mandasse. Foi a decisão da 120.^a sessão do Governo provisório sob a chefia do presidente João Carlos Augusto de Oeyhausen (Documentos interessantes Vol. II — pág. 147). Era o fruto do seu gênio arrebatado e combativo, germe do que Franca e Horta proclamou existir na América — “uma maior liberdade de viver e pensar”; raízes que nos levaram ao ato da Independência.

O ambiente hostil a Franca e Horta, criado pela sua luta contra os Andradas que tão relevantes serviços prestaram ao nosso paiz e pela crônica do “Quadro histórico” de autoria do brigadeiro Machado, consubstanciou-se de tal forma que um ato de altivez de Franca e Horta foi criticado “como filáucia na apreciação do seu governo pessoal”.

Encaminhara a Câmara de Curitiba por suas mãos uma re-

apresentação ao Príncipe Regente para que este conservasse Horta no governo da Capitania. Devolveu-lhes o General o memorial dizendo que ali se continha em

“maior parte a lisonja do que a justiça, não sendo por seu efeito, mas sim pelos próprios serviços e mérito, e pela estima que merecera ao Príncipe Regente, que este o conservaria no Governo se assim lhe aprouvesse e que não queria confundir-se com alguns outros governadores, que para se conservarem nos seus governos tinham extorquido semelhantes atestações das câmaras das capitânias, que as passaram mais pelo temor de desagradá-los que pela justiça de tais pedidos”.

Merecerá o governador que este gesto fique no débito da sua conta corrente administrativa? Há algum ato seu em que tenha procedido de modo diverso, neste particular, dando-nos, dest’arte, a impressão causticante interpretada pelo brigadeiro Machado? Ignoramos.

A Taunay tratando desse governador diz que Antônio de Toledo Piza ao imprimir os “Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo” notou graves lacunas na documentação dos arquivos. O fato, explica Taunay, é devido a terem os governadores levado tais papéis, nas suas malas, ao voltarem para a Europa. E acrescenta:

“Tomou Franca e Horta a prudente deliberação de seus antecessores. Assim o arquivo paulista está notavelmente desfalcado dos elementos graças aos quais seria possível fazer-se a história do seu governo”.

De fato os “Documentos Interessantes” contem nos Vol. XI (1896) págs. 422 a 518 e XII, uma série de documentos sobre a administração de Antônio José de Franca e Horta. Abrangem estes escritos os seguintes itens:

- I — Correspondência com o Governador do Rio de Janeiro.
- II — Correspondência com o governador de Minas.
- III — Correspondência com funcionários.
- IV — Termos.
- V — Questões de terras de Inácio Caetano Vieira de Carvalho.

Nas pesquisas que temos realizado no Rio de Janeiro encontramos muitos outros documentos manuscritos que ignoramos já tenham sido publicados e que serão reproduzidos em anexo.

Estes esclarecimentos postos no outro prato da balança fazem pender, fortemente, o braço em favor da administração de Antônio José de Franca e Horta. É que, ao par de todos estes desatinos, em que não foram menos imprudentes os seus adversários, Franca e Horta demonstra larga conta de serviços relevantes que passaremos a enumerar. Antes, porém, queremos passar uma breve revista na documentação publicada no Volume XXXI dos "Documentos Interessantes". Encontramos aí outra desavença. Desta vez entrou na arena o Físico-mor João Alvares Fragoso. Descontente com a situação do Hospital de São Paulo, recorreu diretamente ao Príncipe Regente, sem o fazer por intermédio do governador. O processo veio ter às mãos deste para informação e parecer. Longa é a defesa de Franca e Horta apresentada em data de 21 de agosto de 1811. (D. I. Vol. XXXI, pág. 330). Sobre a reclamação diz Horta de início:

"Se este homem a quem muito tenho estimado, m'a tivesse apresentado, eu o teria livrado de comparecer na Real Presença com uma representação da falta de crítica e exação, creio porque acreditou informações de pessoas pouco verdadeiras e que tinham pouco conhecimento do sistema de administração da Real Fazenda".

A primeira acusação do Físico-Mor versou sobre a não aplicação, no hospital, do Plano formulado em 1805 para os hospitais de campanha, no Reino. Revida o governador dizendo que este projeto nunca fora remetido à Real Junta da Fazenda. Acarretando novas despesas e novos cargos não tinha a Junta autoridade para por em prática o projeto sem ordem do Real Erário.

Por outro lado eram "diminutas as rendas da Capitania" e pequeno número de enfermos nos dois hospitais militares. Tudo isto não estava de acordo com o plano de 1805. O regulamento em vigor nos hospitais de São Paulo e de Santos estavam aprovados por Sua Alteza Real.

"porque vendo eu a nenhuma ordem e fiscalização que havia neles mandei formar pelo Físico-Mor que então era Mariano José do Amaral, um plano para regulação do hospital e outro para a botica, o qual submetido à Real Presença, mereceu a aprovação de S. A. de cu-

jas cópias e do Aviso Régio que o aprovou, N. 2; 3 e 4, será presente a V. Exia. qual o miseravel estado em que achei aqueles dois Estabelecimentos, quanto nos mesmos se providenciou, a boa fiscalização da Real Fazenda e finalmente que nada podia ser alterado pelo Físico-Mor sem expressa ordem de S. A. derogando os planos aprovados”.

Repudiando os pontos em que o libelo era insubsistente, não se esqueceu o General que havia outros merecedores de providências:

“Porem como ha cousas na referida representação que a serem verdadeiras o praticarem-se ferem a humanidade e me servirão de descrédito e à Junta o consentirmo-las não providenciando, e há outras que de fato merecem providências, eu vou responder separadamente a cada hum dos artigos...”

Trata, a seguir, do edificio. O hospital funcionava em uma casa alugada “que mais merecia o nome de açougue da humanidade de que de hospital”, disse o governador. Esta a razão porque ele mandara construir um prédio apropriado. E acrescentava: “das muitas obras públicas que tenho feito nesta Capitania aquela é a em que tenho toda a vanglória”. Valia 20.000 cruzados, mas custara pouco mais de 5.000. No antigo hospital tudo era aberto não podendo haver ordem. Certos doentes saiam durante a noite, recolhendo-se pela madrugada. Fragoso, porem, achava mau o novo hospital. Considerava que ele podia acomodar apenas 108 doentes. O General demonstrou que não estando ocupadas todas as enfermarias, o hospital comportava, simultaneamente, 130 soldados “alem dos que pertenciam à Santa Casa e dos escravos de S. A. Juntou os documentos e a descrição das enfermarias. Comprovou o asserto lembrando que devia examinar a planta do edificio por ele anteriormente remetida para a corte. Acrescenta que, em caso de emergência, poderia o hospital recolher “até quatrocentos doentes, fazendo-se de alguns armazens, enfermarias”.

Camisas, barretes e roupões próprios, o hospital não os possuía de fato. Nota porem que nunca vira prática semelhante nos hospitais regimentais em que servira no Reino. Não era tambem sistema usual nas Misericórdias das Províncias. Persuadia-se, porem, que este serviço de rouparia seria util aos enfermos. Como

era despesa nova requeria, para tal fim, "aprovação ou ordem do Real Erário". Protesta, com veemência contra a alegação de haver uma única "medida de lata" para dar água e remédio a todos os doentes". Era positivamente uma calúnia. Como poderiam os 50 doentes, então internados, servir-se de uma única vasilha para os remédios, água e vinho?"

Assegurava o General que o hospital dispunha de tijelas, púcaros de louça inglesa e cocos para os diversos serviços. Escaradores, não existiam realmente. Não se encontravam no comércio. Eram supridos por tijelas. Urinóis, comadres e "apesteiros" de vidro não os possuía o hospital. Asseverava o governador não haver um só utensílio desta qualidade (de vidro) nas lojas de São Paulo. Seria mesmo raro observar algum em casas particulares.

Imputação sem propósito era a de que a casa dispunha apenas de 10 enxergões e 10 travesseiros. Havia "impossibilidade física de colocar 40 ou 50 enfermos em 10 camas. Reclamava Frágoso o fato de não haver remuneração por parte dos enfermos que eram escravos reais ou oriundos da Misericórdia. Retruca o governador que os serviços prestados a tais escravos não mereciam retribuição porque pertenciam ao mesmo senhor que pagava os soldos dos facultativos. Em relação à Misericórdia alude à pequena renda dessa Santa Casa. Seria falta de humanidade a recusa em prestar serviços gratuitos a essa instituição e, além do mais, S. A. R. aprovara esta medida.

O Físico-mor entrara em conflito com o Capelão. A missa devia ser realizada depois da visita do médico. Este não tinha hora certa, de modo que o velho Capelão impacientava-se de esperar. Fechou o Físico a capela de modo a impedir o clérigo de exercer as suas funções a não ser em hora do seu agrado. Foi viva a luta que então se travou. Não concordava Frágoso com o processo de admissão dos doentes, e com a existência de um inspetor nomeado pela Junta. Sustentava o governador a vantagem de haver um inspetor. Era útil para providenciar sobre as necessidades do hospital. Servia também para "controlar" a parte econômica. Quanto ao almoxarife, a verdade é que ele tinha contribuído para a economia da casa. Comprava rezas vivas e vendia "os coiros e miudezas. O preço da carne consumida no hospital caíra a 10 réis a libra".

Que mal haveria em ele acumular este cargo com o de Enfermeiro-mor? Era um benemérito que desempenhava as duas funções "só com o ordenado de 120 réis". O escrivão era ao mesmo tempo porteiro. As obrigações em cada caso eram pequenas.

Podia, este funcionário, satisfazer "ambas muito bem e isto só com a despesa da Real Fazenda de 4\$800 por mês e ração".

Era exato só existirem dois Ajudantes de Cirurgião fazendo as "obrigações de segundos enfermeiros". Frágoso acusando tal deficiência não esclarece porém, os motivos que a determinaram. A verdade, entretanto, mandava dizer que os outros ajudantes tinham seguido para o Sul, acompanhando a Legião Paulista que para lá fora.

Sem "ordem expressa" não podia ser aumentado o número de ajudantes na Legião, nem criados novos lugares. Porque o Físico-mor não se dirigira ao inspetor, à Junta ou ao governador pedindo providências?

Não dispunha o hospital de aparelhamento cirúrgico. Neste item era verdadeira a acusação. Era necessário enviar os instrumentos. Podia esclarecer, entretanto, que "operações de maior consequência o Cirurgião mor do hospital" as não poderia fazer, como anteriormente já informara à S. Excia.

Que o governador havia atentado para o caso fala a sua carta de 11 de maio de 1804 ao Visconde de Anadia. Solicitava, então, a remessa de instrumentos de cirurgia. Se providência não foi dada pela morosa burocracia lisboeta a culpa não era sua.

Eis o trecho respectivo dessa missiva constante, em manuscrito, do vol. 32 do Arquivo do Conselho Ultramarino, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

"Eu disse acima haver nesta Capital hum só Cirurgião approvado qual era o Cirurgião Mor da Legião desta Cidade e como este pela demissão que me requereu e aceitei, fundada na impossibilidade que tinha para servir me poz na precisão de prover outro em seu lugar, nomeei para ella a João José Leite que assistia na praça de Santos, o qual veio o anno passado desta Corte e tem todos os conhecimentos da sua arte. Este homem me representou não haver no Hospital Militar nenhum dos instrumentos precisos para qualquer operação soffrendo os miseraveis doentes a quem a desgraça torna indispensavel cortar-se-lhe hum braço ou huma perna o doloroso uso de huma serra de carpinteiro; não se podendo fazer as desinfecções com a devida perfeição por semelhante motivo; o que me obriga a rogar a V. Excia. haja de ordenar que remetam os que ele julgou indispensaveis e vão descritos na lista n. 3; assim como al-

guns estojos para os que frequentarem a aula de desenho que absolutamente aqui não ha”.

Sobre o fraco sortimento da botica era exata a reclamação de Fragoso. Não havia resposta, porem, dos pedidos feitos de acordo com a relação apresentada pelo *Físico-mor*.

A Junta dera conta desta circunstância pelo Real Erário. Achava o governador “que sendo metido um completo sortimento os interesses da Botica” deveriam “sustentar a despesa da mesma com o hospital”. Fragoso escarnece, no seu memorial, a sua nomeação para Inspetor da Botica porque considera incontestavel sua autoridade para todos fins. Elucida o governador que este direito é cabivel nos regulamentos dos hospitais de campanha. O mesmo não ocorria em relação ao hospital militar de São Paulo que se regia por um plano aprovado sobre o funcionamento da botica. Neste regulamento em vigor, cabia à Junta a nomeação para o cargo de Inspetor da Botica de um “facultativo da maior autoridade”.

A perlanga entrou em minúcias no caso dos boticários. Entrou em jogo até o caso do profissional dormir e jantar em sua própria moradia.

Sobre os ajudantes e praticantes de farmácia concordava o governador na sua necessidade. Não havia verba. Obtivera ele Franca e Horta, um moço para praticar na botica. Tiña, porem, casa e comida, apenas. Deixara, porisso, o lugar para ir trabalhar na fábrica de ferro.

Sobre os enfermeiros a confusão era notavel. O chefe da classe era ao mesmo tempo almoxarife, como dissemos e os seus auxiliares, eram, simultaneamente ajudantes de cirurgia. Havia enfermarias que nunca eram lavadas e outras que não tinham vidraças. É fraca a defesa de Horta neste caso: assevera que o hospital funcionava, deste modo, muito bem antes da chegada de Fragoso. Os empregados trabalhavam em perfeita harmonia e cooperação. Quando havia uma falta do médico levava o caso ao conhecimento do almoxarife, enfermeiro-mor ou do Inspetor. Era, então o “delinquente” punido “corporalmente” ou multado.

Elucida que por falta de vidros mandara duas bestas buscar malacacheta em Goiás. Encarregou dessa tarefa um tenente coronel. Este morreu durante a viagem, frustrando-se destarte, a diligência.

Discutiram os dois adversários sobre as papeletas colocadas na cabeceira dos doentes. Queria Fragoço ser o autor daquela providência. Esclareceu o governador que já existiam papeletas

“pregadas” na cabeceira. A função do Físico-mor consistira unicamente em mandar pregá-las em uma taboleta.

Sobre as visitas do hospital concorda o governador com a crítica de seu antagonista. Discorda, porém, no que se refere à lavagem de roupa. Este trabalho se fazia muito regularmente, porque o hospital contava, para tal fim, com duas escravas de S. A. R. E, demais, havia dentro da casa, “um copioso cano d’água efetivo onde se fez um aceado “Lavadoeiro”.

Eram falsas, igualmente, as alegações de que não havia aceio e que as enfermarias não eram perfumadas. Prossegue a disputa quanto às dietas dos enfermos, serviços de almoxarife, do porteiro, do dispenseiro.

Fragoso, na sua ira, ataca também o hospital de Santos, construído por Franca e Horta, porque o existente, afirma este governador, ainda era peor que o antigo de São Paulo.

Pretendia Fragoso ser ao mesmo tempo médico e superintendente não só do hospital de São Paulo, como também do de Santos e de dois outros pequenos nosocômios de Guarapuana e da fábrica de ferro.

Pergunta o governador como seria possível a este Físico-mor enfeixar, em suas mãos a direção técnica e econômica de hospitais situados em pontos tão diversos.

O “pivot” de toda a questão foi a existência de um Inspector, o sargento-mor Antônio Fernandes com quem Fragoso entrou em sério conflito.

Examinemos, agora, os documentos constantes do vol. XI, dos “Documentos Interessantes”.

Consta de correspondência de Franca e Horta com os Secretários de Estado, no Rio de Janeiro; com o governador de Minas Gerais; com funcionários; além de termos e de uma questão de terras de Inácio Caetano Vieira de Carvalho.

Na primeira parte figuram ofícios dirigidos ao conde de Aguiar, ao conde de Linhares, ao desembargo do paço. Duas dessas missivas referem-se ao caso de elevação da freguezia da Conceição de Franca à categoria de vila. Era uma solicitação dos moradores com o que concordava o governador, apoiando-se em vários argumentos. Acenava para a excelência dos campos aptos “para todo o gênero de animais” e para as faisqueiras de ouro.

A população já atingia 1279 almas e distava mais de quarenta léguas (80 disse em outro ofício) da vila de Mogí-mirim, “cabeça do julgado”. A localidade era, além do mais, “um terreno delicioso” que entestava com o gentio e onde obrigavam-se “os principais a fazer a sua custa, casa da câmara, cadeia e pelouri-

nho." Participava Horta, estes fatos, ao conde de Aguiar, em 13 de maio de 1809. Concorravam, com a promoção, não só a câmara de Mogi-mirim como o Ouvidor da comarca.

A cinco de janeiro de 1811 recebia o conde de Aguiar uma comunicação de já se acharem construídos os prédios acima mencionados. Pedia Horta a confirmação do seu ato erigindo a freguesia em vila, pois tinha a sua "palavra penhorada com aquele povo".

Minas demandou a incorporação desta freguesia à vila de Jacuí.

Em officio ao desembargo do paço opôs-se Horta à esta absorção porque dizia ele:

"a freguesia de Franca é e sempre foi do distrito desta capitania e comarca de São Paulo; o arraial de Jacuí sendo deste bispado pertence ao governo de Minas Gerais, não por efeito de justiça, mas porque os governadores e capitães gerais de Minas, e principalmente os Ministros têm querido aumentar as raías dos seus distritos".

As zonas do Litígio afetaram Bragança, Atibaia, Pindamonhangaba. Sobre este último caso vejamos o que nos diz uma nota da redação dos "Documentos Interessantes", ao pé da página 427 do vol. XI:

"Conforme se vê por documentos posteriores, a rivalidade entre Taubaté e Pindamonhangaba por causa destas duas estradas (Piracoama-Sapucaí-mirim e Itapeva) complicou de algum modo a questão de limites nesta parte levando alguns moradores de origem paulista a favorecerem as pretensões mineiras a-fim-de conservar aberta a nova estrada que as autoridades de Pindamonhangaba queriam fechar".

Os outros officios ao governo do Rio de Janeiro tratam de questões de limites entre as capitánias de São Paulo e Minas. Os governadores desta última teimavam em invadir o território de São Paulo. Franca e Horta opunha-se tenazmente aos atos que determinassem restrição da área cuja administração lhe fora confiada. Fazia empenho em manter intactos os marcos divisórios que assinalavam as fronteiras de São Paulo, ao tempo em que assumiu a direção da Capitania. Neste sentido é ótima a sua troca de

correspondência com o desembargo do paço e com os capitães mores e milicianos, comandantes de praça. Do mesmo teor, isto é, sobre divisas foram as epístolas com o governador de Minas, Pedro Maria Xavier de Ataíde.

Vejamos, em primeiro lugar, o que se passou com os funcionários.

Em 7 de março de 1803 representava a câmara de Pindamonhangaba contra a invasão dos seus limites. Encarregou Horta do estudo desta questão a um cidadão proeminente de São Paulo, José Vaz de Carvalho. O laudo foi apresentado a 21 de julho de 1804. O eixo desta desavença foi "um João da Costa Manso que por mau e vingativo nos flagela rompendo a ferro e fogo a nossa divisa", conforme os termos da representação da Câmara. No seu parecer Vaz de Carvalho afirma que

"as divisões sempre foram pela serra da Mantiqueira que fica muito distante da de Paraíba que os mesmos pretendem iniciar, pela falsa informação do dito Manso. Se deve por parte desta capitania rebater toda e qualquer violência que aqueles intentem sobre a dita divisão".

O general ordenou, então, ao capitão-mor de Pindamonhangaba — a 15 de julho de 1803, que prendesse João da Costa Manso, caso este querelante apparecesse nos domínios sob a jurisdição de São Paulo. Informado de que o mesmo se achava enfermo houve por bem que se não o inquietasse. Restabelecido, porem, deveria ser avisado de que "solto e livre" teria de apresentar-se "na sala" do governo de São Paulo, à ordem do governador. Não sabemos se a ordem foi cumprida.

Ao comandante da vila de Bragança escrevia Franca e Horta a 30 de agosto de 1804:

"Para tranquilizar os povos confinantes desta capitania com a de Minas Gerais do rumor que entre eles se tem levantado de que o Registo chamado — de Jaguarí — posto da parte de Minas na estrada que segue dessa Vila para a da Campanha da Princeza, se intenta mudar para dentro da extrema, e divisão atual desta Capitania, o que não é verossímil e muito menos que uma tal resolução se faça em consequência da Ordem emanada do Illmo. e Exmo. Sr. General daquela Capitania; Ordeno a V. Mcê. que recebendo esta passe logo a intimar ao comandante do referido Registo ou quem suas vezes fi-

zer, que as Ordenações de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor sobre questões de limites são tão terminantes e decisivas que ordenam absolutamente que nada se mova ou se altere do seu estado atual e que portanto não se deve arrojarse a fazer cousa alguma sem positiva ordem do Seu Exmo. General, a quem sobre este objeto escrevo na presente ocasião, certo de que ele dará todas as providências precisas para desvanecer a inquietação e desordem dos moradores de ambas as capitânias. Da execução dessa deligência me dará imediatamente parte, assim como de qualquer novidade que em diante suceda haver, para eu providenciar da maneira que me parecer justo e conveniente. Assim o cumpra. São Paulo, 30 de agosto de 1804. Antônio José de Franca e Horta Sr. Jerônimo Gonçalves Pereira S. M. Comandante da Vila de Nova Bragança”.

Transcrevemos integralmente este ofício para demonstrar a orientação seguida por Franca e Horta nas ordens enviadas aos seus comandados, neste caso particular de defesa das zonas limítrofes de São Paulo. Toda a sua correspondência, nesta questão é vasada em termos semelhantes. Transparece nestas circunstâncias um tom de serenidade, firmeza e equilíbrio.

Em 24 de dezembro do mesmo ano de 1804 o General chamava a São Paulo os Capitães-mores de Pindamonhangaba e Bragança, determinando que consigo trouxessem documentos e ordens relativos à pendência. Da parte de Minas era de franca combatividade a atitude do Juiz de Fora da Vila da Campanha da Princeza.

Em 31 de agosto de 1805, Franca e Horta já irritado, dirigiu-se em termos enérgicos a este Juiz José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa. Este documento é muito elucidativo. Ei-lo:

“Não há muito tempo que o tenente do destacamento da vila de Mogi-mirim por partes oficiais recebidas dos comandantes dos Registos de Taquarí e Jacuí me participou a ousadia com que algumas pessoas do termo desta vila, tendó subrepticamente impetrado cartas de sesmaria pelo Governo dessas Minas, de terras que incontestavelmente existem dentro da linha divisória de São Paulo, quais são as do território denominado — Lagoa rica — sempre habitadas, e cultivadas por moradores desta capitania as pretenderam medir e demarcar,

para cuja deligência chegaram a levar Piloto e vários oficiais de justiça desse Julgado, o que contudo não executaram, temendo, sem dúvida as consequências de um tão terrível atentado.

As inveteradas usurpações que os habitantes destas Minas tem feito a esta Capitania, são tão manifestas e escandalosas que basta somente ler os termos divisórios que em diferentes épocas tem havido e estender a vista pelos pontos em que se acham hoje situados os seus Registos para ficar convencido da iniquidade delas. O plausivel pretexto de se vedarem melhor os extravios que um tempo lhe serviu de fundamento para ensanchar a sua jurisdição, não podendo mais subsistir na Real Presença de Sua Alteza, houve o mesmo Senhor por bem determinar em avisos de 8 e 9 de novembro de 1798 — **que nada se alterasse quanto aos limites das duas capitánias, até que estes se preservassem e fixassem devendo evitar-se qualquer questão a semelhante respeito.**

Com esta Régia determinação diante dos olhos fiz ver ao seu Exmo. General que nem eu, nem ele tínhamos autoridade para invocar cousa alguma tocante a esta matéria; que o meio que nos restava sobre qualquer dúvida que se movesse, era representar-me a S. A. R., a quem a decisão se achava afeta e que **eu nunca occasionaria, nem consentiria na infração de uma ordem tão clara, terminante e positiva.** A submissão e respeito que ele tributava às Leis do Soberano e a seus justos sentimentos me fazem persuadir que ele seguira sempre nesta parte um igual sistema ao que tinha adotado, e vem a ser, o conservar religiosamente as cousas no mesmo pé em que se achavam no governo de nossos antecessores. É portanto, não o julgando ciente do atentado que acima deixo referido, e pesando seriamente as consequências que podem originar-se, quando pelos povos desse Distrito se insista na projetada usurpação, que eu vou prevenir e advertir a V. Mcê, por bem do Real Serviço, nada adiante nem execute sem expressa ordem do seu Exmo. General, certo de que não podendo eu deixar de cumprir os meus deveres me verei obrigado a dar as necessárias providências para coibir um insulto semelhante, **conservando ileso o Destrito desta Capitania, da qual assim como nada pretendo adiantar, tambem não recuarei uma só linha do estado em que ela se mantinha**

ao tempo que o Príncipe Regente Nosso Senhor confiou de mim o seu governo.

Espero que V. Mcê refletindo nas obrigações do cargo que ocupa haja de cooperar quanto estiver da sua parte para conservação da harmonia e socego público dos povos, não perturbando as pacíficas posses dos habitantes dessa Capitania que são como os dessa Vassallos do mesmo Soberano e mais ainda por se lhe não acumular o que me dizem de que o seu interesse particular é o primeiro movel destas inquietações e desordens; pois devo supor não ignora quanto é proibido os Ministros o impetrarem possessões territoriais nos próprios distritos que governam. Deus Guarde a V. Mcê. São Paulo, 31 de agosto de 1805. Antônio José de Franca e Horta. Sr. José Carneiro de Miranda de Costa. Doutor Juiz de Fora da Vila da Campanha da Princeza”.

Como outros semelhantes, da lavra do General Horta, este documento, de modo algum, revela um energúmeno, sátrapa ou tirano. Ao contrário indica, grande tranquilidade de espírito, sentimento de disciplina e segurança de propósito, dentro da lei.

São documentos da época. Não são interpretações saídas do pincel de quem, ao pintar o quadro, possa estar sob o impulso de uma paixão direta ou transmitida.

No reverso deste aspecto, isto é, naquele em que o General aparece revestido dos sombrios e causticantes defeitos, desejaríamos também, ver documentos do gênero dos que apresentamos, isto é, da época e em atos administrativos, pois nas querelas pessoais sempre extravassa o mau humor. Tais desavenças, porém, só de leve atingem a cousa pública.

Serão necessárias outras provas do estilo administrativo empregado pelo General Franca e Horta nas lides do governo? É interessante coligi-los ainda que sumariamente. Consultem-se os officios de 8 de setembro de 1805 dirigidos ao comandante e ao juiz ordinário de Mogi-mirim; de 7 de agosto e 20 de novembro de 1806 aos capitães-mores de Pindamonhangaba e Mogi-mirim; de 21 de agosto de 1807 ao capitão-mor de Mogi-mirim; de 19 de janeiro, 20 de janeiro, 21 de julho e 20 de dezembro de 1809 aos capitães-mores de Mogi-mirim, de Franca, de Pindamonhangaba; de 27 de julho de 1810 ao capitão-mor de Franca; de 29 de maio e 26 de junho de Mogi-mirim e de Franca.

Essa correspondência, sobre o mesmo assunto abrange, pois

um período de tempo decorrido entre 1803 e 1811, isto é, cerca de oito anos.

Ao comandante do destacamento de Mogi-mirim recomendava, em 8 de setembro de 1805 que se evitasse "um funesto rompimento entre os dois partidos, visto que uns e outros são vassallos do mesmo soberano".

Agradecendo ao juiz ordinário de Mogi-mirim as providências que dera sobre a invasão premeditada dos moradores de Minas para se introduzirem nas terras da Capitania" declarava o governador, por intermédio do seu secretário que expedira ordens ao tenente para o coadjuvar na "repulsão de qualquer força ou inovação" que se pretendia fazer por parte da capitania de Minas. Não se esqueceu de recomendar, entretanto, que tudo se fizesse "com toda moderação e prudência".

Certa vez, a 7 de agosto de 1806, ordenou que prendessem os delegados de Minas que aparecessem em São Paulo para alistar moradores dessa capitania. Só o deviam fazer, porém, no caso desses oficiais não apresentarem documento provando que para essa tarefa possuíam ordem especial por parte de S. A. R. ou do general de Minas, capazes de invalidar o Aviso de 9 de novembro de 1798, ainda em vigor. Este Aviso, como vimos, exigia que nenhuma alteração houvesse nos limites existentes entre as capitânicas.

O sargento e o cabo, implicados no caso seriam logo remetidos à sala do governo de São Paulo. O capitão, de nome Brandão, teria o mesmo destino, mas devia ser acompanhado por um oficial de patente.

A fim de fornecer ao capitão-mor de Pindamonhangaba a necessária autorização para agir, remetia duas portarias. Nos casos imprevistos o Capitão-mor poderia seguir o seu próprio critério.

Devia agir contudo "com toda a prudência e zelo que exige o bem do Real Serviço".

Em novembro de 1806 encarregava o capitão-mor de Mogi-mirim de efetuar a prisão e a remessa para a capital de São Paulo de quantos se atrevessem a invadir despoticamente os limites da capitania. Toda a "inovação em matéria de limites era contrária às ordens de S. A. R. e o mesmo Sr. ainda não determinara o contrário". Se alguma alteração legal tivesse havido, ele — governador de São Paulo — deveria "necessariamente" ter conhecimento do caso.

Em agosto de 1807 ainda andava Franca e Horta inquieto com as atividades invasoras do Juiz de Fora de Campanha e do

mencionado capitão Brandão. Daí a sua carta ao capitão-mor de Mogi-mirim:

“Tendo presente a sua carta de 8 do corrente mês na qual me participa as diligências que fazem o Juiz de Fora da Campanha e o capitão Brandão para se introduzirem nas terras desta Capitania. Tal não pode ser certamente a intenção do Exmo. General de Minas porque tendo (como eu) ordens para conservar os limites no mesmo estado em que se acham, seria cometer um atentado repreensível alterar as Reais determinações.

O genio inquieto daqueles povos seduzidos pela ambição e interesse particular do dito Juiz e Capitão é o movel de todas as inquietações e desordens, como eu vou fazer ver a S. A. expondo-lhe qual tem sido o prejuizo e a paciência dos paulistas e quais as usurpações feitas pelos mineiros que a si próprios se condenam em ter deixado uma divisa tão segura e natural como é o rio Sapucaí por virem adiantados os seus Registos pelo interior das terras, onde nunca podem vedar-se os extravios que é sempre o plausivel e mimoso pretexto de que se valem para coonestar suas usurpações.

Portanto considere V. Mcê ileso o seu destrito não consentindo que por ele se adiantem visto S. A. R. assim o haver determinado e não deve nunca perder de vista as tentativas que eles estão avesados a fazer para se aproveitarem de algum descuido nosso. Louvo-lhe a nomeação que fez do cabo para o Descoberto de S. Mateus pois a velhice do sargento Jerônimo Dias o torna inhabil para defender aquele mesmo Registo em que se conservou por mais de 30 anos. De qualquer novo acontecimento que haja me dará imediatamente parte a-fim de eu providenciar o que for preciso. Deus Guarde a V. Mcê”.

Dois anos mais tarde, em 1809, estava ainda o Juiz de Fora da Campanha desafiando Franca e Horta. Mandara proceder “a buscas de salitre na fazenda de Guilherme Barros Pedroso situada em São Paulo, no distrito de Franca. Tomara aquela deliberação sem consultar ou participar ao governador de São Paulo. Este, ao saber do fato não fez opposição. Escreveu ao capitão-mor de Mogi-mirim dizendo que não obstante não ter aquele Ministro deprecado a necessária licença, permissão devia ser dada

para as buscas por se tratar de material muito necessário. Ordenava, entretanto, que lhe fossem remetidas amostras do que se encontrasse. O capitão-mor deveria, também, pô-lo ao corrente do que acontecesse nessas deligências.

Neste mesmo ano de 1809 os mineiros abriam uma estrada em terras da capitania de São Paulo. Firme nos seus propósitos anteriores, Horta escreveu, ao capitão-mor de Pindamonhangaba, a 21 de julho daquele ano, protestando contra a obra nova. Esta carta revela um perfeito espírito de ponderação e equilíbrio como se pode inferir do seguinte trecho:

“Eu passo a participar a S. A. R. semelhante procedimento dos mineiros, pedindo com toda a brevidade positivas ordens sobre o que deve deliberar em negócios de tanta consequência, para o que remeto por cópia o seu ofício e a parte que lhe deu Claro Monteiro do Amaral e do ofício que também esta Câmara me dirigiu sobre o mesmo objeto; e enquanto não chega esta decisão V. Mcê não consinta a continuação da dita estrada sem que lhe apresentem ordem de S. A. R. e quandó assim suceda deve V. Mcê fazer os competentes protestos para salvar os direitos desta Capitania e se eles apesar-de não apresentarem Ordem Régia insistirem por violência a continuação da estrada, neste caso depois de V. Mcê fazer os protestos se retirará porque não quero que haja desordens, até que S. A. R. me determine o que devo fazer; mas se eles lhe apresentarem Ordem Régia para o dito fim, deve V. Mcê deixá-los continuar na estrada, dando-me de tudo parte e remetendo-me da dita Ordem uma cópia. V. Mcê apresente esta em Câmara para que ela a veja como a resposta ao que me dirigira”.

Pode haver melhor prova de segurança, serenidade e meticulosidade?

Em dezembro do referido ano de 1809 nenhuma decisão proferira o Governo de S. A. R.: Assim, Franca e Horta, a 20 daquele mês, louvava o Capitão-mor de Pindamonhangaba por ter embarçado a entrada dos mineiros nos limites de São Paulo. Assim devia ser até que o Príncipe Regente resolvesse a questão.

A correspondência com o Governador de Minas, sobre esta matéria evidencia os mesmos sentimentos.

Vejamos, por exemplo, alguns trechos da carta de 31 de

agosto de 1804. Referindo-se ao Aviso de 9 de novembro de 1798, diz:

“Em consequência disto certifico a V. Excia. que eu não poderia esperar, e nem ainda espero, que dessa Capitania façam invasões sobre esta, com aprovação ou mandato de V. Excia. Mas não podendo deixar de dar crédito às participações oficiais que se me fazem das vilas de Pindamonhangaba e de Nova Bragança quero supor que a enorme extensão desta Capitania faz que V. Excia. talvez ignore alguns fatos obrados com seu respeitável nome por pessoas que arrogam a si maiores poderes do que os que lhes são cometidos”.

“Pede, portanto a prudência que nós esperemos a decisão do soberano que como Senhor poderá determinar por onde for Servido: mas porisso mesmo pede a causa pública, os nossos deveres, a obediência e o serviço de S. A. R. que nos conservemos na mesma posse.

Da minha parte dou a V. Excia. a minha palavra de honra de assim o cumprir e espero que V. Excia. tomando esta matéria em maior cuidado haja de vigiar sobre os comandantes dos arraiais e vilas confinantes da sua Capitania para que não continue no antigo sistema e nem obrem outros fatos semelhantes aos dois que acima levo à presença de V. Excia. de quem espero a satisfação, como devo esperar da sua honra, prudência e zelo pelo Rêal Serviço”.

Plenas satisfações aliás, deu Franca e Horta ao governador de Minas uma vez em que um capitão-mor de São Paulo com abuso de autoridade, demoliu, em Minas, à mão armada, algumas casas de pessoas que tinham emigrado para aquele território. O Governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, em 13 de outubro de 1803 agradecia a “obrigante” carta que o General Horta lhe enviara, sobre o caso. Pedro Xavier estava grato, também, pela “efusão de Coração” com que era tratado pelo General de São Paulo. Nessa missiva Pedro Maria felicitava Horta por ter, com suas luzes e atividade, determinado o florescimento do comércio, em São Paulo.

Ao terminar alude o Governador de Minas, ao de São Paulo, às atenções recebidas por sua esposa.

Na carta de 31 de agosto de 1804, muito cordial e atenciosa, refere-se Franca e Horta ao caso Costa Manso. Lembra que am-

hos os governadores devem solicitar uma decisão do soberano. Antes, porem, era conveniente que tudo fosse mantido "no estado atual, sem cometer, nem consentir infração alguma assim por observância da Régia Ordem, como pelas tristes consequências que do contrário podiam resultar".

A carta de 26 de fevereiro versa sobre o mesmo caso. Não variam de tonalidade os apelos dirigidos aos Secretários de Estado no Rio de Janeiro.

Na carta de 6 de março de 1809, Horta pedia ao Conde de Aguiar, que lhe resolvesse o caso Bragança e Atibaia. Mostrava que até então tinha se oposto "a esta violência fazendo conservar os marcos divisórios visto que havia Ordem Régia para nada se alterar sobre os limites da Capitania". Era a lei por ele conhecida. Poderia haver, entretanto, outra Ordem Régia, em contrário, e por ele ignorada. Assim fazia o seguinte apelo ao Secretário d'Estado:

"Rogo pois a V. Excia. queira decidir-me esta matéria para me livrar de contínuas colizões com os governadores e capitães generais de Minas e com os magistrados das comarcas limítrofes, principalmente aquele Juiz de Fora de Campanha".

Em 7 de julho do mesmo ano era ao Conde de Linhares que se dirigia o General Horta. Pedia que fosse impedido o rompimento das divisas de São Paulo. No mesmo mês e ano recorria de novo ao conde de Linhares. Referia-se aos casos de Bragança e Pindamonhangaba. Requeria "aquelas positivas ordens que de uma vez" pusesse termo a uma questão que tanto perturbava os povos da capitania.

Ao desembargo do Paço apelava em 1811, a 29 de outubro para que se resolvesse a questão do caminho, construído pelos mineiros e que invadia o território paulista. Julgava o caminho de muita utilidade. Toda a questão girava em torno do local onde se deveria fixar o Registo. Era antiquíssima a dúvida sobre os limites de São Paulo e Minas Gerais. Datava do tempo em que esta última capitania se desmembrara de São Paulo. Ora os generais de Minas, pleiteavam que o rumo do caminho seguisse pelo cume da serra da Mantiqueira, morro do Fogo, serra de Mogi das Cruzes ou das Caldas e daí, por uma linha ideal, até o Rio Grande. Queriam os de São Paulo que a diretriz se ajustasse pelo rio Sapucaí desde o seu princípio, no braço denominado Sapucaí-assú, até chegar, ao mesmo Rio Grande.

Passa o governador Horta a expor minuciosamente ambas as pretensões, na esperança de que S. A. R. se decidisse pelos paulistas. Ainda nesta epístola solicitou Franca e Horta que se pusesse fim a tais disputas "sempre odiosas".

O exame desta correspondência nos convence da impecável e sóbria atuação de Antônio José de Franca e Horta, nesta agitada questão de limites.

A personalidade dos homens públicos é melhor retratada por testemunhas desta natureza, através de documentos da época e principalmente de sua lavra ou de sua responsabilidade.

Passemos agora à outra ordem de documentos. São os que encontramos nos manuscritos do Conselho Ultramarino, Volume 32 que trata das correspondências dos governadores de São Paulo e no memorial ou exposição redigida pelo capitão general de São Paulo Antônio José de Franca e Horta ao seu sucessor o marquês de Alegrete. Os primeiros pertencem ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro; a "exposição" faz parte da secção de manuscritos da Biblioteca Nacional. Analisemos, primeiro, os manuscritos do Conselho Ultramarino.

Estes documentos demonstram o mesmo espírito de cordialidade e serenidade posto em prova na correspondência que acabamos de examinar.

Começemos a compulsar os ofícios do volume 32 do Conselho Ultramarino.

No primeiro ofício, com data de 31 de dezembro de 1802, Franca e Horta comunica ao Visconde de Anadia ter tomado posse do cargo, no dia 10 daquele mês "com todas formalidades do costume" (Arq. Cons. Ultr. Vol. 32, pág. 373).

No segundo ofício, constante dos referidos arquivos (Vol. 32, pág. 374 v.), revela Franca e Horta seu interesse pelos problemas agrícolas e florestais. Este seu pendor levou-o a trazer da Europa sementes de várias espécies de plantas a-fim-de ensaiar seu cultivo em S. Paulo. O ofício a que nos reportamos — de 20 de fevereiro de 1803 — demonstra a preocupação de incentivar a cultura e o comércio dos nossos produtos naturais.

Em primeiro lugar trata da organização de uma coleção de madeiras brasileiras. Mostrara-lhe o sargento-mor Carlos Julião da Fundação um mostruário dessa natureza. Compreendia madeiras da América, do Brasil e particularmente de S. Paulo. Rogava o sargento-mor que lhe remetessem outras amostras para completar sua coleção. Franca e Horta, percebendo a "utilidade deste conhecimento" fez "aprontar tudo quanto pode obter nos terrenos mais próximos". Não se limitou a estas providências.

Organizou uma nova coleção remetendo-a pelo navio "Pensamento Ligeiro". Na pressa de enviar o material não fez sua descrição. Prometeu desempenhar-se desta tarefa mais tarde.

Na sua remessa incluiu uma pinha. Não sabia, porém, se os pinhões chegariam a Portugal em condições de germinação. "Acautelando-se, mandou preparar mudas para seguirem na próxima embarcação que de Santos tomasse o rumo da Europa. Assinalava haver observado que estas árvores cresciam melhor em terra montanhosa que nas várzeas. Empenhava-se em estabelecer o plantio de pinheiros em zonas próximas do litoral afim de facilitar o transporte para exportação.

Pelo mesmo navio expediu, também, algumas sementes de mangues, cacau e baunilha:

"Também remeto a V. Excia. as únicas sementes que agora pude descobrir de mangues, sementeira que se deveria promover no reino em terras alagadas de água salgada. Elas dão grande abundância de lenha, as melhores que aqui se conhecem para o fogo pela razão de muito combustível e pouco fumo. Crescem em pouco tempo e sua casca é excelente para o cortume da coirama, socorro dos nossos sobrais da ruína que diariamente sentem. Também na mesma ocasião enviarei plantação deles.

No mesmo caixote faço chegar a V. Excia. sementes de cacau que na presente conjectura ainda pode descobrir em estado de semear, porquanto o disposto para o comércio já está preparado em forno. No mesmo saquinho em que vão, incluí duas favas de baunilha para V. Excia., ver a qualidade. Semelhantes amostras envio a alguns negociantes a quem rogo me façam conhecer sua qualidade e preço. Em consequência das notícias que me derem, promoverei suas culturas, porquanto o cacau é ainda em muito pequena quantidade; a baunilha desprezada no mato e com muita produção".

Em seguida, Franca e Horta passa a considerar, neste mesmo officio, endereçado ao Visconde de Anadia, o problema das nossas fibras a que ele deu o nome de linho. Faz observações sobre o que ele tinha achado em uso na Capitania:

"O Tecum é uma espécie de palmeira; seu fio tira-se das folhas; partindo-se a epiderme superior das folhas e puxando-se aparecem os fios, saindo logo limpos,

sendo, porem, muito pouco a quantidade que se tira comparada com o que se poderia tirar, visto a muita que lhe fica, o que se manifesta no resto da folha”.

O governador, impressionado com o problema, encetou experiências diretamente. Tentou, neste sentido, de “destruir a parte suculenta e herbácea para só ficar a fibrosa”. Não conseguindo êxito nas primeiras tentativas promete prosseguir nestas pesquisas.

É realmente interessante que o governador de São Paulo, na sua correspondência com o Ministro lisboeta entrasse na discussão desses assuntos ao invés de entreter-se com questões políticas.

Na sua missiva descreve o Caraguatá, “planta semelhante ao ananás, até em seu fruto com a diferença de ser este inutil...”. Trata, depois, da embira e de uma casca que denominou quina; muito abundante em Curitiba. Cristais e pedaços de madeira petrificada completavam esta carga de material agrícola e geológico, enviado para estudos e experiências.

Em setembro de 1803, Horta forneceu ao governo central a “Conta corrente dos rendimentos e despesas, acréscimos e empenhos das câmaras das vilas de São Paulo”.

A receita de todas as vilas contempladas na relação, em número de 34, pouco ultrapassava a cifra de oito mil cruzeiros. O saldo andava em menos de mil cruzeiros. Em números exatos era a receita de 8.299,47 e a despesa de 7.463,75.

São Paulo, capital da capitania, tinha a renda anual de 2.013,44 e a despesa de 1.688,42; o saldo atingia 835,72.

As vilas melhor aquinhoadas, depois da capital, contavam com pouco mais de cinco centenas de cruzeiros: Lorena (554,92), Paranaguá (512,52), S. Sebastião (522,80).

Na ordem de algarismos entre quatrocentos e quinhentos cruzeiros apareciam Guaratinguetá (483,76), Santos (492,20) e Taubaté (413,58).

Na casa dos trezentos figuravam Itú, Bragança; na de duzentos Parnaíba e Sorocaba. Ao setor de cem cruzeiros pertenciam: Atibáia, Cananéia, Cunha, Jacaréi, São José, Jundiá Mogí-das-Cruzes, Mogí-Mirim, Pindamonhangaba, Paraitinga, São Carlos. Entre cinquenta e cem cruzeiros anuais alinhavam-se: Antonina, Conceição de Itanhaem, Lages, Porto Feliz, Ubatuba. Abaixo de cinquenta cruzeiros estavam Castro, Curitiba, Guaratuba, Iguape, Itapetininga, Itapeva e São Vicente.

Um acontecimento de grande relevo é o que está consignado

no officio de 11 de maio de 1804, dirigido por Franca e Horta ao Visconde de Anadia. Neste documento o governador participa os primeiros resultados do curso médico por ele instituído na capital de São Paulo. Notem bem a data: 11 de maio de 1804.

O curso fora instituído um ano antes, isto é, em 1803.

Sabemos que a primeira escola médica, no Brasil, foi organizada, pelo Dr. José Correa Picanço, cirurgião-mor do reino e do Conselho de S. A. R. o Príncipe Regente. O ponto de partida foi a Carta Régia de 18 de fevereiro de 1808, expedida por D. Fernando José de Portugal, ao Conde da Ponte D. João de Saldanha da Gama de Melo e Torres.

A iniciativa de Franca e Horta, na pequena capital da capitania de São Paulo, é de 1803. Antecede, pois, de um lustro ao ato que criou a escola médica da Baía.

Houve, de fato, algumas tentativas anteriores à fundação da escola médica baiana. Foram, porém, de caráter privado.

Assim, em 1790, Antônio Mendes, cirurgião-mor do 2.º Regimento, proclamou-se, na Baía, lente de medicina "porque talvez lecionasse, particularmente, aos candidatos à carta de cirurgião.

O cirurgião Antônio José Pinto na mesma época criou no hospital da Santa Casa do Rio de Janeiro um curso de anatomia e cirurgia, tentativa reproduzida em 1808, no hospital militar.

Tais tentativas "não tiveram durabilidade nem eficiência; simples boas intenções abortadas".

A criação de Franca e Horta não era particular. Tinha **cunho oficial**, pois fora realizada pelo governador Horta, da Capitania de São Paulo. Parece, portanto, que Antônio José de Franca e Horta foi o iniciador, em São Paulo, do ensino médico oficial. **Dizemos ensino médico e não escola médica.**

Limitou-se o empreendimento a uma Aula de Cirurgia professada pelo lente Mariano José do Amaral, físico-mor da capitania. Devemos recordar, entretanto, que não era muito mais avançado o ensino de 1808, criado por D. João VI, na Baía. Era ministrado não por um, mas apenas por dois lentes: Manuel José Estrela, nascido no Brasil que regia a cátedra de Cirurgia e José Soares de Castro, oriundo de Portugal, que prelecionava Anatomia. Mas, entremos na intimidade do documento de Franca e Horta.

Eis a íntegra do trecho da carta de 1804, relativa ao assunto e endereçada por Franca e Horta ao Visconde de Anadia:

"Com a maior satisfação ponho na presença de V. Excia., o resultado das minhas diligências em promover

conhecimentos uteis nesta Capitania. Pelo documento n. 1, verá V. Excia., que seis alunos que frequentaram o ano pretérito (1803) a **Aula de Cirurgia instituida por mim no Hospital Militar desta Cidade** e de que foi e continua a ser lente o físico-mor Mariano José do Amaral todos eles saíram aprovados pelos examinadores, com gosto geral dos que assistiram a este ato celebrado como todos os mais em uma das salas deste Palácio, o que muito me lisonjeou porque não existindo nesta Capitania mais do que um só cirurgião aprovado, havendo duas aulas, como pretendo, conseguirei deixar na Capitania pessoas com todos os conhecimentos da arte que possam socorrer as moléstias da humanidade destituída até aqui de uma tal providência”.

Pelo teor da carta parece que esta foi a primeira turma de diplomados, já que, nesse documento, diz o General só haver um cirurgião aprovado na Capitania. Acentua Horta que os exames se realizaram em Palácio “como todos os mais”. Isto, evidentemente, significa que o ato desses exames como os de outros misteres, teve lugar no Palácio do Governo.

Não conhecemos outras iniciativas oficiais de ensino médico, no Brasil que tivessem precedido ao empreendimento do General Horta.

Até que sejam dadas provas em contrário o Tenente-General Antônio José de Franca e Horta, governador da Capitania de São Paulo foi, **simultaneamente, o instituidor, em 1803, do primeiro ensino médico oficial no Brasil e do primeiro curso médico em São Paulo.**

Não é pequena a glória e por ela, por ela somente, poderia o Tenente-General ser absolvido de todas as culpas que porventura lhe possam caber na disputa com os Andradas e na má vontade revelada na exposição do brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira. Todo o resto é saldo e saldo avultado na conta que deu Franca e Horta da sua administração de 1802 a 1811.

Já passamos em revista uma parte deste saldo em que é mui ponderavel a correspondência relativa aos limites da Capitania de São Paulo com a Capitania de Minas. Na mesma carta em que dá noticia dos primeiros graduados em cirurgia, Horta demonstra o seu interesse pela educação em outros setores. Refere-se ao ensino militar:

“Não, menos me regosijo de que havendo pouco mais de um ano que tomei posse deste Governo e acham-

do aqui criada uma Brigada de Artilharia com lente estabelecido para ler na aula as matérias respectivas, cuja cadeira, na forma que participei a V. Excia., se havia abandonado ficando todos os discipulos em estado que nem aritmética sabiam, eu vejo, no fim de tão pouco tempo fazerem pública opposição aos postos vagos os alunos contemplados no Doc. 2 os quais sendo examinados na forma do Decreto de 22 de novembro de 1779 que prescreve o modo de fazer promoções no corpo de Artilharia, sendo-me entregue cerradas as notas dos examinadores, na presença do Bispo, prelados e mais nobresa e perante eles aberto, declarei que José de Carvalho e Silva em primeiro lugar estava aprovado”.

Propôs que o primeiro classificado fosse promovido, por S. A. R. para 2.º Tenente de Artilharia Montada. Aos outros concorrentes indicava os lugares em documento anexo.

Note-se que Franca e Horta foi coerente com sua atitude, logo ao chegar, de recusa em reconhecer as promoções militares do seu antecessor que ainda não estavam confirmadas pelo governo central. Note-se bem que o governador, após aprovação em concurso, “propunha a Sua Alteza Real”, o primeiro classificado, para 2.º Tenente de Artilharia Montada.

Nenhuma razão há, portanto, para o irritado comentário do brigadeiro Machado a que nos referimos no começo deste trabalho.

Respondendo aos oficiais recém-promovidos e não confirmados, fê-lo Horta cortezmente evitando dar-lhes conhecimento da nova patente que era, naturalmente, o que eles desejavam quando, pressurosos, se exibiam em cumprimentos, por escrito, dirigidos ao General.

Pusesse ele, na resposta escrita, a nova patente de cada um e já estaria comprometido, antes de assumir as funções. Enquanto não havia aprovação do Governo não lhes deu posse e obrigou-os a permanecer no posto inferior. Aprovados que foram, pelo governo de Lisboa, não recusou de lhes manter as promoções.

Pois, no caso presente, apesar do concurso, não pedia Horta ao Visconde de Anadia, a confirmação das nomeações que fizera?

Atentemos para outro caso. Um capitão tornara-se merecedor dos aplausos e reconhecimento do governo de São Paulo. Tratava-se do Capitão Joaquim de Oliveira Alves que sem ordenado de lente e sem obrigação imposta pela sua patente, se empregara em “ler” as matérias do primeiro ano. Achava Horta que ele devia ser promovido ao posto de Sargento-mor, coman-

dante da Brigada de Artilharia. Fez a nomeação? Não; pediu ao Visconde de Anadia que a fizesse.

E acena Franca e Horta para os estudos que pretende incentivar:

“Por estes estudos que incessantemente hei de promover não só conseguirei ter oficiais de Artilharia com os indispensáveis conhecimentos que lhes são próprios, mas ainda habilitar alguns com pequena despesa do Estado para se formarem oficiais engenheiros de que há tanta precisão nesta capitania, assim para a construção de muitas obras públicas como ainda para levantar cartas dela com a devida exaçaõ, evitando-se a avultada despesa que se faz em virem desse Reino, podendo assegurar a V. Excia. que alguns deles estão já em estado de bem trabalharem no campo do dito levantamento, porem faltam-lhes os conhecimentos de desenho de que só agora posso estabelecer aula nomeando para lente dela o meu Ajudante de Ordens Daniel Pedro Muller que até aqui se achava impedido por algumas moléstias do país de que foi atacado e de que já se achava convalescente”.

É longa a epístola de 27 de junho de 1804, endereçada ao Visconde de Anadia. O governador começa dando informações sobre o problema do salitre. Conta que João Ferreira de Azevedo, oriundo de Minas Gerais, propusera-se a extrair salitre e fabricar pólvora. Concertando-se com o governador obtivera tais produtos. Horta remetera amostras ao Ministro da Fazenda, em 1803, propondo-lhe a instalação de uma fábrica de pólvora, na Capitania. Refere-se estes fatos ao Visconde de Anadia, acrescentando que o salitre existia em abundância e era fácil de extrair. Pretendia, porisso, armazenar grande quantidade desse material para servir, não só ao Brasil, como a Portugal que importava esse produto de outros países. Pretendia fazer algumas fornadas de experiência.

Preocupado com o plano da fábrica de pólvora encarregou João Manzo de descobrir enxofre na Capitania. Manzo extraiu seis e sete arrobas na visinhança da vila de Taubaté. Horta remeteu, desse material, uma amostra ao Visconde de Anadia. Enviou, também, pedra hume proveniente do Distrito de Curitiba. Queria saber qual o valor comercial desse produto e se seria conveniente sua exploração sob o ponto-de-vista econômico. Pelo mesmo navio mandou 5.000 pederneiras de que havia muita pro-

cura no país, inclusive pelos ingleses. Cada cento posto a bordo custara cento e quarenta réis. Pedia que o material fosse examinado. Conforme o resultado, seria intensificado o comércio da colônia para a metrópole. Pedras de afiar constaram do mesmo carregamento. Eram em número de 150. Informara-se com os barbeiros sobre o seu valor prático. Garantiram-lhe que eram boas como as estrangeiras "chamadas de lei".

Preocupou-se, também, com as "barretinas" fabricadas no Brasil. Cada uma custava mil e seiscentos réis. Fabricadas industrialmente ficariam em mil e duzentos réis. Com elas andaria o soldado mais aseado e teria a Fazenda Real vantagens pois ofereciam longa duração. Introduzidas por Bernardo José de Lorenna poupavam o chapéu. Propunha, por isso, que S. A. R. aprovasse tal uniforme não só para a Legião de São Paulo como para os regimentos da Europa. As barretinas seguiriam daqui diretamente para o Arsenal de Guerra do Exército.

Tentando explorar tudo quanto pudesse ser utilizado para o comércio de exportação, Franca e Horta lançou suas vistas sobre os couros. Enviou para Lisboa um "couro curtido como anta". O seu preparo custara três mil duzentos e oitenta réis. O couro assim produzido era ótimo para o correame da tropa. Era mais maleável e porisso mais duradouro. Em trabalho industrializado seria inferior o preço de custo. Mandou, ainda, dois couros de veado cujo preço era de oitocentos réis, cada um.

Pelo navio "Diana" remeteu para a Europa tudo quanto lhe parecera interessante. Dessa remessa fez parte o material recolhido por Martim Francisco Ribeiro de Andrade em excursão pelo Distrito de Curitiba. "Olhos de cabra", utilizados como tentos para jogo; batata doce, cará, entraram nesse carregamento, onde houve até uma gaiola com quatro perdizes.

Não se esqueceu de recomendar ao capitão que fosse abrindo os caixotes assim que o navio "desse fundo", sem esperar a visita da alfândega.

Outro ponto interessante das atividades de Franca e Horta foi a sua preocupação em estabelecer prêmios para as pessoas que se empregassem em novos descobrimentos uteis ao Estado. Além do prêmio, era mister o encorajamento dos pesquisadores por meio de ajuda de custas. Eram inúmeros os tropeços e despesas determinados por estas investigações. Propõe, porisso, um auxílio pecuniário em favor de João Ferreira de Azevedo que para extração do salitre dispunha apenas de uma diária de seiscentos réis. Não era suficiente o salário, mesmo para sustento da família. Azevedo entregava fielmente todo o salitre que obtinha

à Junta da Fazenda Real. Era justo, portanto, que lhe fosse dado um auxílio, de uma só vez, no valor de duzentos ou trezentos mil réis.

Em 29 de janeiro de 1805 Franca e Horta remeteu o mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos da Capitania de São Paulo, no ano de 1803. O documento merece íntegra reprodução: Ei-lo:

Casamentos anuais:

Branços	1.573	
Pretos	503	
Mulatos	733	2.809
	<hr/>	

Nascimentos:

Branços:

Vivos	3.710	
Mortos	835	
Gêmeos	70	4.615
	<hr/>	

Pretos:

Vivos	1.272	
Mortos	312	
Gêmeos	21	1.605
	<hr/>	

Mulatos:

Vivos	2.257	
Mortos	518	
Gêmeos	24	2.799
	<hr/>	

Óbitos:

Branços	2.229	
Pretos	1.208	
Mulatos	1.292	4.729
	<hr/>	

Mapa dos habitantes que existem na Capitania de São Paulo no ano de 1803

Branços:

Casados:

Hómens	15.194
------------------	--------

Mulheres	15.063
Solteiros:	
Homens	30.348
Mulheres	32.112
Viuvos:	
Homens	1.171
Mulheres	3.447
Pretos (livres):	
Casados:	
Homens	433
Mulheres	441
Solteiros:	
Homens	941
Mulheres	1.043
Viuvos:	
Homens	53
Mulheres	138
Pretos (cativos):	
Casados:	
Homens	3.640
Mulheres	3.447
Solteiros:	
Homens	14.715
Mulheres	10.436
Viuvos:	
Homens	330
Mulheres	476
Mulatos (livres):	
Casados:	
Homens	5.797

Mulheres	6.158
--------------------	-------

Solteiros:

Homens	13.986
------------------	--------

Mulheres	15.822
--------------------	--------

Viuvos:

Homens	552
------------------	-----

Mulheres	1.549
--------------------	-------

Mulatos (cativos)

Casados:

Homens	701
------------------	-----

Mulheres	771
--------------------	-----

Solteiros:

Homens	4.576
------------------	-------

Mulheres	4.809
--------------------	-------

Viuvos:

Homens	84
------------------	----

Mulheres	146
--------------------	-----

RESUMO GERAL

Branços	97.335	
Pretos	36.093	
Mulatos	54.951	188.379

O problema rodoviário foi tratado com especial cuidado por Franca e Horta. Em 4 de março de 1806 fez o governador longa exposição sobre o assunto, dirigida ao Visconde de Anadia. Dizia:

“A fatura e consertos de estradas que tanta atenção merecem às nações cultas é um dos objetos que mais assiduamente me tem ocupado afim de facilitar o transporte dos efeitos do interior para a marinha, bem como de mercadorias que entram da marinha para o interior”.

Conta que os caminhos para Santos, Itú e Rio de Janeiro,, "nunca se viram no estado em que se achavam", naquela época. Eram vias de comunicação da maior importância e frequência. A mesma circunstância não ocorria com a estrada para o Rio Grande. Era má e precisava de urgentes reparos. Transitada por grande número de animais, os direitos recebidos, contados só pela metade alcançavam 39:500\$000, em um triênio. Para a época, era soma bem elevada. A cobrança do fisco se fazia em Curitiba. A outra metade dos direitos pertencia aos herdeiros da Casa Doadora". Os benefícios desse tráfego não deveriam ser só aquilardados pelo produto dos impostos. Era preciso considerar, explicava o governador de S. Paulo as vantagens que este comércio trazia para as capitâneas de Minas, Goiaz e Mato-Grosso.

Pleiteando, com fervor, este melhoramento, Horta pinta um quadro desolador do modo porque se operava o comércio, através dessas péssimas estradas.

"Nesta estrada que só da vila de Curitiba à serra do Viamão se contam 160 léguas de maus caminhos há sobretudo um sertão de matos gerais que pouco excede a 30 léguas, situado entre a freguesia de Santo Antônio da Lapa e a vila de Lages (lagos) na extremidade desta capitania, sertão pelos maus passos que tem a passagem dos rios se calcula morrerem todos os anos a metade dos animais que nela entram, em consequência do que S. A. R. perde metade dos direitos que deles perceberia, sem falar no prejuizo que experimentam os condutores destas tropas, muitos dos quais ficam perdidos, sem recursos, não chegando a tirar do mesmo sertão animais vivos com que paguem as despesas de custeio até aí feito."

Lembra o governador que há muito tempo se fazia necessária esta obra, mas que nunca existia verba para tal fim.

Franca e Horta concebeu, então, o projeto de realizar o empreendimento sem onus para o erário público. Expõe o seu plano:

"Sabendo que na conformidade da Provisão de 9 de maio de 1747, Documento n. 1, tem a Casa Doadora obrigação de concorrer com a metade de todas as despesas que se fazem em beneficio dos meios direitos que percebe da passagem daqueles animais naquele Registo, impús este objeto em Junta, já com o desígnio de ser ela que tome conhecimento desta grande obra e concordando todos que de fato assim devia ser pelo proveito que igual-

mente lhe vem a resultar entrei a ver, por todos os modos, como grangearia o ânimo de negociantes e tropeiros para a outra metade visto que do seu particular interesse era nascido o empenho e a eficácia com que solicitavam a fatura do dito caminho”.

Para pôr em prática o seu plano Horta ordenou ao Ouvidor do Paraná que pusesse em concorrência a fatura do mencionado caminho. Não houve licitantes. Com isto exultou o governador, porque tal fato provocou a reação dos interessados. Passaram estes a oferecer seus préstimos em favor da obra.

“e suposto não houvesse pessoas que se abalançassem a arrematá-lo (Documento n. 3), o que eu mais queria aconteceu, porque alvoroçado o povo com a resolução que eu mostrara se inflamou e passaram os principais a fazer para a dita obra oferecimentos que mostra o seu assinado Documento n. 4, com o qual me enviou a Câmara de Curitiba o Documento n. 5.”

Depois de esmiuçar as vantagens do seu projeto, com documentos e mapas explicativos o General termina seu longo memorial, de 1.º de março de 1806, pedindo aprovação do seu projeto.

Passemos agora à questão dos índios. É inegável o empenho de Antônio José da Franca e Horta em melhorar as condições dos selvícolas.

Nesse tempo era Diretor Geral das Aldeias de Índios, em derredor de São Paulo, o inolvidável paulista José Arouche de Tolêdo Rendon. Ocupando muitos cargos, Rendon nem porisso descuroou de estudar, com afinco, o problema dos índios entregues à sua direção. Verificando as péssimas condições em que viviam os indígenas, elaborou um plano destinado a solucionar o caso. Consta o projeto de extenso memorial, redigido pelo próprio Rendon e datado de 10 de novembro de 1802. Fora apresentado a Antônio Manuel de Melo e Castro Mendonça, antecessor de Franca e Horta. Horta, assumindo as rédeas do governo, empolgou-se pelo plano Rendon. Com o propósito de pô-lo em execução enviou o memorial ao Visconde de Anadia, fazendo-o acompanhar do seguinte officio (Arq. Cons. Ultr. Vol. 32, pág. 377):

“Ilmo. e Exmo. Sr.

O desejo de promover nesta Capitania a agricultura e comércio me fez conhecer que nela havia uma porção

de vassallos quase inuteis ao Estado pela sua inércia, pela sua extrema pobreza e pela desgraçada condição a que se achavam reduzidos nas aldeias denominadas São João de Peroibe, São Miguel, Taguaquecetuba, Escada, São José Pinheiros, Carapicuíba, M-Boi, Itapeçerica e Baruerí.

Estes índios, oriundos dos primeiros povoadores desta Capitania, que se foram aldeando sucessivamente logo depois da fundação da capitania de São Vicente, acham-se ainda tão pouco applicados à lavoura e às outras indústrias, quanto mostra a summa pobreza a que tantas circunstâncias juntas os têm levado.

Rarissima vez se encontra um índio que seja possuidor de mais de uma camisa de algodão grosso, com uma ceroula do mesmo paño e um pedaço de baeta que lhe serve de cobertura, e mesmo de compostura. Cogitei todos os meios de occorrer à desgraça de tanto miseravel e de os fazer uteis ao Estado. Chamei-os ao trabalho das obras públicas e lhes fiz, religiosamente, satisfazer seus salários. Mas, enfim, não bastando isto para extinguir o mal, o Diretor Geral das Aldeias, o Coronel José Arouche de Toledo, no plano que levo à presença de V. Excia., cópia n. 1, me fez ver por quantas injúrias e insolências têm passado e ainda passam os índios aldeados, mostrando, alem disso, com fatos provados e com fatos existentes que aqueles Vassallos de S. A. R. ainda não gozavam de plena e ampla liberdade que se lhes concedeu pela Pia e Santa Lei de 6 de junho de 1755; e concluiu de tudo que o único meio de extinguir aqueles males e de utilizar estes Vassallos era tirá-los do jugo das aldeias afim de que, misturados com os brancos, vivam com liberdade e neles renasça aquella bem regulada ambição, sem a qual o homem se não applica ao trabalho, nem serve ao Estado.

Estes sentimentos do Diretor Geral me pareceram tão ajustados quanto são comprovados com infinitos fatos antigos e modernos, e com o lamentavel estado presente das aldeias; acrescento o serem sentimentos de um homem que podendo, na qualidade de Diretor Geral das Aldeias, interpor na existência delas e no juizo dos índios, com zelo incansavel, só se tem dirigido pelos ditames da justiça e da humanidade.

Isto não obstante, eu me propunha a esperar pri-

meiro a decisão de Sua Alteza. Mas um novo fato constante da informação que me deu o mesmo Diretor Geral sobre o estado da Aldeia de Peroibe, o que se vê na cópia n. 2, me encheu de horror e me convenceu que eu não faria bom serviço à S. A. se por mais tempo consentisse tanto vexame aos índios. Eis porque tomei a resolução de os por em plena liberdade de que gozam todos os mais Vassallos, tirando-lhes os diretores que os oprimiam, sujeitando-os ao corpo da ordenança e conferindo-lhes a liberdade de se estabelecerem, onde mais util lhes for. Isto é o que consta da ordem que expediu o mesmo Diretor Geral que vai por cópia em n. 3. Espero que este meu procedimento seja todo de aprovação de S. A. R. por serem firmados na execução de todas as leis que tem havido sobre a liberdade dos índios, por serem ditadas em socorro da humanidade aflita e flagelada e por serem enfim tendentes ao aumento da povoação e do Estado.

Entretanto eu me não de animar estes homens para se applicarem à lavoura.

Isto que tenho levado à presença de V. Excia. é quanto se contem na primeira parte do mencionado plano n. 1.

Resta a execução da segunda parte que se reduz a se formarem freguesias naquelas aldeias suscetíveis disto, não só para que mais depressa se extinga o odioso nome de Aldeias e de Índios, como o mesmo Diretor mostra com o exemplo de Aldeia de Guarulhos, hoje só conhecida com o nome de freguezia da Conceição dos Guarulhos, mas também para que se aumentem as Povoações e paróquias em benefício geral da civilidade dos povos e prática da sua moral. Pelo que se fazendo sobre esta matéria as mais sérias reflexões e exames acho ser de muita utilidade, e mesmo de necessidade, que aquellas dez aldeias se reduzam ao estado que em ponto-de-vista se vê no resumo n. 4, vindo assim a formarem-se cinco freguesias, entrando nesse número a de São José que é paróquia e ficando as mais aldeias reduzidas a Capelas filiais.

Passa o governador, na sua missiva, a discutir a nomeação dos vigários e o valor das despesas respectivas. E termina:

“Desejo que V. Excia. sendo da sua aprovação os meus sentimentos os queira fazer subir à presença de

S. A. Real para o mesmo Senhor deliberar o que fór do seu real agrado. Deus guarde a V. Excia. São Paulo 14 de setembro de 1803. Ilmo. Sr. Visconde de Anadia Antonio José de Franca e Horta”.

Eis os termos da carta de Rendon, acompanhando o seu memorial ao General Horta.

Ilmo. e Exmo. Sr.

O plano incluso é o que eu levei à presença do Ilmo. Exmo. Sr. Antecessor de V. Excia. Antonio Manuel de Melo e Castro e Mendonça, nas vésperas da feliz entrada de V. Excia. nesta Capitania. Esta circunstância fez que ele nada resolvesse sobre esta matéria a assaz importante e necessária.

Queira V. Excia., portanto lançar os olhos sobre o lamentavel estado das Aldeias e resolver o que for mais justo e mais util ao serviço de S. A. R. Não sou aferrado a minha opinião quanto ao plano que indico para felicidade dos índios: afianço unicamente os fatos da história aí capitulados por serem tão verdadeiros como autênticos os documentos d'onde os mendiguei.

Eles mostram a causa do abatimento dos índios e fazem ver que têm sido infrutíferos todos os remédios que se lhes tem procurado aplicar.

Debaixo deste princípio V. Excia. escolherá aquele meio que parecer mais conducente para se conseguir o desejado fim; ficando unicamente a satisfação de executar as sábias determinações de V. Excia..

São Paulo, 22 de dezembro de 1802. José Arouche de Toledo Rendon. Diretor Geral das Aldeias dos Índios.

Toledo Rendon começou seu relatório mostrando como se formaram as aldeias de Índios:

1.º — Logo que se fundou a vila de São Paulo, no ano de 1560, os Guaianazes, oriundos de Piratininga e mais índios ali moradores vendo que iam concorrendo portugueses e ocupando suas terras, mudaram-se dos subúrbios da vila, fundando as duas aldeias de São Miguel e de Pinheiro. As outras tiveram seu nascimento umas pelo mesmo tempo e outras muito depois: tais foram Barueri, Conceição dos Guarulhos (hoje freguesia), Aldeia da Escada e São José de Paroibe, na marinha.

2.º — Os jesuitas que tiveram sempre o maior cuidado em possuir índios, deram origem às aldeias de Carapicuíba, Itapecerica, Taquaquetuba e São José (hoje vila). Então tinham o nome de fazendas que herdaram dos paulistas com bastantes índios que procuravam sempre aumentar, não só com índios vindos do sertão, mas mesmo com índios de pessoas particulares e até das mais aldeias que eles seduziam a serem expulsos de São Paulo.

3.º — Estas são as aldeias desta capitania além da de São João de Queluz, fundada por V. Excia. no ano de 1800, em que fez chamar para ela o gentio que habitava a margem esquerda do rio Paraíba, dando-lhe aquele nome em memória do Augusto Príncipe Regente Nosso Senhor.

Todas elas existem à exceção dos Guarulhos, porque dando-se-lhe um pároco que fosse também dos brancos e mais povo morador dentro dos seus limites veio a perder o nome de aldeia, ficando-lhe o de freguesia da Conceição dos Guarulhos, de sorte que hoje a maior parte do povo desta cidade ignora que aquela povoação que já tem 3696 habitantes tivesse sua origem em uma aldeia de índios.

Arouche de Toledo discute a necessidade de se acabar com as aldeias e admitir seus diretores. Defende calorosamente o direito de liberdade dos índios. Eis o que diz no parágrafo 6.º:

6.º — Ainda que geralmente se desenha nos índios muita languidez, muita baixeza de espírito, nenhuma ambição nem de bens e muito menos de honra, contudo eles são homens que a Natureza não podia deixar aquela porção de amor próprio que bem regulado conduz o homem para a virtude e para a glória.

Estes homens que sendo tirados nus dos sertões brasileiros mais por força do que por vontade, que tanto tempo se conservaram pouco vestidos debaixo da escravidão e que não obstante o soberano os declarar livres, ficaram contudo sujeitos às aldeias, sofrendo insolências contrárias à liberdade do homem e que uma série de fatos os tem feito viver sempre na última baixeza e miséria, como adiante mostrarei; estes homens, digo, tem os sentimentos abolidos não por natureza e sim pela malícia dos outros homens.

Conservados na última ignorância, não havendo exemplo de felicidade, nem entre eles e muito menos nos seus ascendentes que ainda foram mais desgraçados, pareceu-lhes que aquela só e não outra deve ser a sua sorte.

Acentua Rendon que são, entretanto, felizes os índios que se livraram das aldeias. Possuíam bens, serviam nos corpos milicianos remunerados. Alguns pretendiam ser brancos e já iam constituindo sua cadeia, genealógica: "Tais são muitas famílias novas de curta geração", diz Rendon.

Acrescenta Rendon que muitos brancos figurados nos mapas estatísticos eram realmente mestiços, oriundos "de grande número de gentio que povoou esta Capitania e não teve a desgraça de ficar em aldeias. Tais índios, incorporados na população de brancos com os quais viviam em perfeita comunhão apresentavam outro valor qualitativo.

Conclue Rendon que todo o mal residia na existência das aldeias. Se estas não existissem, o século, diz o Diretor Geral, não passaria pelo dissabor de ainda apresentar ao mundo aqueles restos de barbaridade".

Não é favorável aos jesuitas o parecer de Rendon neste particular. Para ele, os índios que trabalhavam nas fazendas dos jesuitas "tinham liberdade imaginária". Explica que os selvícolas eram ali "tratados com a mesma sujeição, o mesmo aperto e a mesma obediência que o resto dos escravos". Além disso os índios eram "separados do comércio com os brancos para nunca poderem ser desabusados". Casando com escravos da raça preta eram batizados como servos.

As aldeias, baseadas na lei da liberdade geral dos índios, de 1.º de abril de 1680, eram dirigidas por administradores que ora tratavam os índios com excessiva severidade, ora com displicência e falta de zelo.

Durante certo tempo a direção geral das aldeias ora competia aos governadores, ora aos ouvidores, ou administradores gerais, ou Câmara.

Os diretores ou "capitães-administradores" governavam "sem outra regra, nem lei que não fosse do seu arbítrio".

A Câmara, anualmente, tomava posse das quatro aldeias, de Guarulhos, São Miguel, Pinheiros e Barueri e conservava uma relação dos índios que se encontravam em cada uma delas. Depois disso lembravam-se dos índios apenas quando precisavam de gente para as diferentes expedições "tanto do descobrimento dos

sertões, em que se fundaram as novas colônias”, como para o socorro que os paulistas deram às capitânicas de beira-mar.

Queixou-se Rendon, amargamente, da atuação dos Ouvidores, em relação aos índios. Em vez de protegê-los “foram os primeiros que determinaram se lhes tirassem as terras concedidas para suas lavouras”. A Câmara nunca se esquecia de cobrar foro das terras que ainda se achavam na mão dos índios.

O governador-mor Pedro Taques de Almeida foi uma exceção a esta regra geral. O excelente paulista fazia com zelo a escolha dos capitães-administradores.

Na alínea 13, do seu longo e documentado memorial, Toldo Rendon refere-se ao pretendido zelo de impedir que os índios vivessem nas casas e sítios de particulares. Na verdade era um meio de evitar que eles se civilizassem e ganhassem algum salário. O interesse consistia em mantê-los nas aldeias “para servirem forçados nas ocasiões em que eram chamados”.

No parágrafo seguinte, n. 14, toca Rendon na fuga dos índios das aldeias. Tal horror lhes causava a vida naquele ambiente que, conseguindo evadir-se, nem procuravam voltar para procurar mulher e filhos. Abandonavam tudo pela liberdade. Fora da Capitania de São Paulo “foram aumentar as povoações de Goiaz, Mato-Grosso e Rio Grande.

As aldeias foram se despovoando. Tal circunstância não convinha ao governo que precisava manter aquela reserva de homens “para todo o serviço. Providenciou o Governo Geral para que fosse dada uma batida no sertão para aprisionamento de índios. Os caçadores de homens teriam de colocar nas aldeias a quinta parte da sua colheita. A metade desse quinto era enviada à Baía para lá fundar uma aldeia.

A situação dos índios era a de animais postos no pasto ou na internada para procriação ou serviço na ocasião desejada. A caçada a que nos referimos foi efetuada em 1623.

Os índios continuavam a desertar, conta-nos Rendon. Em 1681 a aldeia de Pinheiros possuía apenas 16 “peças”, incluindo todas as idades e sexos.

Com a lei da liberdade dos índios que acarretou o empobrecimento de muita casa rica, como ocorreu com a lei de 13 de maio que concedeu a libertação dos escravos, os índios passaram para as aldeias que foram “prodigiosamente” povoadas. Saindo das casas dos abastados paulistas eram recolhidos às aldeias, onde continuou o seu cativo camuflado.

“Em 1718, diz Rendon, recolheram-se à aldeia de São Miguel

200 índios que acompanhavam “o celebre facinora Bartolomeu de Faria que se achava com casa forte na vila de Jacaré”.

Mas as aldeias, novamente, se foram tornando desertas pela fuga, fome, moléstias e mortes, principalmente ocorridas nas expedições sertanejas.

D. Luiz Antônio empenhou-se em repopulá-las. Escolheu bons diretores; deu-lhes instruções para administração; livros de escrituração rubricados pelo Provedor e pelo Ouvidor. Reuniu os índios esparsos e procurou restituir as terras usurpadas. Obteve um certo melhoramento mas não resolveu o problema.

O diretor era pago pelo próprio índio. Uma sexta parte do que produzisse ou ganhasse tinha de ser entregue para pagamento do diretor. Com isto não tinha vantagem este último porque o salário resultante dessa percentagem mal dava para “sustentar um homem digno” Mal também ficava o “miserável índio que, não necessitando de diretores para ganhar o seu jornal, via-se obrigado a repartir com eles o pequeno prêmio do seu trabalho.

Nas aldeias jesuíticas a situação era muito peor. Vejamos o que diz Rendon, textualmente, sobre o caso:

“O mesmo senhor (D. Luiz Antônio) não obstante os seus desejos e não obstante existir em tempos mais iluminados, deu uma providência nas aldeias jesuíticas oposta, inteiramente, ao fim que se propunha de felicitar os índios: porque como os clérigos não queriam servir de párocos por falta de cônica determinou que tudo que os índios ganhassem fosse para a mão do diretor: o qual dividindo em três partes dava a terceira ao índio e as duas terças que ficavam tirava o diretor a sexta e o resto ia para um cofre para a igreja e pároco.

Eis aquí tem V. Excia. que ganhando o pobre índio 100 réis por dia, como de costume, e que apenas chega para pagar miseravelmente, somente ficavam em sua mão 33 $\frac{1}{3}$ réis para sustentar a si, sua mulher e filhos”.

No item. 23, Toledo Rendon diz que não pode narrar todas as “torturas” que sofreram os índios porque nas aldeias até os documentos se desencaminhavam. Pela leitura de alguns encontrados era facil deduzir o que deveriam conter os extraviados.

Refere depois que nas aldeias de S. Miguel, Peroibe e da Escada os frades eram capuchos, com a denominação de superiores. Pinheiros estava entregue aos beneditinos e Barueri aos carmelitas.

Conta Rendon a luta entre Mogi-das-Cruzes e São Miguel por causa da extinção da aldeia da Escada. A Câmara de Mogi convocou os principais do povo e a força reconduziu as imagens, alfaias e índios para a aldeia da Escada onde ainda se achavam ao tempo do relatório Rendon.

Foram, assim, desobedecidas as ordens do desembargador-ouvidor Antonio da Cunha Souto Maior e do vigário da vara André Baruel.

Reclama Rendon asperamente contra a situação da Aldeia da Escada. Diz que a ambição dos capuchos "pôs em prática todos os meios destruidores da liberdade dos índios e que fazem gemer a natureza e revoltar a humanidade", na expressão pitoresca do Diretor geral Rendon.

Revela que, em 1739 o ouvidor João Rodrigues Campelo obrigou "judicialmente" os inocentes índios a assinarem um termo pelo qual se obrigavam homens e mulheres ao trabalho para o seu padre superior três dias em cada semana, ficando unicamente isentos destes serviços os doentes e as mulheres prenhes de seis mezes. Campelo, nutrindo, segunda Rendon, "desmarcada paixão pelos frades capuchos", esforçou-se em aumentar o número de índios daquela aldeia. Avalia Rendon que existiriam, aproximadamente 200 índios de serviço e como davam a metade do tempo para o padre "vinha este, com todo o voto de pobreza a possuir cem escravos, sem lhes correr o risco, sem sustentá-los, nem vesti-los, e menos curá-los nas suas enfermidades. Por este modo ficaram os índios de peor condição de que os escravos que os senhores curam, vestem a eles e seus filhos".

O depoimento é grave. O relatório é, porem, da autoria de um dos melhores homens de São Paulo. Além disso o trabalho é assaz documentado.

Acrescenta o A. do memorial que os frades estabeleceram um regimento próprio para "todas as aldeias das missões estabelecidas por atas do Capitulo Provincial, celebrado no convento de S. Antônio do Rio de Janeiro aos 13 de agosto de 1745". Diz Rendon que este regimento sobrepunha-se aos regimentos officiais da lavra de Artur de Sá e Menezes (feito por ordem de S. Magestade a 15 de janeiro de 1698) e do senhor Antônio Luiz de Távora, conde de Sarzedas a 11 de maio de 1734.

Severa é a crítica de Rendon ao regimento dos capuchos. Analisa detidamente o regimento apontando as determinações que agravavam a situação dos índios. Vejamos alguns aspectos, segundo as próprias palavras de Toledo Rendon:

“Todo o índio ou índia que em tempo competente não cumprisse o preceito da quaresma” seria excomungado e não seria “absolvido” com varas, apresentando bula da cruzada e que em pena da sua culpa (acrescentaram eles) se lhes dará três dias de tronco e trinta açoites cada dia, se por outros delitos não merecerem maior castigo.

Esta prisão e estes açoites em homens livres foram aqui adicionados às penas comuns a título de zelo pela religião, queriam estes capuchos persuadir ao mundo que eram mais rigorosos que os padres dos concílios que têm havido na igreja.

Mas porque com a passagem acima — “Se por outros delitos não merecerem maior pena” — não ficou bem explicado o que eles queriam, continuando o mesmo capítulo na forma seguinte: “que se há de observar com todos os desertores e fugidos”. Eis aqui misturados os dois delitos de falta de desobriga e de fuga e ambos punidos com açoites: e isto determinado e executado por homens que fizeram voto de caridade”.

Realmente, não há quem não se sinta possuído da maior indignação ante este sistema bárbaro de penas corporais, tão contrárias aos ensinamentos de Cristo.

Se algum índio ou índia desse hospedagem a qualquer pessoa estranha ao ambiente da aldeia e a deixasse pernoitar, sem licença do padre superior, recebia, como castigo, trinta açoites, dois dias de tronco e em dobrado na reincidência. Comenta Rendon:

“Eis aqui o homem livre castigado com açoites pelas sagradas mãos do sacerdote, porque exercitou a virtude da caridade.”

Sobre o salário dos índios houve verdadeira iniquidade na aldeia da Escada. Já vimos que o índio só tinha direito a ficar com o produto de três dias sobre seis, do seu trabalho semanal. Pois o regimento na aldeia da Escada tirou-lhe mais um dia. Ficou, portanto, o índio, apenas com direito a conservar, para seu sustento e de sua família, apenas dois dias, em uma série de seis em que trabalhava.

Diz Rendon que esse iníquo regimento era também observado em São Miguel e Peroibe.

Conclue Rendon:

“Esta série de fatos mostra que os índios sempre foram desgraçados e que não de continuar a ser enquanto aldeados. Acresce além disso, para comprovar esta proposição que em regra geral as aldeias se acham sem terras para a necessária cultura dos índios e que por isso mesmo a necessidade está exigindo que se lhes dê uma ampla liberdade para habitarem onde muito quizerem como é permitido a todos os mais vassallos de todas as cores”.

São muito elucidativos os parágrafos 42, 43, 44 e 45 do trabalho de Rendon. Ele mostra, nesses itens, como foram desaparecendo as terras destinadas aos índios nas suas aldeias. Lembra que o alvará de 23 de novembro de 1700 mandava que se desse a cada aldeia de cem casais, uma légua de terra em quadra. Caso a área marcada invadisse sesmarias vizinhas o ouvidor tinha ordem de anexá-las sumariamente, em atenção à repugnância das partes. Entretanto, ao tempo de Rendon, só as aldeias da Escada e de Peroibe, ainda possuíam terras de lavoura para os índios. Nas outras, as terras tinham outros ocupantes. Fora isto, principalmente, consequência de intervenção do ouvidor e desembargador sindicante João da Rocha Pita, 1679. Este funcionário concedeu autoridade à Câmara para aforar as referidas terras, de acordo com a sua quantidade e qualidade, alegando que os índios não as lavravam nem tinham cabedal para isso. Comenta Rendon:

“Decerto este Ministro veio munido de tantos poderes que pudesse conferir aos camaristas mais jurisdição do que lhes é permitida na Ordenação Filipina e tirar o domínio alheio, dando para patrimônio da Câmara as terras dadas aos índios. Porém, de fato, assim se executou. No mesmo ano de 1679 em que se determinou este absurdo, passou a Câmara carta de foro de terras da aldeia de São Miguel a um Miguel Rodrigues Velho, por duzentos réis anuais. Daí em diante se aforaram terras das quatro aldeias existentes no termo desta cidade a quantos pediram ou estivessem já possuidores, ou alegassem que estavam as terras sem cultura de índios. Eis aqui tem V. Excia., os índios espoliados das suas terras não só por particulares mas sim pelos magistrados munidos da jurisdição real.”

A insignificância do foro recolhido aos cofres da Câmara

(duzentos réis anuais ou dois dias de trabalho mal pago de um índio) mostra bem a moralidade do caso.

A colorida linguagem escrita de Rendon, observa:

“Os índios gemiam: mas quem os ouviria quando não podiam obstar nem às suas sesmarias, nem às ordens dos governadores gerais e nem às ordens régias”.

Pedro Taques de Almeida revoltou-se com o caso quando ocupou o cargo de administrador geral das aldeias. Levou o fato ao conhecimento do soberano. Pediu esta informação ao ouvidor de São Paulo. Baseado nesta, determinou, por carta régia de 3 de março de 1713, que fossem restituídas as léguas de terras que pertenciam aos índios. Veio ordem ao Ouvidor para que notificasse os sesmeiros e foreiros e procedesse sumariamente, devendo de tudo dar conta direta ao rei. Diz Rendon:

“Parece que não podia ser mais forte a providência porque o Sr. Rei D. João V impôs ao Ouvidor a obrigação de lhes dar conta das sentenças que proferisse”.

Apesar desta circunstância a Ordem Régia nenhum efeito produziu. Falhou a providência requerida por Pedro Taques. Maior força tiveram os interessados. Rendon, tratando desta questão emite um conceito muito verdadeiro, porem lamentavel:

“O fruto que ordinariamente tira um homem muito zeloso do bem público e muito observante das leis do seu soberano é ser sacrificado pelo partido contrário que sempre é mais poderoso .

Quanta sabedoria nestas amargas palavras.

Trinta anos depois da iniciativa de Pedro Taques continuava a Câmara de posse dos terrenos. O abuso só cessou com um despacho do Conde de Sarzedas a 11 de janeiro de 1733. Sarzedas tomou esta resolução a pedido do superior. Todavia ele, cautelosamente, proibiu o aforamento não só à Câmara como aos padres. Entretanto estes continuaram aforando. Vejamos, ainda, neste particular, o depoimento de Rendon:

Com tudo esta última parte (o aforamento dos padres) não teve efeito porque o senhor D. Luiz Antônio achou as aldeias mais ou menos no estado em que estão

hoje, achou todas ou quase todas as terras aforadas pelos padres e a maior parte possuída por terceiras pessoas que a ninguém pagavam foro, sendo o seu principal título a posse imemorável.

É curiosa a revanche de D. Luiz Antônio mandando medir os terrenos das aldeias. Entendeu que seis léguas em quadra, seriam seis de testada e seis de fundo, isto é trinta e seis léguas quadradas. Nesse sentido ordenou que se procedesse a medição. O trabalho teve de ser interrompido porque as divisas de São Miguel e Pinheiros, com tal critério, incluiriam Mogí-das-Cruzes, a cidade de São Paulo, Carapicuíba, Barueri. A medição nunca mais se realizou.

“Tudo isto, conclue Rendon, prova que o único meio para felicitar esta gente é largar mão dela e pô-la no estado dos demais vassallos, a-fim-de que se misturem com os brancos e se façam uteis ao Estado, como se recomenda nas instruções do Sr. Gomes Freire de Andrade de 21 de setembro de 1757.

Rendon ao finalizar insiste para que retirem os últimos grilhões da escravidão em que vivem os índios.

Franca e Horta atendeu ao seu apelo e pôs todo o empenho em tornar realidade o plano estabelecido pelo Diretor Geral dos Índios.

Sabendo-se a grande soma de interesses em jogo e realmente de se louvar a atitude desasombrada, corajosa e humana do Governador.

Vimos como em 14 de setembro de 1803 o General comunicou ao Visconde de Anadia a sua resolução de por os índios em plena liberdade, baseado nas circunstâncias expostas no memorial Rendon. Solicitava ao Ministro a aprovação do seu ato posto em execução antes de ter o beneplácito do governo da metrópole.

A 7 de maio de 1804 ainda não tinha sido aprovada a medida. Nessa data Horta escreveu ao Visconde de Anadia sobre o mesmo assunto. No seu ofício há um engano de data. Refere-se ao documento anterior como sendo de 13 de agosto, quando, na realidade, teve a data de 14 de setembro. Isto, porém, é uma questão sem importância.

Horta começa a carta de 7 de maio com estas palavras:

“No meu ofício de 13 de agosto do ano passado pus na presença de V. Excia. a resolução que tomei de por

em plena liberdade os índios aldeados nesta capitania tirando-os da miserável sujeição dos Diretores e reduzindo-os ao estado feliz dos mais vassallos de S. A. R. nestas conquistas. Então mesmo eu propus a V. Excia. o plano mais util que me lembrou de reduzir à paróquia algumas daquelas aldeas, pelos motivos que exponho no citado meu officio.

Na bem fundamentada esperança de que a minha resolução e o meu plano mereceram a aprovação de S. A. tenho continuado em fazer felizes aqueles até então desgraçados vassallos promovendo-os por todos os modos e geitos applicação de trabalho e da agricultura."

Queixa-se, entretanto, da falta de terras para os índios:

"Porquanto tendo eles em outros tempos sobejas terras que lhes foram dadas por sesmarias hoje se acham quase todas tomadas e occupadas pelos brancos e outras pessoas de diferentes condições vivendo os índios quase cercados dentro dos limites das suas povoações".

Refere-se depois ao ato juridicamente nulo do desembargador Rocha Pita e que não obstante perdurou por 54 anos, tempo decorrido entre 1679 e 1733, sendo esta última data, como vimos a do despacho do conde de Sarzedas, Governador e Capitão-General da Capitania.

A usurpação; tendo durado tanto tempo, criou condições difficéis de resolver para beneficio dos índios.

Lembrando a existência da Carta Régia de D. João V, de março de 1713, pede Horta que a lei seja posta em vigor porque não fora revogada. E sugere uma providência prática:

"E para que não aconteça o mesmo seria util que ao General da Capitania se recomendasse a fiscalização daquela observância a quem o Ministro ou Ministros encarregados devem apresentar uma atestação de haverem exatamente cumprido. Sem estas cautelas tenho justos fundamentos de recear que nada se faça, por serem serviços que dão trabalho sem utilidade."

É inegavel, portanto, que Franca e Horta prestou relevante serviço pondo os índios em liberdade e empenhando-se pela restituição de suas terras. Somente este empreendimento seria su-

ficiente para contrabalançar todas as querelas, discussões e questões derivadas principalmente de amor próprio mal ferido.

Mas Antônio José de Franca e Horta tem muitos outros serviços de alto valor para se alinharem na coluna que lhe é favorável. Basta atentar para os seus merecimentos na alevantada obra que realizou em benefício da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e da Santa Casa de Misericórdia de Santos. Sua figura, neste particular, pode ser posta em cotejo, bem que em plano inferior, com a de José Clemente Pereira, na Misericórdia do Rio de Janeiro.

É tempo, porem, de compulsar a "Exposição que faz o Capitão-General da Capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta ao seu sucessor, o Marquês de Alegrete, em outubro de 1811, sobre o estado dos negócios concernentes à Administração e governo da mesma capitania". É um manuscrito pertencente à Biblioteca Nacional.

O documento aborda os seguintes assuntos: finanças; estado militar-tropa de linha; milicianos; fortalezas; comércio; agricultura; estradas e caminhos; obras públicas; casas de misericórdia e lazareto; fábrica de ferro.

Começemos pelo caso das Misericórdias. Neste sentido reproduzimos o trecho de outro trabalho, ainda inédito, que escrevemos sobre a Misericórdia de São Paulo:

"Um documento precioso para conhecimento da vida pregressa das Misericórdias paulistas, no começo do século XIX é a exposição que fez o governador geral da Capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta ao seu sucessor, o marquês de Alegrete, em novembro de 1811. O manuscrito pertence à Biblioteca Nacional. Consta de minucioso relatório do qual as Misericórdias constituem um alentado capítulo.

No seu parecer, as Misericórdias "são os estabelecimentos mais importantes de um Estado pelos socorros que prestam às misérias da humanidade". Empregou, porisso "zelo incansável e a mais particular atenção", em favor destas instituições. Realmente, Franca e Horta deu mão forte às Misericórdias da Capitania, intervindo em benefício das instituições de São Paulo, de Santos, de Itú e auxiliando a organização de irmandade congênera em Sorocaba.

Pelo que consta do seu relatório, foi um grande benemérito da saúde pública, pois que ainda promoveu a

criação de um hospital de lázaros, na vila de São Paulo e outro de isolamento, em Santos, para quarentena dos escravos, vindos da costa d'África. Em Santos, não só estabeleceu o hospital de contagiosos como, também, um "armazem" onde eram recolhidos todos os escravos recém chegados que não apresentassem qualquer indício de mal contagiante. Era uma garantia contra o período de incubação.

Com suas providências acertadas e enérgicas o avisado administrador conseguiu que, no seu tempo, não se tivesse "ateado" tal contágio.

Declarou que responsabilizaria o Cirurgião-mor se não participasse ao governador da praça o "mais pequeno indício" de variola que era a epidemia então reinante.

Além destas benéficas providências Franca e Horta foi, ainda, o instituidor, em São Paulo, do Hospital dos Lázaros e do Hospital Militar.

Em todas suas eficientes iniciativas em prol da saúde pública, Horta deu sempre grande relevo às Misericórdias, pondo as novas instituições sob a sua égide ou em conjugação de utilíssima cooperação. Os lázaros foram entregues à Santa Casa de São Paulo; o "Armazem" de variolosos à de Santos. Pugnando pelo desenvolvimento ou criação de casas de assistência médica, teve Horta, sempre em mente, o estabelecimento de fontes de receita que lhes garantissem o funcionamento regular.

Certa vez, quando não tinha recursos para sustentar esta obra de proteção à saúde pública, lançou mão da verba destinada à conservação do caminho do mar. Lealmente, porem, confessou a sua infração e solicitou aprovação do ato humanitário que praticara.

O operoso administrador, ao assumir o governo, encontrou desmanteladas as Irmandades de Misericórdia, tanto da capital, como de Santos e Itú.

As de Santos e de São Paulo não possuíam hospital, naquela época. A de São Paulo estava "destituída de irmãos e de rendas", segundo a sua expressão.

O governador tomou, então, a iniciativa de convocar "os principais" da terra "rogando fervorosamente" que tivessem caridade para com a indigência".

Vejamos, rapidamente alguns pontos deste capítulo do relatório, através das palavras do próprio governador de S. Paulo:

Como as Casas de Misericórdia são os estabelecimentos mais importantes de um estado pelos socorros que prestam às misérias da humanidade empreguei neste ponto um zelo incansavel e a mais particular atenção. A Misericórdia desta cidade destituida de irmãos e de rendas nem um bem podia fazer aos pobres enfermos, perdendo muitos a vida em total desamparo pelas ruas e junto das paredes.

Assentei-me por Irmão da Irmandade e pedi às pessoas principais fizessem o mesmo, rogando fervorosamente me quisessem coadjuvar na caridade com que devia ser tratada a indigência dos nossos semelhantes e fazendo justiça à sua caridade que quase nenhum houve que voluntariamente não concorresse para tão justo fim com as suas esmolas.

Da constância como nisto trabalhei desde o princípio do meu Governo tem resultado fazer esta Irmandade algum progresso. Ela se acha com um sufficiente patrimônio, à vista do nada que tinha, e isto em rendas de casas, das umas se fizeram de novo, outras foram compradas ou doadas, o que junto de algumas esmolas se mostrou da publicação feita no dia da Visitação do corrente ano (1811) importará a receita em 1:981\$104 e a despesa em 1:743\$882, bem que para conseguir me fosse preciso valer de alguns meios extraordinários, como foi nos primeiros anos fazer algumas applicações, de parte do que restava do dispêndio em a fatura do caminho de Santos e Lorena, das contribuições neles imposta.

Mas sem embargo de conhecer a religião e piedade de S. A. R. e ser bem constante que fiz de semelhantes rendimentos não um outro que o de socorrer e aliviar os males dos seus fiéis vassallos, com tudo quando fui ao Rio de Janeiro me acautelei expondo ao Exmo. Sr. Conde de Aguiar o justo fim que me tinha obrigado a fazer as ditas applicações e não contente da sua aprovação vocal, para maior firmeza lhe entreguei um requerimento no qual supplicava ao Príncipe Regente Nosso Senhor a sua Régia aprovação, que não me sendo até agora remetida a devo supor aprovada.

Sobre a Misericórdia, de Santos, diz o A. da Exposição:

“Havia tambem em Santos uns vestígios que faziam ver ter havido Irmandade de Misericórdia, vistos

pelos restos que ainda havia de uma igreja, porem sem renda, nem Irmãos, o que me obrigou a pedir ao Exmo. Prelado uma não acabada Igreja, que alí havia, para a mandar cobrir, pois se achava em paredes não acabadas, para nela se erigir a Irmandade, o que obtendo fiz o mesmo, que havia feito nesta cidade, suplicando às principais pessoas se quisessem assentar por Irmãos o que conseguí”.

Com as esmolas obtidas e com dinheiro do seu próprio bolso, Horta reedificou a Igreja e deu princípio “aos officios de caridade, curando a alguns necessitados por conta da mesma”.

Conta como estabeleceu a renda do mais antigo hospital do Brasil e quiçá da América do Sul — a Santa Casa de Misericórdia de Santos:

“O primeiro passo que dei para lhe estabelecer alguma renda foi o de convençionar com os proprietários das embarcações residentes em Santos, e todos os mais que então alí se achavam, a curarem-se à custa da Santa Casa todos os indivíduos da sua tripulação que adoecessem, pagando-se em cada viagem, sendo para dentro da capitania 320 réis e de fora 640 réis, de cujo trato se lavrou a escritura que remeti à Secretaria do Estado, pedindo aprovação.”

No tempo não existia farmácia. Franca e Horta tomou a seu cargo o estabelecimento de uma botica. Eis o que diz sobre o caso:

“Seguiu-se o estabelecimento de uma Botica pelo não haverem em Santos”.

Examinemos agora o caso da lepra. Nesse sentido nada melhor do que dar a palavra ao especialista que se dedicou a escrever a “História da Lepra em São Paulo”, em dois volumes, no ano de 1939. Ouçamo-lo (pág. 75):

“Dos governadores que sucederam ao Morgado de Mateus coube ao capitão-general da capitania e, então, provedor da Santa Casa de Misericórdia Antônio Manuel de Melo e Castro Mendonça, em 1799, considerando o grande dano que causavam pelo perigo de contágio a que expunham a população e bem assim que a Irmandade

não dispunha de réditos, nem possuía hospício para recolhê-los, fez votar, em sessão de 30 de abril, a mesada de 1\$600 diários e de pouco mais de tostão a cada um, para sustentação, em sua residência, enquanto não se lhes preparava adequado arrancamento e não se providenciava aí a sua reclusão.

Data daí o início da cooperação da Santa Casa, ação humanitária que durou perto de um século e meio e terminou recentemente pela passagem do Santo Ângelo para a administração pública.

Mas relevante, porem, foi o papel do governador Franca e Horta. Este arremata no então subúrbio da Capital, a Olaria, um terreno.

Este terreno é entregue à Santa Casa, a qual por meio de uma subscrição pública, entre pessoas mais notáveis da Capital, **construiu o antigo e famoso Hospital dos Lázaros da Capital**, que durou quase um século.

Posto que a opinião dos historiadores a respeito de Franca e Horta não sejam as mais lisonjeiras, seu papel em prol dos lázaros foi de molde a **conferir-lhe um galardão de beneficência** porque não somente se interessou pela **construção do hospital**, como fez reverter, em benefício daqueles infelizes as multas impostas aos infratores da proibição do uso de rebuço pelas mulheres como consta do bando lançado e aprovado por sua alteza real.”

Bastam estas palavras para significar o imenso serviço prestado por Franca e Horta não somente aos lázaros como, principalmente à população de S. Paulo pela segregação desses infelizes. O que representa esta iniciativa ao lado das infelizes controvérsias com os Andrades nas quais se não depara nenhum motivo ponderável! Tudo tão próprio das intrigas de lugares pequenos, tão enquadravel na ordem dos mexericos e melindres de aldeia.

Ponderáveis são os marcos que ficam assinalando a trajetória do administrador. Por estes é possível medir sua orientação e eficiência.

Lancemos um pouco as vistas para outro setor — o do comércio. Eis o pronunciamento de Horta:

“O comércio da vila de Santos era coisa muito insignificante no tempo em que tomei posse deste gover-

no. Raro era o navio que havia anos vinha tomar a Santos carga para levar à metrópole e assim mesmo era indispensável ir a Pernambuco fazer a coberta, não havendo, até então, correspondência alguma direta com a cidade do Porto. O forte do seu comércio marítimo era o de cabotagem, exportando para as diferentes capitânicas desta América as produções do país a troco dos quais recebiam gêneros de que mais precisavam.

Desvelei-me em mudar a face de semelhantes negociações que nenhuma energia podia dar ao Estado, nem influir na agricultura. O sucesso coroou as minhas tentativas pois oficiando aos deputados do Alto Douro que na conformidade dos seus estatutos deviam enviar vinhos ao porto de Santos, anuíram prontamente à requisição, havendo anos de 4.5 navios que vinham carregados de vinho e mais gêneros daquela província que são os de maior consumo em todo o Brasil.

Iguais diligências fiz com alguns negociantes de Lisboa que eram do meu conhecimento, todos os quais condescenderam com as minhas rogativas de maneira que no ano anterior às perturbações gerais do comércio tive a satisfação de ver sair do porto de Santos 15 navios carregados em direitura para a Europa, coisa então não presenciada”.

A vinda dos navios implicava, também, na remessa de produtos de São Paulo para Portugal. Os gêneros da capitania eram somente de porão. Cuidou, por isso Franca e Horta de obter gêneros de cobertura. Resolveu o problema mandando vir “coirama” do Rio Grande. Os navios saíam, então, já completos, sem necessidade de apanhar algodão, para cobertura, em Pernambuco.

No que se refere à agricultura empenhou-se em divulgar o uso do arado. Transportou sementes quando veio de Portugal e muitas outras mandou vir no sentido de melhorar o trabalho agrícola na Capitania.

Um grande capítulo da “Exposição” é reservado para discriminação dos esforços que despendeu em favor do preparo de estradas.

A construção da primeira Alfândega de Santos é, também, obra de Antônio José da Franca e Horta. É interessante a sua narrativa, sobre este ponto da sua administração:

“Logo que vi que o comércio tomava algum calor e ia preenchendo as minhas vistas, concebi o projeto de construir a Alfândega que hoje existe na vila de Santos, por ser edificio que ali não havia.

Eu me envergonho quando me recordo da indigna casa que até então servia de Alfândega. Uma loja térrea alugada servia de armazem e casa de despachos, mas que tinha morador no sobrado em cima, vindo por este modo a ficar exposto a fogos, roubos e descaminhos”.

Horta lembrou-se de recorrer ao velho edificio dos jesuitas. O prédio estava em más condições, destruído, segundo sua expressão. Apenas duas ou três casas ainda tinham telhado. O local era excelente para o mister desejado. Muitos proveitos tirou Horta do amplo local. Ouçamo-lo:

“E porque no âmbito do mesmo colégio havia capacidade para muitas outras acomodações da primeira necessidade fiz nela um hospício em que residissem os Generais que ali fossem ou chegassem, mas, tambem, fiz em um dos lados do edificio o Hospital Militar com as suas competentes oficinas”.

Ainda no capítulo obras públicas, Horta construiu o quartel de Santos e canalizou a “agua do Seixas” para o cais, a fábrica de ferro de Sorocaba”, etc.

Não desejamos prosseguir na análise desse periodo da historia de São Paulo, pois esta memória já é demasiadamente longa.

Em conclusão, temos o caso de um governador de São Paulo que travou porfiada luta com os Andradas, por questões inicialmente sem importância mas que atingiram incrível climax pela tenacidade, obstinação, orgulho e mal compreendido amor próprio de todos os contendores — mas um governador que defendeu e libertou os índios, impediu o avanço sobre as fronteiras de São Paulo, que promoveu a intensificação do comércio, da agricultura, que fez o primeiro ensaio de ensino médico oficial no Brasil, que se preocupou com os problemas educativos, com o problema rodoviário, que restaurou a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que reviveu o mais antigo hospital da América do Sul — a Santa Casa de Misericórdia de Santos, que fundou a de Sorocaba, que construiu o primeiro leprosário, em São

Paulo; que edificou o primeiro Hospital Militar; que instalou condignamente a Alfândega de Santos e que deixou os seus atos e seus relatórios escritos o que não fizeram muitos dos seus colegas governadores gerais.

Depois de toda esta minha exposição eu não sei se merece o vosso aplauso este Governador de São Paulo — Capitão-General Antônio José da Franca e Horta, feito Marechal, por D. João VI, ao terminar os seus serviços no Brasil — por D. João VI, que estava habituado a tratar com homens da envergadura de um Conde de Linhares e de um Conde da Barca.

Posso assegurar que este aplauso eu não regateio a quem, a meu ver, tantos benefícios prestou à nossa terra e à nossa gente.

O convencional Carlos Vasconcelos de Almeida Prado e a Assembléia republicana de 1873 (*)

FAUSTO DE ALMEIDA PRADO PENTEADO.

No desempenho de sua missão estatutária de cultuar o passado e a tradição, deliberou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na sessão regimental de 5 de junho deste ano, associar-se à comemoração do centenário natalício do convencional republicano Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, vindo ao mundo em 12 de agosto de 1843, na "fidelíssima cidade de Itú".

Por esta forma, realiza-se nesta sessão sodalicia, o cumprimento dessa deliberação e a justa homenagem ao varão ituano que, arrostando as mais graves represálias do segundo império do Brasil, não titubeou em fazer do seu próprio lar a sede da primeira grande assembléia republicana de São Paulo, o que ocorreu, como é notório, em 18 de abril de 1873.

Comemorações desta natureza, senhores, não podem deixar de se realizar em institutos de estudos e de indagações históricas, porque, se é missão da História perpetuar os fatos do passado das nações e proclamar os feitos de seus homens maiores, cumprir aos historiadores nos seus gabinetes de estudo, realçar ao lado desses feitos, aqueles individualmente praticados, sem pompas nem alardes, no único intuito do cumprimento cívico de deveres para com a Pátria que lhes serviu de berço.

O culto dos heróis, desde as épocas lendárias da velha Grécia, mereceu sempre dos homens, como verdadeira mística, o mais profundo respeito e a mais acentuada veneração. E a História nunca espelhará a verdade dos acontecimentos, se se limitasse à descrição dos empreendimentos retumbantes ou das ocorrências políticas de ordem interna das nações, se ao lado daqueles pro-

(*) Trabalho lido em sessão de agosto de 1943 — N. da R.

homens, aclamados em praça pública, não buscasse apresentar, em sua maior dignidade e civismo, aqueles outros cidadãos, que nos mistérios das conjurações políticas ou no desassombro de movimentos patrióticos, hajam promovido ou realizado atos, mais tarde endossados pelos titulares ocasionais dos governos públicos.

Assim tem sido escrita a História do Brasil. E nela não se poderia incluir o feito homérico da proclamação da Independência, se não se lhe aditassem, como preâmbulo a tão magnificante feito, o drama épico da Inconfidência mineira. Da mesma maneira não poderia a História editar o descobrimento do Brasil, sem a narrativa preliminar das epopéias lusas, ou sem a lembrança da lendária escola de Sagres, como também impossível será a explicação do ato militar de 15 de novembro de 1889, sem que haja consignado em suas páginas, os prelúdios do movimento revolucionário republicano do Brasil e a participação que nesse fato tiveram, não somente o grande e intemerato proclamador da República, senão também aqueles que, operando na esfera pessoal de suas convicções cívicas, balisaram o terreno para a implantação do novo regime.

Dentre os atos maiores que precederam à proclamação republicana no Brasil, senhores, iniludivelmente se destaca aquele que se corporificou na realização da célebre Convenção Republicana de Itú, aos 18 dias do mês de abril do ano de 1873, em plena vigência do Império do Senhor D. Pedro II.

A esse tempo, era a nossa Pátria um país tipicamente colonial, porisso que surgira na comunhão das Nações, havia ainda bem pouco tempo. Situada em regiões tropicais da América meridional ainda quase desconhecidas, pois que apenas haviam sido desvirginadas pela penetração das bandeiras paulistas, vivia o Brasil o momento de sua infância política.

Da proclamação da independência da coroa portuguesa, não obstante haver precedido ao governo de D. Pedro II o primeiro Império, bem pouco tempo se havia escoado e já os brasileiros, certamente impelidos por um determinismo superior, ansiavam por um regime de vida ainda mais livre do que aquele que praticava, com todas as aparências de seu liberalismo, o governo imperial de então.

Rememorar neste instante o que foi o segundo Império do Brasil, seria editar dentro desta conferência uma outra inteiramente diversa, não obstante encontrar a aspiração republicana de nossa Pátria sua raiz profundamente ramificada nos desmandos administrativos, tanto do primeiro, quanto do se-

gundo Império, na governança sucessiva dos senhores da casa de Orleans e Bragança.

Bastará dizer-se que, algumas décadas antes da proclamação da República Brasileira, as idéias democráticas já se haviam disseminado em terras do nosso país, desde os extremos do norte aos do sul do Império.

Onde, porem, mais proliferava o germe republicano, era em terras da provincia de São Paulo. Por força, talvez, da riqueza de sua produção agrícola, o que tornava mais viavel aos seus filhos a realização de viagens à Europa — onde, especialmente em França, os ideais da Revolução de 1789 ainda enchiam de sedução o espírito dos homens livres — as idéias democráticas mais e mais se infiltravam em terras de Piratininga e, se é certo que na Provincia do Rio-de-Janeiro o mesmo fenômeno se observava, não é menos certo que a sedução da corte próxima e a dos favores administrativos, mantinham quase que paralisadas a evolução e o desenvolvimento da idéia republicana.

Como acontecia na provincia de São Paulo de forma geral, o sonho dos moços, após a emancipação pela maioridade ou pelo bacharelato, era o de viajar para a Europa, ou mais propriamente dizendo, para a França — essa França de antanho, gloriosamente florescida para iluminar o mundo no período do maior esplendor da civilização — em busca de emoções novas e, principalmente, da cultura moderna, que desde os arcaísmos políticos e sociais até aos requintados encantamentos das artes, atraía e seduzia o espírito da mocidade de todas as regiões do mundo.

A provincia de São Paulo era a esse tempo — no ano de 1843 — constituída de vários centros de civilização. A nossa Capital era uma das muitas cidades provincianas, rivais entre si, a todas se sobrepondo pela circunstância de nela ter sede administrativa o Governo da Provincia, a administração de sua igreja e o centro irradiador dos maiores movimentos cívicos do país, a Faculdade de Direito do Convento de São Francisco, com o ruído ininterrupto dos estudantes, dividindo sempre a vida acadêmica entre comícios patrióticos e serenatas ao espírito do romantismo de 1830, ainda em plena florescência nas terras de Piratininga.

São Paulo, Campinas, Itú, Taubaté, Pindamonhangaba, Bannanal, Lorena, Guaratinguetá, Santos, Porto-Feliz, Tietê, Constituição de Piracicaba e outras cidades provinciais, eram aquelas que marcavam, pela extensão de seus trabalhos agrícolas e pastoris, a marcha econômica e progressista da provincia paulistana.

Dentre elas todas, em face ao influxo das idéias modernas, proclamadas pela Revolução Francesa e impostas através do velho continente pelas águias napoleônicas, duas cidades disputavam a primazia ou a preferência das idéias republicanas: Campinas — por essa razão, posteriormente chamada a Meca da República — e Itú, que por haver sido denominada pelo Império "fidelíssima cidade" nem por essa razão deixou de ser o berço da República, porisso que em seu seio se realizou a famosa Convenção de 1873, na qual se congregaram, pela primeira vez no Brasil, em franca e ostensiva conjura cívica, os republicanos convictos, para a aclamação de um manifesto político e de um plano de ação coletiva e imediata.

Era Itú, em 1843, cidade de grande tradição social e cultural.

Contando com 10.821 habitantes e 4.254 escravos, enfeitava, dentre os primeiros, titulares descendentes das mais nobres famílias reinícolas, com raízes em Portugal e na Espanha. Contava com um comando de armas provincial e era sede de famoso centro de irradiação católica, dispondo de 14 templos e dois notabilíssimos colégios religiosos, o de São Luiz e o de São José do Patrocínio.

Suas lavouras, ricas de produção, abrangiam o café e a cana de açúcar, em notável proporção. A escravatura, que em outras paragens do Brasil, enodoava a sua civilização, em Itú não era um fim de riqueza patrimonial. Era um meio de trabalho, legalmente instituído e como tal considerado. O liberalismo reinante era respeitado como o era a parcimônia nos gastos da fortuna particular. Maior respeito havia entre as pessoas, no intercâmbio social e a prática da cortesia era requintada como nas cortes da península ibérica, ao tempo do luminoso reinado de Filipe II e dos mais destacados monarcas das casas de Orleans e Bragança.

Nesse meio e nessa época, em 12 de agosto de 1843, na velha mansão solarenga da rua do Carmo—atualmente sede do Museu da Convenção de Itú — no lar do lavrador Francisco de Almeida Prado e de dona Ana Joaquina de Vasconcelos de Almeida Prado — aquele neto do Ouvidor Lourenço de Almeida Prado e filho de João de Almeida Prado, de origem remontando a Dom Henrique de Cunha, companheiro de Martim Afonso de Sousa ao aportar às plágas de São Vicente, no ano de 1532 — e esta filha do Sargento-mor Carlos Mariano de Vasconcelos Noronha e de dona Maria da Anunciação Pacheco, nascia um menino de invulgar beleza física, que na pia batismal recebeu o nome de Carlos e no assento paroquial se registou com aquele que so-

bremodo haveria de honrar durante setenta anos de vida, ou seja o de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado.

Sua infância, passou-a toda na cidade natal e nas fazendas Pirai e Sítio Grande, vendo-se privado dos carinhos maternos ao atingir seu décimo segundo aniversário, quando, seguindo já as diretrizes de seu pai, dirigia importantíssima indústria extrativa da cana da Índia, açúcar e derivados, em cujo labor, persistente e hourado, haveria, como o fez, de amealhar considerável fortuna pessoal.

De carater sisudo, colocando os deveres acima de qualquer outra cousa, a madrugada ao rajar, já o encontrava cavalgando as terras de sua propriedade agrícola, inspecionando o labor escravo e a cada um deles dispensando palavras de trato e de ânimo.

Aos vinte anos, não se furtando ao hábito da época, com seu irmão José Vasconcelos de Almeida Prado partia de Itú, e de Santos para a Europa, onde após os precalços da travessia dos mares, dantes navegados por seus antepassados, desembarcava na França, rumo a Paris, meta final de sua viagem.

Durante um ano lá esteve, com a intermitência de excursões aos principais países da Europa, da qual se apartou de regresso ao Brasil, com o ânimo preconcebido de, realizada a fortuna necessária e constituída dentro da família a sua descendência legítima, retornar definitivamente ao velho mundo, encerrando tranquilamente a sua existência.

De volta à Pátria, consorciou-se em Itú, no altar-mor da Igreja matriz, com dona Olímpia da Fonseca, filha de Antônio Augusto da Fonseca e de dona Cândida Pacheco e Silva, descendentes, como ele, de velhos troncos da nobreza de Portugal e de Espanha.

Desse consórcio nasceram os seguintes filhos: dona Júlia de Almeida Prado Penteado, casada com o Dr. Alberto Penteado, bacharel em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito e que foi, sucessivamente, Procurador da República em São Paulo, Diretor da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e do Banco de São Paulo, membro benemérito deste Instituto e dedicado pesquisador da nossa História e de sua literatura.

Dr. Edgard de Almeida Prado, bacharel pela nossa veneranda Faculdade de Direito, falecido em Paris, em 23 de setembro de 1912, cidade onde viveu longamente e em cuja alta sociedade, não obstante estrangeiro, foi recebido por força de sua inteligência e elegância notável, juntamente com seus amigos Alberto de Santos Dumont e o príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança.

Carlos Vasconcelos de Almeida Prado Júnior — Caito — estudante em Ouro Preto no ano de 1897, onde faleceu em consequência de um conflito estudantino, moço sempre recordado e venerado por quantos o conheceram e com ele privaram.

Otaviano de Almeida Prado, lavrador como seu pai e estudioso de questões agrícolas, tendo passado parte de sua vida na Europa e notadamente em Paris.

Precisamente um ano depois de casado, ou seja em 1873, contando trinta anos de idade, coerente com os ideais democráticos adquiridos em sua viagem à Europa, ao saber que se preludiava a aurora republicana em nosso país, desde logo se colocou na vanguarda dos ituanos, comungando pelo mesmo ideal, oferecendo-se todo, em pessoas e em haveres, para a campanha que se esboçava. E enquanto no Rio de Janeiro Saldanha Marinho, Silveira Lobo, Lopes Trovão, Cristiano Ottoni, Quintino Bocaiuva e outros preparavam o terreno; enquanto na Província de São Paulo, na cidade de Campinas, Campos Sales, Francisco Glicério e Prudente de Moraes, desassombadamente pregavam a idéia republicana, Carlos Vasconcelos de Almeida Prado em Itú, de parceria com seu irmão José Vasconcelos de Almeida Prado e com seu primo João Tibiriçá Piratininga — este também Almeida Prado, usando nome indígena e de adoção por um imperativo da época — franca e ostensivamente trabalhava pelo advento da nova ordem, congregando adeptos, convencendo os incrédulos, fortalecendo os tímidos e o que é de se notar — como os demais, jogando nesta verdadeira conjura, com as suas próprias vidas e as de suas famílias os seus bens patrimoniais.

Mas não só por suas convicções assim agiam os republicanos paulistas.

O panorama político do Império, tanto quanto os seus ideais, a isso os compelião, porque do conhecimento histórico e público são os fatos precedentes à realização da primeira grande assembléia republicana em terras de São Paulo, pois que de muito vinha o Império decaindo no conceito dos brasileiros.

Acontecimentos político-administrativos o haviam quase inteiramente incompatibilizado com o espírito nacionalista, da época. E deixando-se de lado a circunstância de constituir tal governo a única expressão monárquica em terras da América e portanto uma exceção, aqueles fatos o colocavam cada vez mais em situação de franco desagrado público.

Estas são as razões de capitular a História em seis pontos os motivos determinantes da queda do regime imperial, embora sem o registo de nenhuma luta sanguinolenta, de nenhuma contra-revolução, como em contingências análogas se costuma verificar, em outras nações.

Primeiramente, como é notório, surge o espírito liberal de D. Pedro II, como fator passivo e, como fatores ativos, a questão religiosa e a questão militar.

E em seguida, como causas imediatas, a abolição da escravatura, a indiferença dos chefes políticos pelas instituições monárquicas e finalmente a causa máxima: a propaganda republicana, que por ser orientada pela elite do país, encontrava na própria vida do Império os seus argumentos mais convincentes.

E porque essa propaganda já se processasse por todas as formas possíveis, certa vez foi dito que a Convenção de Itú não fincara o marco inicial da idéia republicana em terras de Piratininga, uma vez que os chamados "Clubes Radicais" existentes já superintendiam a atividade política dos varões da antiga província imperial, na ocasião em que o Manifesto Republicano de 3 de dezembro de 1870 surgiu à luz, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Entretanto — ensina-nos a História — essa proclamação doutrinária e pacífica, embora alicerçada com nomes como os de Saldanha Marinho, de Silveira Lobo, de Cristiano Ottoni, de Quintino Bocaiuva, não conseguira abalar a Nação e esse documento, de grande beleza cívica, estava certamente fadado à efêmera duração, se não fora, na Província de São Paulo, a ação de Campos Sales, de Rangel Pestana, de Francisco Glicério, de Prudente de Moraes, de Américo Brasiliense de João Tibiriçá Piratininga e dos irmãos Almeida Prado.

Coincidia tal estado de cousas com as reviravoltas do Segundo Império, pelas alturas de 1868, quando o parlamento, erigindo-se em índice exato da desagregação política, perdia o controle do regime, cujos poderes, pela incapacidade de se exercerem, se refugiavam em mãos de D. Pedro II, a ponto de Itaboraí afirmar que "O rei reina, governa e administra", Ferreira Viana afirmar do Imperador a "onipotência usurpadora e ilegal" e, na tribuna do Senado, Silveira da Mota definir a situação com estas palavras: "cheguei a conclusão de que o vício não está nos homens; está nas instituições".

Foi a essa altura, senhores, que os varões republicanos resolveram congregar os seus esforços, na realização de iniciativas imediatas e materiais, pois era sensível não mais se conspirar em terras de Piratininga onde se aspirava, a pulmões plenos, o sopro revolucionário e renovador do país.

Nessa ocasião, Carlos Vasconcelos de Almeida Prado fazia realizar em sua residência um grande baile, de notável repercussão na sociedade ituana e dentre outras pessoas presentes, achava-se seu irmão José Vasconcelos, chegado de São Paulo e incumbido

por Américo Brasileiro de Almeida Melo de conseguir na cidade o local seguro para a realização do primeiro conclave republicano, a-fim-de nele pautar-se um estatuto geral, por se antever já que a República não mais estava senão na dependência de um congresso, que, finalmente, por votação preferencial sobre Campinas, se deliberou realizar em Itú, na época das festividades inaugurais da Estrada-de-Ferro Ituana, quando as atenções gerais da Nação convergiam para esse recanto da Província de São Paulo.

Na manhã de 17 de abril de 1873, sob as vistas de Antônio de Queiroz Teles, mais tarde Conde de Parnaíba, e do Dr. Joaquim Pedro Vilaça, respectivamente Presidente da Câmara Municipal e Juiz de Direito da Comarca, apresentava a cidade aspecto festivo, repleta de forasteiros, vindo para a inauguração da Estrada-de-Ferro Ituana, sob o patrocínio do Dr. João Teodoro Xavier, Presidente da Província de São Paulo, o que se realizou com grande brilhantismo, não obstante o incidente em torno ao discurso de Martim Francisco Filho, quando corajosamente afirmou no banquete comemorativo que um povo capaz de semelhante cometimento progressista, bem tinha o direito de se governar por si, o que levou o povo a repetir pelas ruas da cidade, o estribilho "um dia o povo será rei".

No dia imediato, a 18 de abril de 1873, ao entardecer, o cidadão Carlos Vasconcelos de Almeida Prado com sua família, desassombradamente, abriu de par em par as portas de sua residência, a-fim-de receber, como o fez, os cento e trinta e quatro conspiradores republicanos, daí em diante imortalizados pela História, com o título de **Convencionais Republicanos de Itú!** Eram eles:

De Itú, Antônio Augusto da Fonseca, Antônio Brasília de Sousa Paiaguá, Antônio Freire da Fonseca e Sousa, Antônio Nardi de Vasconcelos, Antônio Nardi de Vasconcelos Júnior, Antônio Rodrigues de Sampaio Leite, Brás Carneiro Leão, Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, Estanislau de Campos Pacheco, Elias Álvares Lobo, Francisco Álvares Lobo, Francisco Emídio da Fonseca Pacheco, Inácio Xavier de Campos Mesquita, João Tobias de Aguiar e Castro, João Xavier de Castro Aguiar, Joaquim Manuel Pacheco da Fonseca, Joaquim de Paula Sousa, Joaquim Pires Pereira de Almeida, José Pereira Álvares Lobo, José Antônio de Sousa, José Bernardino de Freitas, José Emídio da Fonseca, José Nardi de Vasconcelos, José Terésio Pereira da Fonseca, José Vaz Pinto de Melo, José Luiz Flacquer, Joaquim Rodrigues de Barros, Luiz Augusto Nardi de Vasconcelos, Luiz Ferraz de Sampaio, Manuel da Costa Sampaio, Manuel Fernando de Almeida Prado, Pedro Alexandrino Rangel

Aranha, Teófilo da Fonseca, Salvador Brisola, e Vitor de Arruda Castanho; de Campinas, Alexandre Jeremias Júnior, Américo Brasiliense de Almeida Melo, Antônio Benedito Cerqueira Cesar, Antônio Carlos da Silva Teles, Antônio de Cerqueira, Bento Quirino dos Santos, Azarias Dias de Melo, Evaristo Brasileiro de Campos, Carlos J. Mendelsohn, Francisco Glicério, Francisco José de Camargo Andrade, Francisco Quirino dos Santos, João Joaquim de Araujo Viana, Joaquim de Sampaio Góis, Jorge Miranda e Teófilo de Oliveira; de Capivari, Antônio Dias de Aguiar, Antônio José de Sousa, Antonino S. de Camargo Barros, Antônio de Toledo Piza e Almeida, Balduino de Melo Castanho Sobrinho, Francisco Antônio de Sousa, Francisco Pedro Sousa Melo, Gabriel de Toledo Piza e Almeida, José Correia Leite de Moraes, Joaquim Augusto de Sousa, Joaquim Galvão da França Pacheco, Luiz Antônio de Sousa Ferraz e Manuel de Arruda Castanho; de Jundiá, Antônio Basílio de Vasconcelos Barrôs, Antônio Joaquim Pereira Guimarães, Carlos de Queiroz Guimarães, Constantino J. dos Santos, Evaristo Brasileiro de Campos, Francisco de Paula Cruz, Luiz Antônio de Oliveira, Manuel Elpídio Pereira de Queiroz e Rafael Aguiar Pais de Barros; de Porto Feliz, Américo Boaventura de Almeida Pires, Antônio Alves Pereira de Almeida, Antônio Joaquim Viegas Muniz, Antônio de Toledo Piza e Almeida, Bernardino de Sousa Mota Guimarães, Cesário Nanzianzeno de Azevedo, Mota Guimarães Júnior, José Rafael de Almeida, José Rodrigues Pais e Luiz Gonzaga de Araujo Leite; de São Paulo, Antônio Francisco de Paula Sousa, Américo de Campos, Bento Cândido Barata Ribeiró, João Tibiriçá Piratininga, Joaquim Roberto de Azevedo Marques, Joaquim Taques Alvim, José M. Maxwell Rudge, Malaquias Rogério de Sales Guerra e Nuno de Melo Viana; de Indaiatuba, Diogo do Amaral Campos, João Tibiriçá Pimenta, José de Almeida Prado Neto, José do Amaral Campos, José Vasconcelos de Almeida Prado, Ladislau do Amaral Campos, Luiz Augusto da Fonseca, Manuel José Ferreira de Carvalho e Teófilo de Oliveira Camargo; de Sorocaba, Antônio Joaquim Lisboa e Castro, João Lício, Joaquim Silveira Rodrigues, Jesuino Pinto e Ubaldo do Amaral; de Amparo, Bernardino de Campos, Francisco de Assiz dos Santos Prado, José Pinto do Carmo Cintra e Tristão da Silveira; de Botucatu, Bernardo Augusto Rodrigues da Silva, Domingos Soares Barros, Francisco Xavier de Almeida Pires e José Elói do Amaral Sampaio; de Constituição, hoje Piracicaba, Balduino do Amaral e Melo, Claudino de Oliveira Cesar, José da Rocha Melo, Manuel de Moraes Barros e Prudente de Moraes Barros; de Jaú, José Ribeiro de Camargo; de Bra-

gança, Antônio Joaquim Leme, Joaquim Antônio da Silva e Teodoro Henrique de Toledo; de Itatiba, Aurélio Carneiro da Silva Braga; de Itapetininga, Venâncio Aires; de Mogi-Mirim, Antônio Francisco de Araujo Cintra e Ladislau Antônio de Araujo Cintra; de Monte-Mor, Joaquim Pinto de Oliveira; de Tietê, Pedro Alves da Costa Machado; do Rio de Janeiro, Geraldo Barata Ribeiro e Eduardo de Oliveira Amaral.

A memorável reunião da qual resultou a fundação do Partido Republicano Paulista e a elaboração de um manifesto coordenador do movimento se efetuou às 19 horas, prolongando-se até às 21. Presidiu-a, por indicação de Joaquim Roberto, o convencional João Tibiriçá Piratininga, secretariando-a Américo Brasiliense de Almeida Melo, sendo a mesa dirigente constituída pelos Srs. Francisco de Paula Sousa, Inácio Xavier de Campos Mesquita, Francisco Emídio da Fonseca Pacheco e Carlos Vasconcelos de Almeida Prado.

Homens são estes, senhores, como aquele Dom João de Castro, da epopéia lusitana, de quem Jacinto Freire de Andrade, ao descrever-lhe a vida em obra memorável afirmou ser “varão ainda maior que o seu próprio nome, maior que suas vitórias”!

Em seu favor, estabelecendo-se no elogio de suas atitudes cívicas um único paralelo, eu vos lembrarei, senhores, o que já de uma feita disse, que em Portugal — terra que nos foi berço comum — havendo ao tempo de sua monarquia uma conjura republicana igual a esta de que vos digo agora, os seus promotores, tão cedo descobertos, foram reclusos, inquiridos e condenados, suas cabeças decepadas em praça pública, suas moradas destruídas e finalmente, sobre declarados infames os seus descendentes, salgado o terreno onde tinham alicerces!

Mais não vos será preciso dizer, para salientar os riscos e perigos consequentes de uma luta individual contra uma monarquia de ramos ancestrais, oriundos do mesmo tronco dos reis de Portugal, o heroísmo e a varonil audácia desses convencionais extraordinários que — redigo-o ainda — jogavam nesse cometimento patriótico e prehe de civismo, com a existência de seus bens patrimoniais, as suas próprias e, o que mais é de se destacar, o destino de suas famílias!

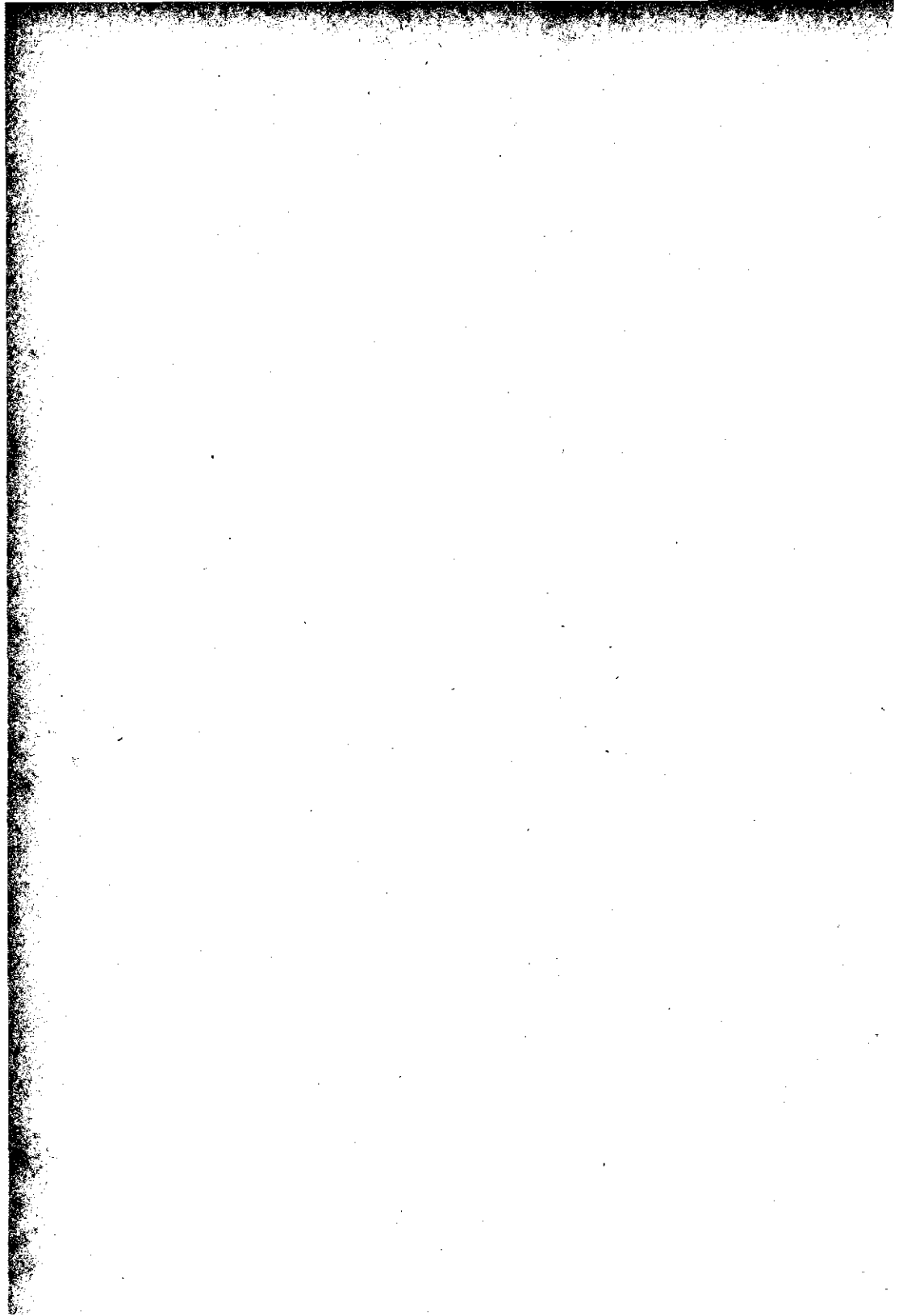
Que elogio maior se poderia fazer, senhores, no momento em que aquí celebramos o centenário natalício de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, senão o lembrar que tão audacioso cometimento se praticou, conciente e deliberadamente, por ordem de um chefe de família, dentro de seu próprio lar — o mesmo que, tempos após, teria que recusar para a hospedagem de Suas Majestades os Imperadores do Brasil, quando da visita

a Itú, pelo simples fato de haver sido a sede da primeira reunião republicana em terras de Piratininga e não parecer a ninguém digno de haver patrocinado a República nascente, o solar que recebesse também o Imperador, contra o qual, ali mesmo, se desfaldara, ao sopro dos ventos liberais, a bandeira dos ideais republicanos.

O mensageiro, que fora despachado para Itú solicitar a Carlos Vasconcelos de Almeida Prado pouso e hospedagem para os Imperadores do Brasil e sua comitiva, voltara à presença do mordomo imperial com a resposta negativa que a todos assombrou, de como aquela casa não poderia receber o homem contra o qual, por amor do Brasil, se iniciara a consolidação do esforço republicano, na luta contra a estrutura do Império.

Tiveram suas Majestades de recorrer a outra casa, o que conseguiram com Bento Dias de Almeida Prado, a quem, em agradecimento pela acolhida hospitaleira, galardoaram com o título nobiliárquico de Barão de Itaim.

Vede, nobres consócios e prezadíssimos senhores, que ao investigador histórico não se poderia ocultar a evidência desses fatos, relacionados estreitamente com a implantação da República no Brasil. Eis porque o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao reconhecer a valia desse cometimento, quase perdido na noite do Império desaparecido, resolveu, por votação unânime, associar-se nesta sessão regimental, às comemorações do centenário natalício de tão insigne republicano, o convencional Carlos Vasconcelos de Almeida Prado a cujo espírito, Deus, Juiz soberano, guarde em sua bemaventurança, pelas preces que lhe fazemos, com fé, amor e civismo.



O Rio Sucuriú, afluente do rio Paraná (*)

J. R. DE SA CARVALHO.

O rio Sucuriú é um dos principais afluentes da margem direita do rio Paraná e todo o seu percurso é em terras de Mato-Grosso, banhando os municípios de Santana do Paranaíba e Três Lagoas.

Este rio, é mencionado pela primeira vez, nas narrativas de viagem de Antônio Pires de Campos, como o "Rio Guacuruí", conforme se constata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do ano de 1867. Nome este que parece originário da tribo dos índios cavaleiros Guaicurús, primitivos senhores de toda a região campeзина do sul de Mato-Grosso.

O grande e audacioso sertanista preador de índios, não viu índios próximo da foz do Guacuruí, conforme relata; indo porem encontrar os "Guadaxós" ramo dos Guaicurús, nos campos marginais do rio Pardo, fronteiriços da barra do rio "Nhanduí".

Qualquer estudioso das rotas das bandeiras e monções para Cuiabá, notará que algo de imperioso forçou a preferência do caminho fluvial pelo rio Pardo e varadouro do "Camapuam".

O caminho mais reto e prático teria sido sempre o rio Sucuriú e deste para o Jaurú, afluente do Tacoari; pois que, é quase que uma continuação de diretriz do rio Tietê.

Segundo Pires de Campos, os terríveis Caiapós, dominavam o vasto sertão desde o rio Pardo até Goiaz.

E' interessante um estudo desse grande rio; e é o que nos propusemos fazer através de apontamentos próprios, de viagens que fizemos na região entre os anos de 1917 a 1919.

Segundo o historiador Estevam de Mendonça, o douto informador de cousas de Mato-Grosso, o capitão-general João Carlos Augusto d'Onhauser, mais tarde marquês de Aracati, teve

(*) Trabalho lido em sessão de 6 de julho de 1942. — N. da R.

o projeto de construir ou abrir um viradouro comercial para São Paulo, entre as cabeceiras dos rios Pequirí e Sucuriú, procurando aproximar-se da reta geográfica.

No ano de 1827, o então governador de Mato-Grosso, José Saturnino da Costa Pereira, mandou explorar o rio Sucuriú, pelo tenente Manuel Dias de Castro, o qual levou consigo um pequeno destacamento, do qual faziam parte o alferes Pedro Gomes da Silva, sargento de ordenanças Pedro Gomes do Prado e o cabo de esquadra Jacinto Antônio Moreira.

A exploração teve início a 13 de março de 1827, na foz do Sucuriú e já no dia 1.º de abril, haviam explorado todo ele, parte navegando e parte em marchas por terra. Constataram a existência de oito cachoeiras e cinco corredeiras grandes e citaram apenas dois afluentes notáveis na margem direita e cinco na esquerda.

Segundo o barão de Melgaço, o varadouro não foi aberto, porque constatou-se ser de 40 léguas por terra a distância entre os pontos navegáveis ou varáveis dos rios Pequirí e Sucuriú.

O rio Sucuriú hoje pode ser descrito pela forma abaixo. E' um dos mais importantes afluentes da margem direita do rio Paraná e tem um percurso de cerca de 480 quilômetros.

Suas cabeceiras estão mais ou menos entre 18°14' de lat. e 53° 14' de long. e sua foz entre 20° 88' de lat. e 51° 64' de long. Sua foz está distante 1 quilômetro da ponta do noroeste no Jupia.

E' formado por duas principais cabeceiras, os ribeirão Baús e Sucuriuzinho, os quais nascem nos chapadões da serra das Araras em contravertente com as cabeceiras formadoras dos rios Jaurú, Aporé, Correntes e Araguaia. Ai constata-se dos "**Divortium aquarium**" mais importantes do continente sul-americano, numa altitude constatada de 1.080 metros acima do nível do mar. O Sucuriú na sua foz deve estar a cerca de 300 metros acima do nível do mar, o que representa uma diferença de nível no seu percurso total de cerca de 780 metros. No chapadão dos Baús, a rodovia atual de Três Lagoas para o Araguaia, conseguiu uma reta de 90 quilômetros, ou sejam 15 léguas, tal a planura e regularidade do chapadão e a firmeza de seu solo de terra roxa.

O rio Sucuriú, conta 47 afluentes na sua margem direita e 23 na sua margem esquerda.

Afluentes da margem direita:

- 1 — Ribeirão Baús, de 3 léguas de curso até encontrar-se com o Sucuriuzinho.
- 2 — Córrego do Campo, com um percurso de cerca de 9 quilômetros.
- 3 — Ribeirão Saltinho, abaixo do precedente cerca de 2 léguas e com

- cerca de 12 quilômetros de percurso; nascendo ainda na planície e descendo depois a serra.
- 4 — Ribeirão Ramon, abaixo do precedente 7 léguas e com percurso de 2 léguas.
 - 5 — Ribeirão Pântano, abaixo 4 léguas e com um percurso de 4 léguas.
 - 6 — Córrego da Areia, 3 léguas abaixo e com 9 quilômetros de percurso.
 - 7 — Córrego Fundo, abaixo 3 léguas e com 3 ditas de percurso.
 - 8 — Córrego Vertentinha, 3 léguas abaixo e com 1 apenas de percurso; tendo na sua foz um porto de travessia no rio Sucuriú.
 - 9 — Ribeirão da Neca, abaixo 2 léguas e com cerca de 2 de percurso.
 - 10 — Ribeirão da Invernada, abaixo 1 légua e com 10 quilômetros de percurso.
 - 11 — Córrego do Retiro, abaixo 1 légua e com 2 de percurso.
 - 12 — Córrego da Divisa, com 9 quilômetros de percurso.
 - 13 — Rio São João, com 5 léguas de percurso e vários pequenos afluentes.
 - 14 — Córrego Manuel Martins, com 1 légua de percurso e 15 quilômetros abaixo do precedente.
 - 15 — Cabeceira curta, abaixo do precedente 9 quilômetros.
 - 16 — Córrego do Areião, abaixo 6 quilômetros.
 - 17 — Córrego do Ferreirão abaixo 6 quilômetros e com 1 légua de percurso.
 - 18 — Cabeceira da Capela, abaixo 12 quilômetros e com 5 de percurso.
 - 19 — Córrego do Campo, abaixo 6 quilômetros e de pequeno percurso.
 - 20 — Córrego do Mato, abaixo 1 légua.
 - 21 — Ribeirão Pouso Aito, com 2 léguas de percurso e abaixo do precedente 1 légua — Com um vilarejo e distrito de paz desse nome.
 - 22 — Córrego do Sucuri, abaixo 1 légua.
 - 23 — Córrego Formiga, abaixo 1 légua.
 - 24 — Cabeceira do Galdino, 3 quilômetros abaixo.
 - 25 — Cabeceira da Pedra, com 2 léguas de percurso e ponto de travessia no Sucuri, com o nome de Porto da Pedra.
 - 26 — Córrego Fundo, 2 léguas abaixo do precedente e 2 de percurso.
 - 27 — RIO CANGALHA, com 10 léguas de percurso e 3 quilômetros abaixo do precedente. É formado por inúmeros afluentes dentre eles o ribeirão Boa Vista. Este rio é uma das referências mais antigas dos sertões do Sucuriú.
 - 28 — Ribeirão BONITO, com 11 léguas de percurso e abaixo do precedente 9 quilômetros. É também formado por inúmeros pequenos afluentes.
 - 29 — Córrego Jataí, abaixo 6 quilômetros e pequeno percurso; próximo de sua foz, existe um porto de travessia do Sucuriú.
 - 30 — Córrego do Sapé, abaixo do precedente 2 léguas.
 - 31 — Córrego Merim, abaixo 3 quilômetros.
 - 32 — Ribeirão BAGUASSU, com 7 léguas de percurso e formado por inúmeros pequenos afluentes.
 - 33 — Córrego da Tapera.
 - 34 — Ribeirão da Embauba, com cerca de 5 léguas de percurso e pequenos afluentes.
 - 35 — Ribeirão da Prata, com cerca de 6 léguas de percurso e vários afluentes.
 - 36 — Córrego da Pratinha.
 - 37 — Rio Briso, com 11 léguas de percurso e muitos afluentes, com vestígios da primitiva estrada de entrada dos primeiros povoadores do sertão em 1838.
 - 38 — Córrego das Tabocas.
 - 39 — Ribeirão São Domingos, com 3 léguas de percurso.

- 40 — Cabeceira curta.
- 41 — Córrego Água Tirada.
- 42 — Ribeirão Campo Triste, formado por inúmeros afluentes e com cerca de 8 léguas de percurso.
- 43 — Córrego do Pinto, com 3 léguas de percurso. Tem próximo d'ê sua foz uma ponte sobre o rio Sucuriú.
- 44 — Cabeceira da Varginha.
- 45 — Córrego da Ronda.
- 46 — Córrego do Buriú.
- 47 — Córrego da Represa, próximo da foz do Sucuriú apenas 1 quilômetro e distante 7 quilômetros da cidade de Três Lagoas.
- Todos ou quase todos estes afluentes, são contravertentes de afluentes do rio Verde e nascem todos em região campezina.
- Afluentes da margem esquerda:
- 1 — Ribeirão SUCURIUZINHO, com cerca de 5 léguas de percurso.
- 2 — Ribeirão Lages com cerca de 3 léguas de percurso em serra.
- 3 — Ribeirão São Luiz, com 5 léguas de percurso e cheio de corredeiras e cachoeiras — nele existe a ponte Dom Malan.
- 4 — Ribeirão Cachoeira, com grande parte do seu percurso no campo e depois em serra.
- 5 — Ribeirão PARAISO, com 5 léguas de curso, quase todo em campo.
- 6 — Ribeirão MIMOSO, com 4 léguas de curso.
- 7 — Ribeirão Pedra Azul, com 6 léguas de curso.
- 8 — Ribeirão Pedra Branca, com 6 léguas de curso. Notavel pela existência nas suas proximidades da célebre Casa de Pedra, com inscrições ou símbolos gravados em vermelho na Pedra.
- 9 — RIO INDAIÁ GRANDE, com 12 léguas de percurso e muitos afluentes importantes.
- 10 — Rio das Morangas, com 10 léguas de percurso e muitos afluentes.
- 11 — Ribeirão São José, com 4 léguas de percurso.
- 12 — Ribeirão São Pedro, com 6 léguas de percurso e pequenos afluentes. Sede de um vilarejo.
- 13 — Ribeirão Santa Rita, com 3 léguas de percurso.
- 14 — Ribeirão das Canoas, com 3 léguas de percurso.
- 15-16 Pequenos afluentes sem nome.
- 17 — Ribeirão Junqueira, com 5 léguas de percurso.
- 18 — Ribeirão Diogo, com 4 léguas de percurso.
- 19 — Ribeirão das Cruzes, com 3 léguas de percurso.
- 20 — Ribeirão Periquito, com 3 léguas de percurso.
- 21 — Córrego Lagoa Amarela, com 2 léguas de percurso.
- 22 — Ribeirão D. Tomás, com 9 quilômetros de percurso.
- 23 — Lagoa do Faia, próxima 1 quilômetro da foz do Sucuriú, no rio Paranã.

O rio Sucuriú, possui quase na junção de seus dois formadores, um velho povoado denominado primitivamente "Pedro Taques", depois "Capela" e hoje "Couto Magalhães", rodeado de terras de cultura e tendo uma ponte de travessia na rodovia para o Araguaia.

No Ribeirão Paraíso, possui outro povoado com igual nome, sede do Distrito de Paz do Município de Sant'Ana do Paranaíba.

No ribeirão S. Pedro, outro povoado desse nome, também sede de distrito de paz do município de Santana.

Os afluentes da margem esquerda, são de maior volume que os da direita, salvo o rio Cangalha; nascem eles, quase todos em espigão alto de contrafortes da serra dos Caiapós e da serra das Morangas. Os mais altos são contravertentes dos rios Correntes e Aporé, antigo rio do Peixe; e os inferiores afluentes, contravertentes dos rios Santana, Quitéria, Pântano, Mateus e Dois Córregos, afluentes diretos do rio Paraná.

Na serra das Morangas e vertentes do Sucuriú, existem além de matas fertilíssimas, campos de primeira, também riquezas minerais notáveis, tais como: jazidas de antimônio ou estanho no Indaiazinho, chistos betuminosos, cristais de rocha, grutas calcáreas e águas minerais, nas vertentes do ribeirão Morangas.

Próximo de Três Lagoas, o rio Sucuriú, possui três corredeiras e um salto de importância, como reserva hidráulica.

Possue no seu curso superior várias corredeiras e pequenos saltos. Existem no Sucuriú, ao todo 3 pontes de travessia: uma acima da foz do córrego do Pinto e abaixo da do ribeirão Campo Triste, na estrada de rodagem para Santana do Paranaíba e Sul de Goiás; outra na rodovia do alto Sucuriú e Araguaia, acima da barra do rio Cangalha, na Fazenda do coronel Epaminondas Camargo e finalmente, a terceira, no Patrimônio da Capela, hoje Couto Magalhães.

Existem 7 portos de travessia de canoa ou balsa: o 1.º próximo da barra no Paraná, no trajeto do salto do Urubú-Pungá; o 2.º na Fazenda Varginha, próximo de Três Lagoas; o 3.º acima da barra do ribeirão Campo Triste, denominado porto dos Ingleses; o 4.º denominado do Galeano, acima da barra do ribeirão da Prata; o 5.º acima da barra do ribeirão Bonito, denominado do João Dias; o 6.º na foz do ribeirão Pouso Alto, denominado porto da Pedra e o 7.º próximo do rio São João, denominado porto General Rondon.

Toda a região do rio Sucuriú é ainda escassamente povoada; suas fazendas, são quase todas verdadeiros latifúndios.

Seus principais povoadores, são de origem mineiros, entrando pela rota de Santana do Paranaíba, destacando-se entre eles: os Pereiras, os Garcias, os Sosas, os Camargos e os Ottonis. O seu comércio, se faz: o Baixo Sucuriú com Três Lagoas; o Médio, com as estações de Vitorino e Rio Branco, da Estrada de Ferro Noroeste e o Alto Sucuriú com as estações de Ferreiros e Águas Claras. E' contornado por duas grandes rodovias, uma que partindo de Três Lagoas, atravessa a ponte próxima do córrego do Pinto, e contorna os afluentes da margem esquerda e vai até os Baús e Araguaia; e outra que partindo de Três Lagoas, acompanha a diretriz da Estrada de Ferro Noroes-

te até a Estação de Vitorino, donde procura marginalizar o rio Sucuriú, atravessando todos os seus afluentes, inclusive o rio Cangalha em pontes e pontilhões; e das margens deste último, procura atravessar o rio Sucuriú na ponte do Cel. Epaminondas Camargo e prossegue marginalizando o rio até a povoação do "Paraiso"; e daí vai se entroncar na rodovia que de Três Lagoas vai ao Araguaia e rio das Garças.

Em 1920, constituiu-se em São Paulo a Companhia Estrada de Ferro Norte de Mato-Grosso, incorporada pela S. A. Leonidas Moreira, para executar o traçado do general Cândido Rondon, de uma Estrada de Ferro de Águas Claras na E. F. Noroeste do Brasil a Cuiabá, com escalas em Araguaia e Rondonópolis, no vale do rio São Lourenço. Essa companhia fez explorações de grande parte do médio rio Sucuriú até suas cabeceiras e terminou seus estudos até Cuiabá. Era engenheiro chefe da Cia. o Dr. Huet de Bacelar e chefe de estudos o Dr. João Batista Vasques. Esse caminho de ferro, seria uma pequena variante do caminho mais curto, idealizado pelo presidente Pimenta Bueno mais tarde marquês de São Vicente, entre Cuiabá e São Paulo.

Essa Cia. E. F. Norte de Mato-Grosso, teve insucesso, motivado pelo embaraço causado, pelo pessimismo do então presidente da República Dr. Epitácio Pessoa. A Cia. havia entabulado o levantamento de capitais no estrangeiro, mediante a garantia de juros por parte do Governo da República.

Pleiteou esse favor por parte do Congresso Nacional e o conseguiu francamente por parte das duas Câmaras e o presidente da República, houve por bem, vetar os favores concedidos pelo Congresso Nacional. Teria sido hoje uma realidade essa avançada dos trilhos no verdadeiro rumo da conquista do Norte de Mato-Grosso.

Mitre, o estadista poeta-soldado (*)

CRISTÓVAO DE CAMARGO

Jornalista e soldado, estadista e escritor, historiador e político, poeta, e condutor de homens, e orientador de povos, e construtor de pátrias, — é Bartolomeu Mitre das personalidades mais complexas e mais completas do continente.

Nos últimos anos de sua existência, viam-no os portenhos passar pela calle Florida, — aquele vulto esguio, sobrecasaca e chapéu mole, o “chambergo” que ficou célebre, do qual escapavam as mechas brancas de uma linda cabeça de pensador e de artista. Lá ia Mitre, absorto, ensimesmado, a melancolia no olhar, sem ver os conhecidos, perdido num grande sonho.

Trabalhara, lutara, sofrera para construir, com os destroços da tirania, uma pátria livre. Aquela democracia triunfante era, em grande parte, obra sua. Ele passava, sem ver, pela metrópole sorridente, próspera, feliz, naquele ambiente de segurança e liberdade que ele, mais do que ninguém, ajudara a formar. Ia como um fantasma que voltasse de eras longínquas. Punha na alegria ensolarada do ambiente a mancha crepuscular do seu retraimento. Sentia a ansiedade do criador que completou a sua obra e tem de cruzar os braços. A paz que alicerçara traz-lhe a nostalgia da refrega. Sacrificava-se por um ideal: e as asperezas da batalha davam-lhe a alegria dionisiaca, a exaltação do triunfo próximo. Alcançada a vitória, com o ensarilhamento das armas começava a tristeza da estagnação. Dera tudo de que dispunha aos seus e à humanidade. Fixara os contornos de uma pátria. Precisava empenhar-se em novas investidas, pelejar, vibrar, construir, vencer. Mas os anos haviam passado. Se o seu espírito nada perdera da acuidade antiga, o corpo pedia repouso. E Mitre não queria repousar. Daí, esse ar de mágua, esse olhar desencan-

(*) Conferência pronunciada no Itamarati em 25 de fevereiro de 1943.

tado que impressionava os portenhos quando o viam passar pela calle Florida, alheado à alegria da cidade moça e ardente.

O segredo daquela melancolia transparece todo numa frase: "He vivido mucho y ningún servicio puedo ya prestar a mi patria".

Os grandes homens argentinos interessaram sempre os estudiosos do Brasil. Tão entrelaçada está a história dos dois povos, que se torna por vezes difícil estabelecer marcos divisórios entre os feitos de um patriota brasileiro e a glória de um herói argentino. Na história de ambos, tantas vezes escrita em comum, verifica-se como não é possível erguer fronteiras espirituais. Os homens são realmente grandes quando são grandes homens humanos. A grandeza só impressiona quando não se contem dentro dos âmbitos das pátrias, mas extravasa e se faz uma grandeza da humanidade. Ao escolher para minha conferência a personalidade de Mitre, não tive em mente apenas falar sobre um argentino ilustre, mas glorificar um americano que todos admiramos.

Oswaldo Aranha, que inexplicavelmente evita reivindicar para si a láurea de escritor, e teimosamente procura disfarçar a sua sensibilidade de poeta, tem sobre a figura de Mitre uma página admirável no pórtico das "Orações Seletas", traduzidas para a Cooperação Intelectual. Por mais que se defenda o chanceler, transparece o autêntico homem de letras em qualquer frase que despreocupadamente lance numa entrevista, num discurso, num prefácio, na simples palestra: "Chassez le naturel, il revient au galop"...

Mitre, ensina-nos, "foi, sem dúvida, o homem mais completo, o maior e o melhor dos argentinos".

Meditando esta afirmação e desejando homenagear a grande pátria irmã, escolhi Mitre para o estudo com que ora me apresento à vossa benevolência.

Mitre "foi criador, e foi renovador, e foi conservador, são ainda palavras de Oswaldo Aranha: ideou, construiu e consolidou. O ciclo da obra completa do homem, do grande homem, cabe, pois, dentro de sua vida, que ainda sobrou para nela envolver toda uma época da sua pátria, senão a própria pátria argentina, que ele amou como filho, defendeu como soldado, serviu como estadista e, em grande parte, glorificou como pai."

A Argentina guarda ciosamente Mitre, cujo nome é desfraldado como um dos seus grandes pendões gloriosos: mas nós, americanos, não nos conformamos com essa exclusividade e reivindicamos a personalidade de Mitre para todo o continente. E, nesta grande família meridional, se há povo que mais do que

qualquer outro tenha o direito de se identificar com a alma do grande argentino — esse povo somos nós, é o Brasil.

Estadista, estrategista: serão os dois aspectos marcantes da sua fâcies, plasmada em frisos de medalha antiga? E o historiador, e o arqueólogo? E o escritor, o filólogo, o poeta? Soldado poeta: poderá Mitre encontrar modelo em Camões, em Homero. Para Aristófanes, residiu principalmente a glória do aedo helênico em haver ensinado “a arte das batalhas, as virtudes guerreiras e a profissão das armas”. Fê-lo Mitre durante toda a sua vida, ficando, ademais, colocado entre os grandes capitães do continente. O heroísmo das suas atitudes é frequentemente posto em foco: “El comandante Mitre ha trepado con su artillería hasta alturas por donde sólo las águilas han volado”, diz o presidente da Bolívia quando o então diretor do Colégio Militar desse país sufoca uma revolução, sendo Mitre considerado “benemérito en grado heroico y eminente de la República de Bolívia”. Em Caseros, é promovido a coronel em pleno campo de batalha.

Quem maior influência exerceu na estruturação da sua mentalidade guerreira foi o general Paz, esse cujo nome Sarmiento pronunciava sempre descobrindo-se. Saiu assim da rígida escola que faz da guerra uma ciência e uma arte, — não o simples desdobramento de planos instintivos, traçados de acordo com uma inspiração de momento. Era José Maria Paz, o maior tático argentino depois de San Martín, um chefe militar moderno, afeito à disciplina do espírito, da qual decorre a disciplina do soldado conciente: nem a rigidez embrutecedora do autômato, nem o desconjuntamento moral do caudilho. Nada de caudilhesco na sua personalidade, pois que o caudilhismo tem algo de bandoleirismo, com o seu espírito de aventura, o descordamento das paixões não refreadas pela educação. Disse uma vez Juan Lavalle, ao ter notícia do exército regular que Paz arregimentara em Corrientes: “Yo se que el general Paz formará un ejército muy disciplinado; pero nunca será un caudillo como yo.” A essa glória, de ser caudilho “como ele”, gostosamente renunciava o seu espírito de organizador: “Jamás seré yo, ni podré ser caudillo. Como militar de orden, puedo servir de algo: como caudillo, nada.” Reconhecia a própria incapacidade naquilo em que excelia Lavalle, que era “mandar tropas irregulares”.

Como vemos, abeberou-se Mitre em boa fonte.

Como homem público, não via Mitre na política esse brilhante sistema, que tantas vezes é, de enganar comodamente o povo.

Nos jogos florais da democracia, não se ouropelava a sua

voz com a dialética dos prometedores desabusados, que garantem ao eleitor a vida eterna, o céu e as estrelas, além de outras vantagens menores, e, depois do triunfo, se esquecem daqueles a quem tanta dedicação haviam hipotecado, — com a mão no peito, os olhos com umidades enternecidas e trêmulos na voz. Até que novas eleições venham fazê-los novamente agitar aos olhos do cidadão patriota e ingênuo, intransigentemente confiante e esperançado, cousas sólidas — como trabalho e pão, além de outras menos palpáveis, mas talvez porisso mesmo mais sedutoras, como justiça e liberdade. Não! As urnas eram, para ele, a consulta, honesta à vontade popular, com a qual sempre se conformava. Vence as eleições e é vitoriado, o seu nome sai da boca da multidão em apóstrofes triunfais: de repente, cansam-se os ovacionadores e sobre essa personalidade desce a cortina do esquecimento. Ele não protesta, não força a popularidade; aproveita, antes, esses hiatos para viver um pouco consigo mesmo: fecha-se na sua biblioteca em companhia das sombras amigas, que se vão destacando dos livros e se corporificam diante da sua imaginação. Entre uma batalha campal em que tonitroavam os canhões e uma batalha eleitoral em que sussurrava a cabala, traduzia Dante. Sujo de sangue, cheirando à pólvora, mergulhava no banho lustral da “Divina Comédia” e saía retemperado. Vence uma revolução na Bolívia, de onde, pouco depois, outra revolução o exila. Mas o degredo escolhido se recusa a recebê-lo. Como o embrulho que contivesse um petardo e ninguém quisesse abrir, com medo à explosão, vários países devolvem intacto o guerreiro que lhe é oferecido. E anda assim Mitre de mão em mão, até que consegue permanecer no Chile. Houve um momento em que esteve a pique de tombar no polígono das execuções; esperou estoicamente o desenlace, como displicentemente aceitou o indulto.

Quando pode dominar o ambiente, não se detem: como Ingenieros, sabe que “cada ser humano es cómplice de su proprio destino”; e a sua vontade logra imprimir às circunstâncias uma direção conciente. Mas assim que a força dos acontecimentos o empolga, não luta com a fatalidade: afrouxa os músculos, faz-se morto e sai indene da queda. Parece um juguete de forças invisíveis: está apenas deixando que passe a borrasca. Espera a sua vez, e esta há de chegar.

Ao ser vencido nas urnas, conquistava impressionante vitória moral. Aquilo podia ser contraditório, mas era verdadeiro. E essa grandeza chegou à sua expressão culminante no momento em que, não exercendo mais nenhum cargo, passou a ser o guia.

moral da nação. Todos o reconheciam, — era a grande força in-contrastavel da república. Aí estava o milagre da sua vida toda de idealismo, de ação, de abnegação e de renúncia. Quando o chamavam, não aguardava que lhe repetissem o nome: pronto sempre a servir, não deixava que insistissem. Devia-se todo à pátria e esta podia contar com ele. A sua presença parecia não ser mais necessária: tão pouco esperava que o dissessem duas vezes: fundia-se com a penumbra e mergulhava no ostracismo, talvez com um suspiro de alívio. Possuía a arte sutil e rara de compreender quando podia ser de mais e retirar-se antes de ser tido como um entrave. Não impunha a sua presença: esta é que era reclamada. Não notamos na sua vida um colapso, uma falha, um simples quebrantamento. Mesmo as fraquezas normais, humanas, procurava escondê-las. Tinha pudor de mostrar que sofria e os soluços, sabia interceptá-los na garganta. Quando morreu, era considerado o primeiro cidadão da república.

A presidência, que exerceu durante seis anos, não foi o único período em que governou. Viveu ainda quarenta anos depois dessa investidura oficial, mas durante esses quarenta anos pode-se dizer que foi ele realmente quem governou.

Aos dezesseis anos de idade, inicia-se Mitre nas letras: poeta e dramaturgo. Faz-se soldado pouco depois: alferes de artilharia aos dezoito anos, empenha-se na luta pela libertação da sua pátria da mais dura e sanguinária das tiranias. Passara pelos pagos do ditador, onde permanecera algum tempo — para aprender disciplina... Era um engano que não podia perdurar: a alma delicada do futuro consolidador estiolar-se-ia naquela geena. Mitre não precisava — aprender disciplina, mesmo porque é matéria que não se aprende. Possuía essa disciplina inata que é o equilíbrio moral, e a disciplina de escravo, artificial e bárbara, das terras marcadas pela "divisa punzó", não lograria jamais ir a cabo, felizmente! — da sua altivez natural. Vóltava pouco depois. E mandavam dizer ao pai que o rapaz nunca serviria para nada, pois aproveitava o pretexto da menor sombra de árvore para descer do cavalo e por-se a ler...

Desdobrou-se a sua juventude sob a ditadura rosista, que ele combateu de armas na mão. Contribuiu assim Rosas a formar-lhe o caráter, fazendo nascer na sua alma de paladino o ódio aos déspotas. Testemunha dos horrores da tirania, ficava-lhe no subconciente, como flama inextinguível, esse amor à liberdade, esse culto da personalidade humana que havia de dignificar-lhe a vida.

Seria audacioso afirmar que Mitre era essencialmente homem de letras e, como homem de letras, essencialmente um poeta? Talvez... Foi Mitre tão grande estadista e tão grande capitão, que se lhe dermos, acima de tudo, o primado intelectual, é provável que levantemos objeções... Os militares talvez se julguem defraudados e os estadistas não verão com bons olhos quem pretenda lóbrigar em Mitre ascendência, em relações às outras, da sua personalidade literária.

Apaixona-o tudo quanto seja de interesse nacional, de interesse humano. Não há um setor da vida argentina em que se não faça sentir a sua forte intervenção orientadora.

Impressionado com o fantasma do analfabetismo, lança os fundamentos de uma esclarecida política educativa, cujos princípios vêm-se mantendo através das gerações.

Prevendo o perigo do enquistamento de núcleos raciais estrangeiros dentro do território pátrio, insurge-se contra uma concessão parlamentar de latifúndios a empresas colonizadoras, deixando firmada a sua política imigratória: todas as facilidades e vantagens serão oferecidas ao braço estrangeiro que honestamente deseje vir trabalhar a gleba generosa; tudo se fará no sentido de atrair o colono sadio e empreendedor; discorda entretanto do sistema de alienação de grandes tratos de terra, nos quais venham a concentrar-se filhos de um mesmo país, mantendo-se num como desdobramento da pátria de origem, permanecendo isolados, impermeáveis à influência dos novos costumes, encontrando num segregamento egoísta a força de resistir à absorção ambiente, o que os tornará mais perigosos do que uteis.

Os estudos históricos tomaram, com ele, na Argentina, novo surto e orientação nova. A história de San Martín, e a de Belgrano colocam-no entre os primeiros historiadores do continente, e a sua página sobre as ruínas de Tihuanaco dá-lhe foros de arqueólogo.

É bem verdade, encarregou-se o destino de conduzi-lo à política e às armas; mas talvez as suas aspirações se concentrassem na poesia: "Me sobra facilidad para expresarme en verso, dizia no seu diário, pero encuentro dificultad para hacerlo en una prosa que me llene, porque me falta un estilo propio." Tortura-o essa preocupação: "Necesito corregir mi estilo o el modo de escribir, que ya llamo así. Le falta nervio y precisión." E, um pouco adiante: "Yo creo que el estilo es una gran cosa; solo el delirio de la nueva escuela ha podido negar su importancia". Como se vê, já no tempo de Mitre havia uma "nueva es-

cuela" que valor negava ao estilo e pretendia tudo arrazar: o sarrampo futurista é erupção periódica e que vem de longe...

Como acentuarei no decorrer desta palestra, na harmonia que ilumina a vida de Mitre, vemos a predestinação do poeta. Só os acordes de uma música interior poderiam imprimir à sua existência essa homogeneidade feliz que impressiona os biógrafos.

Aliás, só os poetas podem fazer grandes cousas. As obras que não sejam filhas da imaginação e não tenham por escopo supremo a beleza, são obras que nascem mortas; e quando tentarmos apalpá-las, só nos ficará na mão um punhado de cinzas.

"Amai e honrai os poetas, diz Aristófanes, que farão nascer novas idéias, e sempre cousas novas encontrarão; guardai seus pensamentos, conservai-os preciosamente, como frutos, nos vossos armários. Se tal cuidado tiverdes, exalarão vossas vestes, o ano inteiro, um perfume de sabedoria."

Alem da beleza e do equilíbrio das suas empresas, vivia Mitre em contacto com os poetas dos livros e compunha versos, o que não é dado a todos os poetas da ação. Dante fez passar pela sua vida o sopro das cousas eternas e divinas. Quem leu o Dante e o compreendeu é, só porisso, diferente de quem não leu o Dante ou não o compreendeu. O seu carater é outro; outra a sua concepção da vida. O Florentino desvenda em toda a sua plenitude, aos olhos deslumbrados de quem dele se abeira com unção e recolhimento, a mais grandiosa das paisagens — a paisagem do coração humano: os nossos sofrimentos, as nossas lutas, as nossas ânsias, as nossas aspirações — a vitória final da nossa alma. O conhecimento do Dante é a maioridade da inteligência.

A grandeza espiritual de Mitre é assim em parte explicada por essa infiltração do Dante em toda a sua vida. Teve a sorte de cedo ainda se encontrar com Alighieri: e a sua alma, aberta à iluminação, pode ser fecundada pelo sol de Florença.

A política não podia deixar de atrair um espírito dinâmico como o seu. E o ambiente político da época é vivificado pela grande cultura que traz do seu trato diuturno com os livros, enobrecido pela disciplina e lealdade de um soldado exemplar. Ei-lo deputado: o Acuerdo de San Nicolás não sorria ao seu liberalismo e ele não titubeia em arrojar-se contra quem tudo podia no momento: a reação de Urquiza não se fez esperar e Mitre é, mais uma vez, exilado. Volta do desterro à frente da Guarda Nacional e o novo governador, Alsina, fá-lo ministro de Gobierno y Relaciones Exteriores. Chefe do Estado Maior do general Paz, recebe em plena frente a bala que lhe deixaria aquela cicatriz, luminoso ferrete de heroismo. Novamente deputado, pouco depois

ministro da Guerra, continua no seu incansável afã. Eleito governador da província de Buenos Aires, em seguida à assinatura do Pacto de Unión, orienta a guerra desencadeada contra Urquiza. Vencedor em Pavón, ficam as tropas da federação a mercê do exército provincial que ele comandava.

Aquí o gênio político de Mitre logra dilatar-se em toda a sua envergadura e ele consegue lançar os fundamentos definitivos da nação argentina, unida e indestrutível. Continua como governador da província, ao mesmo tempo em que "Encargado del Poder Ejecutivo Nacional."

O Congresso, reunido em Buenos Aires a 25 de maio de 1862, confirma-o na presidência da república, culminando com esse ato a reconstituição definitiva do país, sob a base da união de todas as províncias.

Foi enorme a tarefa que então teve de tomar a peito, naquele caos. Era nada menos do que esta a herança que recebia: constituir uma nação, unindo num bloco homogêneo as suas várias partes componentes, desagregadas em cinquenta anos de lutas civis. O poder judiciário era um mito: antes de mais nada, cumpria criá-lo, cercando-o depois de garantias, emprestando-lhe a solidez, a autonomia e a majestade imprecindíveis a garantir aos cidadãos os seus direitos; em segundo lugar, subtrair o exército às sugestões do caudilhismo desenfreado, dando-lhe a noção da sua dignidade, como alicerçador da soberania nacional. Era o que maisurgia; instituir a Justiça, soberana e inatacável e reorganizar as forças armadas, garantidoras da ordem. Estabelecer depois, em normas rígidas, os serviços públicos em geral, desaparecidos de tudo, descontrolados, acéfalos, quase inexistentes.

Em maio de 1864 já podia o presidente dirigir-se assim ao Congresso: "Cábeme la satisfacción de anunciaros que la tranquilidad y la ley imperan em todos los pueblos de la república."

E' que todos também já estavam cansados de entreveros, de montoneras, de campeadores. Consigna-o Sarmiento: "Al grito: El caudillo viene!, las masas populares se levantan para su persecución y castigo, como hace treinta años a la voz de uno de ellos abandonaban sus hogares para seguirlo en sus correrias."

Nosso leal companheiro de armas, fez a guerra conosco, ombro a ombro, e soube ser soldado, e soube ser chefe. Entre os generais da Tríplice Aliança surgiram, naturalmente, divergências, que o cavalheirismo de todos apaziguava. Podé aí Mitre apreciar a têmpera de um Caxias, de um Osório de um Tamandaré. Aprendeu então a querer-nos, com essa amizade que nunca

desfaleceu e que os seus continuadores no jornal que fundou vêm mantendo como uma tradição sagrada.

Após seis anos de fecundíssimo labor, transmite o general o governo a Sarmiento, eleito para suceder-lhe. Retirava-se pobre da presidência: tão pobre que os seus amigos se reuniram para oferecer-lhe uma casa, na qual viveu até morrer.

E' então que se faz jornalista, mister que já exercera no Chile, quando ali estivera exilado.

Durante a sua presidência é federalizada Buenos Aires, cessando aí a luta obstinada, de tantos anos, dissolvente do espirito de nacionalidade, entre essa e outras províncias. Firma-se, ademais, definitivamente, a cidade de Buenos Aires como capital da federação. A adoção do sistema métrico sintoniza a Argentina com as principais nações civilizadas; as vias férreas e as linhas telegráficas alcançam fantástico desenvolvimento: é o trabalho, é o progresso, é a fartura, é o bem-estar. Começa o ciclo de ouro da república.

Não se contentava Mitre com ser o guerreiro que fazia a guerra para consolidar a paz; o estadista que imprimia a um país desarticulado pelas mais veementes paixões políticas os contornos de uma nação que seria dentro em breve um paradigma universal de paz, de ordem, de trabalho, de prosperidade, de respeito às liberdades públicas, de culto à dignidade humana; não lhe bastava ser aquele que — "sin congreso, ni ejército, ni escuadra, ni otra cosa que su nombre, es el poder más fuerte existente en la república." O estadista poeta-soldado faz-se jornalista: toma da pena para orientar o seu povo e funda "La Nación". O antigo tradutor de Dante, de Horácio e de Hugo, o árcade romano, o poeta de "Rimas", que o soldado não pudera abater, mesmo porque as suas campanhas são obras de arte, reivindica os seus direitos: o homem de ação dá lugar ao pensador. Digo mal, parecendo assim insinuar que o pensador se contrapunha ao homem de ação: longe de podermos afirmar que ambos "hurient de se trouver ensemble", as duas personalidades, em tantos casos contraditórias, dão-se as mãos em Mitre, compreendem-se, auxiliam-se mutuamente, completam-se. Na direção de um jornal como esse que acabava de lançar, o simples pensador fracassaria se não se escudasse na **charpente** do organizador desembarrado, ativo e lesto.

Supérfluo seria mostrar ao auditório o que foi o jornal arquitetado por Mitre, o que tem sido, o que é "La Nación" como arauto do pensamento argentino, tribuna em que todos os homens do mundo que tenham alguma cousa a dizer encontrarão a insinuante e forte emissora da sua mensagem. Todos vós estais, como

eu, familiarizados com êsse grande órgão, orgulho da imprensa continental.

O áspero e diuturno trato das armas e os dessorantes entrevistos políticos não conseguem afastá-lo do convívio amigo dos livros. Bibliófilo requintado, sente a fascinação das edições preciosas e raras. Coleciona medalhas, coleciona selos: trabalham-lhe o espirito todas as grandes e até as pequenas paixões intelectuais. A numismática e a filatélica são as suas duas grandes travessuras...

No espesso emaranhado da vida pública, na "selva oscura" das intrigas políticas, Mitre encontrava sempre uma clareira banhada de luz: era a Divina Comédia. "El Dante, diz ele, ha sido por más de cuarenta años uno de mis libros de cabecera." Lê, relê, decora e interpreta o Dante. Acabará traduzindo-o. Pungia-o "la idea desde muy temprano de traducirlo". O gênio do florentino era o guia supremo da sua vida: que mais valioso cunho de superioridade mental que essa familiaridade com o poema que ilumina os séculos? Sentia-se Mitre "impregnado de su espíritu" e proclama: "Dante es el poeta de los poetas, el inspirador de los sabios y de los pensadores modernos, a la vez que el pasto moral de la conciencia humana en sus ideales — su espíritu flotó en el aire vital y lo respiran hasta los que no lo han leído". Convencido de que — "La Divina Comedia" es uno de esos libros que no pueden faltar en ninguna lengua del mundo cristiano", intenta traduzi-lo. O agigantado da empresa não o desanima, a ele, que se considera — "impregnado de su espíritu".

En medio del camino de la vida,
errante me encontré por selva oscura,
en que la recta via era perdida.

Por aí segue a tradução até o fim, em tercetos rimados, respeitando em tudo o original.

Um grande capitão, que é ao mesmo tempo esclarecidíssimo estadista, confessa ter o Dante como leitura de cabeceira, e tanto se embebera do poema, que consegue fazer do mesmo uma das melhores traduções conhecidas. O que admira sobretudo em Mitre é essa complexidade espiritual, essa igual capacidade em mistérios tão diversos e até aparentemente contraditórios, essa pujança cerebral, essa riqueza de vida interior aliada a um vertiginoso desdobramento na ação.

Houve um momento em que desejou retirar-se: não estava cansado da vida pública, nem se recusava a continuar ao serviço do país: afastava-se, entretanto, das barricadas, desejoso talvez de ceder lugar a outros, de dar aos jovens oportunidade de ser-

vir. Continuará a desvendar novas perspectivas aos seus cidadãos das colunas do diário recentemente fundado: "La Nación" será uma tribuna de doutrina". Não se satisfazia com isso o povo da sua cidade, que o obrigou a aceitar uma cadeira no Senado.

A Argentina continuava a exigir daquele grande filho o máximo que a sua capacidade poderia oferecer-lhe; não queria deixá-lo tranquilo na trincheira do seu jornal; achava que, para uma personalidade como Mitre, dirigir um periódico, — o que para o homem comum será tarefa absorvente, exaustiva, era quase uma aposentadoria. Que Mitre fosse descansar — e descansar era, no seu caso, ficar à testa de um grande órgão de imprensa, isso poderia constituir um escândalo nacional. O "otium cum dignitate" não havia sido feito para Mitre. Ele era o forçado da grandeza pátria.

O jornal, o parlamento... A cadeira de senador, para um homem da sua têmpera, equivalia à anquilose de uma reforma. O lugar de Mitre era na linha de fogo. Havia uma questão séria com o Brasil: o ajuste de contas entre os dois aliados da última guerra não chegava a uma solução. Corriam impaciências pelas chancelarias e os diplomatas não conseguiram mais esconder por trás do biombo de um sorriso protocolar a tensão dos nervos exaustos em intermináveis *pourparlers*. A atmosfera plúmbea da Casa de Gobierno denunciava a aproximação da borrasca. O ministro Tejedor esbravejava. Faiscas de mau agouro serpenteavam pelo ar. O presidente Sarmiento tem uma inspiração: e se mandasse Mitre entender-se com o imperador? Desembarca o emissário no Rio de Janeiro e as dificuldades começam a ser aplainadas.

A Mitre deve, em grande parte, a Argentina e o Brasil não se terem empenhado numa luta fratricida de consequências imprevisíveis. Os dois irmãos de armas na pugna recém terminada sentiam pesar-lhes sobre os destinos uma fatalidade cruel. Parecia inevitável o entrechoque mortal. Mitre é o homem das clareiras históricas no espessor das selvas tenebrosas. E a convenção de 19 de novembro de 72, firmada pelo general e por Pimenta Bueno em nome do Brasil, põe termo definitivo às desinteligências entre as duas nações.

De volta da sua missão feliz, é Mitre novamente colhido no redemoinho das pugnas eleitorais. Ergue-se à sua frente Alsina, adversário gigantesco, por cuja bitola deverá medir a sua eloquência. Novamente candidato à presidência, sacrificado pela fraude eleitoral, pega em armas para atender ao apelo do povo exaltado com a sua expropriação. A Mitre nada faltou

para a sua glória, nem mesmo uma condenação à morte, que veio colher o herói de 74 fulminado pela derrota.

Regressando da Europa em 1890, é recebido como um triunfador. Ele mesmo estranha o entusiasmo insopitável das multidões: não se considerava digno daquela apoteose. Querem fazê-lo novamente presidente da República: é a sua terceira candidatura a esse posto. Ante a perspectiva de uma luta que talvez tudo viesse convulsionar, retira-se Mitre, explicando aos seus concidadãos o porque desse gesto, num documento revelador da sua desambição, do seu espírito de renúncia, da elevação de vistas com que prescindia de tudo quanto tivesse um caráter pessoal em benefício dos altos interesses da coletividade. E quando, ao completar 80 anos, a 26 de junho de 1901, vê todos os argentinos unidos num só pensamento de glorificação, compreende que, se assim merecia o seu amor, é que tinha sido o cidadão que eles esperavam.

“Mitre ha muerto: os pido los recursos necesarios para erigir su estatua”. Foi o que disse Ugarte. Simplesmente. Com essa simplicidade grandiosa que Otávio Amadeo assinala: essa “suprema elocuencia” “para anunciar, sin palabras, el dolor y la gloria de su patria”. Não haveria discurso encomiástico, panegírico, apoteose que equivallesse à magnificência desse laconismo de bronze.

“Mitre ha muerto”: começa então a sua vida de nune tutelar da nacionalidade argentina.

Ao deter-me em Mitre, vem-me à mente, por natural contraste, a figura de Rosas (1). Não é fácil estudar o primeiro sem trazer a campo o segundo, da mesma forma que ao falar em liberdade, sobe à lembrança a tirania, que a faz nascer, pela inevitável reação. A tirania fertiliza a terra com sangue, preparando assim a floração da liberdade. Rosas e Mitre são os dois polos da formação moral da Argentina: um é a vida secular do deserto, que luta pela sua continuação: é “la pampa”, é “el gaucho”, com a violência das suas paixões, o seu ódio ao que não brote da terra madre.

Embora filho da cidade, Rosas, perfilhado pelo campo, é o “hinterland” desconfiado e retraído, é a América colombiana, bravia e selvagem, que se quer conservar virgem, impermeável à civilização trazida de fora. Mitre é o facho da cultura européia, é o largo sopro de liberalismo vindo das cidades que sofreram

(1) Não tendo querido o autor alongar-se demasiado perante o auditório, suprimiu esta parte ao pronunciar a sua conferência.

e lutaram através dos séculos para deixar firmado o alcance das cousas espirituais.

Ao "criollismo" estreito de Rosas, talvez necessário, no momento, para estruturar a soberania de uma nação, vem contrapor-se o amplo senso de humanidade de Mitre. Rosas era a tirania; Mitre, a liberdade. A fazenda de Palermo tinha como limites as mesmas fronteiras pátrias. Toda a vasta extensão argentina — da cordilheira ao Atlântico e do Pilcomayo à Terra do Fogo, constituía a gleba imensa que um homem pretendia dirigir montado no seu pingó.

Rosas era até pouco uma das personalidades continentais menos discutidas: o labéu com que o fulminava a posteridade parecia ter todos os característicos de cousa passada em julgado. Escritores há que esboçam agora a sua reabilitação: querem, à viva força, arrancá-lo da "lista negra" da história, o que acirra os ódios dos seus desafetos, fazendo espoucar discussões amargas. Era patriota, afirmam: talvez, mas o seu era um patriotismo rasteiro, sem grandeza e sem visão; dotado de modelar espírito de justiça, vemo-lo sanguinário e cruel; não era um estadista, era um feitor, obstinado, honesto, inexorável, tal um maquinismo bem regulado. Broncamente justiceiro, foi um eterno justicador. O respeito obtuso pela ordem constituída fê-lo desinteressar-se da revolução de maio: o seu espírito tacanho não compreendia a beleza idealística da guerra emancipadora, que, para ele, não era mais que um "pronunciamiento". A pátria, colônia que ansiava por libertar-se, por constituir-se em nação, só poderia fazê-lo revoltando-se, o que chocava o seu princípio de autoridade. A Espanha era a ordem, era o domínio secular, era a suserania sem contraste: a cruzada libertadora era a rebelião, a desordem, o desprezo das normas, para ele fixas, de sujeição histórica, de vassalagem alicerçada na tradição.

Achava Mitre que um povo não pode viver sem liberdade: para Rosas, a disciplina primava tudo. Era um fetichista da ordem: reside aí, sobretudo, a sua inferioridade mental.

Quando Liniers se via a braços com as invasões britânicas, a ele se apresentou o menino Juan Manuel de Rosas, com apenas treze anos, já desde de tão cedo disposto a combater pelo princípio de autoridade que a Espanha representava. Da bravura com que se portou, ele e outros meninos da sua idade, dá-lo o Cabildo de Buenos Aires, no relatório que faz ao rei dos sucessos memoráveis.

A epopéia sem igual dessas crianças, algumas de dez anos, algumas de oito anos, é uma página que se não pode lembrar

sem bater de coração. Muitas caíram traspassadas pelas balas inimigas: as sobreviventes não se aterrorizavam e continuavam lutando. Não sei se já apareceu na Argentina o poeta que immortalizasse nos seus versos o heroísmo dessa infância prodigiosa: porque a Argentina pode orgulhar-se do sangue assim derramado pelas suas crianças como de uma das páginas mais intensamente dramáticas, mais emocionantes da história dos povos.

Rosas tem o seu nome inscrito em bronze nesse minúsculo panteon, minúsculo pelo tamanho dos heróis, mas dos maiores, dos mais grandiosos pela bravura sem par dos que o compõem.

Neste estudo de Mitre, venho acidentalmente a falar de Rosas, como expliquei, pelo contraste entre a vida de um tirano tenebroso e a existência salpicada de astros do estadista-poeta; e se me refiro a esse episódio da infância de Juan Manuel é para que nem tudo sejam sombras na personalidade esboçada desse verdugo de um grande povo.

Ao fanático da ordem, pequeno de espírito como todos os fanáticos, contraponhamos o luminoso paladino, construtor das liberdades argentinas. Eis as duas modalidades antagônicas: a disciplina "à outrance" de um lado, e, de outro, a liberdade acima de tudo; a disciplina, que é muitas vezes a tirania, o apoucamento moral, a renúncia; e a liberdade — a suprema dignificadora do espírito.

Prescindo de julgar a Rosas. Nem seria prudente a um historiador lavar, neste caso, a sua sentença. E, entre parêntesis, que sentenças irrecorribeis será capaz a história de proferir? Não julgemos a Rosas, que não era um homem, mas um meteoro. Como discutir uma borrasca, ou trazer um furacão ao banco dos réus? Ou incriminar um terremoto pelas suas devastações? Ou submeter ao tribunal os estragos produzidos por uma inundação? Rosas era uma das forças da natureza, uma alma primitiva e telúrica, que praticava o mal por uma fatalidade orgânica. "Armado de quanto la bestia humana puede acumular", na frase de Sarmiento, os seus golpes se caracterizavam pela brutalidade monstruosa do automatismo.

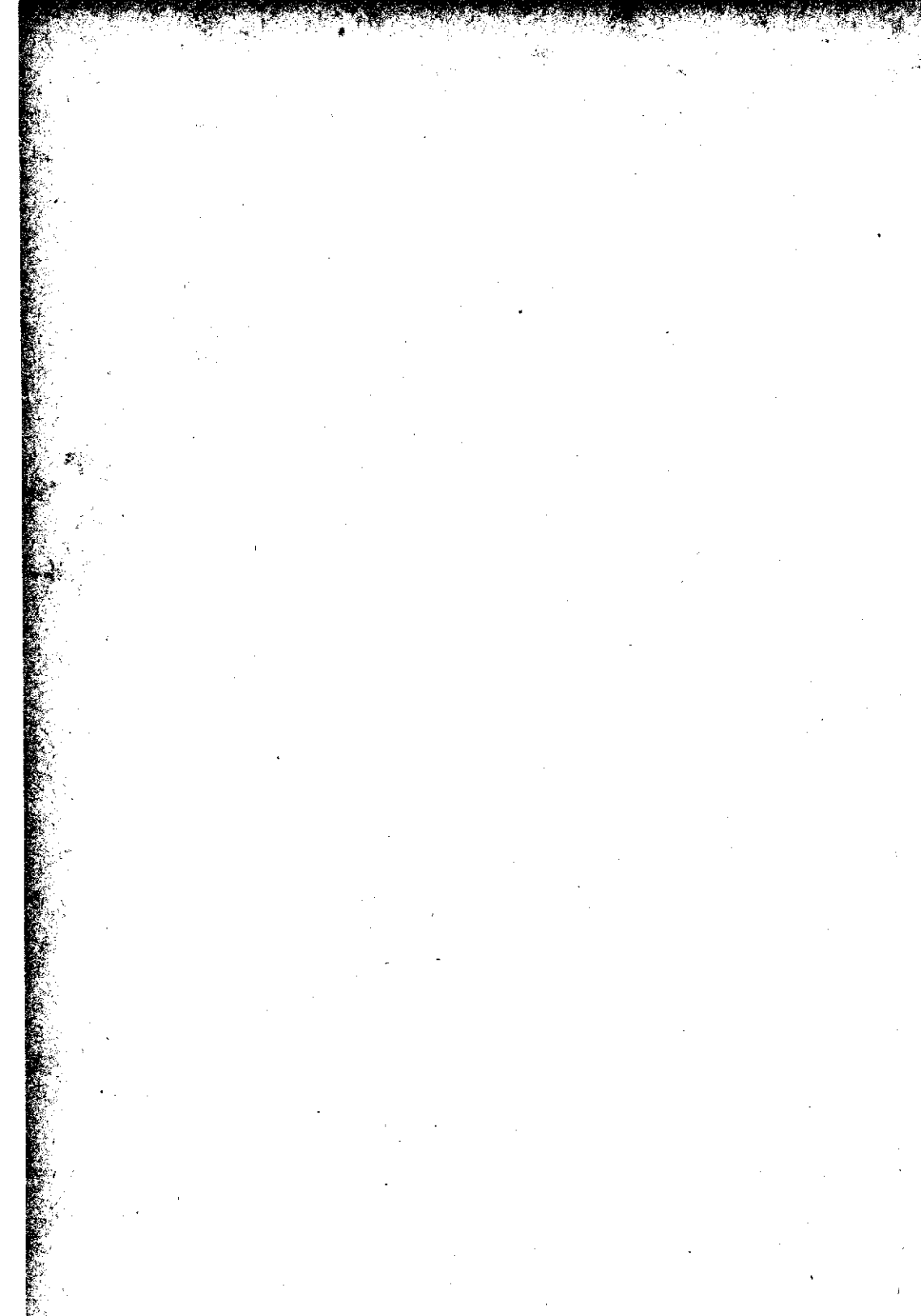
Praticava o mal? Para muitos, foi necessária a sua passagem de tufão pelas vastidões do Prata. O tufão arraza mas purifica... E há quem pretenda dever a Argentina, em última análise, a sua integridade territorial e a sua unidade nacional ao ciclone Rosas.

Desconhecia o caudilho o amor e, pode-se dizer, desconhecia o ódio; sua mãe e sua mulher, que tão bem o completaram, não mereciam o seu carinho, nem o procuravam: eram elementos cegos postos à sua disposição para uma obra encomendada por

ignotas forças plasmadoras de destinos. Seu pai, esse grão-senhor almiscarado e jovial, e a doce Manuelita, que nascera "para sofrer por todos y con todos", eram falhas berrantes na estrutura dessa existência implacável.

Desconhecia o ódio? Talvez o desconhecesse: castigava não por prevenção pessoal, mas para salvaguardar a deusa suprema, colocada no tempo da qual era ele o grão-sacerdote: a Ordem!

Por dilatados vinte anos imperou o Devastador. A tempestade foi amainando. Passou. Anunciavam os arrebóis o nascimento de um restaurador. Chegou Mitre...



Nossos bandeirantes

BALTAZAR FERNANDES

LUIZ CASTANHO DE ALMEIDA

Capítulo I

Baltazar Fernandes nasceu em Parnaíba cerca de 1580, logo após a transmigração de seus pais, saídos de São Paulo para a fundação daquela vila, se é que com André e Domingos não foi levado já infante.

De toda forma, porém, é oficialmente paulistano, visto como a desmembração de Parnaíba só se deu em 1625.

Manuel Fernandes Ramos, português de Moura, casara-se em São Paulo de Piratininga, antes de 1580, com dona Suzana Dias, filha de Lopo Dias e Beatriz Dias. Esta era filha de Tebiriçá, e o marido, português.

Falecendo o esposo, Suzana mostrou-se verdadeira matrona, tocando a fazenda com os filhos menores. André Fernandes, o primogênito, passou a chefiar a casa e cabe-lhe o título de fundador da capela de Santo Antônio e em seguida matriz de Parnaíba, igreja à qual fez um patrimônio, tornando-se, desse modo, o seu protetor.

Foi o pequeno burgo das margens do Tietê o primeiro grande centro de bandeirismo, após São Paulo. O rio lendário sumindo-se rumo do sertão convidava a gente parnaibana às explorações do ouro, que tanto se falava haver ali mesmo no Araçoiaba, e do braço escravo sem o qual se não podiam tocar as lavouras.

No lugarejo glorioso, a família dos Fernandes, era tudo. Viu ainda Silva Leme o livro de 1629, do tabelião, todo ele cheio de escrituras daqueles povoadores. Vimos ainda o de 1640, em que não faltam os três irmãos, André, Baltazar e Domingos, dispendo de seus bens ou adquirindo cabedais.

André Fernandes exerceu uma espécie de morgadio. Herdeiro do pai, administrador dos bens maternos, aumentava-os

para lustre da família. Ainda após a morte da mãe, dotava as sobrinhas casadouras. Grande sesmeiro, provocou o povoamento das regiões vizinhas até Sorocaba, dando terras de amor em graça. E para que nada faltasse à semelhança com as grandes casas, leva o filho a ordenar-se no Paraguai e consegue fazê-lo vigário da igreja que fundara. As parreiras começavam numerosas desde a cozinha, aos lados lourejavam os trigais, mais adiante os escravos vermelhos cuidavam do milho, da mandioca e do algodão — alimento e roupa para os seus míseros corpos. De sua casa grande, em horas de entardecer, podia aquele grão senhor rural paulista abarcar com os olhos o campo lavrado, a igreja e a povoação, adivinhar ao longe os imensos campos de criar e, mais longe ainda, o oeste bravoio.

Ele sabia escrever muito bem, comia pão de trigo e hauria vinho das peroleiras, sobre alvas toalhas trazidas de alem-mar, assentado à mesa que o filho-padre benzia... Era um senhor, em pleno interior de São Paulo.

De súbito, porém, o índio Tibiriçá reagia no sangue mame-luco contra os hábitos lusitanos e lá se ia para o Guairá e as seduções jesuíticas o grande escravizador, já agora capitão de bandeiras.

Ainda em 1647, há notícia de André Fernandes ameaçando os guaranis dos padres da Companhia no atual sul de Mato Grosso. Que os fazendeiros de então sabiam muito bem onde buscar o seu remédio...

André, Baltazar e Domingos Fernandes frequentaram, pois, de cerca de 1600 a 1640, a região do Guairá em bandeiras escravagistas. Até 1634, porém, havia um ímã que os arrastava a Parnaíba: era a mãe, falecida naquele ano.

Por ordem de idade, mencionou o genealogista os restantes irmãos: Pedro Fernandes, Custódia Dias, Benta Dias, Ângela Fernandes e Isabel Fernandes.

Pedro faleceu solteiro; Custódia casou-se com Geraldo Betting, minerador, donde os Betim Pais Leme; Benta, casou-se, e não deixou geração; Ângela, casada com Antônio de Oliveira, deixou 4 filhos menores, em 1613; Isabel, casada com Gonçalo Ferreira, deixou 3 filhos.

Domingos Fernandes, o fundador de Itú, falecido em 1652 e casado com Ana Costa deixou grande descendência. É menor a do capitão André Fernandes, que faleceu em 1642, e sua mulher já era morta desde 1632; tinham o filho único padre Francisco, e André reconheceu os sete filhos naturais.

Resta-nos Baltazar Fernandês, cuja biografia vamos esmiuçar, não sem antes despedir-nos de Parnaíba.

Em 6 de julho de 1634 Suzana Dias ditou ao juiz João Mendes Geraldo as suas últimas vontades, presente o vigário João Pimentel, Gabriel de Lara, João Alvares Moreira, e outros muitos.

Parece que toda a gente se acercou da matrona "enferma em sua cama". Encomendou a Deus e aos santos sua alma, desejava ser enterrada na igreja desta vila de que meu filho é padroeiro.

Do primeiro matrimônio tivera sete filhos os quais todos eram herdeiros de seus bens. Do segundo, com Belchior da Costa, não lhe ficou herdeiro, mas ao casar-se Domingos Fernandes com a filha deste, dera-lhe a legítima do pai. Além disso dotara duas filhas de Belchior da Costa, e ao filho Manuel sustentara em casa até o casamento.

A boa senhora criara também duas orfãs, filhas naturais de Pedro Fernandes, fazendo-as herdeiras neste testamento, e já nada devia à que casara com Manuel Coelho.

Também nada devia da legítima paterna às suas quatro filhas Custódia, Ângela, Benta e Augustinha a quem havia feito os dotes. André Fernandes devia fazer casar sua sobrinha Custódia Dias, filha de Ângela. Pagar-se-iam uma cavalgada à filha Benta, e mil réis a Augustinha.

Os índios que ficavam como André Fernandes — diz ela — "estavam em minha casa pelo bom tratamento que lhes fiz e não por direito que eu tivesse neles e por ser de sua vontade vão para a casa de meu filho"; que lhes ensinaria a doutrina, encaminhando-os ao serviço de Deus. Acalmava, assim remorsos de consciência à hora das contas, mas prolongava a escravidão dos que para isso arrancados foram às selvas.

Em 2 de setembro de 1634, João del Campo y Medina, redigiu em puro castelhano o termo de testamenteiro a favor de Baltazar Fernandes, "testamentero de su madre defunta que Dios aya ... por ser verdad y en todo el tiempo constar, firmo este de my nombre..."

Em 30 de junho de 1635, reunidos os três irmãos André, Baltazar e Domingos assinaram o termo de composição amigável para pagamento das dívidas maternas.

André Fernandes em 1641, 8 de janeiro, dotou Suzana Dias, filha de Baltazar, com 40 peças de gentio da terra, um curral de gado de Taquarivaí e "dez peroleiras de vinho de sua vinha". Igual foi o dote de Custódia Dias, outra filha de Baltazar. Baltazar ainda estava em Parnaíba e em 6 de maio havia dotado a sua filha Maria de Proença, com muitas cabeças de gado, um cavalo,

uma rasquinha, "um pequeno sítio na Ilha de S. Sebastião, próximo do arrecife junto à barra de um rio..."

Domingos fundava a capela de Nossa Senhora da Candelária de Itú, cerca de 1645. Morreu em 1652.

André Fernandes parece que não voltou ao sertão. Morreu em 1641, com a idade de 63 anos.

Sozinho, Baltazar Fernandes resolveu abandonar de vez a sua grande casa de Parnaíba e residir definitivamente nas terras já suas e onde se afazendara pelo menos desde 1634.

É muito possível que o desejo de imitar a André e Domingos levasse Baltazar a fundar uma capela onde lhe sobrassem sufrágios após a morte. Entreviu certamente a importância do local que tão bem conhecia: verdadeira boca de sertão, pela paragem de Sorocaba se atingia por terra o antigo Guairá e os campos de Curitiba, onde a pecuária começava a dar mostras do futuro. O atual sul do Brasil era um livro aberto para aquela gente parnaibana: Gabriel de Lara, presente em 1634 junto ao leito de Suzana Dias, lá estava em Paranaguá, enquanto outro parnaibano, Baltazar Carrasco dos Reis iniciava o povoamento de Curitiba. Em 1645, ele, os genros e os filhos se transportaram para o lugar chamado Sorocaba, a légua e meia do Itavóvú ou São Felipe, para onde em 1611 D. Francisco de Sousa permitira se transportasse o pelourinho que em 1600 erguera no Araçoiaba.

Nascido em 1579 ou no máximo 1580, Baltazar Fernandes estava pois com 65 anos de idade.

Era ainda um homem forte, por sem dúvida. Fundador na idade em que merecia o descanso.

Cerca do ano de 1600 casou-se Baltazar Fernandes com Maria de Zúnega, nascida na Vila Rica de Guairá, filha de Bartolomeu de Torales e de Violante de Zúnega.

O casamento de Baltazar precedeu de 30 anos a transmigração das famílias do Guairá para São Paulo.

É um verdadeiro romance de aventuras este namoro a tantas léguas, de um bandeirante com uma, digamos, sul-americana.

Vê-se com nitidez a união simbólica das duas raças ibéricas no coração da América. Raças que o caldeamento com os guaranis renovou em proporções gigantescas.

Desse matrimônio nasceu em Vila Rica Maria de Torales, que se casou com outro varriqueenho: Gabriel Ponce de Leon e com ele e outros parentes se transplantou para São Paulo antes de 1634 e depois de 1630.

Baltazar ficou certamente em Vila Rica os curtos anos ou talvez meses de seu casamento. A filha, tão cedo orfã, só se trans-

mudaria para junto do pai já casada e com um filhinho nos braços: o futuro capitão André de Zúnega y Leon.

Cerca de 1613 foi o casamento de Baltazar Fernandes em São Vicente com Isabel de Proença, filha de João de Abreu, almoxarife da capitania, nascido na Ilha Terceira e Isabel de Proença Varela.

É esta a sucessão muito provavel das datas de nascimento dos filhos, naturais de Parnaíba:

1614. Benta Dias, que casou com Pedro Correia de Alvarenga. Não foram a Sorocaba.

1616. Maria de Proença, que em 1641 se casou, mas não ficou sequer o nome do marido, ou quiçá, noivo, pois recebeu dote.

1618. Isabel de Proença, casada em 1644 mais ou menos com o capitão Pedro de Miranda. Falecida em 1648, provavelmente em São Paulo ou Parnaíba.

1620. Potência de Abreu, que o grande genealogista diz ser casada com Manuel Bicudo Bezarano, mas a grafia do inventário é Rodrigues Bezarano. Fazendeiro no Apotribú, caminho entre Sorocaba e Parnaíba, em sua casa foi em 20 de abril de 1660 assinada a escritura do pratriônio de São Bento. Potência faleceu em 4 de dezembro de 1699.

1622. Ana de Proença, casada em 1652 com Aleixo Leme de Alvarenga em Parnaíba.

1624. Cecília de Abreu; casou depois de 1641 com o seu sobrinho André de Zúnega. Mudaram-se para Sorocaba.

1626. Custódia Dias em 1642 recebeu dote para casar. Nada mais se sabe.

1628. Mariana de Proença foi a mulher de Diogo do Rego e Mendonça. Julgamos ser a Suzana, dotada por seu pai em 8 de janeiro de 1641 com 40 peças do gentio da terra, 80 alqueires de trigo e um curral de gado em Taquaribáí.

Este bairro pode ser o mesmo que começava à direita do rio Sorocaba, com esse nome. Dom Diogo do Rego e Mendonça, que pelo "dom" é espanhol, veio para Sorocaba com o sogro e ficou **limitrofe com o patrimônio dos beneditinos.**

1630. Verônica de Proença, que, certamente, em 1643-1644 se casou com Bartolomeu de Zúnega. Com o sogro, mudaram-se para Sorocaba, onde morreram.

1632. Manuel Fernandes de Abreu, o Caiacanga de alcunha, casado com Maria Bicudo de Mendonça, em Itú, com grande geração. Pai do capitão Antônio Fernandes de Abreu que os irmãos Leme assassinaram. Em 1667, morto já o pai, requereu uma data de terras em Sorocaba, alegando serviços paternos, frente à casa

da Câmara. Não parou na nova residência. Também ele quis ter capela e fundar algum povoado, na paragem chamada "Tayá", orago Nossa Senhora do Desterro. Faleceu em 1721, em Itú.

1633. Capitão Luiz Fernandes de Abreu, casado com Ana de Barros. Residiram em Sorocaba.

Que foi a paragem de Sorocaba por Baltazar escolhida pela admirável situação de fronteira para o sul e sudoeste, os castelhanos, não há dúvida.

Mas as razões de se não fixar o povoador nos dois antigos núcleos, o de Ipanema (de 1600) e do Itapebussú (de 1611) merecem consideradas.

E primeiro que tudo, Baltazar tinha farda e casa grande no lugar onde hoje se ergue Sorocaba; é um ponto de atração para os raros moradores dos primeiros núcleos. Os que vêm com ele, por certo, também o querem rodear.

Demais, o Ipanema ou Araçoiaba era um morro coberto de mata-virgem, de acesso e topografia mais difícil. E o Itavovú, como até hoje, lugar pestífero. Parte dos povoadores, os Moreira, vieram de Cutia, descendo o rio Sorocaba. Só quem contemple estas paragens vindo desse lado, serra de São Francisco, pode compreender como se adaptava a uma cidade. Outros vieram de Itú: também o lugar, visto dessa direção, é magnífico; e os de Parnaíba vinham fazer cruz com esse caminho.

Em 1652 Baltazar ainda representou Parnaíba numa reunião em São Vicente.

O lugar exato da casa de Baltazar Fernandes, é uma casa de duzentos anos que a substituiu, estão fora do centro da cidade à beira-rio. O fundador subiu a colina e a meia encosta localizou as duas igrejas e câmara.

Era em 1645. 16 anos depois, 30 casas ou casebres apontavam de onde em onde pelo alinhamento das ruas. Salvador Correia de Sá e Benevides estava em São Paulo, fugindo aos cariocas revoltosos. Ele é quem entregou em pessoa a Baltazar, a 3 de março de 1661, o decreto de criação da Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, mencionando expressamente a mudança do pelourinho que erguera Dom Francisco de Sousa.

Já antes a 20 de abril de 1660, reunidos no Apotribú, casa de Bezarano, o padre Francisco Fernandes e o presidente do Mosteiro beneditino de Parnaíba, fr. Tomé de Jesus, Baltazar Fernandes entregou à Ordem de São Bento a capela já construída de Nossa Senhora da Ponte e um grande patrimônio em terras e começo de gado e dois escravos.

A igreja de São Bento em linhas essenciais é a mesma ainda

existente. Fez-se mais tarde o convento. Os monges adotaram Santana como padroeira.

Para Nossa Senhora da Ponte construiu Baltazar ainda outra igreja, depois matriz, hoje catedral.

É um título notável e único no Brasil e em Portugal. Por ser de cor evidentemente local, trata-se uma ponte do rio Sorocaba, onde se fez a igreja a que trouxeram uma imagem de Nossa Senhora.

Esta imagem podia ser a Nossa Senhora de Montesserrate, orago do Ipanema, ou outra do próprio Baltazar e é provável que já se chamasse Nossa Senhora da Ponte antes da mudança do pelourinho para o atual lugar, pois o Itavovú é à beira-rio e tinha provavelmente a primeira ponte.

Enumerando os serviços de Baltazar a Sorocaba, seu filho Manuel não se refere à construção da ponte.

Em 1652 havia morrido a segunda mulher de Baltazar, Isabel de Proença. Ele morreu mais que octogenário antes de 1667 e depois de 1662.

NÓTULAS

1. Dom Diogo do Rego e Mendonça a 16 de setembro de 1639 é mencionado numa real cédula ao Vice-Rei do Perú, para remédio e castigo dos portugueses de São Paulo, com Fulano Ponce (deve de ser Gabriel), Francisco Sanchez, Fernando Melgarejo, Sebastião de Peralta e outros de nomes sul-americanos, como antigos "vecinos", moradores do Paraguai e que serviam de guias às entradas dos bandeirantes, devendo ser remetidos em ferros ao Conselho das Índias.

A restauração, de 1640, e os vastos sertões impediram o cumprimento desta ordem. Vê-se como em torno dos Fernandes, maxime de Baltazar que se casou na Vila Rica, gravitou a transmigração daquela gente para São Paulo e o Brasil. (Cf. Anais do Museu Paulista, tomo V, pág. 137, documentação castelhana coligida pelo infatigável A. de Taunay).

2. Também o padre João del Campo y Medina, que, se aparece escrevendo em puro espanhol em fins de 1634, no testamento da matrona dos Fernandes, é porque acabava de chegar, o padre Juan del Campo y Medina também foi honrosamente incluído naquela ordem de prisão. "Clerigo castellano que fué clérigo cura de Guairá", diz o documento citado acima. Mas a prisão seria "usando de manha e recaço possível, afim de evitar alvoroços"...

3. Foi com o contacto directo desses castelhanos, quando ainda se não povoara o Rio Grande, que a gente de São Paulo aprendeu a usar o maté ou congonha. O filho de Baltazar, Manuel Fernandes de Abreu, deixou no inventário "uma cuia de prata de beber congonha". Os paulistas, antes do século 18 e até os primeiros anos deste, beberam mate em lugar do café, como se sabe também pela tradição.

4. Em 1698 pediam à Corte portuguesa os moradores de Sorocaba licença para fundarem uma vila no actual sul de Mato Grosso para negociarem com os castelhanos. Eram os filhos, netos e afins ou colaterais de Baltazar Fernandes. Nos "castelhanos" estavam o ouro e a prata do Perú, os gados e os primeiros muares que apareciam. E, ao lado disso, tudo em execrando comércio, os índios. É evidente que os castelhanos de lá combinavam com os de cá. E ambos guerreavam os jesuítas, perseguindo os guaranis.

5. Baltazar Fernandes, o fundador de Sorocaba, passou por aí antes de mudar-se de Parnaíba e recebeu terras em sesmaria. O Livro do Tombo de Sorocaba assinala a era de (corenta e seis) 1646, para a chegada dos primeiros povoadores parnaibanos. É exato, posto que Silva Leme preferisse a data de 1645.

No livro mais antigo do tabelionato de Parnaíba existente no Arquivo do Estado, pode ser documentada ainda a presença de Baltazar Fernandes em sua terra em abril de 1642. Em 6 de maio de 1641 ele e sua mulher Isabel de Proença fizeram em Parnaíba uma escritura de dote à filha Maria de Proença. Entre outros bens moveis, como cabeças de gado, um cavalo, uma rasquinha, havia o de um pequeno sítio na Ilha de São Sebastião, próximo do arrecife junto à barra de um rio... Em 8 de janeiro de 1641 foi de André Fernandes que Suzana Dias, outra filha de Baltazar, recebeu dote para casamento: quarenta peças de gentio da terra e um curral de gado em Taquaribai, oitocentos alqueires de trigo, "dez peroleiras de vinho de sua vinha". Também outra filha de Baltazar, Custódia Dias, recebeu de André 40 cabeças de gado em dote.

Braz Esteves também aparece em Parnaíba em 1640, e sabe assinar muito bem: é um dos povoadores de Sorocaba.

Por tudo isto se conclue que o povoamento de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, em contraposição ao segundo núcleo (de 1611) Itavovú, começou por volta de 1646.

Capítulo II

1.º) A ENCRUZILHADA DE SOROCABA

Bernardo Antunes de Moura foi mais do que capitão-mor,

capitão-regente de Sorocaba após a ida definitiva de Fernão Dias Falcão para Cuiabá em 1724.

Em 3 de outubro de 1735, requerendo ao conde de Sarzedas certidão de serviços prestados, alegou ter trabalhado no descobrimento das minas do Paranapanema, haver auxiliado a Dom Rodrigo Cesar na prisão de um célebre facinoroso (há de ser um dos Lemes), não ter permitido chegar as tropas (bandeiras) do Cuiabá, antes da vinda do provedor do Registo Miguel Antônio Sobeiral (trata-se de Araritaguals).

Fez executar a ordem para os tropeiros vindos da nova Colônia do Sacramento e da Laguna prestarem fiança em Curitiba, Sorocaba, Itú ou São Paulo. Antes, pois, de se fundar o Registo de Sorocaba, já se havia providenciado a cobrança dos dízimos (os meios direitos são de 1747) das tropas.

Em 1733 um acontecimento que interessava Sorocaba e Mato Grosso atrasou o progresso do comércio de animais. O governador de São Paulo deu para aí que só a gente de Sorocaba havia de vencer os temíveis paiaguás, obstáculo no caminho de Cuiabá.

Em 15 de maio desse ano escrevia ao conde de Sarzedas o capitão-mor Gabriel Antunes Maciel, com a melhor letra e redação deste mundo, a-pesar-de "calção-de-couro".

"Tambem me acho com plantas em uma parte, quinze dias de jornada desta vila, onde há esperanças de haver ouro". Pedia salvo-conduto para entrar em São Paulo, a combinar a partida da expedição porque outrora, por causa de uma questão civil, fora despojado de 25 escravos e para cima de 5.000 cruzados. Ele se oferecera espontaneamente para chefiar a expedição.

Por ordem do governador, Bernardo Antunes começou o terrível recrutamento dos homens pobres e escravos, à força. Andavam na fazenda de um Madureira os pretos de Domingos Varejão, morto sem descendência no Cuiabá. Foram engajados. Mas ao governador confessava lealmente Bernardo Antunes que com tal gente não se expugnava o paiaguá. E mandava a lista dos homens melhores, principalmente dos sertanistas que haviam palmilhado aqueles caminhos.

E os bons sorocabanos a receber cartas de Sarzedas.

Fernão de Almeida Leme respondeu de própria letra que nunca havia ido para aqueles sertões, mas mandava os filhos. O heroísmo fica um tanto nublado pelo final da carta: ele beija os pés do sr. Conde!

Antônio Antunes Maciel, o que estivera em Cuiabá desde 1718 com Pascoal Moreira, aceitou o convite, mas estava algo

pessimista e também se prostava aos pés do Conde. Em seguida distribuíram-se as patentes de oficiais e lá se foram esses homens simples pelos rios e dar a vida por um Brasil melhor. Gabriel morreu na luta, em pleno Paraguai; em 1728 haviam morrido Miguel e João Antunes Maciel. Só Antônio voltou a Sorocaba, à sua fazenda cheia de carijós, e onde já estava o irmão mais pobre, Felipe Antunes Maciel. Eram cinco irmãos de valor. Descrevendo os 182 descendentes por linha masculina de Miguel Antunes Maciel, os quais todos se dedicaram à pecuária nos campos do sul, pensava Américo de Moura (1) que Miguel se passara de bandeirante a tropeiro. De fato, um momento após os motins de Cuiabá e as desordens dos Lemes, os sorocabanos, inclusive Miguel Sutil, haviam-se dedicado à criação de animais. Mas tornaram ao bandeirismo com as notícias das minas dos Parecís e com a guerra aos paiaguás. Eram sempre os mesmos homens, fazendo a união do Brasil, ou em tropas de canoas, como então se chamavam as bandeiras, ou de animais. Miguel Antunes morreu pelejando heroicamente na sua canoa. Em 1724 e 1726 era o juiz de orfãos em Sorocaba.

Sua letra e redação são inferiores às de Antônio e Gabriel, como se vê em um atestado declarando que Falcão entregou os negros de João Moreira a João Machado Castanho. A mulher deste, Escolástica, escreve uma carta sofrivelmente redigida ao capitão-mor Falcão sobre este assunto. Mulher que sabia escrever em 1724, e mulher de bandeirante, "avis rara"!

Mas voltando a Bernardo Antunes, lemos ainda que ele anunciou em 1726 a arrematação dos portos do Anhembi e Rio Grande e isso provaram as testemunhas Jerônimo Ferraz de Araujo, com 77 anos, outrora viajante ousado até a atual Bolívia; José Homem da Costa, com 48 anos, já fora arrematador das passagens do Paranapanema e, então, voltara à tenda do sapateiro (ne sutor ultra crepidam).

Em 1725 prendera Bernardo Antunes em Sorocaba um ermitão.

Nesse ano o sr. Rodrigo Cesar de Menezes preparava a própria viagem à Cuiabá e a do Anhanguera a Goiás. Costumava chamar a palácio os sertanistas para os engodar com vãs promessas. Soube que Braz Mendes Pais, aquele que já em 1680 resistira aos castelhanos — segundo nos conta Pedro Taques —

(1) In "Revista do Instituto de Estudos Genealógicos". S. Paulo — Vol. I

estava de volta do Cuiabá em Sorocaba. Braz Mendes sabia escrever e bem. Respondeu que não podia montar a cavalo.

Bernardo Antunes, com uma letra corrente e máscula, era mui diplomata, dava aos governadores as "boas festas e melhores saídas" de ano.

Por uma dessas cartas sabemos que, embora não criado o Registo de Sorocaba, por ordem de Sarzedas, Bernardo Antunes chamou a Manuel dos Santos Robalo (que estivera no Cuiabá) e confiou-lhe o encargo de registrar as bestas e gado da Nova Colônia. Isso era em 15 de maio de 1733, mal acabado de abrir o caminho do sul.

Assim, Sorocaba, viveu na primeira metade do século 18, como numa encruzilhada, entre duas tendências, Cuiabá e Rio Grande. Esta continuou todo o século 19.

Não é exagero piedoso dizer-se que Cuiabá é fruta sorocabana. Ao governador de São Paulo escrevia de sua mão em 29 de setembro de 1721 um João Bicudo de Proença: sendo dos que outrora exercitaram o cargo de oficial da Câmara e juiz ordinário era o único que atendia as cousas da vila e porisso abriu a correspondência oficial. Os vereadores de 1719 e 1720 estavam todos nas minas de Cuiabá. Com tanto afobamento saíra o juiz-presidente que "deixou a vara no canto de sua casa ao desamparo". José da Fonseca, com quem o governador queria falar, estava em Cuiabá. Ele, Bicudo, não viajava; mas estava de jornada para São Paulo um "Luiz Castanho de Almeida, a meter-se em cura, um dos homens bons que costuma servir na governança desta vila", a quem S. Excia. confiaria suas ordens.

O próprio Luiz Castanho sarou e raspou-se nas pégadas dos conterrâneos. Seu filho já é criador e tropeiro em Itapetininga. Um bisneto, capitão da guerra do sul. Um tataraneto, tropeiro.

Francisco de Godói da Silva, inventariado em 1782, não alcançou o esplendor do Cuiabá. Tinha uma casa vizinha à capela da Conceição, da Matriz, 1 légua de terras; a casa fora de Maria de Almeida, dona viuva. Deixava ouro fino dos guaianazes, para onde foram as suas atividades. Um cavalo arreado de sua montaria. Cerca de 1780 encontra-se referência a "cercas de 5 varas ou valos de dez palmos" que deviam fazer os que plantassem na vizinhança dos "campos criadores" de Sorocaba. Estes "campos criadores" eram e são ainda em parte nacionais. Sesmeiros e donos de terras próximas a eles, os lavradores tinham os seus currais nesses lugares. O próprio padre Pompeu, de Araçariguama, tinha em Sorocaba os seus currais e gados.

2.º VIAJANTES DESTEMIDOS

O povoamento de Minas processou-se por algumas estradas principais: a de São Paulo, a da Baía e a do Rio de Janeiro.

Pelo rio das Mortes entraram principalmente os paulistas. Havia no Rio Grande, ao entrar na depois comarca de São João del Rei, um Registo do qual resta um livro de 1717 e 1718 no Arquivo Público de Belo Horizonte.

Eis os nomes de alguns viandantes daqueles dois anos: "Manuel da Fonseca, com dois cavalos, em ditas cargas de molhados. Rio Grande, 31 de julho de 1717. Gaspar Ribeiro, com três camaradas, 48 cargas, 10 cavalos, 1 escravo". (No mesmo dia). Urbano do Couto (o português da viagem a Goiaz).

E a seguir:

João Pais, Antônio Delgado da Silva, Manuel Vaz Guimarães, João da Silva Costa, João Cunha Gago, Miguel Silva Leme, Belchior Lima, José Góis Cardoso, Manuel de Seixas, o capitão Alberto Dias com 19 escravos, o coronel Antônio de Oliveira Leitão com 18 negros.

Entraram 1689 escravos em Minas, em 1719.

Este lendário rio das Mortes!

Em 1710 aí quintaram ouro estes mineradores: "Aos doze de dezembro de 1710, nesta fortaleza do rio das Mortes, quintou Manuel Jorge Velho... E Miguel Bicudo de Brito, Veríssimo Monteiro, Sebastião Palhano, Antonio Gago, Gaspar Ribeiro (48 oitavas) João Costa Lopes, André Lopes Azevedo, João Pedroso, Francisco Dias Velho, João Gomes da Costa, Antônia Lopes, Manuel Fernandes Pereira, José Cubas Ascenso etc.

Fortaleza, por que? Pelos recentes acontecimentos dos emboabas.

Pagavam-se: 1 oitava por cabeça de gado, 2 por cavalo (1 se em pelo), 1/2 oitava por carga de fazenda seca, 1/2 por carga de fazenda molhada. Fazenda seca: gêneros que não se comem.

Já em outro livro, do mesmo Arquivo, o de n. 26, "Arrolamento dos escravos para o lançamento do quinto do ouro em Itapeva, 1718-1719 há nova lista de paulistas já publicada por Salomão Vasconcelos.

"Domingos Jorge Velho entrou com 24 escravos e uma fazenda de cana de açúcar com seu engenho, fábrica de melado e aguardente e por tanto lançado em mais de 4 escravos que por tudo fazem 28, a quatro oitavas cada um, importaram 119 oitavas. Registo do Sabará". Este importante assentamento, de 1715,

vem junto com muitos outros e requer algum comentário, a que voltaremos.

Ainda neste livro do Sabará, já em 1718, anotamos: "o capitão Braz de Almeida Lara deu entrada aos quintos mais 12 escravos (5 minas, 2 banguelas, 1 moçambique, 1 marzagano, 2 pardos, creoulos os outros), a 12 de maio de 1718. Voltou para São Paulo a 27 do mesmo mês".

A lista segue: Domingos Ribeiro, 1 negro incapaz de serviço. Capitão Francisco Bueno, Miguel Fernandes de Barros, José Bicudo de Brito (saiu para São Paulo), capitão Francisco Jorge da Silva, Manuel Gomes de Carvalho (saiu para o campo com os ditos negros), João Barbosa Lara, João Oliveira Garcia, padre Lourenço da Costa Taques (mandou este negro para São Paulo), capitão Manuel de Moraes Navarro (a 28 de maio de 1718, entrou com 2 escravos, saiu para São Paulo em 3 de julho).

"Antônio Bueno da Veiga, 31 escravos, e pela incapacidade do dito Antônio Bueno estar doente mandou seu primo Domingos Dias da Silva, o qual tomou o juramento dos Evangelhos aos 28 de fevereiro de 1718, Cap. Francisco Preto de Godói, cap. Antônio Bicudo de Brito.

Cap. Miguel de Camargo Pires trouxe 8 negros, levou 1 em sua companhia para São Paulo, Manuel Jorge Velho, etc.

Linhas atrás, o documento menciona expressamente "negociantes que vêm da Baía e Rio de Janeiro e outras partes com negros que vendem em Minas". De outra parte, Itaverava era a porta de Minas, onde os primeiros paulistas faziam as suas roças e, ao mesmo tempo, caminho da Baía e Nordeste, pelo rio das Velhas e o São Francisco.

Trata-se de pessoas que vinham, pois, ou da Baía para São Paulo, como Navarro e Jorge Velho, ou de São Paulo, da Baía e Rio para simplesmente ficarem nas Minas ou voltarem, vendidos os escravos.

Nem todos eram simples "negreiros". Sua escravaria acompanhava-os para trabalharem nas Minas ou apenas para lhes transportarem as cargas e até aos próprios senhores, não se havendo introduzido ainda os muares. Lá naqueles píncaros dourados, feitos os seus negócios, como os escravos representavam grande valor, muita vez os deixavam vendidos, tornando com um ou dois. Como se viajava nessa época!

Domingos Jorge Velho, o terrível vencedor dos Palmares, lá vinha com um engenho e tudo, deixando de imposto cerca de 200\$000, aí por 20 contos hoje.

De Moraes Navarro, outro valente da guerra dos Bárbaros,

se diz que "saiu para S. Paulo". Domingos ficou em Minas, pois. De Navarro sabemos por A. de Taunay (in "A Guerra dos Bárbaros, pág. 282 et passim) que, obtendo em 1705 licença régia para voltar a São Paulo, em 1711 residia no distrito do Serro do Frio. Mas, andaria tão mal acompanhado em 1718 um homem de tanta suposição como o mestre-de-campo Manuel Alvares de Moraes Navarro? Ou não seria esse Manuel, com o título de capitão, o filho homônimo que foi capitão de ordenanças, juiz e vereador em Olinda?

Quanto ao mestre de campo, já em 25 de maio de 1711 recolhera-se a Pernambuco, como se pode ver na Rev. do Arq. Públ. Mineiro que dá a provisão de Albuquerque, e morreu depois de 1745, segundo o ilustre dr. Taunay, já citado, no Engenho do Paulista, a que deu o nome.

No mesmo Arquivo Público Mineiro encontramos um livro de 1710 e 1711, do Serro Frio, onde o paulista Geraldo Domingues, administrador das Minas, anotava os nomes de boiadeiros ou marchantes que traziam gado para o corte e pagavam os quintos. Vimos, p. ex., o alferes João de Azevedo Carvalho, entrando com 30 cabeças (20 bois e 10 vacas) e Manuel Afonso em 26 de novembro de 1710, no Serro do Frio, ribeiro de Nossa Senhora da Purificação, a arrematar por 140 oitavas aqueles impostos. Concorreu à arrematação um Antônio Dias Chaves, sendo fiador Antônio Luiz do Passo "assistente nestas Minas"; e Luiz Lopes de Carvalho, fiador de Manuel Rodrigues Furtado.

"Eugênio Correia de Almeida deu entrada de gado que tinha trazido seu irmão Matias Cardoso para estas Lavras 10 bois e 5 vacas, a 10 oitavas".

Matias Cardoso acompanhara Fernão Dias Pais em 1674; em 1689 voltara para o São Francisco com o seu terço de paulistas na guerra contra os índios bravos. Em 1694 retornou sobre seus passos e fundou fazendas de criar, e a bela igreja e arraial de seu nome (hoje Conceição de Morrinhos), onde jaz enterrado, 36 anos depois da epopéia das esmeraldas, fornecia carne para os mineradores do Serro. Algo prosaico!

Luiz Lopes de Carvalho deve ser o mesmo ambicioso reinol que fora capitão-mor de Itanhaem em 1698 e procurava prata com frei Pedro de Sousa no Araçoiaba. Antonio Luiz do Passo, paulistano e não baiano, morou em Sorocaba, casado na família Domingues, a que pertencia Geraldo. A familiaridade desta gente com a devoção ao Bom Jesus de Iguape explica o nome que deram a um ribeiro no Serro e que, parece, não pegou. O Chaves nos parece de Iguape, aliás, da gente do famoso bacha-

rel. Antonio Luiz do Passo, morou numa casa de palha de taipa, ao lado do rio Sorocaba, junto à ponte da vila. Era irmão de Geraldo Domingues.

3.º A GUERRA DOS EMBOABAS E A PECUÁRIA

No ano de 1718 moravam em Pitangui Bartolomeu Bueno Calhamares, o capitão Simão Bueno da Silva e Salvador Esteves Leme, entre outros.

Todos eles moradores de Sorocaba, voltariam ao povoado.

O capitão Simão Bueno da Silva já em 1725 estava de volta vendendo uma casa e sítio em Piragibú e comprando outra no Iperó. Tornava-se criador ou tropeiro. Era um desiludido a mais; além disso, irmão do Anhanguera.

Continua a lista de Salomão de Vasconcelos, ilustre historiador mineiro: capitão Francisco Bueno de Camargo, capitão Antônio Furquim, Eleutério Barreto, Antônio Leme do Prado; José Ferraz de Araujo, José Rodrigues Betim, Nicolau Martins, Miguel Garcia Sardinha, Miguel de Faria Sodré, Antônio de Almeida Lara, Antônio Rodrigues Velho, João Leme da Silva, João Martins, Urbano do Couto, José e Bernardo de Campos Bicudo, etc.

Em 1719: João Veloso de Carvalho, Fernando Ortiz de Camargo, padre Felipe de Campos, Garcia Rodrigues Velho, João Leite da Silva, Miguel Garcia Rodrigues, Pedro da Rocha Gandavo, etc.

De indústria copiamos os nomes de quase só bandeirantes paulistas, havendo muitos reinóis e baianos. Predominou, porém, gente de Sorocaba e Itú, os Bueno, Leme, Garcia.

O cônego Trindade, erudito e historiógrafo, deduziu dos troncos paulistas Campos Bicudo, Garcia e Leme, as gerações mineiras até nossos dias e é interessante notar haver sido dos Campos Bicudo, o ministro Martinho de Campos, de notável ação na Monarquia, tio-avô do ex-ministro Francisco de Campos e do governador Benedito Valadares.

Em Pitangui predominaram os paulistas, não há dúvida. Até o virtuoso padre Felipe de Campos, que morreu vigário de Porto Feliz, acompanhara os irmãos José e Bernardo José estava velho, já havia 40 anos atuara em Mato-Grosso. Fiel ao seu destino de descer índios bravios, com o genro Antônio Rodrigues Velho continuou ainda a explorar as matas do São Francisco e a enviar para Pitangui os índios administrados.

Publicou o incansável cônego Trindade o documento em que aparece o templo de Nossa Senhora da Penha de Batatal,

primeira matriz de Pitangui, erguida por Antônio Rodrigues Velho. Havia ali tanto ouro como batatas, descoberto pelo guia indígena da bandeira, cerca de 1700, e que morrera diante de tamanha riqueza, junto ao cônego Caruarú. Mas o roteiro do velho guia ainda em 1792 levaria Manuel Gomes Batista a descobrir diamantes no Abaeté.

Câmara de Pitangui em 1720: juiz José de Campos Bocado, Francisco do Rego Barros, João Henrique Alvarenga e José Rodrigues Betim. O segundo era pernambucano, vindo pela Baía. Por sua mulher paulista é tronco de grande descendência, por exemplo atualmente os Arruda Sampaio.

Em Minas encontraram-se os bandeirantes baianos com os paulistas e uniu-se à família brasileira, a-pesar-dos inevitáveis atritos que deram a guerra dos emboabas.

Parece-nos que os baianos eram em sua maioria portugueses de nascimento. O encontro das duas vagas foi ríspido e azedo, como não podia deixar de ser em meio tão apropriado.

O fato é que os paulistas chegavam primeiro e logo lhes apareciam os forasteiros, atrás dos bons negócios. As minas do Carmo e Sabará estavam mais próximas dos currais da Baía do que dos de São Paulo e Curitiba.

O primeiro gado em quantidade veio desses currais do São Francisco, aliás de fundação paulista até o Piauí.

Manuel Nunes Viana era grande senhor de fazendas de criar na Baía e atual norte de Minas e a sua prepotência tinha um fundo de razões econômicas, porquanto eram ele e seus amigos quem fornecia o gado para o corte nas povoações mineiras. Levando-se o seu caráter para este lado, é uma espécie de caudilho que o ambiente propiciou, nas lides brutas da pecuária. Pode ser português de nascimento, mas as atitudes são as de um caudilho do nordeste.

Natural de Viana do Minho, filho de Antônio Nunes Viegas, foi capitão-mor e mestre-de-campo do São Francisco e, riquíssimo, recebeu ainda em 1727 o título de alcaide-mor de Maragogi, com 100\$000 de tença, e o de proprietário de escrivão da Ouvidoria no rio das Mortes. O homem que abandonara a cidade do Recôncavo para se fazer sertanista, não se contentava, para exercer a influência, com menos do que todo o imenso arco descrito pelo São Francisco do Espinhaço ao Atlântico. (1) Assim, era temido dos próprios governadores. Albuquerque encontra-o perto de Congonhas do Campo, após a matança do rio das Mor-

(1) Cf. Rev. Arq. Pub. Min. de 1900, pág. 217.

tes. Aparenta recepção honrosa à autoridade, mas à retaguarda e para serem ouvidos, os seus apaniguados dão vivas ao amotinador e morras ao governante que se retira, impotente.

Isto era em 1710. Oito anos depois, ei-lo procurador de dona Maria Guedes de Brito, cobrando foros até à barra do rio das Velhas. Revolta-se o conde de Assumar, governador de Minas, contra essa intromissão de uma autoridade baiana. Cuidadoso, consegue chamá-lo a palácio e fazê-lo assinar um termo de como desistia daquela incumbência.

Mas o régulo chegando à fazenda de Jequitaiá, amotinou os povos com a ajuda do padre Curvelo.

Fez peor: soltou no campo as suas boiadas que tinha prontas para trazer aos arraiais onde só se cuidava do ouro. Era uma vingança mesquinha, cujas maiores consequências recaíam sobre a mísera plebe.

Assumar — aliás outro prepotente — escreveu então a Rafael Pires Pardiniho, Ouvidor de São Paulo, uma carta aflita para que procurasse os criadores de São Paulo a ver se podiam introduzir nas Minas 18.000 cabeças de gado e até com 15.000 se contentava. Nesse caso dizia — “fecho os currais da Baía”. Dava todas as facilidades aos condutores. “José de Góis diz-me que tem grandes currais para aquelas partes e os dois sargentos-mores que estão em Santos.” Fechado o negócio, o Ouvidor despacharia logo dois índios com a grata notícia. E datou do Carmo a 13 de dezembro de 1718.

Reclamou também ao conde de Vimieiro, governador da Baía, que despachasse para Portugal aquele “bandido”, de quem o governador de Pernambuco podia defender-se, ele, não, que lhe faltavam soldados. (1)

Estava, pois, bloqueado o conde de Assumar por um filho de gente plebéia, “o famoso Manuel Nunes Viana, bem conhecido pelos seus levantamentos e violências”.

O resto não sabemos. Certamente se encaminharam boiadas de Curitiba para Minas. Mas o Viana depois continuou a marchar o seu gado. Duas filhas dele, Maria Olinda e Quitéria Pereira de Jesus foram educadas num convento de Santarem. E teve um filho, por nome Miguel Nunes de Sousa.

Quanto aos sargentos-mores de Santos, um era Manuel Gonçalves de Aguiar, grande sesmeiro e criador em Curitiba e Antônio Francisco Lustosa. José de Góis e Moraes é também muito conhecido como grande senhor de pecuária.

E aqui ousamos aventurar uma hipótese: a luta dos emboa-

(1) Cf. Rev. Publ. Mineiro, 1900, pág. 217.

bas, além das desavenças nos córregos e grupiarias, pode também buscar suas raízes na preferência que os paulistas desejavam para o seu gado.

No volume II de Sesmarias (Arquivo Público de São Paulo) pode ver-se que todos os grandes nomes bandeirantes tinham seus campos de criar entre Sorocaba e Curitiba.

Há mais. Vendo a dificuldade do transporte, muitos bandeirantes fizeram os seus currais de gado logo adiante das Minas, onde houvesse campos.

Em 1701, portanto em concomitância com o povoamento das Minas, João Leite da Silva Ortiz fez o seu curral de gado a poucas léguas do Carmo, o Curral del Rei, hoje Belo Horizonte. Antônio de Albuquerque, na carta de sesmaria, afirma que ali João Leite "teve plantas e criações e sitiou gado vacum."

E' claro que os da Baía viriam, e logo em 1711 Sebastião Pereira Aguiar teve a sua sesmaria na vizinha de Sabará até o Sumidouro. No seu sítio das Abóboras estabeleceu-se o registo e daí o nome do arraial da Contagem. Contava-se o gado dos Currais da Baía.

Aguiar, contudo, era brasileiro nato e esteve, por vezes, contra o Viana ao lado dos governadores. Em 1714 era velho e achacoso este grande fazendeiro do Caeté. (1).

O que é de todo certo é que as desavenças entre paulistas e reinóis começaram por causa do monopólio dos açougues, exercido de 1701 a 1706 por Amaral Gurgel e frei Francisco de Menezes. Em 1706, reunidos no arraial do Borba, os paulistas conseguiram a não prorrogação do monopólio. Inde irae.

E voltando à nossa hipótese, Antonil menciona expressamente as boiadas de Paranaguá (é Curitiba, no planalto) mandadas às Minas.

Valha a verdade! o gado de Curitiba não era apreciado em São Paulo. Muito menos em Minas, onde o cansaço seria maior.

Já bem mais tarde, outro motivo de pendência entre o norte e o sul do país appareceria no centro. Nos primeiros tempos, os escravos faziam de animais cargueiros. Longos comboios deles subiam da Baía ou da Mantiqueira para as Minas. Logo, porem, nos Currais do São Francisco abundaram cavalos com cuja exportação para as Minas enriqueciam os fazendeiros.

Ora, um destes, homem admiravel nascido em Portugal e

(1) Veja-se para este trecho a linda monografia de Belo Horizonte, por Abílio Barreto, tomo I, pág. et passim.

grande unificador do Brasil, Cristovam Pereira, deixando a mulher na fazenda do São Francisco, resolve ligar o continente do Rio Grande a Curitiba por uma estrada onde pudessem passar tropas de muares..

Consegue-o de 1730 a 1733. Sobe às Minas com as primeiras tropas. E os cavalinhos do nordeste foram ficando de lado. Criadores de Pernambuco e Baía reclamaram ao Rei.

Corria tudo morosamente. Mas houve carta régia ao governador do Rio Grande do Sul, em 1761, mandando proibir a criação de mulas. Arre! Mas logo em 1764 revogada, proibindo-se apenas a importação das mulas dos territórios castelhanos. (1)

Os muares foram criados depois em Minas e na Baía. Sempre mais fracos do que os gauchos, contudo, faziam alguma concorrência. Então era o governador de São Paulo indicando que se parasse tal criação, por via da diminuição dos impostos nos registros paulistas de Curitiba e Sorocaba e promovendo a criação no triste Iguatemi.

A viagem primitiva dos paulistas era pelo Embaú na Mantiqueira e chegaram a atingir o Piauí, antes de descobrir as minas de ouro.

Matias Cardoso, entre outros, afazendou-se no S. Francisco bem antes de se povoarem as minas de ouro. Comunicavam-se, pois, paulistas e baianos deixando de lado as imensas riquezas. Desvendadas estas por aqueles, estes, com os seus reinóis, afluem e trazem o gado.

Mas do Rio de Janeiro procuram outra garganta mais próxima, é o caminho novo de Garcia Rodrigues Pais. E, no entanto, o fim principal da abertura dessa picada era interessar os criadores do Rio a tanger o seu gado para as Minas. (Cf. Luiz Camilo Oliveira Neto in Rev. do Brasil, n. 1, 2.ª fase).

A pecuária precede, pois, no norte a mineração e segue-se ao ciclo da caça ao índio; mas não se esqueçam as facilidades do sal em estado nativo, nos inúmeros barreiros, dispensando importação de gênero tão caro.

Pertenciam, na verdade, a uma raça de gigantes os desbravadores de nosso território. Estão em São Paulo, na Baía, em Minas, em Mato Grosso. A genealogia paulistana torna-se a genealogia brasileira.

Sempre correndo para onde é moda correr. Em Mariana, ainda em 20 de março de 1719 batizou o capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes um filho homônimo, natural. Toda a gente corre a Cuiabá. Lá vai também ele, para cair nas garras de Sebastião

(1) Cf. Boletim Municipal de Porto Alegre, tomo 9.º.

Fernandes do Rego no roubo dos quintos. Cristovão Pereira de Abreu, português, desce pela Baía ao Serro, onde mora seu irmão padre Manuel Pereira Amorim. Faz aí amizade com o paulista Miguel Gonçalves, fazendeiro no Resfriado, e desce para o Rio Grande do Sul a lutar com os castelhanos e abrir rumos e estradas, deixando seu nome, bem ao sul, num acidente geográfico mais perene que o bronze...

Na viagem que fez dom Pedro de Almeida a São Paulo e Minas em 1717, publicada na Rev. do Patrimônio Hist. e Art. Nacional, tomo 3.^o, podemos notar que havia ainda poucos cavalos, nem se fala em muares. Os povos o presenteavam com cavalos. Havia ainda muita miséria. O trajeto foi Lorena (atual Mantiqueira, São João del Rei, Ouro Preto, vila do Carmo.

Os paulistas sobressairam na hospedagem a S. Excia., por toda parte, menos em Ouro Preto onde o português, capitão-mor Henrique Lopes, que no Reino fora taverneiro, dependurou no morro de Pascoal da Silva uma casa que lhe custou três arrobas de ouro.

Assim, próximo a São João del Rei notamos o paulista José Machado. Trata-se de José Machado Castanho ligado à família Antunes Maciel e que em 1724 estava em Sorocaba. Em São João del Rei ainda havia casas de palha e o rio das Mortes inda não tinha ponte.

Logo ao entrar nas Minas, abaixo da Mantiqueira, no Pinheirinho estava outro rico paulista, cujo nome não é mencionado.

O exemplo de José de Campos Bicudo que sempre conservou sua fazenda em Itú onde morreu, e o dos Maciéis, que ficaram em Sorocaba, leva-nos a concluir que muitos paulistas tinham, na verdade, dois domicílios: um na sua terra, outro nas Minas. Viajavam o ano inteiro.

Quanto ao ouro que traziam... José de Campos faleceu em sua terra ituana a 13 de junho de 1731, testando 12 contos de réis! Não é o que se esperava.

Por que as igrejas coloniais paulistas eram tão pobres?

Algun ouro de José de Campos apareceu em esmolas aos jesuítas de São Paulo e da África, por meio de seu irmão o padre Estanislau.

4.^o — SEDE DE OURO NO SÉCULO 18

Sebastião Fernandes do Rego, o mui conhecido inimigo dos irmãos Leme, certamente defendendo-se de novas acusações, apresentou na Tesouraria da Fazenda Real da vila de Santos, conta dos pagamentos que efetuara na verba dos dízimos que

recebera no terceiro e último triênio de seu contrato — 1725-1728.

Começara, portanto, a lidar com os dinheiros públicos de toda a capitania de São Paulo em 1719, ao romper do êxodo geral para o Cuiabá.

57:670\$000 renderam os dízimos e passagens naqueles três anos. Desses, 5:465\$800 estavam em barras de ouro quintado. Santos rendeu 300\$000; Taubaté 487\$000; Guaratinguetá, 600\$000. As passagens de Curitiba e Jaguarí (esta para Minas-Gerais) renderam muito pouco, a provar que os paulistas se abalaram em massa para Mato-Grosso.

Fizera o sargento-mor Sebastião pagamentos ao tenente-general Manuel Borges de Figueiredo, ao ouvidor de Itú, (era o Godinho). Em 2 de maio de 1728 o dizimeiro da vila cuiabana, Antônio Correia de Oliveira, entregara ao governador dom Rodrigo Cesar de Menezes, 4 contos de réis. 600\$000 recebera o infeliz Dr. Lanhas Peixoto. 1:059\$154 recebera o general Antônio da Silva Caldeira Pimentel, por conta de seus soldos.

Vê-se que o famoso ladravaz se defendia bem. Chegou mesmo a coronel, porque, com esse título em São Paulo, a 8 de abril de 1739, assinou ordem ao desembargador José Nunes para embarcar dinheiro nas naus de guerra.

Dom Rodrigo Cesar de Menezes ainda em 15 de fevereiro de 1732 conseguia uma carta régia, mandando à Junta da Fazenda de São Paulo que lhe pagasse o resto dos soldos em dobro contados de Itú para diante até o Cuiabá.

Eles se pagavam bem os reinóis.

Em compensação, os descobridores das minas não recebiam a menor prova de estima. Bartolomeu Bueno da Silva e seu genro João Leite Ortiz, descobridores dos Goiazes, tinham obtido em recompensa as passagens dos rios, inclusive o Jaguarí. Ora, descuidando-se de pagar os dízimos, o sargento-mor e procurador da Fazenda Real Francisco Lustosa (por falecimento de Timóteo Correia de Góis) apertou com os heróicos paulistas, em 1732.

Bartolomeu Bueno da Silva, já em 1733, escreveu ao Lustosa (aliás, tronco de numerosa gente paranaense):

“Meu senhor. Recebi a de V. Mercê em que me diz haver-lhe requerido os meus procuradores acerca do produto das passagens com a qual procuração antequiciona (?)... reparo ser muito facil a melhor carta minha, em cujos termos diz peço o favor entregar a Manuel Mendes de Mesquita o produto das passagens; me declaro novamente prompto para lhe obedecer. Emquanto á carta que V. M. diz recebeu minha, afirmo não me lembra o ter-lhe escripto algua. Sobretudo estimarei summamente sua saude, rogo a Deus lha conceda muita a sua pessoa,

Snr. Procurador da Fazenda Real, a quem Deus guarde muitos annos. 26 de Junho de 1733. De V. M. servo e amigo, Bartholomeu Bueno da Silva."

Não andaria aí o dedo de Sebastião Fernandes? Houve imitação de letra, qual no caso dos irmãos Leme.

Dom João V foi assaz corajoso para pessoalmente, em carta a Sarzedas, suspender, a 29 de julho de 1733, a entrega das passagens, feita pelos antecessores de dom Rodrigo e Caldeira Pimentel, aos ilustres descobridores goianos.

Ingratidão real!

Os bandeirantes continuavam morrendo pobres. Nesse ano de 1733 a lista dos cidadãos das minas cuiabanas que deviam dizimos mostra como os paulistas ainda não tinham voltado à terra, esperançosos no futuro. Foi anotado principalmente o dizimo do milho, que estava a 200 réis o alqueire e, pois; estabelecia-se a vida econômica de Mato-Grosso, sem as loucuras dos primeiros dias. Assim, lá ainda estavam Antônio Antunes-Maciel que voltou a Sorocaba, depois; o capitão Manuel Godinho, Manuel Dias, Manuel Bicudo, Teotônio Guerreiro, o brigadeiro Antônio de Almeida Lara, Luiz Rodrigues Vilares, Pedro Rodrigues das Neves, etc.

Em 1734-1737 as passagens da capitania de São Paulo foram por 1:220\$000 negociadas por Antônio Batista de Siqueira a Manuel Fernandes Viana (1).

Continuava o ouro a fugir para Portugal e Inglaterra. As igrejas de São Paulo eram as mais pobres do Brasil. Acaso com uma pontinha de remorso, por haver tanto beneficiado Mafra com exclusão da colônia brasileira, D. João V mandou, de torna volta, especialmente para a Sé do Rio de Janeiro, peças fabricadas com o primeiro ouro de Minas-Gerais.

Mas tudo isso acabava fazendo nascer nos paulistas ódio figadal aos reinóis, a quem apelidaram emboabas. Nesse começo do século 18 e fim do 17. os portugueses vieram em turbas a fazer a América. E' sem exagero o que se tem dito da frequência deles nas Minas.

Homens fortes, tenazes em seu propósito, suportaram as mesmas privações que os paulistas, mas só estes têm sido elogiados. É que os bandeirantes tinham o dom de chefes. Os reinóis, a-pesar-de mais numerosos, formavam a multidão obediente.

(1) Todas estas notícias são tiradas do livro da Junta da Real Fazenda de Santos, de contas-régias, avisos, etc., 1709 em diante, no Arquivo Nacional.

Um desses, José Peixoto da Silva, natural de Braga onde lhe ficara a mulher *Leonarda Peixoto*, deixou-nos uma narração da bandeira do Anhanguera, até o ponto em que a deixou com alguns negros e camaradas, indo sair no Amazonas, pobre e quase nu. De Belem do Pará veio por terra a Minas-Gerais, onde em 1734, em Congonhas, escrevia para o infatigável padre Diogo Soares, aquela narrativa.

E' singelo o começo de uma jornada tão célebre, ao depois: "Sai da cidade de São Paulo a 3 de junho de 1722 em companhia do capitão Bartolomeu Bueno da Silva, que era o cabo da tropa, com 39 cavalos, dois religiosos bentos, frei Antônio de Conceição e frei Luiz de Santa Ana, um franciscano frei Cosme de Santo André, e 152 armas, entre as quais iam também 20 índios que o sr. Rodrigo Cesar, general que então era de São Paulo, deu ao cabo Bartolomeu Bueno para a condução das cargas e o mais necessário." 39 cavalos, quer dizer 39 homens livres, 152 armas, os índios e negros.

Tempos tristes em que os índios carregavam cargas como animais! "Dos brancos que quase todos eram filhos de Portugal, um da Baía e cinco ou seis paulistas (tão pouco!), mas com os seus índios e negros todos à sua custa". E' certo que os Reis nada gastavam nas descobertas. Apressavam-se em cobrar os quintos e dízimos sem exceção.

O caminho era mais ou menos transitavel até a Meia Ponte.

Os emboabas iam brigando com discussões para obrigar o "grande Anhanguera" a fazer a resenha deles, com o fim de uma equitativa distribuição dos proventos. **Mortuus est pintus in casca!** A maioria da gente só teve prejuizo. Bartolomeu Bueno não cumpriu a promessa, dizia que emboaba não era gente, era de fato um régulo, de gênio muito assomado, de quem até frei Antônio se apartou temporariamente. Bartolomeu Bueno reservava para sua gente a parte maior da farinha e para os seus cavalos o milho. Era mais manso o seu irmão Simão Bueno da Silva, a quem os bastardos e mamelucos quiseram fazer cabo, matando o Anhanguera. Este só em grande perigo foi visto rezar. Quem andava acalmendo os ânimos na bandeira era o genro do Anhanguera, João Leite Ortiz. O nosso escriba deixa a expedição depois do interessante encontro com os carajás e desce o Araguaia e Tocantins, narrando aventuras que bem mereciam a atenção da juventude brasileira, inclinada à leitura desse gênero em obras de ficção. (1).

(1) Lemos a cópia manuscrita na Biblioteca Nacional (existe impressa) em parte.

5.º) ANTÔNIO' DE ALMEIDA FALCÃO

Nasceu em Sorocaba esse ilustre filho do capitão-mor Fernão de Almeida Falcão e dona Lucrecia Pedrosa. Acompanhara seu pai nas jornadas gloriosas da fundação de Cuiabá, mas voltara à terra natal, ao contrário dele e viera ainda a tempo de fechar os olhos à mãe.

Com a escravatura de carijós tocava a sua fazenda de cultura, quando, já setuagenário, lembrou-se dele o Bispo de São Paulo, indicando-o ao governador de Santos (São Paulo tinha perdido os foros de capitania) como o único sertanejo capaz da empreitada que se tinha em vista.

E era levar por rios e por terra os marcos de pedra para a demarcação dos limites entre Portugal e Castela, à Comissão portuguesa presidida pelo brigadeiro José Custódio e que partira por terra pelo Uruguai e Peperí-Guassú. O encontro devia dar-se além das Sete Quedas, nas campanhas de Curuguati.

Chefiava a expedição o paulistano João Raposo da Fonseca Leme, como homem de haveres, e segundo comandante, sempre nos perigos o primeiro, ia o capitão Almeida Falcão.

Bom número de seus escravos e outros bandeiristas sorocabanos tomaram parte na monção que largou do porto de Arariaguaba aos 19 de junho de 1754, ao som costumado das rouqueiras da margem e ao estrondar dos bacamartes, enquanto frei Tomé de Jesus, de roquete e estola, aspergia de água benta as canoas empavesadas. Frei Tomé, a seguir, tomou lugar na canoa principal, era o capelão da "armada" (sic) e veio juntar-se-lhe o cirurgião-mor Antônio da Silva Coutinho: o médico e o padre.

E rodaram, rodaram Tietê abaixo, ora passando as corredeiras à sirga, ora desembarcando as cargas e saíram no grande Paraná. Almeida Falcão "foi o primeiro que ia adiante da armada a todo o risco do gentio". Iam deixando o Pardo à direita, o Santo Anastácio e o Paranapanema à esquerda, e enfim, em agosto ou setembro, começaram os bandeirantes a ouvir trovões surdos ao longe, como bramir de milhões de animais feroces, dir-se-ia que a própria mata se defendia de seus devassadores. Era o Guairá ou Salto Grande. Alguns dias, acampados à margem, os calções-de-couro se extasiaram ante as cataratas. Depois fizeram picada através da mata, arrastando as pedras com os braços de Portugal, e chegaram a salvamento a Curuguati, entregando a encomenda a José Custódio. A gente fica pensando na inteligência dos governadores coloniais, que podiam levar para os sertões dois ou três canteiros — pedras haviam de

encontrar-se, mas preferiram esse dorido sistema, acaso para renovar nos paulistas empobrecidos as energias que recuaram o meridiano. O fato é que Almeida Falcão foi mandado por José Custódio descobrir as cabeceiras do Iguatemi, estudar aí os planos de uma fortaleza frente aos castelhanos e examinar as condições em que os temerosos índios cavaleiros receberiam a fundação. E como "o dito capitão tinha no rio Potunduba sua fazenda, dela socorreu voluntariamente toda a armada". Estabelecido aí o acampamento, o próprio geógrafo de José Custódio, acompanhou em novembro ao Iguatemi o nosso Falcão.

Em 17 de novembro de 1754, "do acampamento do Iguatemi, montanhas do Amambaí" escrevia Falcão ao governador estas cousas que em parte resumimos e em parte citamos entre aspas, e nesse mesmo dia com bom número de gente partiu de torna-viagem para São Paulo e Sorocaba.

São pormenores curiosos ainda inéditos de uma expedição bem conhecida, e que nos caíram em mãos casualmente, em cópia da época, num livro de Notas de Parnaíba, existente no Arquivo Público de São Paulo.

6 — PARANAPANEMA e APIAÍ

Tanto tem sido pormenorizada a história das Minas em geral, quanto reduzida é a das minas de "Paranapanema e Apiáí", como se dizia outrora.

O povoamento desses lugares nada tem a ver com a pecuária ou o caminho das tropas, quanto às causas remotas. Mas é claro que pertence à mesma história, como uma influência paralela na época e no espaço.

Os mesmos que à esquerda encontraram Curitiba subindo a Serra do Mar é possível que avançassem à direita, experimentando cada veio d'água e dando com as nascentes dos rios daqueles nomes antes do século 18. É quase certo, porém, que a descoberta dessas minas foi iniciada desde os primórdios do século 17, pelos companheiros de Dom Francisco de Souza, que do Ipanema avistavam não muito longe a cumiada da serra fugindo e chamando para o sul.

Fundada definitivamente Sorocaba em 1661, sua gente procurou o Paranapanema para sair no Guairá e depois no Cuiabá, mas certamente muitos se contentaram com o ouro de aluvião das cabeceiras do grande rio. Não ficaram os nomes; para que? se não vieram "manifestar" e pagar os quintos de uns grãos doirados no fundo das bateias?

João Martins Claro, simples soldado que veio para São Paulo na companhia de Jorge Soares de Macedo, casou-se com a pernambucana viuva de Brás Leme de Barros, e teve uma vida aventureira na exploração de minas no sul. Documentos, há a sua nomeação de sargento-mor da capitania de Itanhaem, uma sesmaria na região do Ribeira, a camaradagem que fez com seu compadre Frei Frutuoso, beneditino residente em Sorocaba e grande minerador e viajante.

A zona de exploração do Martins Claro foi certamente a de Curitiba e Paranapanema. Morreu pobre em Sorocaba e foi enterrado em Itú em 1725. Seus dois filhos, Artur e Fernão Pais de Barros descobriram as minas de Mato Grosso, 1733.

Um João Leme da Silva (filho de Brás Teves, povoador do Sarapú antes de 1660), em 1726 morreu nas minas do Paranapanema em sertões tão invios que só seis anos depois lhe trouxeram os ossos à matriz de Sorocaba, cumprindo-lhe as últimas vontades.

Tomé de Sousa Correia levou pessoalmente ao Conselho ultramarino em 1678 dezessete barras de ouro, quintos das minas de a São Paulo, sem o quintarem.

Positivamente há notícia de descoberta de ouro de lavagem em Curitiba, em 1693, em carta na qual o provedor de Paranaguá se queixava de levarem os paulistas esse ouro por caminho direto a São Paulo, sem o quintarem.

Assim chegamos ao documento mais completo sobre as minas do Paranapanema, copiado no Arquivo Nacional pelo ilustre Brasília de Magalhães e impresso na valiosa coleção "Documentos Interessantes", do Arquivo de São Paulo:

"Em 26 de novembro de 1717 o Ouvidor de São Paulo Rafael Pires Pardiniu comunicou a El-Rei, pelo Conselho Ultramarino que em 21 desse mês Miguel de Barros, morador da vila de Sorocaba, indo com João Fernandes Távora às cabeceiras do rio Paranapanema, nelas descobriria algumas faisqueiras de ouro, que pelas inundações das águas e esterilidades dos matos não pudera examinar como era preciso". Prometeu a Miguel de Barros o ouvidor Pardiniu o título de guarda-mor e a proibição de lá irem outros antes de se completar o descoberto. A amostra de ouro era igual ao do Ribeirão do Carmo. Andavam no sul de São Paulo muitos outros mineiros, para os quais se fazia mister um superintendente.

Esta carta fez amadurecer a resolução de se nomear um governador à parte para São Paulo.

O primeiro, Rodrigo Cesar de Menezes, concedeu sesmarias

ao longe desses campos, mas a sua atenção esteve voltada para o Cuiabá, aonde foi pessoalmente, e Goiás.

Já o seu sucessor, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, que como ele se intitulava governador das minas de Paranapanema e Cuiabá, sem coragem para ir ao dist. ante Goiás ou Mato-Grosso, abalou-se pessoalmente para o Paranapanema, onde conferiu sesmarias.

Em 1728, achava-se o Pimentel em Sorocaba, onde promoveu o povoamento do Apereatuba e do Pirapora, concedendo terras a Pedro Rodrigues e Maria Pais, já 4 léguas ao sul. Maria Pais era viuva de João Antunes Maciel, que comprara as tais terras a João Machado Castanho, "indo para as minas do Paranapanema, correndo pela estrada adiante até um braço do rio chamado Sarapuí".

Em 29 de maio o governador estava nas Minas do Paranapanema dando terras a Manuel de Araujo Beltrão, e, em seguida, a Crispim dos Santos e a Julião Pereira Chaves.

As terras deste eram em "Santo Antônio das bateias", capela que foi a origem do primeiro povoado de Santo Antônio do Apiaí. Vem em seguida os povoadores Sebastião de Paiva Almeida, Nuno Gomes Ferreira, João de Sousa, João Simões da Fonseca e João Lourenço Corim, o pai do Sarutaiá. Jerônimo Moreira, Manuel Francisco Gonçalves, Marcos Machado de Lima (este próximo ao rio que já se chamava das Almas, córrego Itambé), Manuel de Almeida (junto à Encruzilhada de Curitiba e Paranapanema), Luiz Mendes de Almeida, Mateus Correia Leme, Bento Marques e Luiz Pedroso Furquim.

O governador assinava: "neste arraial" e às vezes, "matriz de Nossa Senhora da Conceição das minas de Paranapanema".

Era o mesmo orago atual, mas noutra local. O Caldeira já em 4 de julho estava em Sorocaba, a 6 em Itú e a 24 em São Paulo.

Desenganados aos poucos, estes moradores deixaram as matas e montes e vieram para o campo, criar o seu gado. De quando em vez apareciam alguns descobertos, mas o lugar foi sempre pobre e pestivo, até que em 1850 abandonaram "o forno de tabaco" em que estavam colocados, na pitoresca expressão do pároco, e em procissão alegre ao espoucar dos foguetes trouxeram a sua imagem ao atual Capão Bonito (21 de agosto).

As minas chamadas São José dos Pinhais (hoje São José do Guapiara), foram descobertas em 1743 por um índio Ciriaco, administrado dos Padres Bentos de Sorocaba. Tomaz Antônio Pizarro de Araujo era então superintendente do Paranapanema.

Aproveitando a ocasião, o capitão-mor José de Barros Lima arranhou com o governador Mascarenhas a provisão de superintendente, em que durou só até à saída do governador, voltando o Pizarro. (1).

A cidade de Apiaí, mudada três vezes, junto ao morro do ouro, está hoje por estrada-de-rodagem ligada a Curitiba e São Paulo, passando por Guapiara e Capão Bonito: era o rumo dos mineradores, ao contrário dos fazendeiros, que faziam a volta de Itararé.

O mapa corográfico de Antônio Rodrigues Montezinho assinala, além do Paranapanema, "minas de ouro, descoberto de Lourenço Antunes, 1791".

Aí por 1776 os irmãos Pedroso, de Sorocaba, fizeram socavar ouro em Apiaí, cujos oficiais da Câmara receberam uma repreensão marota do governador Martim Lopes. (2).

Com a fundação de Itapetininga — pouso de tropeiros — houve uma volta para trás, destes povoadores de Apiaí e Paranapanema. Eram na maioria portugueses do norte e, pois, voltaram a ser lavradores, como os seus ancestrais. A Providência, porém, serviu-se do chamarisco do ouro para atrair essa gente.

Já o 1.º Bispo do Brasil mandava dizer a Portugal que convinha propagar a notícia das minas de São Vicente para virem mais colonos.

7.º) OS ÚLTIMOS BANDEIRANTES

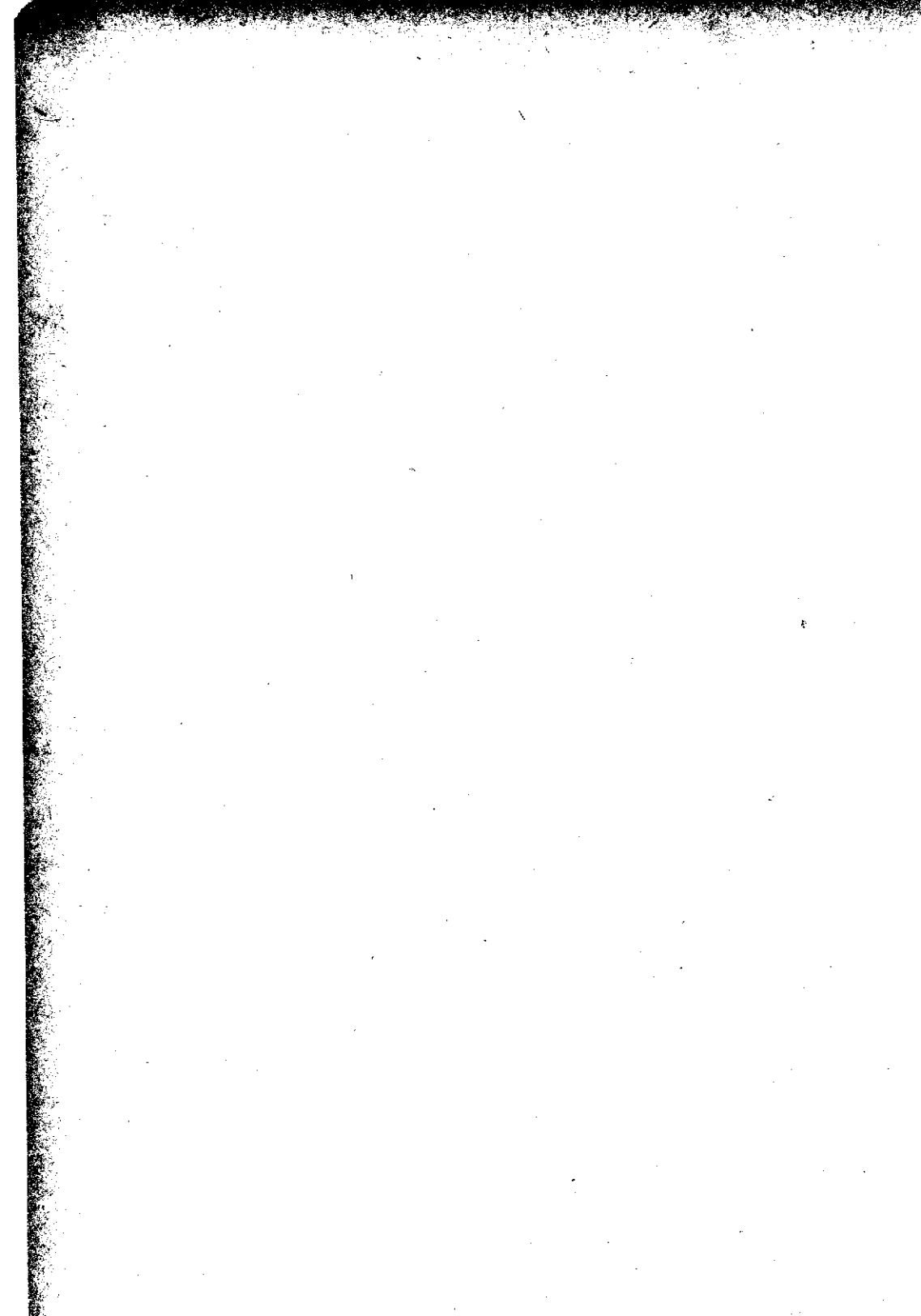
Um certo Paulo José Rodrigues de Sousa, mineiro ou português, veio para Sorocaba antes de 1809 e comprou o sítio da Campina, que fora de um dos Pais de Almeida. Após a colheita, organizava uma pequena entrada ao sertão com dois camaradas, abrindo uma picada em direção sudeste, à procura do "copiosíssimo ouro" que julgava haver na serra do Mar. Denunciado, não só fez a defesa em bom português, mas também pediu ao capitão-general de São Paulo que, em maio de 1809, fizesse subir gente de Iguape, Itanhaem e São Vicente, que por um desses lados ia sair a sua picada. Julgava haver contornado o famoso monte Botucavará, além do qual avistara como que um planalto de cerca de

(1) Provisões do Conselho Ultramarino aos governadores do Rio de Janeiro, cópia no Inst. Hist. Geogr. Bras.. Há no Arquivo Público de São Paulo a carta de Barros Lima, de 26-XI-1742 avisando o governador, da descoberta. Ajudou-o Francisco Nardi Vasconcelos.

(2) Livro de Registo do officios, Arq. Públ. São Paulo.

quatro léguas, acabando aí a serra pelo lado do norte e continuando a avistar-se, para o sul, a sua alta cumiada. É um autêntico percursor da Mayrink-Santos. Levava consigo apenas um agulhão com o qual se orientava, avançando 12 léguas além do seu sítio entre montes e florestas ainda não devastadas. (1) Papéis de Sorocaba no Arquivo Públ. S. Paulo.

Em 1822 o capitão-mor Madureira, apertado por ordens do governador Oyenhausem, enviou uma pequena bandeira ao Juquiá. Comandava-a o sargento Joaquim Pereira Torres, e conseguiu pela picada fazer passar algumas bestas até aquele rio. É preciso que se não perca o nome deste valoroso sertanista. (2) *Ibidem*. O documento chama-o "bandeirista".



Um documento para a História de São Paulo

COMO FOI EXONERADO DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, EM 1864, O BARÃO HOMEM DE MELO

Hélio Viana

Não era praxe, sob o Segundo Reinado, que a presidência das províncias competisse a políticos nascidos em seu próprio território. Pelo contrário, a ocupação desse cargo por personalidades nessas condições verificava-se a título excepcional e somente quando as suas ligações de família, e outras circunstâncias, não pudessem ser alegadas contra a sua indicação. Nesse sentido, a fiscalização do Imperador era das mais severas, não tendo D. Pedro II economizado intervenções em tão delicado assunto.

Uma daquelas exceções, no caso de São Paulo, foi a oferecida pela nomeação do Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, a 13 de março de 1864, devida ao segundo ministério presidido pelo conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, graças ao respectivo ministro do Império, José Bonifácio, o Moço.

Empossado a 8 de março, perante a Assembléia Provincial, entrou o futuro Barão Homem de Melo no exercício da comissão, em cujo desempenho teve ocasião de prestar assinalados serviços à administração de sua provincia natal, conforme relata o mais minucioso de seus biógrafos (1).

Sobrevindo a 31 de agosto uma mudança de gabinete, organizando-se o que seria dirigido pelo conselheiro Francisco José Furtado, apressou-se Homem de Melo a enviar-lhe um relatório, datado de 6 de setembro, ao qual acrescentou, no dia seguinte,

(1) Anibal Mattos — O Barão Homem de Melo perante a História. Vol. XV da Coleção do Departamento de Cultura. São Paulo, 1937. Págs. 57/64.

uma consulta relativa à sua permanência no cargo. Julgada, esta, de inteira conveniência, conforme carta do Presidente do Conselho, datada de 17 do mesmo mês, não seria, portanto, sem surpresa, que receberia o presidente de 27 anos de idade, a 24 de outubro, a notícia de sua exoneração, desde logo apresentada como "a pedido".

Desse possível incidente político, a que a correção do envolvido não permitiu a menor repercussão, dá conta, entretanto, o documento inédito que adiante se transcreve, bastante típico para o conhecimento das normas a que obedeciam os homens públicos da época, em questões dessa natureza.

Convém acrescentar que o ofício em apreço, dirigido pelo presidente Homem de Melo ao conselheiro Furtado, pertence ao valioso arquivo do Sr. Francisco Marques dos Santos, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que gentilmente o colocou à nossa disposição, para que pudesse figurar nas autorizadas páginas da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**.

É o seguinte o respectivo teor:

"Ilmo. e Exmo. Sr.

Em data de 6 de setembro último tive a honra de expor a V. Excia. o estado dos negócios públicos nesta Província e a direção por mim dada aos mesmos em minha administração, e em carta de 7 do mesmo mês solicitei respeitosamente de V. Excia. que, no caso de julgar inconveniente a minha conservação aqui, se dignasse comunicar-mo, que prontamente impetraria a graça da minha exoneração.

Dignou-se V. Excia. em carta confidencial de 17 do mesmo mês declarar que, inteirado da situação dos negócios públicos nesta Província e da direção aos mesmos por mim dada, o Governo Imperial, confiando muito no meu zelo e prudência, esperava que eu continuaria a prestar meus bons serviços com o acerto e justiça, de que tinha dado provas.

Recebendo com todo o acatamento e reconhecimento esta tão elevada prova de confiança, continuei francamente na administração desta Província, praticando até a última data todos os atos desta e de maior responsabilidade.

Hoje recebi comunicação oficial de estar exonerado do cargo de Presidente desta Província, e nomeado para igual cargo na Província de Alagoas.

Peço respeitosamente a V. Excia. se digne de minha parte solicitar de Sua Magestade o Imperador a graça de minha exo-

neração deste último cargo, para o qual fui nomeado por Decreto de 17 do corrente.

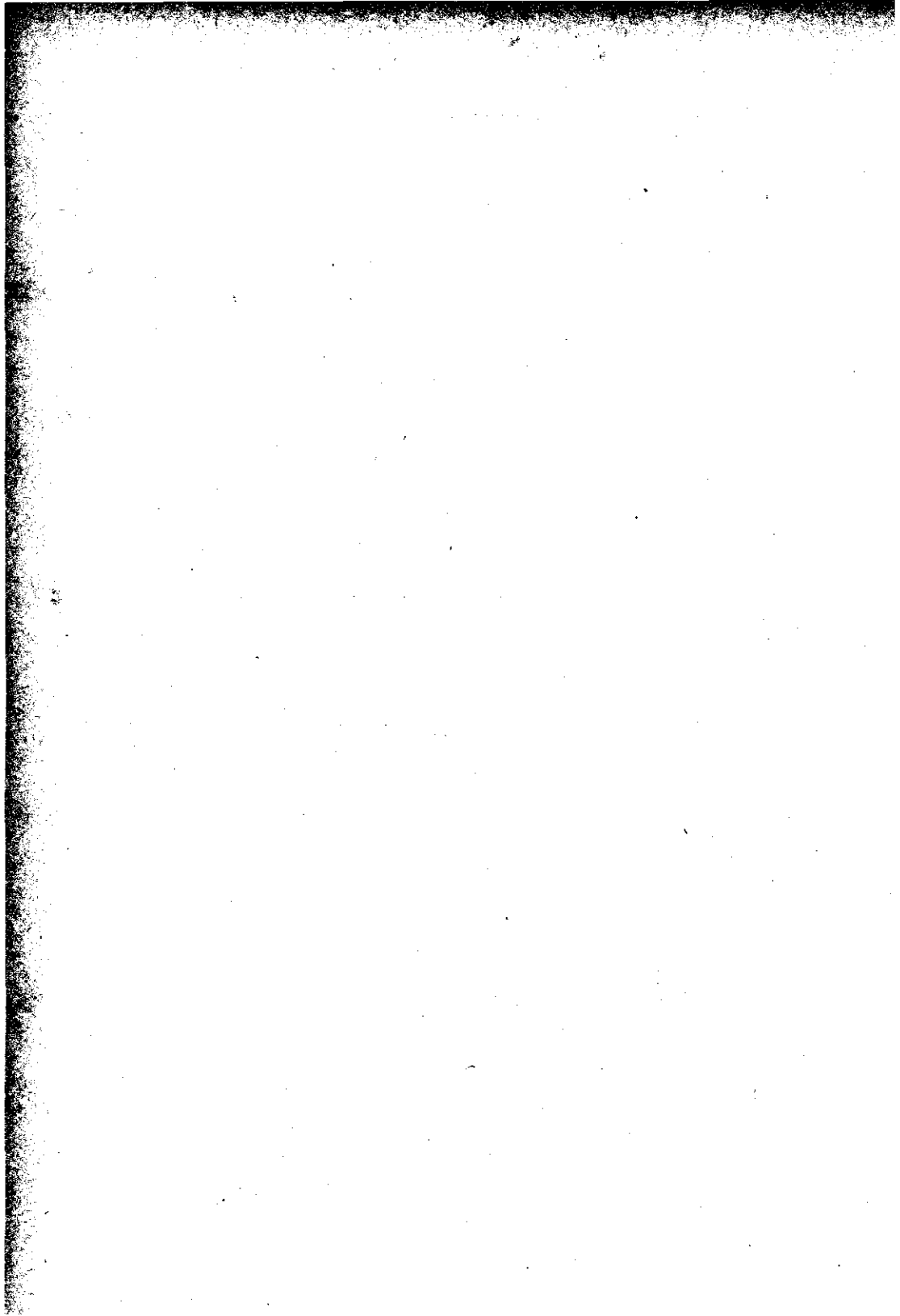
Tendo recebido o Decreto de minha exoneração ontem, dia de guarda, officiei hoje ao 1.º Vice-Presidente, Conselheiro Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, passando-lhe a administração da Província; mas achando-se este gravemente enfermo, segundo comunicou-me, officiei no mesmo sentido ao 2.º Vice-Presidente, Barão do Tieté, que também respondeu-me achar-se incomodado, em consequência do que dirigí-me ao 3.º Dr. Hipolito Jé. Soares de Sousa; mas tendo-me dado este último uma resposta igual à dos precedentes, acabo de passar a administração da Prov. ao 5.º Vice-Presidente, Cons. Joaquim Floriano de Toledo, visto achar-se ausente o 4.º, Senador Jé. Mel. da Fonseca.

Cabe-me a satisfação de participar a V. Excia. que entreguei a administração, gozando a Prov. de inalteravel tranquillidade.

Deus Guarde a V. Excia.

24 8bro. 64

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Furtado, Presidente do Conselho de Ministros."



O varadouro do Camapuã na rota das bandeiras e monções para Cuiabá

J. R. de Sá Carvalho

As monções de Porto Feliz para Cuiabá, faziam todo esse imenso percurso com as mesmas embarcações com que iniciavam as viagens; e para isso o conseguirem, dividiam as ditas viagens em duas etapas: águas vertentes do Rio Paraná e águas vertentes do Rio Paraguai; arrastando em zorras ou transportando as embarcações em carros de bois no célebre varadouro do "Camapuã", do último ponto navegável do Rio Pardo para o ponto inicial de navegação do Rio Camapuã. Existem dessa época de odisséias e de valorosos, muitas narrativas e dentre elas uma de 1783, de Manuel Cardoso de Abreu, sob o título sugestivo de "Divertimento Admirável", publicada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no seu Volume Sexto.

Partiam essas monções, compostas de inúmeros batelões e canoas, tripuladas por centenas de homens destinados às Lavras de Cuiabá, de Porto Feliz, a antiga Araraitaguaba, descendo o Rio Tietê, o antigo "Anhembí", em demanda do Rio Grande ou Paraná. As viagens tinham início sempre entre os meses de março e maio, mais propícios devido as águas, para facilidade nas varações das inúmeras corredeiras e cachoeiras. Assinalavam só no Tietê, 41 corredeiras e cachoeiras dignas de menção: "Acangueraussú", "Acanguera-mirim", "Jurumirim", "Avaremanduava", "Xiririca", "Sabauna", "Itaguaçava", "Pirapora", "Boioia-guara", "Pilões", "Garcia", "Matias Peres", "Itapema", "Pederneiras", "Pau Cavalo", "Banharão", "Potunduva", "Baurú", "Barirí-Mirim", "Barirí-guassú", "Saputuva", "Congonhas", "Guaimicanga", "Uambai", "Escaramuça", "Tambapiririca", "Cambaiuoca", "Avanhandava-Mirim", "Avanhandava-ussú", "Escara-

(*) Trabalho lido em sessão de 25 de outubro de 1942.

muça do Gato", "Utupanema", "Mato Seco", "Ondas grandes", "Ondas pequenas", "Funil grande", "Funil pequeno", "Guacurutuvuçu", "Itupirú", "Três Irmãos", "Itapura-mirim" e o grande "Salto do Itapura", próximo da foz no Rio Paraná. Essa descida do Rio era muito trabalhosa e por vezes perigosa. O rio Paraná, oferecia uma descida fácil, sem corredeiras e sem cachoeiras até encontrar a foz do Rio Pardo, afluente da margem direita na rota para Cuiabá. A subida do Rio Pardo, se fazia também com grandes dificuldades, devido suas inúmeras corredeiras e cachoeiras, em número de 29: "Cachoeiras", "Cajurú-mirim", "Cajurú-guassú", "Acirga do mato", "Banquinho", "Acirga comprida", "Embirussú", "Tijuco", "Jupia", "Nhamdui-mirim", "Tacuaral", "Três irmãos", "Tamanduá", "Cachoeira do Vale", "Curao", "Acirga do campo", "Manuel Rodrigues", "Jucurui", "Lage pequena", "Lage grande", "Embirussú-mirim", "Embirussú-uassú", "Paredão", "Formigueiro", "Pedra de amolar", "Vermelha", "Tacuarapaia", "Banco grande" e "Banco pequeno".

O ponto final de navegabilidade do Rio Pardo era no lugar ainda hoje denominado "Sanguixuga" e "Dezembrague".

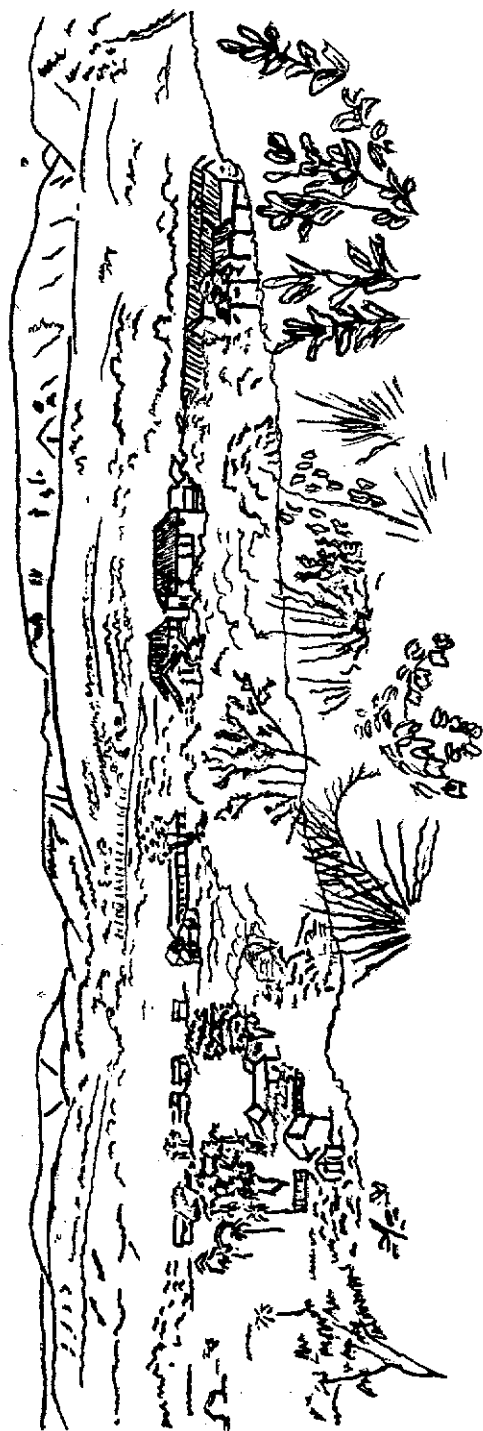
Iniciava-se aí o trabalho de varação por terra de todas as embarcações e cargas, numa extensão de cerca de 2 léguas e meia, para o Porto navegável do Rio Camapuã, afluente do Rio Coxim, na vertente do Rio Paraguai. O transporte todo tinha que ser feito com as maiores precauções e depois de 10 horas da noite, para evitar os constantes ataques dos terríveis índios Caiapós, dominadores de todo o sertão visinho e inimigo dos Bandeirantes desde longos anos.

Os batelões e canoas eram transportados em carros de bois de 4 rodas, puxados por 6 e 8 juntas; as cargas e bagagens em carros de 2 rodas e puxados apenas por 4 e 5 juntas cada um. Os negros escravos carregavam no ombro as cargas menores. Os combois eram contornados pelos valentes da monção, auxiliados pelo pessoal do Camapoã, na travessia dos campos, cerrados e matos até a sede da Fazenda.

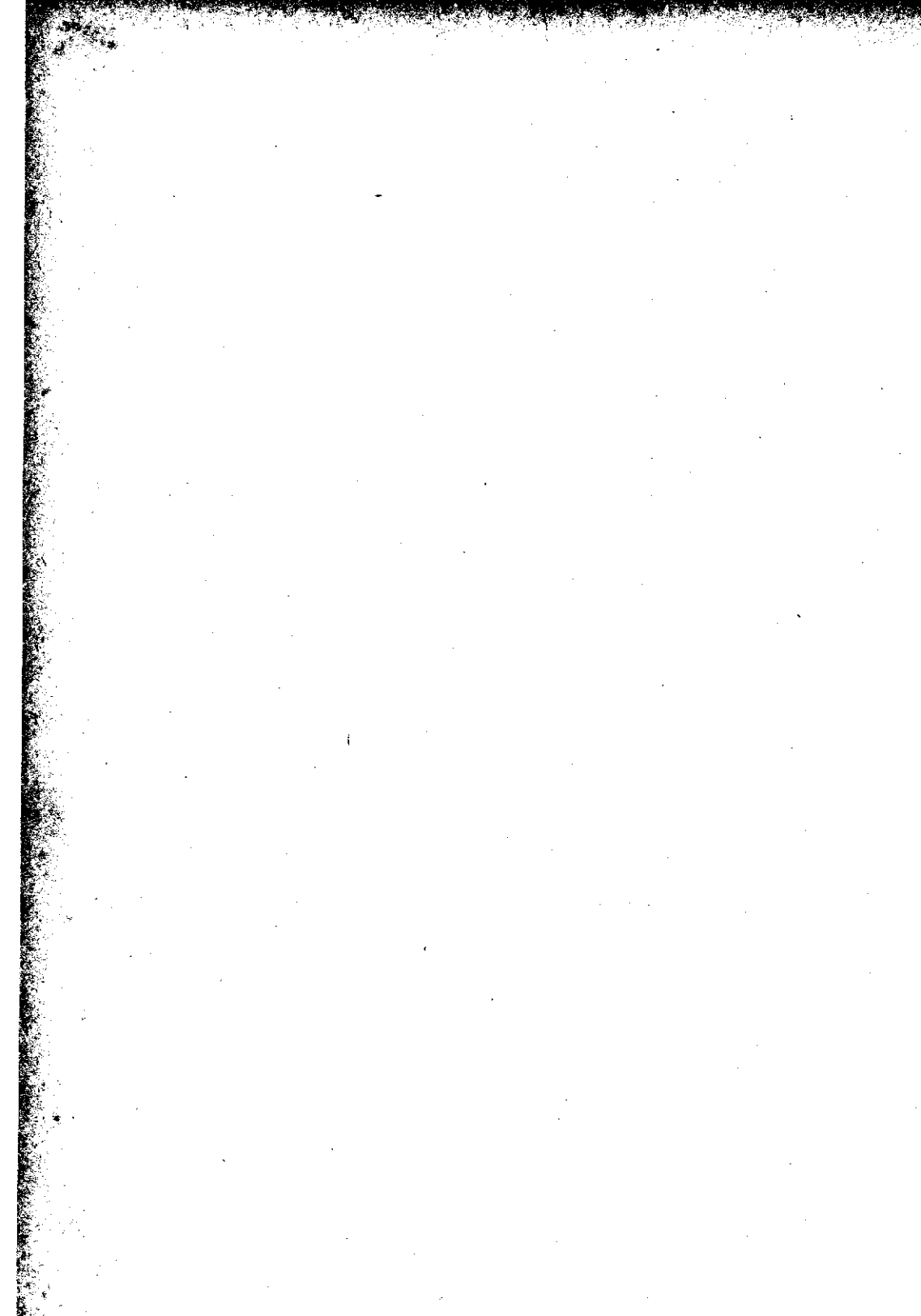
A Fazenda do Camapuã, ali fundada para proteção às monções de S. Paulo, possuía regulares instalações e maninha lavou-
ras para suprimento das necessidades próprias e do comércio de trânsito.

A população local era de cerca de 300 almas, entre brancos e escravos. Os prédios, paióis e engenhos eram cobertos de telhas e a sua Capela de Santo Antônio, era toda de material.

Depois de necessário descanso, reiniciaram a viagem com a descida do Rio Camapuã bastante estreito, tortuoso e falto de



Vista de Camapuã (1825)
(Desenho de Hércules Florence)



água. Havia necessidade de fazer a descida até a sua foz no Rio Coxim, por parcelas e armazená-las lá até terminar a descida total, custando isso em pequeno trajeto cerca de 20 dias de tempo. No Rio Coxim de mais água e largura a navegação ganhava em facilidade e perdia em rapidez, por causa das suas corredeiras e cachoeiras em número de 16: "Mangavel", "Pedra branca", "Solapada", "Peralta", "Furnas", "Três irmãos", "Álvaro", "Robalo", "Anhumas", "Guaiamicamba", "André Alves", "Jaurú", "Avanhandava-ussú", "Avanhandava-Mirim", "Jiquitaia" e "Cachoeira da Ilha", esta já na foz com o Rio Tacoari.

Já em pleno Rio Tacoari, a viagem tornava-se franca até o lugar denominado "Pouso Alegre" existindo na trajetória apenas duas corredeiras conhecidas como: "Tacoari" e "Beliago". Havia daí para a frente, necessidade de se concentrarem todas as embarcações e de arregimentar todos os homens para defesa contra qualquer ataque por parte dos índios "Guaicurús" e "Paiguás", dominadores dos pantanais de vasta região até quase próximo de Cuiabá. Essas tribus eram aliadas contra os paulistas e adestradas em lutas abertas por terra e por água. Cautelosos os bandeirantes chegavam até o Rio Paraguai, subiam-no e os rios São Lourenço e Cuiabá até o final destino. As viagens demoravam assim cerca de seis meses em qualquer das direções de ida ou de volta.

Tiveram elas seus heróis e suas vítimas; criaram verdadeiras lendas assim como histórias de verdadeiros gigantes do sertão.

Nas minhas repetidas viagens pela região do Rio Pardo em Mato-Grosso, visitei por três ou quatro vezes as ruínas da velha fazenda do Camapuã e procurei conhecer as histórias e lendas dos velhos moradores, alguns deles descendentes de primitivos pioneiros da era das monções. Na sua maioria os moradores há 25 anos eram pretos, filhos de escravos da fazenda.

A origem territorial dessa fazenda, consta dos arquivos paulistas. As sesmarias concedidas pelo Governador de São Paulo, naquela região e visinhas, foram: 1) Sesmarias do Camapuã e Barra do Tacoari, concedidas respectivamente em 30 de janeiro e 12 de agosto de 1727, ao Capitão do Povoamento do Sertão, Luiz Rodrigues Vilares; 2) Sesmarias no Tacoari e Sertões adjacentes, concedidas respectivamente a 4 de março, a João de Araujo Cabral e a 4 de abril ao Sargento Mor Manuel Góis do Prado, ambas também no ano de 1727; 3) Sesmaria no Rio Tacoari, concedida a 31 de dezembro de 1727 a Domingos Gomes Beliago; 4) Sesmaria de Camapuã-uassú, concedida a 26 de

maio de 1728 a Manuel Veloso. De todas, as mais importantes foram as do Capitão Luiz Vilares e constam das crônicas de Cuiabá, terem sido posteriormente sócios dessas sesmarias: em 1740, o Guarda mor André Alves da Cunha e em 1774 o Provedor das Minas Dr. Manuel Rodrigues Torres.

Mais tarde, a Fazenda do Camapuã, passou a figurar nos registros de Cuiabá como propriedade do Bispo da Ilha da Madeira, e outros, naturalmente descendentes de algum dos primitivos donos.* 1) No ano de 1836, era seu administrador José Leocádio de Carvalho. Cerca do ano de 1920, quando Presidente de Mato-Grosso o Arcebispo Dom Aquino Correia, o falecido Conde de Prates, como legítimo sucessor dos direitos à Sesmaria do Camapuã, fez medir e demarcar a parte não invadida, apurando ainda um título líquido de propriedade de cerca de 20.000 alqueires.

O Rio Camapuã é formado pelos Ribeirões Camapuã e Mata-Mata, ambos com suas nascentes na Serra das Araras e contravertentes de águas dos Rios Pardo e Verde: o primeiro tem o seu curso todo em mata e o segundo em campos, cerrados, e grotas. O Ribeirão Mata-Mata, une-se ao Camapuã depois de 10 léguas de curso e daí em diante formam o Rio Camapuã.

Ambos têm vários afluentes de pequeno curso, destacando-se o de nome "Barreiro", no qual encontram-se ruínas notáveis de moradas antigas, no local que é conhecido como dos "Paniáguas" e também pelas furnas existentes perto de sua foz, muito populares pelas lendas e superstições locais.

Pouco distante da foz do Rio Camapuã no Rio Coxim, existe a célebre cachoeira hoje denominada do "Letreiro", onde se encontram gravados nas suas lages nomes e datas de diversas expedições e monções.

Atualmente próximo da antiga sede da Fazenda Camapuã, existe a Vila desse nome, já com cerca de 3.000 habitantes e regular comércio, sede de Distrito de paz do Município de Herculanêa, antigo Coxim.

Nesse futuroso distrito, contam-se já cerca de 50 fazendeiros possuidores de títulos de propriedade, somando mais de 25.000 alqueires de terras mistas de lavoura e criação. A população bovina, será também superior a 15.000 cabeças de gado todo mestiço de Zebú.

As lavouras de cereais são bastante incentivadas e a produção de arroz, milho, feijão e mandioca é assaz grande; podendo se dizer mesmo que o Camapuã é um grande fornecedor de Campo Grande.

A criação de porcos é intensa e próspera. A produção de arroz exportável atingiu no ano último 30.000 sacos.

Os principais fazendeiros do Distrito são: João Machado Borges Sobrinho, Pedro Correia, Brás Ferreira Lima, Bernardino Ferreira, Joaquim Pereira de Rezende, Jonas Vieira, João Ferreira de Sousa, Humberto Rossi e Camilo Bonfim. Existem ali, 10 casas comerciais, com estoque global de cerca de 500 mil cruzeiros.

As melhores matas que circundam a Vila do Camapuã, reputadas das melhores do Sul de Mato Grosso, pertencem aos Herdeiros do falecido Conde de Prates e jazem incultas e sem aproveitamento. Reclamam elas dos seus ilustres detentores, a obra patriótica e lucrativa ao mesmo tempo, de retalhá-las em lotes para a fundação de uma colônia agrícola pastoril comemoradora da primitiva fundação do Capitão Luiz Rodrigues Vilares.

A vila está presentemente ligada por uma rodovia a Campe Grande na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; sendo o seu percurso de 23 léguas feito em cerca de 6 horas. A sua situação topográfica é muito interessante e boa, a par de um clima adorável, na altitude de cerca de 800 metros acima do nível do mar. Próximo do Camapuã existem as afamadas "Águas Santas", no Ribeirão Capim Branco, principal cabeceira do Rio Pardo, de propriedades medicinais muito propaladas em todo o vasto sertão. A Rodovia de Campo Grande para Cuiabá, passa distante do Camapuã apenas 6 léguas.

Existe em tudo muita tradição local, encantamento e futuro nesse velho Varadouro do Camapuã, marco bi-centenário do primeiro caminho civilizador de Mato-Grosso.

REGISTO DA FAZENDA CAMAPUÃ

"Certifico, etc. etc que no livro de registro de cartas de sesmarias, concedidas nos anos de 1684 a 1811, a fls. 266 a 268, consta o registro de 4 sesmarias de que se compõe a Fazenda de "Camapuã" passadas a favor do Bispo da Madeira, Coronéis Francisco Xavier dos Santos e Joaquim José dos Santos; Donas Gertrudes Matildes do Império e Maria Violante do Céu, no ano de 1810, pelo Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto Deynhausner Grevenburg, sitas no sertão do caminho de Cuiabá, nas alturas que fazem o feicho da serra de Maracajú entre as cabeceiras do Rio Camapuã, cujas águas correm para o Paraguai e as cabeceiras do Rio Sangue-Suga que com o nome de Rio Pardo tem a sua fóz no Paraná ou Rio

Grande. E por ser verdade, passo esta sob a fé de meu cargo. Arquivo da Diretoria de Terras em Cuiabá, 18 de Agosto de 1919. O oficial arquivista, Antônio Ferreira da Silva. Confere. O secretário, Teodorico Correa.

N. B.

Segundo informes fidedignos do nosso ilustre consócio Sr. Dr. Bueno de Azevedo Filho:

O Capm. Luiz Rodrigues Vilares, o primitivo dono das sesmarias do Camapuã e Barra do Tacoari, era casado com D. Ângela Vieira, irmã do Padre Dr. Manuel Valoso Vieira e de Frei Bento da Anunciação. Tiveram eles, os seguintes filhos: Padre Antônio Rodrigues Vilares e D. Inacia Maria Rodrigues, que foi casada com o sargento-mor Lopo dos Santos Serra. Este último casal, teve os seguintes filhos: Dom Luiz Rodrigues Vilares, Bispo da Ilha da Madeira (nascido em São Paulo), o Brigadeiro Francisco Xavier dos Santos e o Coronel Joaquim José dos Santos; deste último era filho o Barão de Itapetininga, pai da Snra Condessa de Prates e da Baronesa de Rio Claro.

Domingos Afonso Mafrense

O ASPECTO SOCIAL DA PENETRAÇÃO NO PIAUI

M. GANDARA MENDES

A campanha verificada nos nossos dias contra a civilização luso-brasileira, que tem em DOMINGOS AFONSO MAFRENSE uma das mais lídimas expressões de sua vitalidade, precisa ser defendida para nos acautelarmos contra o consequente desprestígio da civilização brasileira. A vida deste sertanista, colonizador do Piauí, é uma réplica aos inimigos da cultura portuguesa na América, de quem, dizem eles, somente recebemos o tamanco e o guarda-chuva.

Não fossem a rotina e a tradição, característicos do grupo português e não teríamos os preciosos resíduos culturais que constituem a viga mestra da nacionalidade e o padrão de glória da colonização portuguesa e bandeirante.

A história do povo português, sua independência e altivez, sua reação ao domínio espanhol e sua grande expansão colonizadora negam a doutrina que tudo atribue a determinantes étnicas fixas nas suas diferenças, inflexíveis nas suas particularidades, inconfundíveis nos seus traços psicológicos e portanto necessitados de maiores reforços de conservação de sua pureza. Afirma Gilberto Freire: "heterogêneo quanto à raça, desde os seus começos, o português se apresenta aos nossos olhos em todas as suas afirmações de equilíbrio com energias antagonônicas, de unidade moral, de ação conjunta como um povo formado, desenvolvido e hoje prolongado no Brasil, cuja existência tem um propósito didático: o de desvalorizar quanta tese racista se levanta contra os povos heterogêneos. Nunca o ideal de pureza de raça animou ou limitou os esforços portugueses. Nunca os embalou

a mística de uma raça superior." (Gilberto Freire — Uma Cultura Ameaçada — 24).

Diante das nossas leis de simples defesa de um perigo que a ninguém ilude, a penetração racista, o geógrafo alemão Maack, zangado com o bolchevismo ou, melhor, adulado pelo nazismo chega a afirmar que o "nacionalismo brasileiro difere muito do bolchevismo russo mas na sua destruição de valores da individualidade nacional, ambos usam os mesmos métodos universalistas. E destaca este horror do comunismo brasileiro: — "todas as nacionalidades para viverem no Brasil devem se misturar etnicamente."

Informa-nos ainda Gilberto Freire que acaba de se fundar em Berlim uma associação de brasileiros, filhos de alemães, que estudam nas universidades alemãs, com o fito de combater este universalismo de nossa cultura lusa. É o objeto central dessa organização o etnocentrismo à semelhança do nazismo nivelador. A cidadania brasileira só lhes serve para uma demonstração palpável da sua integração no meio político brasileiro; mas dela vão se valer para a bipartição do Brasil em dois setores: — a maioria luso-brasileira; a minoria, mais ativa, mais culta, racialmente superior, constituída de teuto-brasileiros. Geograficamente brasileiros, culturalmente alemães: na manutenção desta "statu-quo" monstruoso é que se esforçam os propagandistas do Terceiro Reich quando se dirigem a brasileiros de origem alemã.

Estudando a personalidade do sertanista português DOMINGOS AFONSO, aproveitamos para ressaltar as virtudes da civilização luso-brasileira e também a importância dos criadores na configuração dos limites dos nossos sertões nordéstinos.

DOMINGOS AFONSO MAFRENSE, está filiado à expansão dos domínios do maior sesmeiro que já teve o Brasil, Francisco Dias D'Ávila, o grande herdeiro de Garcia D'Ávila Pereira, descendente de Garcia D'Ávila, fundador da CASA DA TORRE e protegido de Tomé de Sousa.

Está o Piauí nessa região chamada "Brasil brasileiro", expressão importuna de muitos de nossos historiadores; dizem eles, que o Brasil tem nessa região pitoresca se bem que estéril e ingrata, o bojo onde se elabora a nossa civilização com variedades de tipos humanos, funções de ambiente diferentes e de legados históricos diversos. É exagero romântico que dentro em pouco tornar-se-á inexplicável.

A colonização do Piauí teve aspecto todo especial, pois, à mingua de pepitas e pedras preciosas e diante da ferocidade dos cariris, indígenas habitantes da região, a fixação do europeu ao

solo se processou, entre intervalos de luta, com o estabelecimento de fazendas de criação de gado para o aproveitamento dos pastos da bacia do Parnaíba coberta de capim mimoso e jaraguá.

Quanto à prioridade da penetração na bacia do Parnaíba que mais tarde vem constituir o nosso Estado do Piauí, não podemos fugir às indiscutíveis conclusões a que chegaram Afonso Taunay e Basílio de Magalhães, atribuindo-a a Domingos Jorge Velho, se bem que contrariando a corrente clássica de Handlman, Varnhagen, Barbosa Lima Sobrinho e Pedro Calmon, que a atribuem a DOMINGOS AFONSO MAFRENSE.

Por que a figura de Domingos Afonso Sertão aparece com mais preeminência na fase de colonização do Piauí apagando parcialmente a obra de Domingos Jorge Velho?

Domingos Jorge Velho como a generalidade dos bandeirantes não se preocupou com concessão de sesmarias nessa região árida e pobre em minérios ao passo que DOMINGOS AFONSO MAFRENSE, e seus companheiros de CASA DA TORRE logo de início pediram à Coroa a concessão de terras nas margens do rio Piauí e Canindé. Isto fez que se fixassem ao solo e logo dessem começo às primeiras fazendas de criação de gado. Domingos Sertão foi inicialmente simples-rendeiro da CASA DA TORRE vindo mais tarde emular com a herdeira de Francisco Dias D'Ávila como nos informa o seu testamento publicado no XX Volume da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Alencaster em seus ANAIS DE COROGRAFIA E HISTÓRIA DO PIAUÍ nos dá a seguinte informação: "As primeiras sesmarias do Piauí foram concedidas por D. Pedro de Almeida, governador de Pernambuco ao Capitão Mor Francisco Dias D'Ávila seu irmão Bernardo Pereira D'Ávila, DOMINGOS AFONSO SERTÃO e seu irmão Julião Afonso Serra que requereram 10 léguas em quadro para cada um na margem do Rio Gurgueia. Em 30 de janeiro de 1681 o governador Aires de Sousa e Castro concedeu mais a cada um dos quatro sócios 10 léguas nas margens do Parnaíba. As concessões continuam segundo informação de Alencaster e os sesmeiros são ainda os sócios da CASA DA TORRE. Este Francisco Dias D'Ávila é filho de Garcia D'Ávila Pereira que por sua vez é filho do Coronel Francisco Dias D'Ávila.

No testamento de Domingos Afonso lê-se: "Declaro que sou natural de São Domingos de Tanga da Fé, proximidades de Mafra, termos de Torres Vedras do Arcebispo de Lisboa. Nunca fui casado nem tenho quem hajam de ser meus herdeiros e por-

tanto instituo minha alma única herdeira no remanescente dos meus bens, satisfeitos os meus legados e mais disposições contidas e declaradas neste meu testamento. Declaro que sou senhor e possuidor de metade das terras que pedi no Piauí com o coronel Francisco Dias D'Ávila e seus irmãos as quais terras descobri e povoei com grande risco de minha pessoa e considerável despesas de ajutórios de sócios: sem eles defendi também muitos pleitos que se me moveram sobre as ditas terras ou parte delas e havendo dúvidas entre mim e Leonor Pereira Marinho, viúva do dito coronel Francisco Dias D'Ávila, sobre a divisão das ditas terras fizemos uma escritura de transação na qual declaramos os sítios em que cada um havíamos de ficar, assim como os que tínhamos ocupado com gado, como arrendado a várias pessoas, acordando e assentando justamente a forma como havíamos de ir ocupando as demais terras por nós ou pelos rendeiros que metêssemos mais tarde. Das declarações de última vontade de DOMINGOS AFONSO MAFRENSE consta ainda que Dona Leonor Marinho lhe estava a dever 5:000\$000 e pela enumeração de seus bens, verifica-se que a fortuna obtida pelo intrépido aventureiro chegou a ser uma das maiores do Brasil naquele tempo.

DOMINGOS AFONSO MAFRENSE é o tipo acabado do audaz aventureiro português que, enfrentando as asperezas das catingas do Nordeste, constituiu-se a figura principal do colonizador da região baixa entre as serras de Ibiapaba, Cariris Novos, Dois Irmãos e Piauí e o talvegue do rio Parnaíba.

Como já vimos instalou-se inicialmente como rendeiro da CASA DA TORRE, na fazenda denominada Sobrado, nas margens do São Francisco, do lado de Pernambuco, fundando logo importantes fazendas de criação às margens do Piauí e do Canindé, afluente do Parnaíba. Logo transportou-se para Cobrobó à margem do Canindé, afluente do Piauí. Cobrobó é hoje a cidade de Oeiras.

Diz Euclides nos "Os Sertões": "na segunda metade do século 17 surgira na vanguarda das bandeiras do Sul, DOMINGOS AFONSO SERTÃO que centralizou na sua fazenda do Sobrado o círculo animado da vida sertaneja. A ação desse rude sertanista naquela região não tem tido o relevo que merece. Quase na confluência das capitâncias setentrionais (Baía, Pernambuco, Ceará e Piauí) o rústico "landlord" colonial aplicou no trato de suas 50 fazendas de criação a índole aventureira e irrequieta dos curibocas. Ostentando como os outros dominadores do solo um feudalismo achambuado que o levava a transmutar em vassallos os forreiros humildes e em servos os tapuias man-

sos, aliando-se na mesma função integradora ao seu tenaz e humilde adversário, o padre." Tomara o nome de Sertão por amor ao desterro, diz Pedro Calmon. A riqueza que acumulara não o arrastou para a Corte nem para a Baía. Lá ficou no sertão. É o estancieiro das catingas nordestinas que ainda não foi estudado pelos curiosos de nossa história. É interessante observar que a vida dos currais ainda não teve o seu cronista especializado nem a preeminência que lhe cabe nos fastos históricos da consolidação das lides dos nossos sertões nordestinos e DOMINGOS AFONSO MAFRENSE representa na colonização do Piauí o elemento fundador e pacificador dentro do largo âmbito de ação que lhe permitia a imensidade dos campos. Enquanto viveu, foi ele o único distribuidor de terras aos recém-chegados e o apaziguador patriarcal das rixas entre os rendeiros. Somente depois da sua morte é que cessou a influência e domínio do seu quartel general assentado às margens do rio Canindé. Só então toma o governo do Maranhão maior influência e passa a nomear e empregar os funcionários que ali eram necessários.

A falta de uma vida luxuosa e agitada semelhante à dos engenhos, não permitiu ao tempo de DOMINGOS AFONSO nos currais do Nordeste o ócio e o desenvolvimento de formas sociais e de cultura mais elevadas do que as do simples vaqueiro. A mobilidade social era nula, a inter-penetração dos grupos só se dá na ocasião dos rodeios ou vaqueijadas em que se marca o gado e ajustam-se entre os vaqueiros para o ano seguinte as normas de vizinhança, além de preços e locomoção da única mercadoria.

O rio São Francisco, o rio dos currais na expressão de Pedro Taques, permitiu e delimitou a vasta expansão das bandeiras do Nordeste que desde o alvorecer do século 17 aí se localizaram com fazendas de criação de gado. Povoara-se e crescera autônoma e forte mas obscura e desadorada dos cronistas do tempo, de todo esquecida não só da metrópole longínqua senão pelos governadores e vice-reis (Euclides — Sertões, 97).

Foram os vaqueiros com seus humildes currais os realizadores dessa estupenda epopéia do século 17. Basílio Magalhães, perfilhando Euclides, insiste: "Quanta página brilhante não se perdeu na espessura dos sertões do Norte durante essa pujante expansão de nossa Pátria, por não haverem os historiadores de antanho ligado importância aos audazes vaqueiros cujo imerecido anonimato provem de não terem sido contribuintes, de peso, do erário de Portugal. Vibra apenas a sua memória na melopéia

dos descartes sertanejos setentrionais". (Basílio de Magalhães, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, 182).

Bravo e destemeroso como bandeirante, resignado e tenaz como o jesuíta, tinha o vaqueiro a vantagem da fixação ao solo que faltou aos outros. Em nossa história o pastoreio é o antecedente obrigatório da agricultura. O sertanista povoador por onde vai passando deixa como prova de sua passagem o sinal de sua posse, um curral. Depois de metido o gado, alega esse fato, e os dispêndios e as lutas com o gentio para pedir a sesmaria. Depois do curral é que vem a fazenda, o engenho, a povoação, a vila. O vaqueiro tornou-se então em nossa história o vanguardeiro da civilização. Abre clareiras na nossa floresta, afugenta feras assegurando gradativamente por toda a parte a tranqüilidade indispensável ao labor das sementeiras.

O título de vaqueiro chegou a constituir título de honra naquela insipiente organização social, diz Lemos Brito (*Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*, 447).

Exigia para tal, tenacidade, fé e bravura. A esses denodados criadores deve o Brasil a abertura de estradas entre as capitâneas, através de centenas de léguas que ainda hoje prestam reais serviços ao país. Assim se expressa Capistrano de Abreu, em magistral página, sobre o sacrifício desses desbravadores: "Os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada; não eram donos das sesmarias mas prepostos que abrigaram as fazendas de criação. Carne e leite havia em abundância mas isso apenas. A farinha, único alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a princípio por julgarem imprópria a terra à plantação de mandioca. O milho era de penoso preparo. Pode-se apanhar muitos fatos da vida daquele tempo dizendo que o sertanejo atravessou a época do couro. De couro era a porta da cabana, de couro era o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o alforge para levar comida, a maca ou canastra para guardar roupas, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortumes ou para apurar sal; para os açudes o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois; em couro pisava-se tabaco para nariz". (*Capítulos da História Colonial*, 180).

Quer Gilberto Freire substituir a expressão de Capistrano época do couro pela civilização do couro ("Nordeste", 106); Civilização do couro, sim, pois, o exclusivismo da vida baseada quase que somente na pecuária se nos apresenta hoje como anta-

gônica à da **civilização da cana de açúcar ou dos cafezais**. A monocultura canavieira do Nordeste repeliu os currais para os sertões como se enxotasse animais danados, assinala Gilberto Freire. Daí diferenciações profundas no aspecto de vidas da gente do litoral e da gente dos sertões. Há falta de carne, leite, queijo até na alimentação de senhores de engenho. Prendendo-se ao Nordeste, Pompeu Sobrinho distingue três áreas etnográficas: **a dos vaqueiros**, dominando o sertão; **a dos engenhos**, dominando o litoral e os vales úmidos da costa para o ocidente, próximo da Serra do Mar, finalmente **a dos pescadores**, nas praias baixas, arenosas e cheias de dunas (Djacir Menezes — O Outro Nordeste, 53).

No domínio das catingas, que se estendiam entre o São Francisco e o Parnaíba, aumentou celeremente a criação de gado. Em pouco, restabelecido o contacto com o recôncavo e o centro dos engenhos pernambucanos que necessitavam de carnes, as boiadas desceram desses recessos sertanejos propiciando vantajosos lucros aos criadores. Estes, mamelucos na maioria, que como vaqueiros estavam a serviço dos senhores ricos que não se aventuravam àquelas paragens, eram geralmente inaptos para os serviços contínuos e absorventes dos engenhos.

Oliveira Viana frisa também a importância do vaqueiro na região norte do São Francisco: "São os vaqueiros que desbravam numa corrente de colonização paralela à dos engenhos do litoral. Dadas as particularidades do curso desse grande rio os criadores pernambucanos e baianos sobem pelo mesmo chegando ao centro dos nossos sertões setentrionais. O grande sesmeiro Garcia D'Avila (que para Capistrano era inútil e estéril e, se conseguiu grandes domínios foi porque para as concessões bastava tinta e papel), com as suas 200 léguas de testada à margem do São Francisco, constituiu-se no II século de nossa colonização o centro prodigioso de expansão pastoril na direção do Nordeste (Oliveira Viana, *Evolução do Povo Brasileiro*, 101).

Assevera o insigne sociólogo: "na sua maior parte as povoações existentes nos nossos altos sertões desde a Baía até o Maranhão, têm porisso a sua origem em antigas fazendas de criação de gado."

Um dos aspectos mais interessantes dessa **civilização do couro** se nos apresenta no rodeio ou vaquejada em que todo um vocabulário de gíria própria é usado pela vaqueirama.

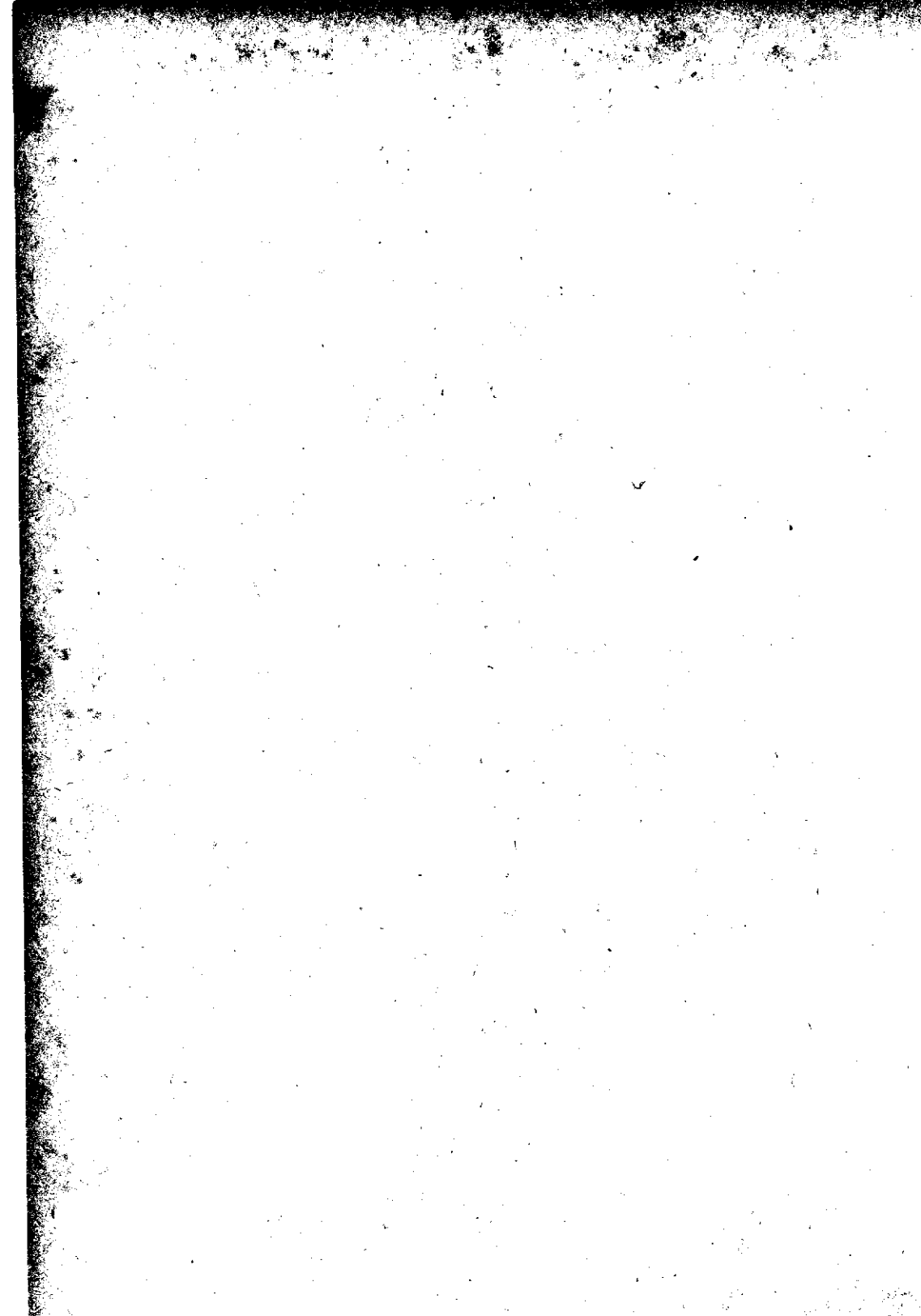
Assim expõe um cronista da zona: "Começa o "apartação", a divisão do gado em lotes, conforme os donos. Trocam-se notícias de animais sumidos, roteiros de gado tresmalhados, al-

bocam-se boiotos e novilhas, barganham-se cavalos. Quando uma rez "arranca" assustadiça do meio da boiada e vara campo em fora, pronta a "amocambar-se" nos matos, partem-lhe quase sempre dois vaqueiros no piso: um cerca-a de lado, "fazendo esteira" o outro procura pelo outro lado, "tarrafiando", "fazer mão da bassoura" — pegar-lhe no rabo, "fazer piauí", dar a "música" e o "quedaço"...

... Quando a rez "açoitada pelos ares", dá o "tombo", toda a "vaqueirama" estruge entusiasmada, numa alegria infantil de gente simples e primitiva: "Viva o vaqueiro!". Se o vaqueiro erra o golpe, volta ao meio dos outros, descorçoado, a cabeça baixa sob os "ecos" da assuada estrepitosa: "Cabra frouxo! Mo-leirão! Empalemado! Come longe!" (Gustavo Barroso — Terra do Sol — 52).

DOMINGOS AFONSO SERTÃO, Francisco Dias D'Avila e Domingos Jorge Velho, foram os iniciadores dessa civilização simples e boa. E hoje o caráter brasileiro, de Norte a Sul, sempre prudente, com hombridade sem alardes, a mesma capacidade sofredora, a mesma energia dissimulada sob as aparências da moleza e do descanso, a mesma intrepidez silenciosa, a mesma hospitalidade acolhedora e confiante e principalmente a mesma paciência do desconforto, a mesma rusticidade dos hábitos, — encontra nos nossos antepassados, caçadores de índios, exploradores de ouro e criadores de gado, o filão precioso de suas virtudes.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO



Relatório de 1942

Srs. Consócios:

Temos a honra de apresentar-vos, de acordo com os Estatutos, um breve relatório de nossa atividade no período transcorrido entre 25 de janeiro e 1.º de novembro de 1942.

SESSÃO INAUGURAL

Em conformidade com seu hábito tradicional, o Instituto inaugurou o ano social de 1942 pela comemoração do 388.º aniversário da fundação de São Paulo. Discursou nessa ocasião o prof. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, orador oficial, que fez um estudo comparativo do atual progresso de nossa cidade com as suas condições de retardamento em 1870. Fundamentou o orador suas interessantes observações no livro *A Província de São Paulo*, de autoria do Senador Joaquim Floriano de Godói e publicado em 1875 no Rio de Janeiro. Essa comemoração original mereceu os aplausos do seletto auditório, sendo lamentável que, por ter sido proferida de improviso, não possa a oração ser perpetuada nas páginas de nossa Revista.

HERÓIS DE LAGUNA E DOURADOS

Não passou despercebida ao Instituto a trasladação para a Capital da República, através desta Cidade, de uma urna com os restos mortais dos heróis de Laguna e Dourados. Somente tivemos que lamentar, pela palavra autorizada do nosso Presidente, dr. José Torres de Oliveira, que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo se conservasse à margem das comemorações que então se realizaram, pois as homenagens se revestiram de um cunho estritamente oficial, não tendo sido o Instituto convidado a emprestar, como tradicional instituição científica, o con-

curso de sua participação em tão significativas manifestações de civismo.

"REVISTA"

Com farta e valiosa colaboração, publicou-se o volume XL de nossa Revista, tendo o sr. Presidente enviado ao nosso prezado consócio e diretor da Imprensa Oficial do Estado, prof. Sud Mennucci, um ofício de agradecimentos, extensivos a diversos funcionários daquela repartição, pela operosidade manifestada durante os trabalhos tipográficos. Foram igualmente entregues àquelas oficinas, achando-se em vias de sair do prelo, os volumes XVII e XVIII, que estão esgotados, e o volume XLI, no qual aparecerão novos e excelentes estudos históricos de autoria dos nossos consócios.

NOVA DIRETORIA

Na sessão inaugural de 25 de janeiro, tomou posse a nova Diretoria do Instituto, eleita em 25 de outubro de 1941 para o período de 1942-44 e assim constituída: 1.º **Vice-Presidente**, prof. Nicolau Duarte Silva; 2.º **Vice-Presidente**, dr. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker; 3.º **Vice-Presidente**, d. José Gaspar de Afonseca e Silva; 1.º **Secretário**, prof. Tito Lívio Ferreira; 2.º **Secretário**, dr. Carlos Alberto Nunes; **Tesoureiro**, prof. Dácio Pires Correia; **Orador Oficial**, prof. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira; e **Suplentes do 2.º Secretário**, drs. Aureliano Leite e Marcelo de Toledo Piza e Almeida.

COMISSÕES TÉCNICAS

Nomeadas pelo sr. Presidente, dr. José Torres de Oliveira, foram consideradas empossadas, na mesma sessão de 25 de janeiro, as seguintes Comissões Técnicas: **Comissão de Regulamentos e Estatutos e de Avaliação de Ofertas e Donativos** — drs. Antônio Augusto de Meneses Drummond, Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker e Cândido de Sousa Campos; **Comissão de Sindicância e Admissão de Sócios** — padre Aurisol Cavalheiro Freire, sr. João Batista de Campos Agúírra e prof. Dácio Pires Correia; **Comissão de Redação da "Revista"** — desemb. dr. Afonso José de Carvalho, Nicolau Duarte Silva e prof. Tito Lívio Ferreira; **Comissão de História** — dr. Afonso de Escragnolle Taunay, prof. dr. Antônio Piccarolo e dr. Omar Simões Magro; **Comissão de Geografia** — profs. drs. Aroldo Edgar de Azevedo,

Astrojildo Rodrigues de Melo e Eurípedes Simões de Paula; **Comissão de Contas** — drs. Marcelo de Toledo Piza e Almeida, Pérsio Pereira Mendes e Enzo Silveira; **Comissão de Numismática** — drs. Alvaro de Sales Oliveira, Alvaro da Veiga Coimbra e João Batista de Sousa Filho; **Comissão de Filatelia** — drs. Mário de Sanctis, Roberto Thut e Ricardo Gumbleton Daunt; **Comissão de Genealogia** — drs. Frederico de Barros Brotero, Carlos da Silveira e Américo Brasiliense Antunes de Moura; e **Comissão de Etnologia** — drs. Jorge Bertolaso Stella, Herbert Baldus e Plínio Marques da Silva Airosa.

SESSÕES

O Instituto realizou, durante o ano social findo, 14 sessões, tendo sido 12 regulamentares e 2 extraordinárias.

SÓCIOS FALECIDOS

Tivemos que lamentar, em 1941-42, o falecimento dos consócios srs. dr. Rodolfo Miranda, prof. João Augusto de Toledo, dr. Edmundo Navarro de Andrade, dr. Clovis Ribeiro, dr. Cândido Nazianzeno Nogueira da Mota, dr. Gastão Galhardo Madeira, dr. Alfredo Ferreira Rodrigues, dr. José Manuel de Barros Fonseca, dr. Antônio Carlos da Fonseca, major Firmino Augusto de Godói, dr. Américo Brasiliense de Almeida Melo, dr. Guglielmo Ferrero e dr. José da Mata Cardim. Os respectivos elogios históricos foram feitos pelo orador oficial, prof. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, e serão publicados no volume XLI de nossa **Revista**. Por um deplorável lapso, deixou de figurar na lista enviada ao prof. Ataliba Nogueira, para o discurso oficial, o nome do dr. Rodolfo Miranda, não tendo sido feito, por esse motivo, o necrológio do notável vulto republicano de que todos nos lembramos com profunda saudade e cuja vida esteve sempre tão ligada ao desenvolvimento político e social de São Paulo e do Brasil.

CENTENÁRIO DE TAUBATÉ

O primeiro centenário da elevação de Taubaté à categoria de cidade foi assinalado pelo Instituto, que se fez representar nas festas comemorativas, realizadas naquele município, por uma comissão composta dos srs. dr. Afonso de Escagnolle Taunay, prof. Dácio Pires Correia e dr. Félix Guisard Filho. No obelisco comemorativo, figura uma placa de bronze, oferecida pelo Ins-

tituto, com uma inscrição alusiva à efeméride e cuja sugestiva redação se deve ao eminente historiador — nosso prezado consócio e presidente honorário — dr. Afonso de Taunay.

CENTENÁRIO DA ELEVAÇÃO DE TIETÊ À CATEGORIA DE VILA

Com uma brilhante oração do distinto consócio prof. Dácio Pires Correia, o Instituto comemorou, igualmente, a ocorrência do primeiro centenário da elevação da freguesia de Santíssima Trindade de Pirapora ao predicamento de vila de Pirapora de Curuçá, mais tarde cidade de Tietê. O discurso então pronunciado pelo prof. Dácio Pires Correia foi publicado na imprensa diária desta Capital e aparecerá oportunamente nas páginas de nossa Revista.

CENTENÁRIO DE CAMPINAS, ITÚ, TAUBATÉ E SOROCABA

Em sessão de 5 de fevereiro, pela palavra erudita de seu orador oficial, prof. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, comemorou o Instituto a passagem do primeiro centenário da elevação de Campinas, Itú, Taubaté e Sorocaba à categoria de cidades.

NOVOS SÓCIOS

Foram eleitos, em 1942, sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: o sr. dr. Ernesto de Sousa Campos, na categoria dos honorários; os srs. drs. José Ribeiro de Sá Carvalho, Arnaldo Amado Ferreira, Orígenes Lessa, Miguel Franchini Neto, Sud Mennucci, d. Maria da Conceição Martins Ribeiro, Coriolano Roberto Alves, desemb. Percival de Oliveira, Paulo Vergueiro Lopes de Leão, Igor Dicolaievitch Dolgorukij, Raul Romano e Manuel Gândara Mendes, na dos efetivos, e os srs. drs. José Mariz de Moraes, Plínio Travassos dos Santos, Paulo Sílvio de Azevedo, Antônio Tavares Pinhão, Celso Vieira de Camargo, Antônio da Gama Rodrigues, Antônio Figueira de Almeida, tte.-cel. Rui de Almeida, prof. Arlindo Drummond Costa e cel. Lísias Augusto Rodrigues, na dos correspondentes.

ELEVAÇÃO DE SÓCIOS EFETIVOS À CATEGORIA DE HONORÁRIOS

Por iniciativa do sr. Presidente Perpétuo deste sodalício, dr. José Torres de Oliveira, e como resultado da votação unânime

de uma proposta assinada por grande número de confrades, foram transferidos para a categoria dos sócios honorários, como reconhecimento dos relevantes serviços prestados no desempenho de suas funções na passada Diretoria, os srs. dr. Álvaro de Sales Oliveira, desemb. dr. Júlio César de Faria, prof. João Augusto de Toledo e dr. Carlos da Silveira. Quanto à eleição do prof. João Augusto de Toledo, observou o sr. Presidente, ao encaminhar a votação, que o falecimento desse consócio "era mais um motivo para que lhe fosse confirmada essa dignidade póstuma, à guisa do que se faz no Exército com as promoções, depois da morte, por merecimento dos seus membros".

PALESTRAS E CONFERÊNCIAS

Foram lidos na sede do Instituto, em 1942 os seguintes trabalhos: **Antônio Bento, o Fantasma da Abolição**, pelo dr. Miguel Franchini Neto; **Posturas Quinhentistas** (capítulo inédito do livro **Gênese Social da Gente Bandeirante**), pelo prof. Tito Lívio Ferreira; **Tiradentes, Herói e Santo**, pelo prof. Joaquim Silveira Santos; **Valor Histórico e Moral de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes**, pelo prof. Antônio Piccarolo; **Nacionalismo, Expressão da Vida Brasileira**, pelo prof. Arlindo Drummond Costa; **Santos Dumont**, pelo prof. José Oliveira Orlandi; **O Varadouro do Camapuã e O Rio Sucuriú**, pelo dr. José Ribeiro de Sá Carvalho; **Aspectos do Acre**, pelo padre Peregrino Carneiro de Lima; e **Domingos Afonso Mafrense — Aspectos Coloniais da Civilização do Piauí**, pelo dr. Manuel Gândara Mendés.

O FUNDADOR DE SÃO PAULO

Tendo aparecido na imprensa diária desta Capital, a propósito da iniciativa de se erigir um monumento ao veneravel padre José de Anchieta, várias referências àquele notavel missionário jesuita que lhe conferiam o título de "fundador de São Paulo", propôs o nosso prezado consócio sr. Ciro Tassara de Pádua que o assunto fosse definitivamente esclarecido pelo Instituto. Solicitado o parecer da Comissão de História, composta dos srs. drs. Afonso de Escagnolle Taunay, prof. Antônio Piccarolo e Omar Simões Magro, e levada a questão a debate em assembléia geral, deliberou-se manifestar publicamente a opinião do Instituto Histórico e Geográfico. Destarte, elucidou-se em definitivo a verdade histórica sobre a primazia da fundação de São Paulo, que incontestavelmente coube ao padre Manuel da Nóbrega, de quem

Anchieta, ainda noviço, e embora devam ser reconhecidos os seus méritos excepcionais, fora apenas um delegado obediente e devotado à sagrada missão de que se achava incumbido.

TRICINCOENTENÁRIO DO SUPLÍCIO DE TIRADENTES

Comemorando o 150.º aniversário da execução de Tiradentes, protomartir de nossa independência política, realizou o Instituto, no dia 21 de abril de 1942, uma sessão extraordinária, na qual, foram lidos, pelos consócios srs. prof. Tito Lívio Ferreira e dr. Cesar Tripoli, respectivamente, os dois interessantes trabalhos: **Tiradentes, Herói e Santo**, de autoria do prof. Joaquim Silveira Santos, e **Valor Histórico e Moral de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes**, de autoria do prof. Antônio Piccarolo.

MANIFESTAÇÕES DE PESAR

Nas atas dos seus trabalhos no ano social findo, consignou o Instituto votos de pesar pelo falecimento dos srs. dr. Epitácio da Silva Pessoa, Félix Guisard, Antônio de Araujo Costa, Pedro Alexandrino Borges, cel. Elias Marconções Homem de Melo, exma. sra. d. Cândida Sodré de Macedo Soares, e Cardeal D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, assim como pelo desaparecimento dos sócios biografados na sessão de 1.º de novembro. Por proposta do distinto confrade dr. Geraldo Rúffolo, foi ainda inserto, na ata da sessão de 5 de outubro, um voto de profundo pesar pelo desastre de aviação em que perdeu a vida, entre outros, o dr. Lineu de Paula Machado, filho do dr. Francisco Vilela de Paula Machado, que foi um dos primeiros sócios do Instituto.

PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS

A propósito do grave acidente sofrido, nas comemorações de 1.º de Maio, pelo sr. Presidente da República, enviou-lhe o sr. Presidente do Instituto um telegrama manifestando o pesar do sodalício pelo ocorrido e fazendo votos pelo seu pronto restabelecimento.

AFONSO DE FREITAS

Por motivo da passagem, em 29 de abril de 1942, do 12.º aniversário da morte de Afonso de Freitas, o grande historiador paulista e ex-presidente do Instituto, foi consignado na ata dos

nossos trabalhos um voto de saudade, proposto pelo dr. Bueno de Azevedo Filho.

FABRICA DE FERRO DO IPANEMA

Comemorando a ocorrência, em 5 de maio de 1942, do 260.º aniversário do estabelecimento da fundição de ferro de Araçoiaba (mais tarde Ipanema), usou da palavra, em sessão do Instituto, o dr. Geraldo Rúffolo, que teceu judiciosas considerações em torno da efeméride, acentuando a oportunidade dessa comemoração no momento em que o Brasil, fundando a grande siderurgia, marcha a largos passos para a sua emancipação econômica.

CONDE MOREIRA LIMA

O Instituto participou das justas homenagens realizadas em Lorena, no dia 22 de junho de 1942, em memória do Conde Moreira Lima, o notável homem público que tão assinalados serviços prestou à nossa terra. A representação do sodalício foi efetivada pelos nossos consócios dr. Carlos da Silveira, dr. Bueno de Azevedo Filho, tte.-cel. Salvador de Moya e major Amílcar Salgado dos Santos, que espontaneamente compareceram às festas comemorativas.

SANTOS DUMONT

Aproveitando a ocorrência, em 20 de julho de 1942, do 10.º aniversário da morte de Alberto Santos Dumont, o glorioso fundador da navegação aérea, que com o seu nome honrou o quadro dos nossos sócios honorários, propôs o ilustre consócio prof. José Oliveira Orlandi que o Instituto patrocinasse uma série de conferências comemorativas do extraordinário feito científico que haveria de abrir, em seguida, novos e mais vastos horizontes ao progresso social e à civilização. Em consequência, para estudar os assuntos relacionados com essa proposta, foi nomeada uma comissão constituída pelo proponente e mais os srs. dr. Gastão Galhardo Madeira e Nicolau Duarte Silva, tendo sido o dr. Madeira, mais tarde, em virtude de sua morte, substituído pelo dr. Fausto de Almeida Prado Penteado. Finalmente, no dia 20 de julho, realizou o Instituto uma sessão extraordinária, na qual o prof. José Oliveira Orlandi produziu interessante conferência sobre a vida e a obra de Santos Dumont, salientando-lhe os traços característicos de um verdadeiro cientista e demonstrando a superioridade dos seus métodos de experimentação sobre os

dos demais pioneiros da aeronáutica. Outras conferências deveriam ainda realizar-se e seria publicado um documentário relativo à obra do "Pai da Aviação". Entretanto, não tendo havido no momento, em torno da iniciativa, o interesse que se poderia esperar, ficaram as comemorações projetadas circunscritas ao âmbito das medidas postas em prática por este sodalício.

10.º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

Discursando na sessão realizada no dia 12 de setembro, o nosso prezado consócio dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, em nome da Delegação Regional de São Paulo, convidou os sócios do Instituto a aderirem ao 10.º Congresso Brasileiro de Geografia, o qual, como não ignorais, deverá realizar-se em setembro de 1943, na Capital paraense. Escusado é dizer que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo emprestará ao certame todo o seu apoio, envidando esforços para que das teses apresentadas possam advir, como nos congressos anteriores, novas conquistas para a inteligência e a cultura brasileiras.

JOAQUIM DE TOLEDO PIZA E ALMEIDA

O Instituto comemorou o primeiro centenário do nascimento do eminente paulista que foi o dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida, tendo sido lida a sua biografia, em sessão de 5 de outubro, pelo dr. Marcelo de Toledo Piza e Almeida, seu ilustre parente e nosso estimado consócio.

CONGRATULAÇÕES

Foi consignaço, na ata dos nossos trabalhos, um voto de congratulações com os distintos consócios drs. Félix Guisard Filho e Aureliano Leite, por terem sido eleitos, respectivamente, sócio honorário e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE

De parte da Exma. Srã. Viuva dr. Paulo Bourroul, recebeu o Instituto uma excelente fotografia do retrato a óleo de Augusto de Saint-Hilaire, existente na Biblioteca de Montpellier. Essa

fotografia fora especialmente tirada pelo dr. Paulo Bourroul para ser oferecida ao nosso Instituto.

O BRASIL EM FACE DA GUERRA

A exemplo do que fizeram numerosas instituições culturais do país, colocou-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo inteiramente à disposição das autoridades, na atual emergência, a-fim-de que, se preciso for, seja utilizado o edifício da sede social para algum serviço relacionado com a nossa defesa. Por deliberação da Assembléia geral realizada no dia 25 de outubro último, dispôs-se igualmente o Instituto a prestar, no domínio de sua especialidade científica, toda e qualquer colaboração que lhe seja solicitada. Com o conhecimento profundo do território nacional, de que já têm dado provas muitos dos nossos consócios, acha-se o Instituto habilitado a prestar às forças armadas uma assistência eficiente e segura. Desejando colaborar na preservação do Brasil contra a obra insidiosa de elementos suspeitos, decidiu ainda este sodalício suspender, na hora grave que atravessamos, os direitos dos sócios estrangeiros ideologicamente ligados à política das potências totalitárias.

48.º ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO

Na sessão magna realizada no dia 1.º de novembro de 1942, na qual, pela palavra sempre brilhante do nosso distinto consócio e orador oficial prof. dr. Ataliba Nogueira, foi feito o elogio histórico dos sócios falecidos durante o ano findo, comemorou o Instituto o 48.º aniversário de sua fundação, a que se acham ligados, principalmente, os nomes de Antônio de Toledo Piza, Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho e Estevão Leão Bourroul. Achamo-nos, assim, no limiar de nosso cincoentenário, cuja comemoração constituirá, decerto, uma nota de alto relevo cultural na vida paulistana.

DOCUMENTAÇÃO PARA A HISTÓRIA DE S. PAULO

Como é do vosso conhecimento, o Instituto contratara os serviços do nosso prezado consócio correspondente sr. dr. Artur da Mota Alves, residente em Lisboa, para que nos enviasse, mediante remuneração razoável, cópias de documentos históricos relativos a São Paulo e que se contam por muitos milhares nos arquivos portugueses. Apesar das dificuldades opostas pela

guerra à comunicação regular entre o Brasil e os países europeus, tivemos o contentamento de receber preciosa documentação inédita, de Pedro Taques de Almeida Pais Leme e de Frei Gaspar da Madre de Deus, assim como numerosas cópias coloridas dos uniformes militares que se usavam na capitania de São Paulo. Todo esse material será oportunamente publicado. Entretanto, por se tornarem maiores as dificuldades de correspondência, e também por uma relativa insuficiência de verba, decidiu o sr. Presidente dispensar, temporariamente, os excelentes serviços que nos vinham sendo prestados, em Lisboa, pelo dr. Artur da Mota Alves. Propusemos àquele nosso consócio que, em lugar de cópias manuscritas, examinasse a possibilidade de remeter-nos fotografias dos documentos, por nos parecer esse processo menos dispendioso, mais rápido e, evidentemente, mais fiel como instrumento de reprodução. Infelizmente, não poude essa proposta concretizar-se, tendo-nos feito ver o dr. Mota Alves que, ao contrário do que entre nós acontece, as cópias foto-estáticas ficariam, em Portugal, por um custo muito elevado. Diante disso, a única solução conveniente, no momento, afigurou-se-nos a suspensão do trabalho que vinha sendo realizado, até que, terminada a guerra e melhorada a situação financeira do Instituto, possa este reiniciar, talvez com o auxílio eventual de uma subvenção do Estado para esse fim, essa tarefa de tão vasto alcance cultural e tamanho interesse para o estudo da história pátria.

CORRESPONDÊNCIA E PUBLICIDADE

Durante o ano social findo, a imprensa desta Capital publicou cerca de 80 notícias relativas à nossa atividade científica. Além disso, manteve o Instituto sua habitual correspondência com as instituições congêneres do país e do exterior, bem como a correspondência regular com os srs. sócios e pessoas estranhas ao quadro social. Eis, a esse respeito, alguns dados gerais:

Correspondência recebida		Correspondência expedida	
Cartas	122	Telegramas	2
Ofícios	66	Agradecimentos	322
Telegramas	10	Cartas	153
Cartões	59	Ofícios	136
Circulares	62		

BIBLIOTECA E ARQUIVO

Como acabais de verificar pelo número dos agradecimentos expedidos, a secção de Biblioteca e Arquivo continuou a receber, em 1942, numerosas contribuições em livros e documentos.

O serviço de consultas vem sendo grandemente melhorado, estando perfeitamente em dia o protocolo de cargas, que acusa, em 1942, um total de 132 volumes consultados, e o livro de consultas, que, muito embora sem as assinaturas dos nossos consócios que frequentaram a Biblioteca, e, bem assim, de numerosos consulentes estranhos ao quadro social, consigna a presença de 161 consulentes, o que deve corresponder, aproximativamente, a cerca de 1500 volumes manuseados durante o ano findo.

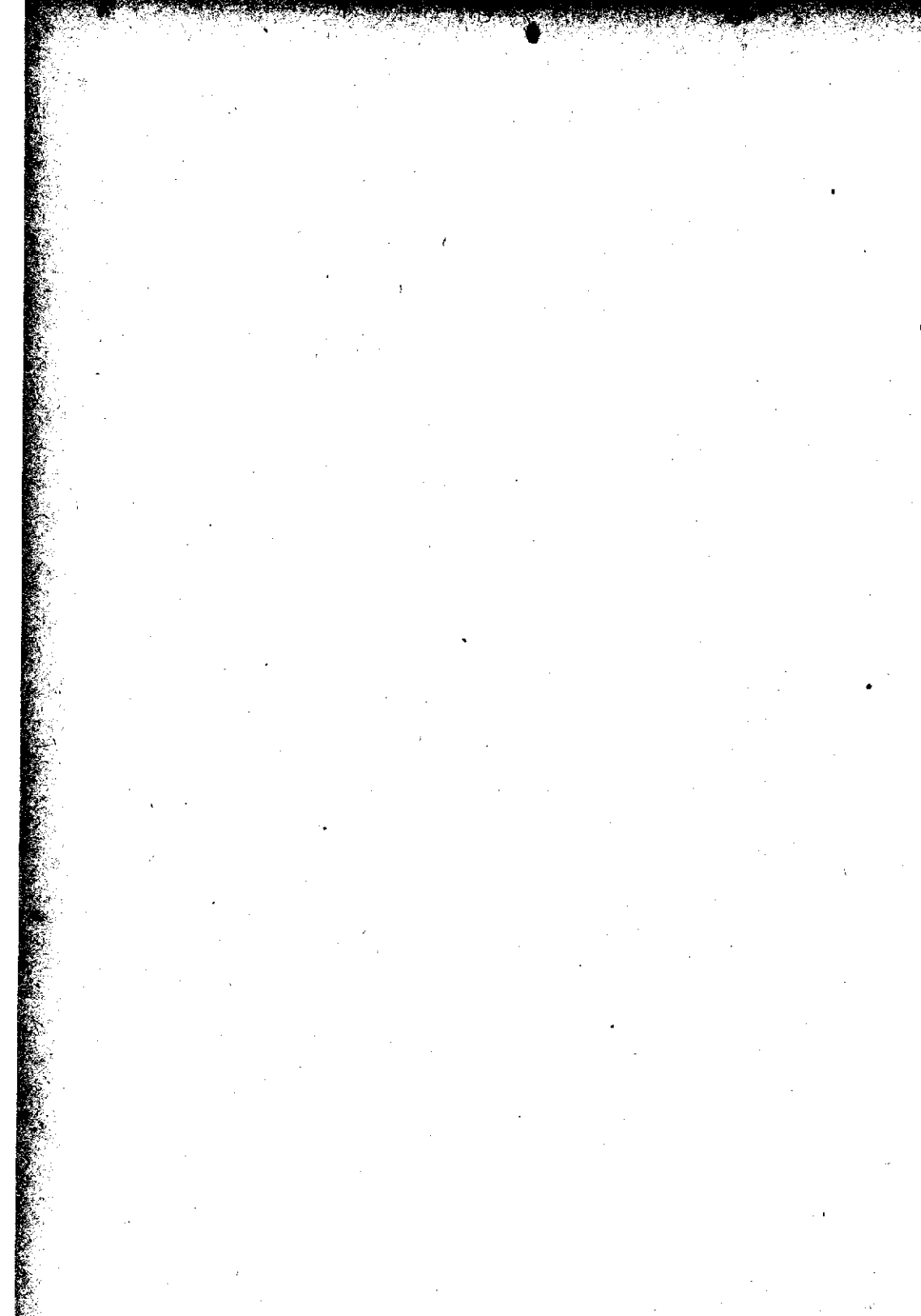
TESOURARIA

O movimento de nossa receita continua em decréscimo, como tereis a oportunidade de constatar pelo exame do balancete apresentado pelo prof. Dácio Pires Correia, nosso digno diretor tesoureiro. Todavia, o Instituto completará, em breve, cincoenta anos de profícua existência ao serviço de nossas tradições históricas, podendo esperar, a justo título, uma assistência mais efetiva por parte dos poderes públicos.

Aí tendes, srs. consócios, um resumo fiel do que foi, no transcurso de 1942, a vida do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

São Paulo, 25 de janeiro de 1943.

A DIRETORIA.



Demonstração da Receita e Despesa

Exercício de 1.º de janeiro de 1942 a 31 de dezembro de 1942.

R E C E I T A:

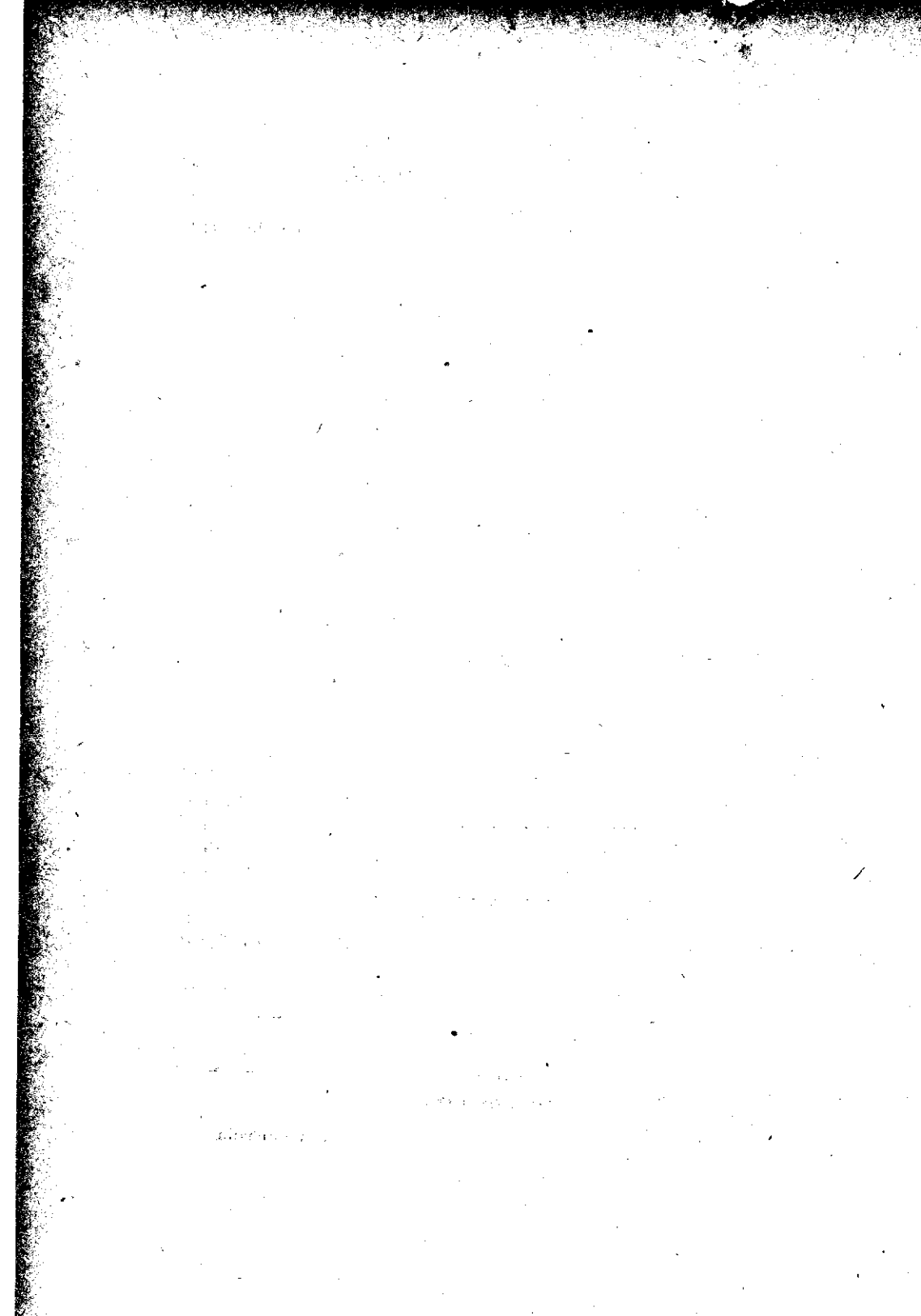
	Cr\$
Saldo do ano de 1941	191.486,90
Jóias, anuidades, mensalidades e remissão	9.790,00
Juros de apólices	14.916,10
Aluguel de uma sala	1.200,00
"Revista"	320,00
Diplomas e distintivos	80,00
	217.793,00

D E S P E S A:

	Cr\$
Secretaria	816,60
Tesouraria	1.177,00
Biblioteca	2.606,20
"Revista"	1.302,00
Despesas gerais	3.111,10
X Congresso Brasileiro de Geografia	35,00
Centenário de Taubaté	529,00
Ordenados e gratificações	24.081,00
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comercia- rios	7.646,40
Saldo para 1943	176.488,70
	217.793,00

São Paulo, 31 de dezembro de 1942.

Dácio Pires Correia.



Cadastro social

(1943)

Presidente Perpétuo:

José Tôrres de Oliveira (1)

Presidente Honorário:

Afonso de Escragnolle Taunay (1)

Sócios Beneméritos:

José Carlos de Macedo Soares
Samuel Ribeiro (2)

Sócios Honorários:

Afonso José de Carvalho
Alberto José Gonçalves (Dom)
Altino Arantes
Álvaro de Sales Oliveira
Ana de Queiroz Teles Tibiriçá
Antônio Colbacchini (Padre)
Cândido Mariano da Silva Rondon (General)
Carlos da Silveira
Carlos de Sousa Nazaré
Carlota Pereira de Queiroz
Clovis Bevilaqua
Deusdedit de Araujo (Cônego)
Edmundo Krug
Ernesto de Sousa Campos
Eugênio Egas
Francisca Pereira Rodrigues
Francisco de Aquino Correia (Dom)
Frederico de Barros Brotero
Gastão Liberal Pinto (Dom)
Hipólito Chevelon (Padre)
João Batista de Carvalho (Padre)
João Lourenço Rodrigues
José Adriano Marrey Júnior
José Augusto de Magalhães

José Danti (Padre)
José de Castro Neri (Padre)
José Pires do Rio
José Vicente de Azevedo
Júlio César de Faria
Júlio de Mesquita Filho
Laudo Ferreira de Camargo
Leopoldo Aires
Manuel da Costa Manso
Maria Imaculada Xavier da Silveira
Maria Pais de Barros
Noemia Nascimento Gama
Serafim Leite (Padre)
Sinésio Rocha
Washington Luiz Pereira de Sousa

(39)

Sócios Efetivos

Afonso Antônio de Freitas Júnior
Alcindo Muniz de Sousa
Alfredo Gomes
Alice Piffer Canabravo
Alípio Leme de Oliveira
Alvaro da Veiga Coimbra
Alvaro Soares Brandão
Amadeu de Queiroz
Amadeu Nogueira
Amador Bueno Machado Florence
Amando Franco Soares Caiubi
Américo Brasiliense Antunes de Moura
Antônio Augusto de Meneses Drummond
Antônio de Almeida Cintra
Antônio Ferreira Césarino Júnior
Antônio Paulino de Almeida
Antônio Piccarolo
Armando de Arruda Pereira
Arnaldo Amado Ferreira
Aroldo Edgar de Azevedo
Arrisson de Sousa Ferraz (Tenente)
Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker
Astrogildo Rodrigues de Melo
Augusto Gonzaga
Aureliano Leite
Benjo Bueno

Bento de Abreu Sampaio Vidal
Cândido de Sousa Campos
Cantídio de Moura Campos
Carlos Alberto Nunes
Carlos Borges Schmidt
Carlos de Moraes Andrade
Cássio Egídio de Sousa Aranha
Celestino Eusébio Fazzio
Cincinato Braga
Ciro Tassara de Pádua
Clodomiro Pereira da Silva.
Coriolano Roberto Alves
Dácio Pires Correia
Dagoberto Sales
Demétrio Justo Seabra
Djalma Forjaz
Domingos Laurito
Edmur de Sousa Queiroz
Edvard Carmilo
Enzo Silveira
Ernesto de Moraes Leme
Enrípedes Simões de Paula
Fábio da Silva Prado
Fausto de Almeida Prado Penteado
Francisco Antônio de Almeida Morato
Francisco de Assiz Carvalho Franco
Francisco Isoldi
Galeno Martins de Almeida
Gastão Vidigal
Geraldo Rúffolo
Goffredo Teixeira da Silva Teles
Henrique Oscar Wiederspahn (Capitão)
Hermes Vieira
Honório de Silos
Igor Dolgorukij
Inácio da Costa Ferreira
João Batista de Campos Aguirra
João Dias da Silveira
João Gomes de Oliveira Mendonça Cortez
João Lelis Vieira
João Pedro Cardoso
Joaquim Alfredo da Fonseca
Joaquim da Silveira Santos

Joaquim de Abreu Sampaio Vidal
Joaquim Silva
Jorge Bertolaso Stella
José Aires Neto
José Augusto César Salgado
José Benedito Silveira Peixoto
José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
José Carlos de Ataliba Nogueira
José Cássio de Macedo Soares
José de Moura Rezende
José de Oliveira Orlandi
José de Toledo
José Eugênio de Paula Assiz
José Ferreira de Melo Nogueira
José Furtado Cavalcanti
José Higino de Campos (Monsenhor)
José Maria Whitaker
José Nogueira Sampaio (Capitão)
José Ribeiro de Sá Carvalho
Juan Francisco Recalde
Laerte Teixeira de Assunção
Lélio Piza
Leonardo Pinto
Luiz Amaral
Luiz Ribeiro do Vale
Luiz Sérgio Tomaz
Luiz Tenório de Brito (Coronel)
Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz
Manuel Gândara Mendes
+ Marcelo de Toledo Piza e Almeida
Maria da Conceição Martins Ribeiro
Marina Andrada Procópio de Carvalho
+ Mário de Andrade
Mário de Sampaio Ferraz
Mário de Sanctis
Martinho da Silva Prado Júnior
Miguel Franchini Neto
Nicolau Duarte Silva
Odécio Bueno de Camargo
+ Omar Simões Magro
Orígenes Lessa
Otoniel Mota
Paulo Aurisol Cavalheiro Freire (Padre)

Paulo Ribeiro de Magalhães
Paulo Vergueiro Lopes de Leão
Percival de Oliveira
Pérsio Pereira Mendes
Plínio de Barros Monteiro
Plínio Marques da Silva Airosa
Rafael Rocha Campos
Raul de Frias Sá Pinto
Raul Romano
René Thiollier
Ricardo Gumbleton Daunt
Rivadavia Dias de Barros
Roberto dos Santos Moreira
Roberto Pompílio
Roberto Simonsen
Roberto Thut
Rubens Borba Alves de Moraes
Rui Bloem
Rui Calasans de Araujo
Salvador de Moya (Coronel)
Sebastião Pagano
+Sílvio Pimentel Portugal
Sinésio Rangel Pestana
Sud Mennucci
Tancredo de Barros Paiva
Teodomiro Dias
Teodoro Braga
Tito Lívio Ferreira
Ulisses Coutinho
Vitor Freire da Silva Júnior

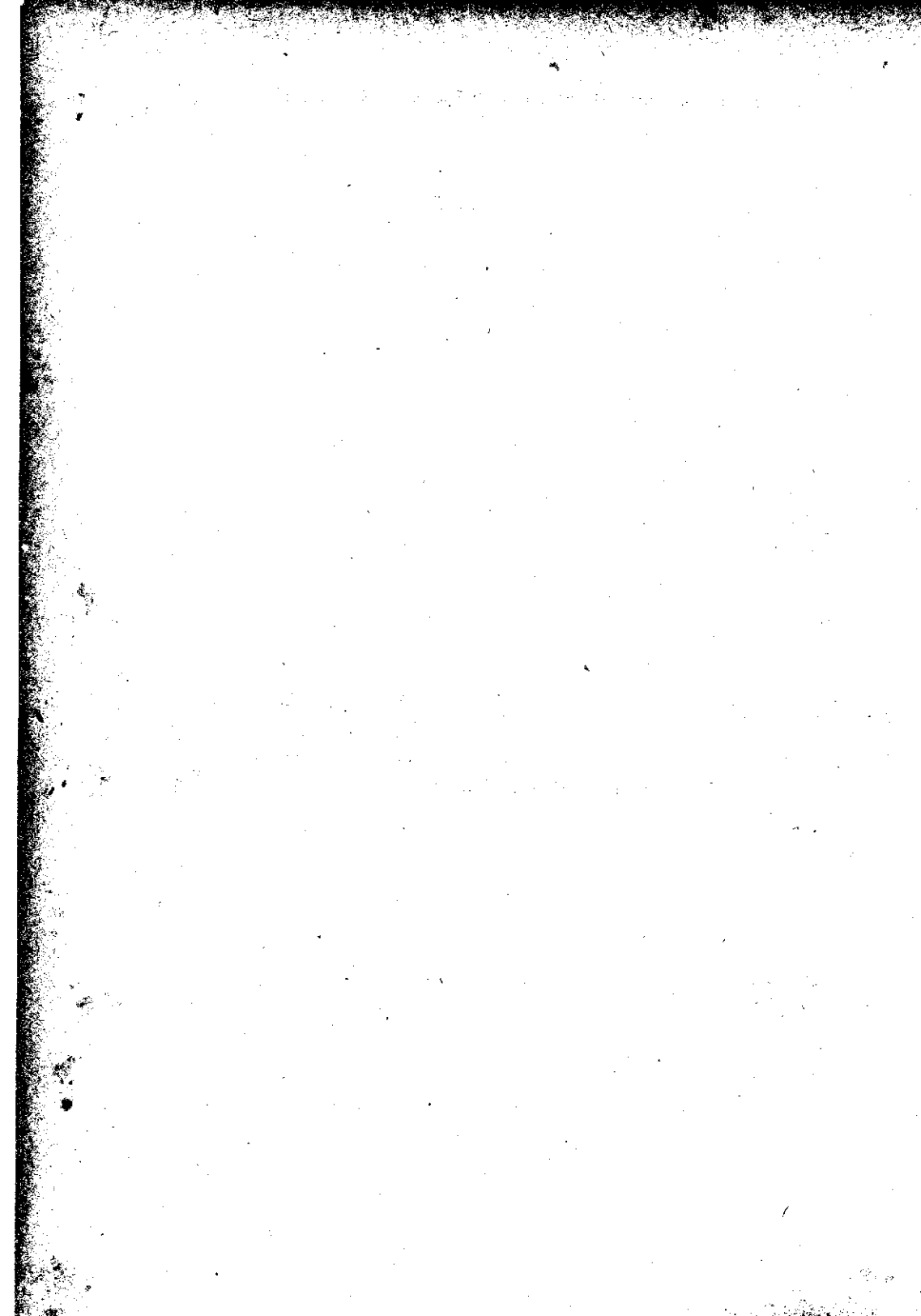
(141)

Socios Correspondentes:

- X Adalberto Ortmann (Frei) — Guaratinguetá, São Paulo
- X Alamiro de Ávila y Martel — Santiago, Chile
- Alberto Frederico de Moraes Lamego — Campos, Estado do Rio
- Alcionílio Bruzzi Alves da Silva (Padre) — Cachoeira-do-Campo,
Minas Gerais
- Amilcar Salgado dos Santos (Tenente-Coronel) — Curitiba, Paraná
- Anibal de Matos — Belo Horizonte, Minas Gerais
- Antônio da Gama Rodrigues — Lorena, São Paulo
- Antônio de Araujo de Aragão Bulcão Sobrinho — Salvador, Baía
- Antônio Figueira de Almeida — Rio-de-Janeiro

- Antônio Tavares Pinhão — Ribeirão-Preto, São-Paulo
Aristides Monteiro de Carvalho e Silva — Niterói, Estado do Rio
Arlindo Drummond Costa — Rio-de-Janeiro
Arquimedes Pereira Guimarães — Salvador, Bahia
Artur da Mota Alves — Lisboa, Portugal
Augusto Meira — Belem, Pará
- Basílio de Magalhães — Rio-de-Janeiro
Benedito Pires de Almeida — Tietê, São-Paulo
Bernardino José de Souza — Rio-de-Janeiro
Buenaventura Caviglia Hijo — Montevidéu, Uruguai
Carlos Studart Filho — Rio-de-Janeiro
Celso Ferraz de Camargo — Campinas, São-Paulo
Celso M. Schroeder — São Gabriel, Rio-Grande-do-Sul
Celso Vieira de Camargo — Tatuí, São-Paulo
Cristovão T. de Camargo — Rio-de-Janeiro
Dante de Laitano — Porto-Alegre, Rio-Grande-do-Sul
Dulcídio do Espírito Santo Cardoso (Tenente-Coronel) — Rio-de-
Janeiro
- Eduardo d'Araujo Ferreira Jacobina — Guaratinguetá, São-Paulo
Eduardo Santos Maia — Cruzeiro, São-Paulo
Elmano Gomes Cardim — Rio-de-Janeiro
Emílio Fernandes de Sousa Doca (General) — Rio-de-Janeiro
Emílio José Salim (Cônego) — Campinas, São-Paulo
Enrique D. Tovar y R. — Lima, Perú
Eugênio Teixeira de Castro (Comandante) — Rio-de-Janeiro
Félix Guisard Filho — Taubaté, São-Paulo
Fernando Antônio Raja Gabaglia — Rio-de-Janeiro
Fernando São Paulo — Salvador, Bahia
Flávio Maurano — Casa-Branca, São-Paulo
Florêncio de Abreu — Rio-de-Janeiro
- Francisco de Paula Santos — Tapiratiba, São Paulo
Gaston Bénédicti de Bénédictis — Los Angeles, Estados-Unidos
Guilherme Martinez Auler — Recife, Pernambuco
Haroldo Renato Áscoli — Rio-de-Janeiro
Hélio Viana — Rio de Janeiro
Henrique de Campos Ferreira Lima (Coronel) — Lisboa, Portugal
Henrique Jorge Hurley — Belém, Pará
+ Hildebrando Siqueira — Amparo, São-Paulo
José Alberto Pelúcio — Baependi, Minas-Gerais
José de Mesquita — Cuiabá, Mato-Grosso
José Eduardo de Macedo Soares — Rio-de-Janeiro
José Feliciano de Oliveira — Paris, França
José Mariz de Moraes — Recife, Pernambuco

- José Roberto de Macedo Soares — Rio-de-Janeiro
Juan S. Pivel Devoto — Montevideú, Uruguai
† Laurindo Dias Minhoto — Tatuí São-Paulo
Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt — Rio de Janeiro
Lísias Augusto Rodrigues (Coronel) — Rio-de-Janeiro
Luiz Castanho de Almeida (Cônego) — Sorocaba, São-Paulo
Luiz Gastão d'Escragnolle Dória — Rio-de-Janeiro
Luiz Filipe Castilhos Goicocheia — Rio-de-Janeiro
Luiz Filipe Vieira Souto — Rio-de-Janeiro
Luiz Lobo (Coronel) — Rio-de-Janeiro
Manuel Cícero Peregrino da Silva — Rio-de-Janeiro
Mário Melo — Recife, Pernambuco
Murilo de Miranda Basto — Rio de Janeiro
Murilo Moutinho (Padre) — Rio-de-Janeiro
Nestor dos Santos Lima — Natal, Rio-Grande-do-Norte
Paul Rivet — Paris, França
Paulo Sílvio Azevedo — Tatuí, São-Paulo
Plínio Travassos dos Santos — Araçatuba, São-Paulo
Rafael Duarte — Campinas, São-Paulo
Ramón de Castro Esteves — Benos Aires, Argentina
Rodolfo Garcia — Rio-de-Janeiro
Rodrigo Otávio Langaard Meneses — Rio-de-Janeiro
Rui Almeida (Tenente-Coronel) — Rio-de-Janeiro
Sebastião Almeida Oliveira — Tanabí, São-Paulo
Tancredo Barros de Paiva — Rio-de-Janeiro
+ Teófilo Feu de Carvalho — Belo-Horizonte, Minas-Gerais
Vergílio Correia Filho — Rio-de-Janeiro



Atas

ATA DA 1.ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 25 DE JANEIRO DE 1942

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira.

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto da Costa Nunes.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de 1942, em sua sede social, à rua Benjamim Constant, n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sessão inaugural dos trabalhos sociais de 1942 e comemorativa da fundação de São Paulo, com a presença dos sócios srs. drs. José Torres de Oliveira, Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, Plínio de Barros Monteiro, Enzo Silveira, Ciro Tassara de Pádua, Afonso José de Carvalho, Álvaro Soares de Oliveira, Álvaro Soares Brandão, Frederico de Barros Brotero, Carlos Alberto da Costa Nunes, Afonso de Taunay, José Carlos de Ataliba Nogueira, Geraldo Rúfolo, Domingos Laurito, Antônio Augusto de Menezes Drummond, Álvaro da Veiga Coimbra, Tte.-cel. Luiz Tenório de Brito, prof. Nicolau Duarte Silva, prof. Dácio Pires Correia e prof. Tito Lívio Ferreira.

Aberta a sessão pelo dr. José Torres de Oliveira, presidente, convidou s. exa. os srs. prof. Tito Lívio Ferreira e dr. Carlos Alberto da Costa Nunes para servirem, respectivamente, como 1.º e 2.º secretários, cargos que deverão ocupar em virtude de eleição, no triênio que ora se inicia. Depois de dirigida pelo Sr. Presidente uma expressiva saudação aos sócios presentes, foram lidas e postas em discussão as atas das sessões de 25 de outubro e de 1.º de novembro últimos, tendo sido as mesmas aprovadas sem debate. A seguir, como se achasse na ante-sala o sócio efetivo sr. Ciro Tassara de Pádua, foi designada, para introduzi-lo no recinto, uma comissão composta dos srs. drs. Frederico de Barros Brotero, Menezes Drummond e Domingos Laurito, tendo sido

o novo consócio recebido com palmas, conservando-se todos de pé até a assinatura do livro de presença e ser declarado empossado o novo sócio pelo sr. presidente. Pelo primeiro secretário foi lido o RELATÓRIO da Diretoria, referente às atividades do Instituto durante o ano de 1941, depois do que o dr. Torres de Oliveira completou esses informes com a relação dos acontecimentos mais importantes no período de férias. Declarou, a seguir, que deixava de ler toda a correspondência recebida, por ser numerosa, limitando-se à leitura do officio do dr. Aureliano Leite, em que esse sócio declara sem efeito a sua renúncia do cargo de suplente de secretário do Instituto, para que fora recentemente eleito. Foi declarado pelo sr. presidente que deixou de ser apresentado pelo sr. tesoureiro o balancete do Instituto, por ser longo e minucioso, o que será feito oportunamente. A seguir, foi declarada empossada a nova Diretoria para o triênio de 1942-1944, assim constituída: 1.º vice-presidente, prof. Nicolau Duarte Silva; 2.º vice-presidente, sr. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker; 3.º vice-presidente, d. José Gaspar de Afonseca e Silva; 1.º secretário, Tito Lívio Ferreira; 2.º secretário, Carlos Alberto da Costa Nunes; tesoureiro, prof. Dácio Pires Correia; orador oficial, prof. José Carlos de Ataliba Nogueira; suplentes do 2.º secretário, Aureliano Leite e Marcelo de Toledo Piza e Almeida.

O dr. Torres de Oliveira comunica que s. exa. revma. D. José Gaspar de Afonseca e Silva lhe fizera saber que condiciona a sua posse como sócio do Instituto à apresentação de trabalho de natureza histórica que tem em preparo. Esse fato, declara o sr. presidente, não impede de ser s. exa. revma. declarado empossado do seu cargo para o novo triênio, por ser a eleição, principalmente, e não a formalidade da posse o que confere a qualidade de sócio do Instituto. Usando das atribuições dos Estatutos, passou o sr. presidente à nomeação das comissões técnicas permanentes, para o triênio que se inicia, as quais ficaram constituídas pela seguinte maneira: **Comissão de Regulamentos e Estatutos, e de Avaliação de Ofertas e Donativos:** drs. Antônio Augusto de Menezes Drummond, Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker e Cândido de Sousa Campos; **Comissão de Sindicância e Admissão de Sócios:** Padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire, sr. João Batista de Campos Aguirra e prof. Dácio Pires Correia; **Comissão de Redação da Revista:** desembargador Afonso José de Carvalho, prof. Nicolau Duarte Silva e prof. Tito Lívio Ferreira; **Comissão de História:** drs. Afonso d'Escragnolle Taunay, Antônio Piccarolo e Omar Simões Magro; **Comissão de Geografia:** drs. profs. Aroldo Edgar de Azevedo, Astrogildo Rodrigues de Melo e Eurípedes Simões de Paula; **Comissão de Contas:** drs. Marcelo de Toledo

Pisa e Almeida, Pérsio Pereira Mendes e Enzo da Silveira; **Comissão de Numismática:** drs. Álvaro de Sales Oliveira, Alvaro da Veiga Coimbra e João Batista de Sousa Filho; **Comissão de Filatelia:** drs. Mário de Sanctis, Roberto Thut e Ricardo Gumbleton Daunt; **Comissão de Genealogia:** drs. Frederico de Barros Brotero, Carlos da Silveira e Américo Brasileiro Antunes de Moura; **Comissão de Etnologia:** drs. Jorge Bertolaso Stela, Herbert Baldus e Plínio Marques da Silva Airosa.

O critério para a nomeação dessas comissões, declara o sr. presidente, é idêntico ao que presidiu à escolha dos membros para a nova diretoria, a saber, a renovação de valores, para que, por esse princípio, todos os sócios possam prestar serviços ao Instituto. Apenas foram conservados os membros das comissões de Numismática e de Filatelia, por se tratar de técnicos, dificilmente substituíveis.

Passando à primeira parte da ordem do dia, propôs o sr. presidente que fossem inseridos nas atas votos de pesar pelo falecimento dos consócios dr. Rodolfo Miranda, João Augusto de Toledo e Clovis Ribeiro, cujos merecimentos enalteceu. A seguir, foram lidas pelo 1.º secretário as propostas para novos sócios, a saber: para sócio correspondente, José Maria de Moraes, de Recife, e para a categoria de sócios efetivos, os drs. Arnaldo Amado Ferreira, José Ribeiro de Sá Carvalho e Telésforo de Sousa Lobo, residentes nesta cidade. Foi, igualmente, apresentada uma proposta assinada por muitos sócios, para serem transferidos da categoria de sócios efetivos para a de sócios honorários os srs. dr. Alvaro de Sales Oliveira, dr. Frederico de Barros Brotero, desemb. Júlio Cesar de Faria, prof. João Augusto de Toledo e dr. Carlos da Silveira.

Antes de entrar na segunda parte da ordem do dia, refere-se o sr. presidente à passagem, por esta cidade, das urnas que continham os restos mortais dos heróis de Laguna e Dourados, sendo seu intuito justificar por que motivo o Instituto não se fizera representar nessas comemorações cívicas. Essa ausência foi notada por vários sócios, que o interpelaram a esse respeito. Fez ver, então, o sr. presidente, que se trata de comemoração oficial, promovida pelo Governo do Estado, com convites e designações especiais, não tendo sido lembrado o Instituto Histórico, por essa ocasião, para fazer-se representar nas homenagens prestadas aos nossos heróis. Suas palavras, insiste, não encerram censura a quem quer que seja; trata-se, apenas, de uma justificação. Infelizmente, esses lapsos, continua, não são muitos raros entre nós, o que, ainda hoje, pode ser confirmado, porisso mesmo que o Instituto Histórico não recebeu convite para nenhuma das inau-

gurações com que as autoridades locais comemoram a data da fundação de nossa cidade, nem mesmo para a inauguração da Biblioteca Pública Municipal, de tão elevada significação cultural. Insistindo ainda, na natureza da sua explicação, passou-se à segunda parte da ordem do dia, dedicada à comemoração da data do 388.º aniversário da fundação da cidade. Depois de algumas referências sumárias à importância da efeméride foi dada a palavra ao orador oficial do Instituto, dr. José Carlos de Ataliba Nogueira que passou a ocupar a tribuna, debaixo de palmas da assistência.

S. s. fez girar a sua conferência em torno do estudo comparativo entre o surto de progresso que a cidade e, de modo geral, o Estado de São Paulo, nos oferece, e suas condições há setenta anos atrás. Para isso se firma nos dados fornecidos pelo livro do senador Joaquim Floriano de Godói, intitulado: **A Província de São Paulo**, publicado em 1875 no Rio-de-Janeiro. Trata-se de obra muito rara, da qual o Instituto não possui nenhum exemplar. O que o orador apresenta foi cedido gentilmente pela família do autor, por intermédio do dr. Frederico de Barros Brotero. Inicialmente, chama o orador a atenção para o fato de possuir o Estado de São Paulo, naquela data, a escassa população de 800.000 habitantes. Se considerarmos que o último recenseamento nos deu sete milhões de habitantes, teremos que verificar, estarecidos, um crescimento demográfico jamais igualado em país nenhum, de um milhão de habitantes por cada decênio, se repartíssemos uniformemente, no decorrer dos anos, o crescimento da população. No que respeita à nossa cidade, informa-nos que, naquela data, não contava mais do que vinte mil habitantes, quase a metade dos quais, constituída por escravos. O confronto continua extremamente interessante, mostrando o orador o que era São Paulo antes do movimento de expansão para o Oeste, bastando citar os números referentes às principais cidades do vale do Paraíba, de maior população do que a Capital, e o que, naquela época, representava a cidade de Rio Preto, com apenas mil habitantes. Campinas era, então, considerada a "Capital agrícola" da Província; e Santos, ainda que "o porto mais importante", vilarejo de pouco mais de sete mil habitantes, sem considerarmos São Vicente.

Passando, depois, a considerar o progresso industrial do nosso Estado, que fez da cidade de São Paulo o maior parque industrial da América do Sul, mostra o orador que é impossível qualquer confronto com o que se passava há setenta anos, por ser, então, inexistente a indústria paulista, sob seus vários aspectos. Termina fazendo votos para que esse ritmo de prosperidade

não venha a sofrer quebra no futuro, para maior engrandecimento do Brasil.

Concluída a oração, foi o orador calorosamente aplaudido. Usando da palavra mais uma vez, o sr. presidente felicita o dr. Ataliba Nogueira pela sua oração e pelo imprevisto que soube imprimir à mesma, que destoou das peças oratórias desse gênero. Em seguida, pede aos senhores consócios que, em virtude do adiantado da hora, e em atenção à presença, na assistência, de senhoras e senhorinhas, fosse adiada para a próxima sessão a discussão de qualquer outra proposta que, porventura, desejassem apresentar. A sessão foi encerrada às vinte e três horas e trinta minutos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a.a.) **N. Duarte Silva**
Carlos Alberto Nunes
Plínio de Barros Monteiro.

ATA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 5 DE FEVEREIRO DE 1942

Presidente: Prof. Nicolau Duarte Silva.

1.º Secretário: Dr. Carlos Alberto da Costa Nunes.

2.º Secretário: Dr. Plínio de Barros Monteiro.

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de 1942, em sua sede social, à rua Beijamim Constant, n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a segunda sessão ordinária anual com a presença dos sócios srs. drs. Frederico Brotero, Plínio de Barros Monteiro, Carlos Alberto Nunes, José Carlos de Ataliba Nogueira, Enzo Silveira, Mário de Sanctis, Roberto Thut, Geraldo Rúffolo, Francisco Isoldi, Alvaro Veiga Coimbra, prof. N. Duarte Silva e Carlos Borges Schmidt.

Havendo número legal, foi declarada aberta a sessão às 21 horas, pelo primeiro vice-presidente, prof. Nicolau Duarte Silva, em funções de presidente, por se encontrar doente o Presidente Perpétuo do Instituto, dr. José Torres de Oliveira. Não tendo comparecido, também, por motivo justificado, o primeiro secretário, o sr. presidente convidou para secretariarem a sessão os srs. drs. Carlos Alberto da Costa Nunes, segundo secretário do Instituto, e Plínio de Barros Monteiro, respectivamente, como primeiro e segundo secretários. Pelo sr. presidente foi justificada

a ausência dos sócios dr. Afonso de E. Taunay e prof. Dácio Pires Correia, que seguiram para Taubaté, a-fim-de representarem o Instituto nos festejos da comemoração do centenário da cidade. Dando início à primeira parte da ordem do dia, o sr. presidente consulta os sócios presentes sobre a conveniência da dispensa da leitura da ata da sessão de 25 de janeiro passado, por já ter sido divulgada, na íntegra, pela imprensa. Pede a palavra o dr. Ataliba Nogueira para observar que no Relatório das atividades do Instituto durante o ano de 1941, apresentado na sessão de 25 de janeiro deste ano, foram omitidos fatos importantes, tais como a visita feita ao Instituto pelo Príncipe D. Pedro e a menção do nome do orador na parte referente à inauguração da placa comemorativa do centenário de Amador Bueno, colocada no Instituto. O sr. presidente faz ver que sua consulta se referia apenas à leitura da ata da sessão anterior. Quanto às omissões alegadas, nada podia dizer no momento, mas anotava a observação para a correção que se fizesse oportuna. Não tendo ninguém mais apresentado objeções, foi aprovada a ata da referida sessão, que foi devidamente assinada pelos membros da Mesa.

Dada a palavra ao dr. Geraldo Rúffolo, que se achava inscrito, comunica o orador que está preparando quatro memórias para serem lidas em plenário, sucessiva ou alternadamente, de acordo com as oportunidades que se lhe ofereçam no curso dos trabalhos sociais. A primeira memória tratará da personalidade do prof. Rafael Correia da Silva Sobrinho e de sua obra jurídica; a segunda recordará uma visão de Monsenhor Francisco de Paula Rodrigues, o "Padre Chico", ulteriormente confirmada por vários testemunhos; a terceira, através de minucioso estudo comparativo, analisará as condições da classe média no período compreendido entre o fim do Império e o ano de 1927; e, finalmente, a quarta memória abordará vários problemas filosóficos em conexão com o desenvolvimento social de São Paulo até à atualidade. S. s. fez um resumo circunstanciado de todos esses temas, demorando-se particularmente a respeito do último, para terminar com o pedido de que sejam enviados convites às famílias paulistas que se interessam pelo histórico das idéias morais, em nosso meio, nas últimas décadas do século passado.

Passando-se para a segunda parte da ordem do dia, foi dada a palavra ao orador oficial do Instituto, prof. dr. J. C. de Ataliba Nogueira, que ocupou a tribuna para falar sobre o centenário da elevação de Campinas, Itú, Sorocaba e Taubaté à categoria de cidades. Inicialmente, fez o orador a apologia do direito português, direito de um novo colonizador, fazendo ressaltar as vantagens da instituição das sesmarias, como fator de grande

monta para o incremento da colonização do nosso território, tratando em seguida da instituição dos Municípios, o núcleo da verdadeira liberdade de um povo, das nossas liberdades, como frisou o orador, por ser por meio de seus representantes, os membros do conselho municipal, que o povo dirige os seus destinos. Estuda, em seguida, as ordenações afonsinas, chamando a atenção dos presentes, com notável acuidade, para a transcendência do Livro 5.º dessas Ordenações, tão malsinado pelos historiadores. O rigor que parece ressaltar de todos aqueles artigos e que se nos afigura excessivo, quando não absurdos, visava, exclusivamente, a um único escopo: incrementar a emigração para o Brasil. Daí a frequência das duas penalidades impostas a faltas leves e levíssimas: *pena de morte ou desterro para o Brasil...* O que na prática se-observava, de fato, era apenas a aplicação do segundo membro do dilema: todos os infratores, longe de serem justificados sumariamente, eram deportados para aquem do Atlântico, onde se afirmavam como membros operosos da colônia incipiente. Depois de haver, desse modo, feito a apologia da formação portuguesa da nossa nacionalidade, passou o orador a referir-se, *sumariamente*, às cidades de Taubaté, Itú e Sorocaba. Inicialmente, recordou o orador a opulência da zona cafeeira do vale do Paraíba, com as suas vilas prósperas, algumas mais antigas do que São Paulo, algumas mais povoadas do que "a modesta cidade dos estudantes de Direito". Dentre todas, disse, Taubaté ocupou o primeiro e mais importante lugar. Era tal a pujança do vale do Paraíba que — lembra o orador — inspirou a proposta do Senador Godói no sentido de que se formasse uma nova Província — a Província do Sapucaí — à custa dessa zona do nosso Estado e de parte do Estado de Minas. Acompanha, depois, o movimento agrícola que se vai deslocando para o vale do Tietê, onde crescem e avultam Sorocaba, Itú e Campinas. Detem-se, a seguir, na história das duas primeiras dessas cidades, Sorocaba, célebre por suas feiras, capital da Província ao tempo da revolução de 1842, e Itú, berço de tantas famílias paulistas. Mas, é a respeito de Campinas que o orador se detem mais circunstanciadamente, falando com entusiasmo sincero e arrebatador, e fazendo timbre em confessar que falava como campineiro que se ufava desse sentimento de salutar bairrismo que caracteriza todos os filhos daquele rincão bendito. Desse modo, acompanha a história da cidade desde os primórdios, quando apenas se falava nos "Campinhos abertos no mato grosso do caminho dos Guajanaezes", donde, posteriormente, se derivou o nome da freguesia, separada da de Jundiáí, de "Nossa Senhora da Conceição do Mato Grosso". Com o aumento da povoação, o antigo pouso de estrada

foi elevado à categoria de Vila, com o nome de Vila de São Carlos, até que há um século, na data que hoje comemoramos, foi elevada à de cidade, sob a denominação de Campinas, talvez corruptela da primitiva denominação, mas, de qualquer forma, mais adequada depois da derrubada das matas que cobriam toda a região. Evocando a figura dos grandes campineiros, da monarquia e da república, insiste o orador em que não é possível apresentar uma lista completa, bastando citar algumas personalidades de maior vulto no domínio da política, das letras, das artes e, finalmente, do clero, apresentando um apanhado da individualidade de cada uma. Relembrando, por fim, as tradições das quatro centenárias cidades paulistas, o orador prestou a homenagem do Instituto ao fato que marcou decidido passo no progresso da então Província de São Paulo.

Prolongada salva de palmas seguiu-se às últimas palavras do orador. Mas uma vez pediu a palavra o sócio dr. Geraldo Rúffolo, para evocar o nome do genial campineiro Carlos Gomes e enaltecer-lhe o merecimento na ocasião em que se prestava homenagem tão significativa à cidade que, por tantos títulos, foi denominada a "Princesa do Oeste".

Como ninguém mais quisesse falar, o sr. presidente, depois de convidar os sócios presentes para a próxima sessão marcada para o dia 5 de março próximo, encerrou os trabalhos do dia precisamente às 22 horas e 40 minutos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a.a.) José Torres de Oliveira
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes.

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, COMEMORATIVA
DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO
VISCONDE DE TAUNAY, REALIZADA NO DIA 22 DE
FEVEREIRO DE 1943**

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira.
1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.
2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e quarenta e três, em sua sede, à rua Benjamim Constant, n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São

Paulo uma sessão extraordinária, solene, comemorativa do primeiro centenário do nascimento de Alfredo d'Escragnolle Taunay, Visconde de Taunay, com a presença dos sócios srs. drs. José Torres de Oliveira, José Carlos de Ataliba Nogueira, Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker, Carlos da Silveira, desemb. Afonso José de Carvalho, Igor Nicolaievitch Dolgorukij, Jorge Bertolaso Stela, Marcelo de Toledo Piza e Almeida, Djalma Forjaz, Alvaro da Veiga Coimbra, Aureliano Leite, Alípio Leme de Oliveira, Domingos Laurito, Frederico de Barros Brotero, Carlos Alberto Nunes, Felix Guisard Filho, Geraldo Rúffolo, Carlota Pereira de Queiroz, Antônio Carlos Pacheco e Silva, Roberto Simonsen, Prof. Dácio Pires Correia, Felix Soares de Melo, Hermes Pio Vieira, Tte.-Cel. Luiz Tenório de Brito, prof. Hildebrando Siqueira, prof. Nicolau Duarte Silva, prof. Celestino Fazzio, prof. Tito Lívio Ferreira e padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire. Justificaram sua ausência os sócios drs. Cesar Trípoli e Leonardo Pinto. Perante numeroso e seletto auditório e os representantes de autoridades civís, militares e eclesiásticas, o presidente perpétuo do Instituto, dr. José Torres de Oliveira, secretariado pelos srs. prof. Tito Lívio Ferreira e dr. Carlos Alberto Nunes, declarou aberta a sessão, tendo convidado para tomar assento à mesa o dr. Paulo d'Escragnolle Taunay e sua Exma. Esposa, d. Maria Luiza Botelho d'Escragnolle Taunay, representantes do dr. Afonso d'Escragnolle Taunay; cap. Guilherme Rocha, representante do Sr. Interventor Federal no Estado; Tte. Alberto Cardoso, representante do Sr. Comandante da 2.^a Região Militar; cônego Rolim Loureiro, representante do sr. Arcebispo Metropolitano; dr. Gofredo da Silva Teles, Presidente do Departamento Administrativo do Estado; dr. Álvaro Soares Brandão, representante do sr. Consul de Portugal; dr. René Thiollier e d. Prisciliana Duarte de Almeida, representantes da Academia Paulista de Letras; sr. Zuínglio Homem de Melo presidente da Sociedade Numismática Brasileira; dr. Anibal de Andrade, representante do sr. Prefeito Municipal; dr. Ari Junqueira, representante do sr. Secretário da Segurança Pública; dr. Jorge da Silveira Melo Filho, representante do sr. Secretário da Educação; e prof. José Cesar Rosa, representante do diretor do Departamento de Educação.

Foram lidos pelo 1.^o Secretário, vários telegramas, cartas e officios de particulares e de instituições culturais do país, que se fizeram representar na solenidade, trazendo sua solidariedade às homenagens prestadas à memória do grande brasileiro. O Sr. Presidente Perpétuo, a seguir, fez um ligeiro esboço da personalidade do Visconde de Taunay, tendo comunicado que, além da conferência anunciada para hoje e que iria ser feita pelo orador

oficial do Instituto, dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, já estavam determinadas mais duas para dias que seriam oportunamente marcados, a saber: uma pelo Tte.-cel. Tenório de Brito, e outra pelo prof. Tito Lívio Ferreira, que estudariam, respectivamente, a personalidade do Visconde de Taunay como militar e como escritor e parlamentar. A seguir, deu a palavra ao dr. Paulo de Escragnonle Taunay, que leu, em nome do dr. Afonso de Taunay, seu pai, a seguinte justificativa da ausência deste na reunião: "Pede-me meu Pai que o represente nesta solenidade, a ele, a mim e a todos os nossos, tão grata, encarregando-me de ler algumas palavras ditadas pelo seu grande reconhecimento e justificadoras de sua ausência a esta reunião: — "Forçado a afastar-me de São Paulo em virtude de compromisso antigo com o Instituto de Geografia e História Militar e com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, representados pelos seus eminentes Presidentes, os exmos. srs. General Sousa Doca e Embaixador Macedo Soares, é com verdadeiro pesar que deixo de assistir às homenagens que neste recinto agora se prestam à memória de meu Pai. Não encontro termos pelos quais possa agradecer, à altura de sua significação, o que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo entendeu executar exaltando figura que me é tão cara, entre uma série das mais nobilitantes e carinhosas demonstrações. Ao nosso querido Presidente Perpétuo, aos seus digníssimos colegas de Diretoria, ao nosso orador oficial Dr. Ataliba Nogueira, mestre da tribuna, a todos os meus companheiros de trabalho nesta casa da tradição, já quase meio-secular, dos *Gesta Brasiliae per Paulistas*, aos dedicadíssimos servidores de sua administração, a toda a grande família do Instituto, sempre tão bondosa, que dizer, se não o mais comovido e grato dos "muito e muito obrigado"! Às comemorações do Instituto aderiu a Companhia Melhoramentos de São Paulo com uma exposição bio-bibliográfica, a mais sugestiva e valiosa. Quero endereçar aos dedicados editores de quase toda a obra de meu Pai os meus mais sinceros agradecimentos. Recebo, agora, nova e a mais desvanecedora demonstração da amizade do Instituto, deste Grêmio que tanto prezo e a que tanto me honro de pertencer, cuja generosidade me conferiu um título da mais alta relevância e do qual sobremodo me ufano. Assim, embargado pela comoção decorrente do avivamento da saudade filial, só me é dado repetir: A vós todos, generosos amigos, muito e muito obrigado!"

A seguir, foi dada a palavra ao dr. Ataliba Nogueira, orador oficial do Instituto, que discorreu longamente a respeito da vida e da obra multiforme do Visconde de Taunay, traçando-lhe a

biografia luminosa, desde os seus ascendentes ilustres; os primeiros estudos sob a direção do seu próprio pai, o Barão de Taunay, preceptor de S. M. D. Pedro II; o curso excepcional na Escola Militar; as vicissitudes na campanha militar do Paraguai; a fase parlamentar e administrativa, durante os últimos anos do regime monárquico no Brasil; e, finalmente, o derradeiro período da existência do grande brasileiro, já então retirado da vida pública para dedicar-se aos seus estudos prediletos e variados. Em seguida, o orador faz um rápido esboço a respeito da atividade literária do Visconde de Taunay, salientando as duas obras-primas universalmente conhecidas, o romance *Inocência* e a descrição do episódio da campanha da guerra do Paraguai, conhecido pelo nome de *Retirada da Laguna*, as quais, sem exagero nem receio de contestação, podem ser classificadas como duas jóias da literatura universal. Devido à premência do tempo, o orador declara que não pode demorar-se na apreciação de toda a obra artística e literária do autor, conquanto houvesse trazido uma relação completa da bibliografia do Visconde de Taunay, com datas e demais indicações bio-bibliográficas pertinentes ao assunto. Contudo, ainda se estendeu na apreciação do sentimento monárquico do homenageado e de sua fidelidade aos princípios que nortearam por mais de meio século os destinos políticos do Brasil, apreciando o valor literário e moral de alguns livros do Visconde de Taunay, entre os quais salientava o que traz o título de *Um Grande Imperador*. Numa peroração eloquente, em que o orador exaltou o patriotismo do Visconde de Taunay, comprovado em toda a sua atuação como escritor e como homem público, conclue o dr. Ataliba Nogueira a sua conferência, entre prolongada salva de palmas da assistência. O sr. Presidente Perpétuo, dr. José Torres de Oliveira, faz uma elogiosa referência à brilhante oração do Dr. Ataliba Nogueira, observando que o Instituto permite a livre manifestação de opiniões políticas por parte dos seus sócios, desde que estes evitem suscitar polêmicas. E, depois de agradecer às autoridades presentes, aos representantes da Imprensa e instituições culturais, e ao público, a sua participação nas homenagens prestadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ao Visconde de Taunay, dá por encerrada a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

ATA DA 3.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE MARÇO DE 1942

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira.

1.^o Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

2.^o Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Aos cinco dias do mês de março do ano de 1942, à rua Benjamin Constant. n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sua 3.^a sessão ordinária anual, com a presença dos sócios srs. drs. José Torres de Oliveira, José Carlos de Ataliba Nogueira, Frederico Brotero, Artur P. A. Whitaker, Enzo Silveira, Afonso José de Carvalho, Carlos Alberto Nunes, René Thiollier, Gofredo da Silva Teles, A. F. Cesarino Júnior, Geraldo Rúffolo, Álvaro Soares Brandão, A. de E. Taunay, Álvaro da Veiga Coimbra, Ferruccio Rubbiani, prof. Tito Lívio Ferreira, tte.-cel. Luiz Tenório de Brito, prof. N. Duarte Silva, prof. Dácio Pires Correia, João Batista de Campos Aguirre, padre Paulo Aurisol C. Freire e representantes de várias autoridades civis, além de numerosa assistência.

Havendo número legal, foi declarada aberta a sessão pelo Presidente Perpétuo, dr. José Torres de Oliveira, que convidou os sócios presentes que não houvessem, ainda, assinado o livro de presença, a que o fizessem. Em seguida, o dr. Torres de Oliveira convidou para tomarem assento à Mesa os srs. drs. Gofredo da Silva Teles, presidente do Departamento Administrativo do Estado, Francisco Ari Junqueira, representante do dr. Secretário da Segurança Pública; Tirso Martins Filho, representante do dr. Secretário da Agricultura, e Cássio Vieira, representante do dr. Secretário da Fazenda. Iniciando os trabalhos do dia, faz ver o sr. presidente que a presente sessão é uma simples sessão ordinária, a terceira do ano corrente, mas que se reveste de certa solenidade pelo fato de haver o Instituto convidado o dr. Franchini Neto para proferir uma conferência sobre tema histórico. Porisso mesmo, e para não fatigar o auditório, prepõe aos srs. sócios que se inverta a ordem dos trabalhos, começando pela 2.^a parte, a saber, com a conferência, ficando a 1.^a parte, propriamente dita, para depois, mesmo porque está marcada para esta a discussão e eleição de propostas para novos sócios, o que só poderá ser feito em sessão secreta, sob sigilo dos consócios. Não havendo objeções, foi dada a palavra ao dr. Franchini Neto, que iniciou a sua conferência sobre a figura do abolicionista dos últimos anos da monarquia, Antônio Bento de Sousa e Castro, que no dia 24 de agosto de 1882, diante do corpo de Luiz Gama,

assumira o compromisso público de trabalhar para que não percesse a obra do grande poeta-abolicionista que baixava, nesse dia, à sepultura. Em traços incisivos, s. exa. recorda a vida de Antônio Bento, desde os bancos acadêmicos, fazendo ressaltar episódios que revelavam, desde então, o caráter combativo e independente do futuro paladino dos escravos. Como juiz municipal de Atibaia, por ocasião da epidemia de varíola que, então, assolou a localidade, teve oportunidade de revelar a sua natureza de apóstolo. Mas, foi somente depois de ter sido removido para São Paulo, quando entrou em contacto direto com Luiz Gama, que se inflamou pela causa sagrada da abolição dos escravos. O orador recorda os principais episódios dessa fase agitada do biografado, tendo lido trechos de seus artigos de jornal, publicados na época, em estilo violento e provocador e que bem refletem o desassombro com que Antônio Bento enfrentava os potentados da época, os detentores da riqueza representada pelo braço escravo. Depois de se haver demorado na descrição do modo por que Antônio Bento promovia e facilitava a fuga dos escravos despovoando deles as fazendas e abrigando-os em sítios adrede preparados — mais numerosos em Santos — conclue pateticamente o orador o seu trabalho com a narrativa da morte de Antônio Bento, imaginando-o recebido no Alem pelo velho preto que, amigo dedicado, o acompanhou em muitas fases de sua vida agitada. As últimas palavras do orador foram cobertas por uma salva de palmas da assistência, que, literalmente, enchia o salão do Instituto. O dr. Torres de Oliveira dirige ao conferencista palavras de agradecimento e de felicitação, comunicando, em seguida, aos assistentes, que ia passar para a parte referente aos trabalhos ordinários do Instituto, e observando que podiam retirar-se os que quisessem fazê-lo, mas que somente a última parte desses trabalhos — a discussão e votação das propostas para novos sócios — é que deveria ser secreta. Com a retirada das pessoas estranhas ao Instituto, ficaram apenas os sócios, sendo iniciados, então, os trabalhos da primeira parte da ordem-do-dia. Por achar-se na antessala o novo sócio dr. Ferruccio Rubbiani, recentemente eleito, foi nomeada uma comissão para introduzi-lo no recinto, composta dos drs. Geraldo Rúffolo, Enzo Silveira e Cesarino Júnior, tendo-se posto de pé os membros da Mesa e os assistentes, até que o novo sócio assinasse no livro de presença, depois do que foi declarado empossado pelo sr. presidente, que convidou o orador oficial do Instituto, dr. Ataliba Nogueira, para saudar o novo sócio. Num brilhante improviso, o orador salienta os méritos do dr. Ferruccio Rubbiani e a simpatia a que faz jus,

por parte de todos os presentes, pelo seu trabalho cultural, citando as suas traduções recentes, entre outros trabalhos de valor, dos livros de Pedro Calmon — "História do Brasil" — e de Ronald de Carvalho — "Pequena História da Literatura Brasileira" — observando que a 2.^a edição desta última obra, prestes a ser publicada, sairá enriquecida com um capítulo inédito do tradutor, relativo a vultos da nossa literatura hodierna. Em seguida, foram iniciados os trabalhos, tendo o 2.^o secretário lido a ata da sessão de 5 de fevereiro p. passado, a qual foi aprovada sem discussão. O sr. presidente comunica aos sócios presentes que, quanto à correspondência do Instituto, não há documento que mereça ser lido em plenário, e que as ofertas, de sócios ou de pessoas estranhas ao Instituto, continuam numerosas. O sr. 1.^o secretário lê, em seguida, uma carta-proposta do sócio sr. Ciro Tassara de Pádua relativa à idéia aventada pela "Sociedade Amigos da Cidade", de que seja erigido um monumento a Anchieta, o "fundador de São Paulo". Propõe o missivista que o Instituto se manifeste por meio de ofício dirigido à referida sociedade para observar que nenhuma objeção se pode fazer a qualquer homenagem que se queira prestar ao vulto inconfundível de Anchieta; mas que, se se trata de homenagear o "fundador de São Paulo", cabe acentuar que esse título pertence, por direito, a Manuel da Nóbrega. Posta em discussão, vários sócios se manifestaram, tendo opinado o dr. Afonso de Taunay que se dirimisse a questão erigindo um monumento aos três jesuitas que para aqui vieram nos primórdios de nossa formação, os dois mencionados e mais o padre Manuel de Paiva, de influência não despreciada naquela fase decisiva, porisso mesmo que era primo de João Ramalho. A respeito de Anchieta, e corroborando a idéia do sr. Ciro Tassara de Pádua, lembra a frase de Capistrano de Abreu, de que quanto mais estudava a vida de Anchieta, mais crescia a sua admiração por Nóbrega. Finalmente, sugere o dr. Ataliba Nogueira, que seja dirigida a carta à Comissão de História do Instituto, para que esta se manifeste e o Instituto possa, oportunamente, tomar todas as providências pertinentes ao caso, com pleno conhecimento da questão. O dr. Rúffolo, também, pede a palavra, para reforçar os conceitos do dr. Afonso de Taunay, entremeando as suas reflexões com provérbios adequados ao aspecto moral da questão histórica suscitada. Os trabalhos prosseguem, tendo pedido a palavra o prof. Dácio Pires Correia, que lê um interessante trabalho a respeito do centenário da elevação da antiga freguesia de Santíssima Trindade de Pirapora à categoria de vila, sob o nome de Pirapora

de Curuçá, mais tarde cidade de Tietê, denominação que até hoje se conserva. Faz o orador um apanhado histórico dessa localidade, de sua importância cultural na vida do Estado e do País, para concluir com a enumeração dos principais troncos oriundos daquela localidade, de famílias de grande projeção social: os Laras, os Arrudas, os Assunções, os Almeida Morais e outros, citando, por último, dentre os vivos, o nome de Cornélio Pires, que enriqueceu a literatura nacional com termos novos e expressões colhidas diretamente da vida do nosso sertanejo. O dr. Afonso de Taunay dá um aparte, para dizer que a família Pires Correia, a que pertence o orador, é também originária de Tietê. Continuando com a palavra, termina o prof. Dácio Pires Correia propondo que o Instituto consigne em ata a ocorrência, a 8 do corrente, do centenário acontecimento da história de Tietê.

Passou-se, em seguida, à discussão e votação de propostas de novos sócios, tendo sido aprovadas, por unanimidade, as seguintes propostas: — Para sócios efetivos, os drs. José Ribeiro de Sá Carvalho e Arnaldo Amado Ferreira, e para sócios correspondentes os drs. José Mariz de Morais, Arlindo Drummond Costa e tte.-cel. Rui de Almeida. A respeito deste último, observa o sr. presidente tratar-se de proposta apresentada pelo consócio de Amparo, prof. Hildebrando Siqueira, grande amigo do Instituto. O nome do proponente, continua s. exa., é para os sócios do Instituto uma certeza de que lhes traz um bom companheiro. Terminada essa parte dos trabalhos, apresenta o dr. Torres de Oliveira uma proposta coletiva, de transferência dos sócios srs. da categoria de efetivos para a de honorários.

E' grande a lista dos proponentes, quase todos presentes à sessão. Por esse motivo, acha s. exa. desnecessário submeter a proposta a discussão, opinando que seja aclamada a proposta, sem maiores delongas, o que foi confirmado por prolongadas palmas. Observa ainda s. exa. que, entre os nomes dos novos sócios honorários figura o do prof. João Augusto de Toledo, recentemente falecido, o que, a seu ver, não impedia que fosse incluído na homenagem. Essa particularidade, até, era mais um motivo para que lhe fosse confirmada essa dignidade póstuma, à guisa do que se faz no exército com as promoções, depois da morte, por merecimento dos seus membros.

Pede a palavra, novamente, o dr. Afonso de Taunay, para comunicar à Casa o resultado de sua visita, em companhia do prof. Dácio Pires Correia, à cidade de Taubaté, por ocasião do centenário recentemente comemorado. Depois de descrever os festejos a que esteve presente, propõe que o Instituto envie feli-

citações aos taubateanos por intermédio do digníssimo prefeito da cidade, dr. Antônio de Oliveira Costa, assim como para que sejam enviados votos de congratulação ao dr. Felix Guisard Filho pelo brilho invulgar que soube emprestar àquela comemoração. Comunica, também, ter sido magnífica a impressão causada pela placa enviada pelo Instituto, para aquela solenidade, e que figura no obelisco comemorativo.

Voltando a falar, o sr. presidente, em prosseguimento, dá explicações ao orador do Instituto, dr. Ataliba Nogueira, a respeito de sua reclamação relativa às omissões observadas no relatório dos trabalhos do Instituto no correr do ano de 1941. Concede que seja procedente a reclamação, mas que uma das omissões anotadas ficava, *ipso facto*, corrigida com a reclamação apresentada na sessão anterior. Quanto à particularidade da omissão da referência à visita do Príncipe D. Pedro ao Instituto, s. exa. achava que não se tratava de falha intencional, mas de um lapso possível de várias explicações. Para muitos, o Príncipe D. Pedro era o símbolo de uma instituição que por meio século presidiu aos nossos destinos; mas, para outros, era encarado, simplesmente, como uma pessoa particular, sem maior relevo além dos de sua individualidade própria; é moço e promissor, mas, por enquanto, não passa de esperanças. E' possível, admite s. exa., que o relator assim pensasse, razão por que o fato da visita do Príncipe ao Instituto não o impressionou suficientemente, como se dá com os casos excepcionais, para que dela se recordasse por ocasião de escrever o relatório. E' a única explicação que encontra para o caso, uma vez que fica excluída qualquer intenção de menosprezo.

Foi dada a palavra, em prosseguimento, ao sócio dr. Geraldo Rúffolo, que chama a atenção dos presentes para os seguintes pontos: 1.º) Justifica a ausência, na sessão, do sócio prof. Otoniel Mota; 2.º) congratula-se com o Instituto por haver comparecido à sessão o dr. Gofredo da Silva Teles, em quem s. exa. vê um símbolo da civilidade; 3.º) propõe um voto de pesar pelo passamento do dr. Epitácio Pessoa; 4.º) comunica que se encontra acamado, há dias, o d.d. presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sr. Embaixador dr. José Carlos de Macedo Soares, pedindo que fosse inserido em ata um voto de breve e completo restabelecimento, assim como fosse nomeada uma comissão para fazer uma visita a s. exa.; 5.º) refere-se à publicação recente, na domingueira do "Jornal do Comércio", de uma memória histórico-militar de autoria do dr. Afonso de E. Taunay, acerca do seu progenitor, o ínclito visconde de Taunay e de sua espontânea retirada das fileiras do Exército Nacional. Intitula-se essa memória: "Nobilíssima manifestação de despedida"; 6.º)

lembra que na data de 5 do corrente, há 99 anos, partiu do Rio-de-Janeiro a esquadra que ia à Itália para trazer d. Teresa Cristina, já casada, por procuração, com o sr. D. Pedro II. Faz ver, também por curiosa aproximação, que o dia 8 de março é data da chegada, na Baía, do príncipe D. João VI e de parte de sua comitiva, fato que não pode passar despercebido, pelas consequências incalculáveis, que daí decorreram, para os nossos destinos. Pede, porisso, um voto de recordação do Instituto, referente a essas duas efemérides. Todas essas propostas e sugestões foram aprovadas sem debate.

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, e em vista do adiantado da hora, foi declarada encerrada a sessão, pelo dr. José Torres de Oliveira, precisamente às 23 horas e 30 minutos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a.a.) N. Duarte Silva
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes.

ATA DA 4.^a SESSÃO ORDINÁRIA, EM 6 DE ABRIL DE 1942

Presidente: Prof. Nicolau Duarte Silva.

1.^o Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

2.^o Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Realizou-se no dia 6 do corrente a quarta sessão ordinária anual do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com a presença dos sócios srs. drs. A. P. de Aguiar Whitaker, Afonso de Taunay, Enzo Silveira, Francisco Isoldi, Ferruccio Rubbiani, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, José Ribeiro de Sá Carvalho, Domingos Laurito, Carlos Alberto Nunes, profs. N. Duarte Silva, Tito Lívio Ferreira e Joaquim Silveira Santos. Por não haver comparecido o presidente perpétuo do Instituto, o dr. José Torres de Oliveira, assumiu a presidência o primeiro vice-presidente, professor Duarte Silva. Havendo número legal, foi declarada aberta a sessão. Iniciando os trabalhos, o professor Duarte Silva justifica a ausência do dr. Torres de Oliveira e dos sócios drs. Carlos da Silveira, Geraldo Rúffolo, Cesarino Júnior e Leonardo Pinto, que não puderam comparecer. A seguir, o sr. presidente consulta a casa a respeito da dispensa da leitura da

ata da sessão anterior, de 5 de março, visto já ter sido a mesma publicada na íntegra na imprensa local, o que foi aprovado pelos presentes. Comunica, então, o sr. presidente, que na antesala encontravam-se dois novos sócios, o professor Joaquim Silveira Santos e o dr. José Ribeiro de Sá Carvalho, recentemente eleitos. Para introduzi-los no recinto, foi nomeada uma comissão de três membros, os drs. Francisco Isoldi, Bueno de Azevedo Filho e Enzo Silveira, tendo sido introduzidos, sucessivamente, os novos recipiendários, os quais foram recebidos entre palmas por todos os presentes, que se conservaram de pé até haverem eles assinado no livro de presença. Para saudá-los, o sr. presidente designou o primeiro secretário, professor Tito Lívio Ferreira, o qual, em uma alocução sucinta, fez o elogio dos novos sócios, salientando o merecimento de ambos. Relembra a operosidade do dr. Sá Carvalho, cujos estudos a respeito do Estado de Mato-Grosso têm sido publicados na imprensa desta Capital. Dirigindo-se, depois, ao professor Joaquim da Silveira Santos, mostra-se comovido pela circunstância especial de haver sido designado para saudar o seu professor de há vinte anos. Em resposta, o dr. Sá Carvalho agradeceu a maneira fidalga com que era recebido naquele momento, fazendo um estudo retrospectivo de sua vida em relação com o Estado de Mato-Grosso, onde mora há trinta anos e ao qual se tem dedicado em pesquisa desinteressada acerca dos problemas de sua história e de sua natureza. É com entusiasmo que o orador se refere ao muito que viu no grande Estado do Oeste, em tantos anos de fecunda observação, tendo assistido ao nascimento de muitas cidades, à abertura de muitas vias de comunicação, ao desenvolvimento, em suma, de zonas extensas que se integram, desse modo, à vida real de nosso grande país. Em todo o seu discurso, o orador fala sempre na primeira pessoa — percorri terras, vadeei rios, ví e assistí à chegada de novos desbravadores — o que demonstra quão intimamente casada se encontra a sua vida com a história hodierna do grande Estado do Oeste. Fala, em seguida, o professor Joaquim da Silveira Santos, com visível emoção, para agradecer a saudação que lhe fizera o seu antigo aluno, que nesse momento ocupa o lugar de primeiro secretário do Instituto, externando a sua satisfação por se ver incluído entre os sócios do Instituto Histórico, de tão notável projeção na vida do nosso Estado. Em prosseguimento, foram lidos pelo primeiro secretário dois ofícios enviados, respectivamente ao sócio correspondente dr. Felix Guisard Filho e ao prefeito de Taubaté, referentes ao relatório apresentado ao Instituto pelo dr. Afonso de E. Tau-

nay, sobre os festejos da comemoração do centenário, da elevação daquele município à categoria de cidade. Comunica, também, o sr. presidente que se acha sobre a mesa o relatório do dr. Afonso de E. Taunay a respeito da questão suscitada pelo sócio dr. Ciro Tassara de Pádua, de que já se tratou na sessão anterior, relativa ao monumento a Anchieta. Mas, em virtude de não haver, ainda, o Instituto recebido o parecer dos outros membros da comissão incumbida de se manifestar sobre o assunto, consulta os presentes a respeito da conveniência de ser adiada a leitura do documento aludido, até serem recebidos os outros pareceres. Foi aprovada essa maneira de ver. Em seguida, refere-se o sr. presidente à impossibilidade de serem postas em votação as novas propostas para sócios, por não se haver ainda manifestado a comissão de sindicância. Em prosseguimento aos trabalhos, refere-se o sr. presidente ao falecimento recente do sr. Cândido Mota e do sr. Felix Guisard, este último em Taubaté, propondo que fosse inserido voto de pesar na ata da sessão. Em seguida pediu a palavra o dr. Bueno de Azevedo Filho, para falar a respeito da personalidade do professor Cândido Mota. Usando da palavra, faz o erudito linhagista o elogio desse eminente vulto, acompanhando com carinho toda a sua história individual e da família, desde o fidalgo tronco bracarense, de onde provem a família dos Motas, a saber: do alferes José Antônio da Mota, o qual veio para o Brasil no último quartel do século XVIII e se casou em Paracatú por volta de 1870. Num documentário, exato e minucioso, faz o orador o elogio histórico do professor Cândido Mota, acompanhando o biografado em todas as fases de sua vida sempre dedicada aos grandes problemas sociais e da cultura, que fizeram o seu nome conhecido além das fronteiras do país, para concluir com uma síntese dos predicados que retratam algumas facetas daquele espírito polimórfico: luminar da ciência do Direito, professor emérito, historiador e sociólogo concienzoso, homem público exemplar, caráter sem mácula, erudição fulgurante — foi como o dr. Bueno de Azevedo Filho concluiu a sua peça oratória, pedindo que fosse inserido um voto de pesar, na ata da sessão, pelo infausto passamento desse sócio ilustre, e que fossem enviados pêsames à família do morto. Prolongada salva de palmas cobriu as últimas palavras do orador. Usando da palavra, mais uma vez, o sr. presidente cumprimenta o dr. Bueno de Azevedo Filho pela sua brilhante peça oratória, fazendo ver que o voto de pesar já havia sido proposto, como de justiça. Ninguém mais tendo feito uso da palavra, passou-se para a segunda parte da ordem-do-dia, dando o sr. presidente a pala-

vra ao professor Tito Lívio Ferreira, que se achava inscrito para falar, o qual leu um capítulo inédito de seu trabalho intitulado **Gênese Social da Gente Bandeirante**, a respeito das "Posturas quinhentistas". Depois de um retrospecto sumário do que era a vida municipal na antiguidade, em Grécia e Roma, acompanha o conferencista as modificações porque passou o Direito nessas manifestações da vida coletiva, fazendo um apanhado sucinto, mas suficiente, dos primórdios do Cristianismo e da denominada *Ida-de-Média*, para se deter no estudo da vida social do Portugal primitivo com sua autonomia municipal até à transplantação, para o nosso meio, dessa altiva manifestação de liberdade de nossa gente, que, por suas câmaras e seus conselhos, dirigia os seus próprios destinos. Entrando diretamente no assunto, estuda o conferencista as posturas da câmara de Santo-André-da-Borda-do-Campo, de 12 de fevereiro de 1556 até a última que chegou ao nosso conhecimento, dos fins de março de 1558, evocando a vida da povoação na fase inicial da nossa nacionalidade. Surgem aos nossos olhos curiosos aspectos da vida da sociedade de então, que se refletia nas medidas de repressão tomadas pela câmara, pertinentes a multas, distribuição de ofícios e medidas proibitivas que visavam o bem da Comunidade. Concluída a sua conferência entre palmas dos presentes, foi cumprimentado o professor Tito Lívio Ferreira pelo sr. presidente, que declarou, em seguida, encerrada a sessão, por não haver ninguém mais inscrito para falar. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa) Aguiar Whitaker
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 21 DE ABRIL DE 1942

Presidente: Prof. Tito Lívio Ferreira.
1.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.
2.º Secretário: Dr. Plínio de Barros Monteiro.

No dia 21 de abril de 1942, realizou-se a quinta sessão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, primeira sessão extraordinária do corrente ano, em sua sede à rua Benjamin

Constant n. 152. Compareceram os seguintes sócios: senhores drs. Afonso José de Carvalho, Plínio de Barros Monteiro, Cesar Trípoli, Carlos Alberto Nunes, Geraldo Rúfolo, Alvaro da Veiga Coimbra, Domingos Laurito, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, prof. Tito Lívio Ferreira e Ciro Tassara de Pádua. Havendo número legal, foi declarada aberta a sessão pelo professor Tito Lívio Ferreira, que, na qualidade de primeiro secretário efetivo do Instituto, assumiu a presidência da sessão por não haver comparecido o presidente perpétuo, dr. José Torres de Oliveira, assim como os três vice-presidentes do Instituto. O segundo secretário funcionou como primeiro, tendo sido convidado para exercer suas funções o dr. Plínio de Barros Monteiro. O sr. presidente justifica a ausência do dr. José Torres de Oliveira e dos sócios prof. Nicolau Duarte Silva e dr. Carlos da Silveira. Dando início aos trabalhos, declara o professor Tito Lívio Ferreira que ia proceder à inversão dos mesmos, para que a assistência pudesse ouvir logo os oradores inscritos, que deveriam discurrir a respeito do vulto histórico que comemoramos nesta data. Comunica, então, que o professor Silveira Santos, primeiro orador inscrito, o incumbira de ler o trabalho de sua autoria, sob o título: "Tiradentes, Herói e Santo". Depois de considerações sumárias a respeito da situação econômica do Brasil-colônia, firmadas, principalmente, em fontes portuguesas, dignas de fé, passa o conferencista a rebater a tendência de alguns historiadores, tendência essa que vem de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, de denegrir a memória de Tiradentes, para apresentá-lo na História como indivíduo não somente fisicamente feio — olhar espantado, fisionomia repelente — como destituído de dotes morais e intelectuais que o fizessem credor da simpatia dos pósteros, imprudente, plebeu, ignorante e fanfarrão. Baseado em documentação irretorquível, demonstra o orador que Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, longe de ser possuidor, apenas, da instrução mediana que se podia alcançar em sua época, distinguia-se, naquele tempo, pela variedade de suas aptidões e enciclopédismo dos conhecimentos. Ainda que não houvesse feito nenhum curso, estudou primeiras letras com seu irmão, o padre Domingos, inclusive o francês, dedicando-se, depois, ao estudo da arte dentária, da medicina, da mineralogia e da engenharia. De sua competência nesses assuntos fala bem, o fato de haver sido escolhido pelo então governador da Capitania, D. Luiz da Cunha Menezes, para importante deligência no sertão "por ter inteligência mineralógica", como dizem os documentos da época; é decisivo, também, na mesma ordem de idéias o fato de haver apre-

sentado um projeto para a fundação de trapiches na Saude e a captação dos rios Maracanã e Andaraí, no Rio-de-Janeiro. projeto ridicularizado pelos entendidos da época, mas depois levado a efeito no governo de D. João VI. A seguir, chama o orador a atenção para o fato de, entre os objetos sequestrados, figurarem trajes de rigor, o que diz bem de sua posição social, num tempo em que a indumentária obedecia a regulamentação oficial. Depois de citar o testemunho histórico de pessoas que conheceram de visu o Tiradentes — unânimes em apresentá-lo como bem apessoado e, até mesmo, bonito — passa o conferencista a tratar da fisionomia moral do nosso martir, dos principais acontecimentos de sua vida fecunda e do papel preponderante que teve na chamada Conjuração Mineira. Em traços firmes surge-nos a figura inconfundível do entusiasta apóstolo da liberdade, incansável na prédica do evangelho redentor, sempre pronto para aceitar as mais espinhosas incumbências, sempre persuasivo e convincente. Diante de seu perfil moral e intelectual empalidece a figura de todos os outros conjurados, nomes gloriosos, sob outros aspectos, mas destituídos da centelha divina que transforma alguns raros em mártires da liberdade. Traídos os conspiradores e descoberta a trama da revolução, todos se acovardaram, com exceção do Tiradentes, que não somente aceitou com dignidade o castigo, como ainda chamava para si toda a responsabilidade da conspiração. O orador conclue pateticamente o seu estudo, apontando a influência decisiva que exerceu o Tiradentes em todas as campanhas libertadoras que se desenrolaram no século XIX, desde a prematura República pernambucana, de 1817, até à proclamação definitiva da República em 1889, fundindo-se o vulto incomparavel do conspirador mineiro, na nossa admiração, com as imagens dos fundadores da nossa nacionalidade, José Bonifácio e Benjamin Constant. Prolongada salva de palmas cobriu as últimas palavras do conferencista. Em seguida, o professor Tito Lívio Ferreira leu uma carta do professor Antônio Piccarolo na qual se justificava por não poder comparecer à sessão, mas pedia que o seu trabalho fosse lido pelo consócio dr. Cesar Trípoli, o qual subiu à tribuna para esse fim. O professor Piccarolo inicia o seu trabalho fazendo considerações gerais sobre a data, em que se comemorava um apóstolo da liberdade, e a época histórica que atravessamos, em que os povos se batem, igualmente, por ideais libertários. Aproxima as duas grandes pátrias — Itália e Brasil — entre as quais reparte o seu afeto, como já repartira a sua existência, para mostrar a identidade de ideais que as anima. Com veemência rara e arrebatadora, que obriga a as-

sistência a interromper a oração com uma salva de palmas, faz o orador uma digressão a respeito da presente conflagração universal, para condenar os princípios falsamente erigidos em doutrinas libertadoras, mas que, de fato, contribuem para a escravização dos povos. Entrando no assunto, discorre com proficiência a respeito da figura de Tiradentes, detendo-se carinhosamente na descrição de seus traços morais e intelectuais, sublimemente revelados no estoicismo com que enfrentou, até ao último instante, o martírio a que o submeteram. O fato de pertencer Tiradentes à classe dos humildes, frisa o orador, punha-o em condições de se por em contacto direto com o povo compartilhando de seus sofrimentos e sentindo melhor as suas necessidades. O orador termina como começara: com a apoteose da liberdade, que encontrara em Tiradentes um símbolo imperecível que avulta, de mais a mais, em nossa história, como fanal para as gerações animadas por espírito construtivo e guiadas por um ideal sublime. Segunda salva de palmas, mais prolongada que as anteriores, revelou, à saciedade, o entusiasmo sincero da assistência, arrebatada pelo verbo moço do conferencista. Passando a tratar dos trabalhos do dia, comunica o professor Tito Lívio Ferreira que o dr. Afonso de E. Taunay e o professor Nicolau Duarte Silva estiveram no enterro do sr. Antônio Araujo Costa, sogro do nosso consócio dr. Álvaro de Sales Oliveira. Em seguida, passou a tratar da questão histórica já tratada em sessão anterior, e suscitada por uma idéia partida da Sociedade "Amigos da Cidade", de que fosse erigido um monumento a Anchieta, na qualidade de fundador de "São Paulo". Pelo consócio sr. Ciro Tassara de Pádua fora levantada a dúvida a respeito da legitimidade desse título, isto é, se o grande jesuita, efetivamente, merecia juntar aos títulos com que se impõe à nossa gratidão, mais esse, de haver dado início ao núcleo piratiniano. Estavam sobre a mesa as respostas dos membros da Comissão de História, aos quais tinha sido encaminhada a questão, tendo o prof. Tito Lívio Ferreira lido, sucessivamente, os pareceres dos srs. dr. Afonso de Escagnolle Taunay, dr. Omar Simões Magro e prof. Antônio Picarolo, a saber: — **Parecer do dr. Afonso de Taunay:** "Como tive o ensejo de exprimir publicamente na nossa última sessão, a propósito do projeto da Sociedade dos "Amigos da Cidade", penso que, se se trata de erigir um monumento ao fundador de São Paulo, caberá a Nóbrega esta homenagem, mais do que a Anchieta, que então era, como todos sabem, um mocinho noviço. Estou perfeitamente de acordo com o pe. Serafim Leite, cuja opinião é citada pelo nosso consócio sr. Ciro T. de Pádua. E, aliás, quem poderá di-

vergir de uma autoridade de tamanho peso quanto essa de Serafim Leite? Penso que seria uma solução esplêndida se os "Amigos da Cidade" fizessem um monumento, no gênero do dos Andradas, em Santos, aos fundadores. Neste caso, seriam eles: Nóbrega, Manuel de Paiva, Anchieta, adicionando-se ainda uma figura que me parece indispensável — a de Tibiriçá. pois bem sabemos que, sem este, muito provavelmente não subsistiria a fundação jesuítica de São Paulo. Agora, se se trata de homenagear, não o fundador, e sim o mais ilustre dos fundadores de São Paulo, aí sim, caberá a primeira plana a Anchieta, incontestavelmente, quer pela sua atuação aqui, quer pelo que fez em tantas outras zonas do Brasil, quer ainda pelo enorme relevo que tem uma figura cujo processo de canonização está em andamento. Assim sendo, estaremos de acordo com as exigências da verdade histórica". — **Parecer do dr. Omar Simões Magro:** "Tendo lido, nesse Instituto, a carta em que o ilustre dr. Afonso de Escagnolle Taunay manifesta a sua opinião, por meio deste, venho manifestar o meu inteiro acordo com ela, que subscrevo integralmente". — **Parecer do prof. Antônio Piccarolo:** "A questão levantada pelo ilustre consócio sr. Ciro Tassara de Pádua, relativa ao projetado monumento ao padre José de Anchieta, fundador de São Paulo, não é das mais simples, nem daquelas que se resolvem com uma simples afirmativa ou negativa. Uma cidade é um fato material e moral, é *urbs* e *civitas*; pode, portanto, ter um fundador material e um fundador moral. Agora, não se pode negar que Anchieta, se não foi o fundador material da cidade, concorreu, como nenhum outro, para a formação primitiva daquela entidade moral que se tornou em seguida a cidade de São Paulo. Serafim Leite, aliás, na sua douta **História da Companhia de Jesus no Brasil**, não diz que Nóbrega fundou São Paulo, mas simplesmente que, em 1553, aqui pos dois jesuitas, "dos quais não constam os nomes"; e que, no ano seguinte, outros jesuitas, "chegando a Piratininga, acharam a casa; e no dia 25 de janeiro disseram a primeira missa". A única cousa que não admite dúvida é que São Paulo foi fundada pelos jesuitas e que, entre estes, avulta a figura de Anchieta, pelo seu grande valor moral. Não vejo, portanto, a conveniência de provocar um *casus belli* por uma questão assaz duvidosa; tanto mais quanto o povo já criou a sua tradição, que envolve a origem da nossa cidade numa auréola de lenda como se deu com todas as grandes cidades dos tempos antigos". Posta em debate a questão, pediu a palavra o dr. Geraldo Rúffolo, que, preliminarmente, propôs um voto de pesar pelo falecimento dos drs. Américo Brasiliense e Cândi-

do Mota, personalidades de relevo inconfundível na vida intelectual do país e que o orador apresenta como modelos para gerações vindouras. Não as gerações de hoje, —prosegue,— em grande parte transviadas pelo utilitarismo da época, que apresenta como conquistas máximas de espírito o automovel e o arranha-céu, nesta época de civilização sem cultura, cujo tipo representativo, no dizer do filósofo Keyserling, é o **chauffeur**, o técnico no mais amplo sentido da expressão, —mas a mocidade que se nutre espiritualmente dos princípios fecundos do humanismo. Entrando na questão em debate, lança o orador veemente protesto contra a idéia sugerida pela Sociedade “Amigos da Cidade” —que o orador preferia chamar “dos amigos dos homens da cidade”— por ser de opinião que não cabia a Anchieta esse título, historicamente insustentável. Antes de Anchieta, já outros jesuitas aqui tinham estado, e antes dos jesuitas o patriarca da nossa nacionalidade, o venerável João Ramalho, se não quisermos subir até ao próprio Tibiriçá, para o considerarmos como o fundador real do núcleo piratiningano. O orador externa a sua grande admiração pelo vulto inconfundível de Anchieta, enaltecendo os seus merecimentos como fundador da pedagogia de São Paulo e, quiçá, do Brasil, sendo de opinião, porisso, que, sob esse título, sua estátua deveria figurar em frente à Escola Normal da Praça da República, ao lado do busto de Caetano de Campos. Em prosseguimento, leu o prof. Tito Lívio Ferreira o seu voto a respeito da momentosa questão, enumerando a opinião unânime dos historiadores que tratam dos primórdios de nossa nacionalidade, Southey, o Barão do Rio Branco, Varnhagen, Capistrano de Abreu, Afonso de Taunay, Serafim Leite, e outros, todos concordes em apontar o padre Manuel da Nóbrega como o iniciador da povoação piratiningana. Como ninguem mais houvesse falado, acrescentou o prof. Tito Lívio Ferreira que ficavam encerrados os debates sobre esta questão, concluindo que, nesta data de 21 abril de 1942, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, por seus órgãos competentes, declarava definitivamente esclarecida a questão relativa à fundação da nossa cidade, devendo ser considerado Nóbrega, e não Anchieta, o verdadeiro fundador de São Paulo. Os debates foram acompanhados com visível interesse por toda a assistência. A seguir, o prof. Tito Lívio Ferreira declarou que iria passar a tratar de assuntos de caráter secreto e, tendo agradecido o comparecimento das pessoas que vieram comemorar a data excelsa, passou à segunda parte dos trabalhos. Procedeu-se, em seguida, à votação das propostas para novos sócios, as quais, pertinentes aos d^{rs}. Orígenes Lessa, Miguel Franchini Neto e Sud Mennucci, e preenchen-

do as exigências dos Estatutos, foram aprovadas, em escrutínio secreto, com dois votos discordantes para a primeira proposta e um para cada uma das outras, num total de dez votos. E, como nada mais houvesse para ser tratado, foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a.a.) **A. P. Aguiar Whitaker**
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes.

**ATA DA 5.ª SESSÃO REGIMENTAL, EM 5 DE MAIO
DE 1942**

Presidente: Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whithaker.
1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.
2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Realizou-se em 5 do corrente a quinta sessão ordinária anual do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com a presença dos sócios srs. drs. A. P. de Aguiar Whitaker, Frederico Brotero, Bueno de Azevedo Filho, Carlos Alberto Nunes, Carlos da Silveira, Fausto de Almeida Prado Penteado, Plínio de Barros Monteiro, Ferruccio Rubbiani, Geraldo Rúffolo, Gofredo da Silva Teles, Juan Francisco Recalde, cel. Pedro Dias de Campos, tte. cel. Luiz Tenório de Brito, profs. Tito Lívio Ferreira, Dácio Pires Correia e Arlindo Drummond Costa, além de numerosa assistência. O comandante da Segunda Região Militar, general Maurício Cardoso, fez-se representar pelo tte. Alberto Cardoso. Igualmente se fizeram representar a Escola de Cadetes e o cel. Otávio Saldanha Maza, por intermédio do prof. Luiz Alves Lobo. Assumiu a presidência o 2.º vice-presidente, dr. Aguiar Whitaker, que ladeado pelo prof. Tito Lívio Ferreira e pelo dr. Carlos Alberto Nunes, respectivamente, 1.º e 2.º secretários, depois de declarar aberta a sessão e de convidar, para tomar parte da mesa, o sr. tte. Alberto Cardoso, justificou a ausência dos srs. dr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo, prof. N. Duarte Silva, 1.º vice-presidente, e dr. Álvaro Soares de Oliveira, sócio efetivo. Em seguida, declarou, s. exa. que se encontravam na antessala, a-fim-de tomar posse, os srs. dr. Gofredo da Silva Teles, prof. Arlindo Drummond Costa e dr. Juan Francisco Recalde, sócio efetivo o primeiro e correspondentes os dois últimos. Para introduzi-los no recinto, foi nomeada pelo sr. presidente uma comissão composta dos srs. drs. Fausto de Almeida Prado Penteado, Frederico Bro-

tero e Carlos da Silveira. Recebidos com uma salva de palmas, assinaram os novos sócios o livro de presença, sendo saudados pelo sr. presidente, que lhes exaltou os merecimentos e exprimiu a satisfação do Instituto por ver entre os seus membros personalidades de tão alto valor moral e intelectual. Usaram da palavra, sucessivamente, os drs. Gofredo da Silva Teles e Juan Francisco Recalde, para agradecer a saudação do sr. presidente e manifestar o contentamento de que se achavam possuídos por ingressarem no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que é um índice representativo do amor ao nosso passado e um estímulo constante para as grandes realizações. Dando início aos trabalhos, o sr. presidente propõe seja dispensada a leitura da ata da sessão anterior, por ter sido a mesma publicada na íntegra em vários periódicos desta cidade, o que foi aprovado sem discrepância. A seguir, anunciada a matéria constante do expediente, foram lidos um convite do Rotary Club ao dr. Torres de Oliveira para uma reunião de cunho patriótico e um officio em que o Instituto Histórico e Geográfico de Santos participa ter consignado na ata dos seus trabalhos um voto de saudade à memória do historiador Afonso de Freitas pela ocorrência, a 29 de abril último, do 12.º aniversário do seu falecimento. Na primeira parte da ordem-do-dia, usou da palavra o dr. Bueno de Azevedo Filho, que propôs um voto de homenagem ao falecido presidente do Instituto, Afonso Antônio de Freitas, que tanto se notabilizou por seu devotamento aos estudos da história e da geografia pátria, tendo deixado várias obras do mais alto valor, algumas das quais ainda inéditas. Propôs ainda o orador duas moções de congratulações, a saber: uma com o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, pelo êxito das comemorações oficiais do centenário do conde d'Eu; e outra com o prof. Cândido Mota Filho, diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda por ter dado início aos trabalhos locais da Comissão Nacional do Centenário da Revolução de 1842. Salienta o fato de que da referida Comissão fazem parte seis sócios do Instituto. Consultada a casa sobre essas propostas e não tendo havido objeções, deu-as o sr. presidente por aprovadas. Pediu, depois, a palavra o dr. Geraldo Rúffolo, que tratou, sucessivamente, dos seguintes itens: 1.º) um voto de pesar ao sócio correspondente dr. Felix Guisard Filho, por motivo do falecimento de seu venerando pai, figura de grande projeção e influência em nosso meio social, como pioneiro da indústria e da lavoura; 2.º) voto de congratulações com o presidente Vargas pelo seu restabelecimento após o acidente de que foi vítima, voto esse que

o orador sugere seja transmitido a s. exa. por intermédio do embaixador Macedo Soares; 3.º) voto de louvor ao dr. Afonso de Taunay pela publicação do seu livro sobre o Senado do Império; 4.º) felicitações ao Instituto por haverem ingressado em seu quadro social os srs. drs. Gofredo da Silva Teles, Juan Francisco Recalde e prof. Arlindo Drummond Costa; 5.º) recordação do fato de que, há, precisamente 260 anos, em 5 de maio de 1682, por carta régia do regente D. Pedro, posteriormente D. Pedro II de Portugal, foi criada a fundição de ferro de Araçoiaba, atual Ipanema, de cujos primeiros dirigentes descende o orador, que sobre essa época decisiva de nossa história possui várias memórias inéditas. Voltando a fazer uso da palavra, declara o sr. presidente que o Instituto iria tomar na devida consideração as propostas formuladas pelo dr. Geraldo Rúffolo, consignando-as na ata dos trabalhos sociais. E, como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, foi convidado o prof. Arlindo Drummond Costa a ocupar a tribuna para realizar a sua conferência, que versou sobre o tema: "Nacionalismo, expressão da vida brasileira". Inicialmente, mostra o orador a importância da história como salvaguarda das tradições, para insistir a respeito do perigo por que passou a nacionalidade em novembro de 1935 e em maio de 1938. Daí, num esforço histórico de impressionante vivacidade, recorda os momentos decisivos em que o nosso povo se bateu, vencedor, contra os estrangeiros, em todas as tentativas de penetração e de conquista, repelindo franceses, ingleses e holandeses, que em arremetidas mal sucedidas tentaram apossar-se do território da nação ainda incipiente. Depois de recapitular os momentos decisivos da história colonial brasileira e do período da monarquia, demora-se o orador na consideração de fatos da hora presente, chamando a atenção para a gravidade dos problemas que o erro de nossos antepassados nos proporcionou, permitindo a formação de quistos raciais fechados dentro da nacionalidade. A esse respeito recorda a pastoral de d. Duarte Leopoldo e Silva de 2 de janeiro de 1905, na qual o ilustre prelado já chamava a atenção para o perigo dos núcleos estrangeiros e preconizava a necessidade de ser incentivado o estudo da língua portuguesa, como fator de unificação da pátria. Relembra, depois, o brado de alarma de nossos escritores, a partir de Sílvio Romero, passando por Graça Aranha, Alberto Torres e tantos outros. É a hora do nacionalismo, conclue o orador, do nacionalismo fecundo que sabe combater todos os credos que fomentam a desagregação, todas as modalidades do internacionalismo traiçoeiro que, sob diversas formas, se insinua nos organismos vivos das nacionalidades, para sugar-lhes a seiva vital e deixar o terreno propício para pro-

paganda de idéias dissolventes. O orador termina num crescendo de entusiasmo arrebatador, confiante de que todos saberemos compreender a gravidade da hora presente, para construirmos o futuro, numa fusão íntima do homem com o solo pátrio, em harmonia com o legado de nossos antepassados, fonte inesgotável de patriotismo e de ideal. Depois de prolongada salva de palmas da assistência, o sr. presidente felicitou o orador por motivo de sua contribuição valiosa, e encerrou a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a.a.) **Tito Lívio Ferreira**
Carlos Alberto Nunes
Plínio de Barros Monteiro.

ATA DA 6.ª SESSÃO REGIMENTAL, EM 5 DE JUNHO DE 1942

Presidência do Prof. Tito Lívio Ferreira.

1.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

2.ª Secretário: Dr. Plínio de Barros Monteiro.

Realizou-se no dia 5 de junho a sexta sessão ordinária anual do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com a presença dos seguintes sócios: drs. Cândido de Souza Campos, Geraldo Rúffolo, Carlos Alberto Nunes, Arnaldo Amado Ferreira, Plínio de Barros Monteiro, Frederico Brotero e prof. Tito Lívio Ferreira. Justificaram ausência os srs. dr. José Torres de Oliveira, dr. A. P. Aguiar Whitaker, prof. N. Duarte Silva e dr. Bueno de Azevedo Filho. Na ausência justificada do presidente perpétuo do Instituto, dr. José Torres de Oliveira e dos três vice-presidentes, na forma estatutária assumiu a presidência, o primeiro secretário, prof. Tito Lívio Ferreira, que convidou o 2.º secretário para que o substituisse em suas funções, tendo sido convidado o dr. Plínio de Barros Monteiro para que servisse de segundo secretário. Havendo número legal, foi declarada aberta a sessão, tendo comunicado o sr. presidente que se achava na ante-sala, para tomar posse, o sócio recentemente eleito, dr. Arnaldo Amado Ferreira, tendo nomeado, então, uma comissão de três membros para que o introduzissem no recinto, a saber: dr. Frederico de Barros Brotero, dr. Cândido de Sousa Campos e dr. Geraldo Rúffolo,

os quais assim o fizeram, tendo sido recebido o novo sócio pela mesa e demais presentes, que se conservaram de pé até que o mesmo assinasse no livro de presença. A seguir o sr. presidente fez uma saudação sucinta, enaltecendo os méritos do dr. Arnaldo Amado Ferreira, o qual em resposta, agradeceu, prometendo trabalhar para corresponder à distinção que ora recebia por ingressar para o quadro social do Instituto Histórico. Pelo 2.º secretário foi lida a ata da sessão anterior, de 5 de maio, a qual, posta em discussão, foi aprovada por unanimidade. Passando-se à primeira parte dos trabalhos do dia, foi lida a correspondência constante dos seguintes documentos: a) um telegrama do sr. presidente da República, agradecendo os votos de pronto restabelecimento que lhe foram enviados pelo Instituto, por motivo do acidente de que fora vítima recentemente; b) uma carta do coronel Salvador de Moya a respeito do convite recebido do dr. Gama Rodrigues, para que o Instituto se faça representar em Lorena, por ocasião dos comemorativos do centenário do Conde Moreira Lima, no dia 11 do corrente mês; c) uma carta do sócio dr. Bueno de Azevedo Filho, justificando a sua ausência e tratando, igualmente, do centenário do Conde Moreira Lima, em Lorena, e do centenário do dr. Barbosa Rodrigues, no dia 22 do andante, que será solenizado pela Academia Carioca de Letras, do Rio-de-Janeiro e pela Sociedade Amigos da Flora Brasília, desta capital, pedindo que o Instituto Histórico se fizesse, também, representar; d) um ofício da Sociedade "Amigos da Cidade", de São Paulo, dirigido ao presidente perpétuo do Instituto, dr. José Torres de Oliveira, confirmando o convite verbal apresentado ao sr. presidente para que o Instituto faça parte da comissão de honra do monumento a Anchieta, a ser elevado nesta capital, e comunicando que a posse dos membros dessa comissão se dará no próximo dia 8, às 21 horas, no Teatro Municipal. Dada a palavra aos sócios que dela quisessem fazer uso, dissertou o dr. Geraldo Rúffolo a respeito da data, lembrando que aos 5 de junho de 1887 chegou a São Paulo a primeira leva de imigrantes, tendo feito considerações gerais a respeito do braço estrangeiro, como elemento propulsor da lavoura e da indústria do Estado. Em seguida, o sr. presidente comunica que estão sobre a mesa algumas propostas para novos sócios, tendo sido opinado, pela maioria dos sócios presentes, que fosse adiada a votação das mesmas, em virtude do número muito limitado dos sócios presentes. Como nada mais houvesse para ser tratado, o sr. presidente declarou encerrada a sessão, convidando os presentes para a próxima sessão ordinária, que deverá ser realizada no dia

5 de julho. E, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a.a.) N. Duarte Silva
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes.

**ATA DA 7.^a SESSÃO REGIMENTAL, REALIZADA
EM 6 DE JULHO DE 1942**

Presidente: Prof. Nicolau Duarte Silva.

1.^o Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

2.^o Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Realizou-se no dia 6 de julho a sétima sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sede, à rua Benjamin Constant n. 152, com a presença dos seguintes sócios: srs. drs. Frederico Brotero, Fausto de Almeida, Prado Pentead, Carlos Alberto Nunes, José Ribeiro de Sá Carvalho, Carlos Borges Schmidt, Domingos Laurito, profs. N. Duarte Silva, Tito Lívio Ferreira, José de Oliveira Orlandi e Francisco de Paula Santos. Na ausência do presidente perpétuo, dr. José Torres de Oliveira, assumiu a presidência o primeiro vice-presidente, prof. Nicolau Duarte Silva, ladeado pelos dois secretários, prof. Tito Lívio Ferreira, e dr. Carlos Alberto Nunes, e declarou aberta a sessão e justificou a ausência dos sócios drs. José Torres de Oliveira, Carlos da Silveira, Geraldo Rúffolo e José Bueno de Azevedo Filho. Pelo segundo secretário foi lida a ata da sessão anterior, de 5 de junho, a qual foi aprovada sem restrições. Passando-se para os trabalhos da primeira parte da ordem do dia, foram lidos pelo primeiro secretário os seguintes documentos: a) Uma carta do dr. Aldo M. Azevedo, fazendo entrega ao Instituto dos originais, com correções do autor, da conferência de Benedito Calixto, intitulada: "A verdade histórica relativamente à existência política da Capitania de Itanhaem"; b) Uma proposta do prof. Oliveira Orlandi para que o Instituto promova uma série de conferências e de publicações comemorativas, por ocasião da passagem do décimo ano do falecimento de Santos Dumont, assim como para reunir os documentos esparsos relativos aos seus grandes feitos. O sr. presidente comunica que o dr. José Torres de Oliveira, em despacho a esse documento nomeou uma comissão para esse fim, composta dos sócios dr. Oliveira Orlandi, prof. N. Duarte Silva e dr. Gastão Madeira. A seguir, e depois de se externar a respeito da oportunidade da proposta, pede ao prof. Oliveira Orlandi que, depois de

terminada a primeira parte dos trabalhos, exponha à casa o seu pensamento a respeito de como deve ser feita essa comemoração e, bem assim, quais as medidas que já foram tomadas para essa finalidade. Depois, comunica o sr. presidente que os sócios tte-cel. Salvador de Moya, major Amílcar Salgado dos Santos, dr. Carlos da Silveira e dr. Buêno de Azevedo Filho estiveram em Lorena no dia 11 de junho p. passado, como representantes do Instituto, por ocasião da passagem do centenário do nascimento do Conde de Moreira Lima. Depois de anunciar o aparecimento do volume XL da **Revista** do Instituto, o sr. presidente dá a auspiciosa notícia de que vão ser reimpressos os números 17 e 18 da **Revista**, que constituem hoje raridade bibliográfica. A seguir, foram postas em votação três propostas para sócios, a saber, de D. Maria da Conceição Martins Ribeiro, do dr. Coriolano Roberto Alves e do dr. Percival de Oliveira, as quais foram aprovadas, as duas primeiras por nove votos contra um; a última, por unanimidade. Tendo sido dada a palavra ao prof. Oliveira Orlandi, fez este uma *exposição de sua idéia a respeito da comemoração a ser prestada à memória de Santos Dumont, que deverá constar de uma série de conferências, de uma exposição no Museu do Ipiranga, onde se encontra a maior parte de relíquias pertencentes ao grande brasileiro, e, se possível, da publicação de um documentário completo, para que se fixem datas e fique definitivamente resolvida a controvérsia histórica acerca da prioridade do descobrimento da navegação aérea. Ficou marcada para o dia 10 do corrente mês uma sessão extraordinária do Instituto, para que seja organizado o programa definitivo desses festejos. Passando-se para a segunda parte dos trabalhos, foi dada a palavra ao dr. Sá Carvalho, que leu uma memória a respeito do rio Sucuriú, afluente do rio Paraná, acompanhada de referências históricas e de observações pessoais colhidas em suas viagens por aquela região de Mato Grosso. Ao terminar, o sr. presidente felicitou o dr. Sá Carvalho pelo valor de sua comunicação, tendo pedido que fosse o trabalho entregue à mesa, para ser publicado na **Revista** do Instituto. Nada mais havendo para ser tratado, foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.*

(a.a.) **N. Duarte Silva**
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 1942

Presidente: Prof. Nicolau Duarte Silva.

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou no dia 20 do corrente, às 21 horas, em sua sede social à rua Benjamin Constant, 152, uma sessão extraordinária em memória de Santos Dumont, comemorativa do décimo aniversário de sua morte. Além de regular assistência, compareceram os sócios srs. drs. Álvaro da Veiga Coimbra, Carlos Borges Schmidt, Carlos Alberto Nunes, J. R. de Sá Carvalho, Fausto de Almeida Prado Penteado, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, profs. N. Duarte Silva, Tito Lívio Ferreira, José de Oliveira Orlandi e Dácio Pires Correia. Na ausência justificada do presidente perpétuo do Instituto, dr. José Torres de Oliveira, assumiu a presidência o primeiro vice-presidente, prof. Nicolau Duarte Silva, ladeado pelos srs. prof. Tito Lívio Ferreira e dr. Carlos Alberto Nunes, 1.º e 2.º secretários respectivamente, e convidou o dr. Henrique Dumont Vilarés a fazer parte da mesa, na qualidade de parente próximo do homenageado. A seguir, o prof. Nicolau Duarte Silva, depois de uma exposição sumária das finalidades da sessão, deu a palavra ao orador inscrito, o prof. José de Oliveira Orlandi, ao qual apresentou à assistência como dedicado à causa da memória de Santos Dumont e da aeronáutica, a respeito do que já tem trabalhos publicados. Passando a ocupar a tribuna, o prof. José de Oliveira Orlandi tratou de diversos aspectos da vida de Santos Dumont, como homem de sociedade e como homem de ciência. Foi mais um estudo crítico de ordem geral do que um trabalho de pesquisa histórica. O orador traçou sucintamente o plano para sistematizar a biografia do ilustre brasileiro e assim esclarecer todos os pontos controvertidos, principalmente aquele que diz respeito à sua prioridade aeronáutica, não só quanto à dirigibilidade dos balões como ao vôo com aeroplanos. Aconselha, para isso, tomar-se como linha mestra o estudo dos seus trabalhos científicos, à luz das conquistas modernas no campo da navegação aérea e da aerodinâmica. Acredita que, dessa forma, se localiza, dentro da ciência a figura notável de Santos Dumont e se prepara o caminho para pesquisas propriamente históricas. É pensamento do orador que os estudos das conquistas da aeronáutica são mais apropriados para consolidar a glória do seu grande fundador do que argumentos exclusivamente históricos. Por se tratar de fatos científicos concretos da mecânica aplicada o primeiro método apresenta indiscutível

vantagem sobre o segundo, que pode perder-se em divagações puramente casuísticas. Em sua conferência o orador não se esqueceu de acentuar a grande influência que exerceu Santos Dumont na vida intelectual e social de Paris, a cidade que era então a capital do mundo civilizado. Desde a fundação do Aero Clube de França, quando desfez o preconceito de que a aerostação só cabia aos acróbatas e gente de circo, até às conquistas ruidosas dos prêmios Deutsch, Archdeacon, etc. e as célebres apostas com Lebaudy e com Pelterie, a sua personalidade foi sempre inconfundível, constituindo motivo de palestras, de modos, de literatura, de teatro, de bibelôs e de tudo o mais de que foi capaz de imaginar o homem na transição do século XIX para o século XX. Acentuou também o objetivo do Instituto em promover essa homenagem a Santos Dumont, que foi seu sócio desde 1903, assim como o propósito daquele sodalício de organizar o documentário do grande brasileiro, que será publicado em número especial da Revista do Instituto, a exemplo do que já fez o Ministério das Relações Exteriores. As homenagens a Santos Dumont não se encerraram com a sessão de ontem. É possível que outros conferencistas também venham a tratar do pioneiro da navegação aérea, estudando-o do ponto-de-vista científico. O Instituto continuará a promover durante este ano, data do décimo aniversário do falecimento de Santos Dumont, as homenagens que estiverem ao seu alcance levar a efeito. Ao finalizar o seu estudo o conferencista recebeu aplausos da assistência. Em seguida, pelo primeiro secretário, foi lido um voto de justificação de ausência do dr. Gastão Madeira que, por motivo de doença, não pode comparecer à sessão. O dr. Gastão Madeira trata da figura de Santos Dumont e da sua projeção no domínio da aeronáutica, confirmando, com a sua autoridade indiscutida de pioneiro da navegação aérea, que cabe ao ilustre brasileiro a prioridade desse descobrimento. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a.a.) N. Duarte Silva
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes.

**ATA DA 8.^a SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA
EM 5 DE AGOSTO DE 1942**

Presidente: Prof. Nicolau Duarte Silva.
1.^o Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.
2.^o Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Realizou-se no dia 5 de agosto a oitava sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sede à rua Benjamin Constant n. 152, com a presença dos seguintes sócios: srs. drs. Aguiar Whitaker, Carlos da Silveira, Amador Florence, José Ribeiro de Sá Carvalho, Plínio de Barros Monteiro, Álvaro da Veiga Coimbra, Hermes Vieira, Frederico Brotero, Aroldo de Azevedo, Carlos Alberto Nunes, Fausto de Almeida Prado Penteadó, Geraldo Rúffolo, profs. Tito Lívio Ferreira, José de Oliveira Orlandi e N. Duarte Silva. Na ausência, justificada, do presidente perpétuo do Instituto, dr. José Torres de Oliveira, assumiu a presidência o prof. N. Duarte Silva, primeiro vice-presidente, ladeado pelos dois secretários, prof. Tito Lívio Ferreira e dr. Carlos Alberto Nunes, e justificou, também, a ausência do sr. Ciro Tassara de Pádua. Pelo segundo secretário foram lidas as atas das sessões de 6 e 20 de julho, as quais foram aprovadas. A seguir, o primeiro secretário, prof. Tito Lívio Ferreira, leu o expediente, constante na quase totalidade, de cartas e telegramas de justificação pelo não comparecimento à sessão comemorativa da passagem do décimo ano da morte de Santos Dumont. O prof. Nicolau Duarte Silva comunica à casa que o Instituto recebeu a oferta de vários trabalhos científicos e literários do prof. Ernesto de Sousa Campos, que se encontravam sobre a mesa, cujos títulos foram enumerados. Em seguida, passou a tratar do falecimento em datas recentes, de vários sócios do Instituto, a saber: Guilherme Ferrero, historiador e sociólogo italiano, sócio honorário do Instituto desde 20 de junho de 1907, falecido ontem, em Genebra, com a idade de 71 anos; dr. Gastão Galhardo Madeira, sócio honorário do Instituto desde 25 de outubro de 1939, pioneiro da navegação aérea, bacharel em ciências jurídicas e sociais, falecido ontem, nesta Capital, aos 73 anos; José Manuel de Barros Fonseca, sócio efetivo desde 6 de outubro de 1919, falecido há um mês, nesta Capital; Antônio Carlos da Fonseca, sócio efetivo desde 5 de agosto de 1931, antigo redator-secretário do **Correio Paulistano** e da **Gazeta**, e autor da obra **História do "Correio Paulistano"** e de outros trabalhos que versam questões sociais e literárias, como de obras teatrais, falecido nesta Capital no dia 18 de julho último, mandando que constasse da ata dos trabalhos um voto de pesar por tão infausto acontecimento. Voltando a falar sobre o dr. Gastão Madeira, comunica o sr. presidente que, por motivo de sua morte, o expediente no Instituto foi encerrado hoje às 16 horas, tendo os funcionários comparecido ao seu enterro. O Instituto fez-se representar pelos sócios dr. Carlos da Silveira e prof. Dácio Pires Correia. Lembra, também, que o dr. Gastão Madeira fazia parte da comissão recentemente nomeada pelo sr. presidente do Insti-

tuto para organizar o programa das homenagens a Santos Dumont. Para a vaga verificada com o seu falecimento indica o nome do dr. Fausto de Almeida Prado Penteadado, o que foi aprovado pelos sócios presentes. Fazendo uso da palavra, falou o dr. Fausto Penteadado, para agradecer a indicação do seu nome e para pedir um voto de pesar, por parte do Instituto, por motivo do falecimento de Pedro Alexandrino Borges, ou, simplesmente, Pedro Alexandrino, o pintor patricio, que constitue, sem sombra de dúvida, uma das maiores glórias do Brasil entre os grandes nomes que o enaltecem no domínio das artes. O dr. Fausto Penteadado faz o elogio do morto, enumerando sucintamente as principais datas de sua vida e os principais títulos conquistados durante a sua longa ascensão para a glória, enumerando, entre outros, o de presidente honorário da Academia de Pintura da França. Pede a palavra, em seguida, o dr. Geraldo Rúffolo, para secundar o voto de pesar pelo falecimento de Guilherme Ferrero, cujos méritos enaltece, fazendo uma apreciação sumária da sua obra de sociólogo e historiador. Passa, depois a pedir outro voto de pesar pelo falecimento do cel. dr. Elias Marcondes Homem de Melo, cuja vida se prende à vida do país nos últimos decênios, o qual foi aprovado unanimemente. Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, passou-se para a segunda parte da ordem do dia, procedendo-se, então, à votação de propostas para novos sócios, que foram todas aprovadas, com a seguinte votação: a do dr. Paulo Vergueiro Lopes de Leão e de Igor Dolgoruki, por 14 votos favoráveis e um voto contrário; as dos drs. Manuel Gândara Mendes e Raul Romano, por doze votos contra três; finalmente, a do dr. Plínio Travassos dos Santos, por 13 votos contra dois. Nada mais havendo para ser tratado, o prof Nicolau Duarte Silva encerrou a sessão, depois de convidar os sócios presentes para a próxima sessão ordinária, que deverá ser realizada no dia 5 de setembro próximo ou em dia que será anunciado pela imprensa, se houver necessidade de mudança do dia das reuniões do Instituto, por motivo do Congresso Eucarístico que deverá ser realizada nesta Capital, na primeira semana de setembro. E, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

(a.a.) **Tito Lívio Ferreira**
Carlos Alberto Nunes.
Carlos da Silveira.

**ATA DA 9.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA
EM 12 DE SETEMBRO DE 1942**

Presidente: Prof. Tito Lívio Ferreira.

1.^o Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

2.^o Secretário: Dr. Carlos da Silveira.

Aos doze dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e dois, nesta cidade de São Paulo, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico, à rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e dois, realizou-se a nona sessão ordinária do corrente ano com o comparecimento dos associados srs. drs. Carlos da Silveira, Frederico Brotero, Plínio de Barros Monteiro, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Alvaro da Veiga Coimbra, Geraldo Rúffolo, Igor Dolgorukij, Manuel Gândara Mendes, Carlos Alberto Nunes, José Carlos de Ataliba Nogueira, profs. Tito Lívio Ferreira, Dácio Pires Correia, coronel Pedro Dias de Campos e coronel Tenório de Brito, cujos nomes constam do livro de presença. Havendo **quorum**, assumiu a presidência o primeiro secretário, Prof. Tito Lívio Ferreira, na falta justificada do presidente perpétuo e dos três vice-presidentes; como primeiro secretário funcionou o segundo, e, na substituição deste, a convite do senhor presidente, funcionou, **ad hoc**, o sócio honorário dr. Carlos da Silveira. Aberta a sessão e estando a sala cheia de espectadores, o senhor presidente comunicou que aguardavam, na ante-sala para tomarem posse dos seus cargos de novos sócios do Instituto, para que haviam sido eleitos, os srs. drs. Igor Nicolaievitch Dolgorukij e Manuel Gândara Mendes. Nomeava, então, os consócios drs. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e Plínio de Barros Monteiro, para introduzirem, no salão, ambos os recipiendários, o que fizeram, sob uma salva de palmas. Convidados para assinarem o livro de presença, os novos sócios foram, em seguida, saudados pelo senhor presidente, num improviso carinhoso e elegante. Tomou então a palavra o dr. Igor Nicolaievitch Dolgorukij e declarou que se sentia muito feliz em tomar posse do seu cargo de sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, para cujo progresso hipotecava toda a sua boa vontade, que é muita. Saira da sua terra, a Rússia, em 1915, ainda muito jovem, como prisioneiro de guerra dos austríacos. Esteve depois na Itália e em outros países, até vir para o Brasil, onde reside já para mais de vinte anos. Muito sofreu aqui, no começo, ele que na Rússia desfrutava uma posição de alto relevo social, dado o fato de sua mãe ser filha do czar Alexandre terceiro. Era, assim, membro do Conselho Imperial, Coronel de todas as armas do Exército russo, etc. Formou-se em filologia

em Heidelberg e Cambridge, além dos cursos feitos na sua Pátria. Lutando, aos poucos, aquí no Brasil, e vencendo, conseguiu a posição de que hoje goza e, bibliófilo arraigado, pode reunir excelente biblioteca, que é a sua paixão e o seu orgulho. Amigo do Brasil, achava que poderia concorrer, como sócio do Instituto, para o progresso desta terra, facilitando aos seus consócios a leitura das preciosidades bibliográficas que possui. E, para terminar, só encontrava, no momento, duas palavras que exprimiam toda a sua satisfação e toda a sua gratidão e eram elas: "Muito obrigado!". Cessadas as palmas, seguiu-se com a palavra o dr. Manuel Gândara Mendes, que leu um discurso elegante e conceituoso, sendo muito aplaudido ao terminar. O senhor presidente convidou, então, o revmo. padre Peregrino Maria Carneiro de Lima, cearense de Quixadá, missionário da Ordem dos Servos de Maria, para pronunciar a sua anunciada conferência sobre o território do Acre, onde ele, conferente, e seu irmão padre José Maria Carneiro de Lima, exercem o Sagrado Ministério, há anos já. Começando com render homenagens à memória do coronel Plácido de Castro, o herói da incorporação do Acre ao Brasil, numa luta desigual e áspera contra bolivianos bem armados e arregimentados, entrou logo o padre Peregrino Maria Carneiro de Lima na matéria a que se propunha falar e discorreu de maneira clara e muito interessante sobre aquela região brasileira, cujas difíceis condições de vida analisou bem, dadas as modalidades climatéricas excepcionais, a exuberância da flora e a abundância de fauna agressiva, consistente em grande porção de onças, sucurís, jacarés, poraquês (peixe-elétrico). Diante desses agentes tais e tantos, desfavoráveis, o homem em geral cearense nato, sente-se em posição difícilíssima, pois tem de lutar sozinho, sem nenhuma forma de assistência médica, judiciária, educativa. O sacerdote católico, missionário, tem, por força de circunstâncias, de desempenhar também o papel de médico e de juiz, num meio tão ingrato à vida humana, que se nota já a diminuição da população. Terminava a sua curiosa, instrutiva e interessantíssima conferência o senhor Padre Peregrino Maria Carneiro de Lima, quando entraram juntos, na sala das sessões. Sua Alteza o Príncipe Dom Pedro Gastão e o prof. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, orador do Instituto. O senhor presidente convidou Sua Alteza o Príncipe Dom Pedro Gastão, para assentar-se à mesa, ao que anuiu, sob calorosa salva de palmas, e, a seguir, deu a palavra ao orador do Instituto, dr. Ataliba, para agradecer ao padre e saudar o príncipe, o que sua senhoria cumpriu de maneira brilhante, na forma costumeira, e sob os aplausos da assistência, sócios e visitantes. Terminados ditos aplausos, pediu a palavra o consócio dr. José Carlos de Ataliba Nogueira que, refe-

rindo-se à notícia que corre, de que se cogita de reconstruir a Igreja dos Jesuítas, cellula mater de São Paulo, no mesmo Pátio do Colégio, onde sempre esteve, propunha que se officiasse ao senhor Interventor Federal, com aplausos efusivos à idéa, altamente simpática e patriótica; ao que respondeu o senhor presidente ser desnecessário por a votos a proposta, estando, como estava, de ante-mão aprovada unanimemente, tão grata era ela a todos os sócios da agremiação. A proposta e a decisão do senhor presidente foram recebidas por longa salva de palmas da assistência numerosa. Pediu, então, a palavra o dr. Geraldo Rúffolo, e, como de hábito, passou a tratar de assuntos vários, que vão adiante enumerados. **Primeiro:** referiu-se por forma elogiosa à conferência do padre Peregrino Maria Carneiro de Lima, em relação à qual bôrdou comentários oportunos e chistosos; **segundo:** pronunciou sentidas palavras sobre Álvaro Guerra, recentemente falecido nesta Capital, onde sempre se destacou como professor e publicista; **terceiro:** falou a respeito da efeméride de 5 de setembro, a qual recordava o passamento, nesta Capital, em 1872, do benemérito cidadão Vicente de Sousa Queiroz, barão de Limeira, a quem se deve, entre outras coisas, um grande impulso para a realização da Companhia Paulista de Estradas de Ferro; **quarto:** enumerou igualmente a efeméride de 12 de setembro, ou seja a de hoje, que lembrava o nascimento, em São Paulo, em 1831, do grande poeta Manuel Antônio Álvares de Azevedo; **quinto:** enalteceu tudo quanto se fez agora, há pouco, no Congresso Eucarístico Nacional, o quarto que realiza o País, afirmando que o brilho e a grandiosidade dos festejos importam num verdadeiro júbilo continental e, porisso, propunha um voto de congratulações à Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, arcebispo de São Paulo; e em resposta, o senhor presidente disse que o Instituto recebia prazeiroso a idéa, tanto mais quanto Sua Excelência Reverendíssima Dom José Gaspar é vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; **sexto** e último item do dr. Rúffolo: jubiloso via entre a assistência à sessão, Sua Alteza o Príncipe Dom Pedro Gastão, representante de uma família que ele orador sempre admirou e venerou, a Família Imperial Brasileira, e interpretava o sentimento de todos manifestando a grande alegria de que estava possuído pelo auspicioso fato, o que foi muito aplaudido. Pediu a seguir a palavra o dr. Gastão Ferreira de Almeida e referiu-se com muita satisfação à entrada, para o Instituto, na qualidade de sócio efetivo, do Príncipe, que o era, Igor Dolgorukij, possuidor de magnífica biblioteca e de rica coleção brasileira; congratulava-se também com a sociedade, pela presença do Príncipe Dom Pedro Gastão, e terminou sua oração sob

uma salva de palmas. Tomou, aí, a palavra, o dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e, em nome da Delegação Regional do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se em Belém do Pará, em 1943, tinha o prazer de convidar a todos para aderirem ao referido Congresso; e concluindo, declarou que se congratulava com o prof. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira pela maneira elegante e precisa com que discursou hoje aqui, na sua qualidade de orador oficial do Instituto. E, como nada mais houvesse a tratar e por ser a hora adiantada, o senhor presidente declarou encerrada a sessão, às vinte e três horas e meia. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a.a.) N. Duarte Silva
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes.

ATA DA 10.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1942

Presidente: Prof. Nicolau Duarte Silva.
1.^o Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira
2.^o Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Realizou-se aos 5 dias do mês de outubro de 1942 a 10.^a sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n. 152, com a presença dos seguintes sócios: srs. drs. A. P. de Aguiar Whitaker, Edmundo Krug, Igor Dolgorukij, José Ribeiro de Sá Carvalho, Frederico Brotero, Marcelo Piza, Álvaro da Veiga Coimbra, Carlos Alberto Nunes, Manuel Gândara Mendes, Roberto Pompílio, Geraldo Rúffolo, profs. N. Duarte Silva, Tito Lívio Ferreira e padre Paulo Aurisoli Cavalheiro Freire. Havendo número legal, foi declarada aberta a sessão, tendo assumido a presidência o professor Nicolau Duarte Silva, primeiro vice-presidente na ausência do presidente perpétuo, dr. José Torres de Oliveira. Pelo segundo secretário foi lida a ata da sessão de 12 de setembro, a qual, depois de posta em discussão, foi aprovada unanimemente. Em seguida, passa o primeiro secretário a informar sobre o expediente, tendo lido um cartão do coronel Lisias Augusto Rodrigues, no qual o signatário apresenta os motivos por que declinava do convite — a que havia anuído — para fazer, neste Instituto, uma conferência a respeito de Santos Dumont. Pelo mesmo secretário foi lido, depois, um ofício do Clube Pira-

tinga, assinado pelo dr. Olinto de Matos, o qual encerra um apelo ao Instituto Histórico, para que sejam tomadas as providências necessárias, relativamente à concessão feita a particulares, por parte do Governo Federal, para a exploração de minérios nas terras do Jaraguá, desta Capital, considerando que as referidas terras são propriedade do Estado e foram adquiridas em 1939, para fins urbanísticos e comemorativos. Esse officio é acompanhado de cópias dos documentos comprovantes, a saber, do Decreto n. 10.040, de 20 de julho de 1942, na qual fica autorizado o cidadão Hugo Soares de Queiroz a pesquisar quartzo no município de São Paulo, do Decreto do Estado n. 10.877 de 30 de dezembro de 1939, do dr. Ademar Pereira de Barros, autorizando a compra da Fazenda Jaraguá, e do Decreto-lei n. 11.446 de 23 de setembro de 1940, do Estado e da Resolução n. 67, de 27 de setembro de 1940, em que o dr. Ademar de Barros nomeia uma comissão para organizar a Fazenda Jaraguá, no sentido de ser conservada e adaptada para fins históricos e culturais. Depois de amplamente discutido o assunto, ficou resolvido encaminhar o officio do secretário do Clube Piratininga à Comissão de História do Instituto para estudar o caso e manifestar-se a respeito. Passando para a primeira parte da ordem-do-dia, foi lido pelo 1.º secretário o balanço de 1941 e o parecer da Comissão de Contas, os quais foram aprovados, tendo o sr. presidente posto à disposição dos sócios todos os documentos que acompanham o referido balanço. A seguir foram postas em votação as propostas para novos sócios, em número de seis, em escrutínio secreto, sendo uma proposta para sócio honorário, a do dr. Ernesto de Sousa Campos, e as demais para sócios correspondentes, conforme se especifica adiante. Todas essas propostas foram aprovadas, com o seguinte resultado: Paulo Silvio Azevedo, com 11 votos a favor, 2 contrários e uma abstenção; Antônio Tavares Pinhão, com 13 votos a favor e uma abstenção; Celso Vieira de Carmargo, com 11 votos a favor e 3 contra; dr. Ernesto de Sousa Campos, com 11 votos a favor, 2 contrários e uma abstenção; dr. Antônio da Gama Rodrigues, com 13 votos a favor e uma abstenção; dr. Antônio Figueira de Almeida, com 12 votos a favor, 1 contrário e uma abstenção. Em seguida pediu a palavra o sócio dr. Marcelo Piza, para lembrar que no dia 19 do corrente mês completar-se-ia o centenário do nascimento do dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida, motivo por que propõe um voto de saudade do Instituto, depois de ler um resumo biográfico do falecido, rememorando a sua projeção na vida nacional, nos altos cargos que ocupou na magistratura, onde sempre se distinguiu por seu carater ilibado. O sr. presidente, depois de agradecer a contribuição do dr. Marcelo de Toledo Piza, declara que julga desnecessário por em votação semelhante

proposta, por tratar-se de um vulto de tal relevo na vida do país. Pede a palavra, em seguida, o dr. Geraldo Rúffolo, para pedir um voto de pesar por motivo da catástrofe de aviação que enlutou recentemente o país, onde entre outras vítimas, se encontrava o dr. Lineu de Paula Machado, filho do dr. Francisco Vilela de Paula Machado, que foi um dos primeiros sócios do Instituto. Falam, em seguida, os sócios drs. Igor Dolgorukij e Sá Carvalho, para pedir um voto de congratulações do Instituto por motivo da eleição do dr. Auréliano Leite para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nada mais havendo para ser tratado, e por nenhum dos sócios haver pedido a palavra, foi declarada encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a.a.) Tito Lívio Ferreira
 Fausto de Almeida Prado Penteadó
 Amador Bueno Machado Florence.

ATA DA 11.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 1942

Presidente: Prof. Tito Lívio Ferreira.

1.º Secretário: Dr. Fausto de Almeida Prado Penteadó.

2.º Secretário: Dr. Amador Bueno Machado Florence.

Aos vinte e cinco de outubro de mil novecentos e quarenta e dois, em sua sede social, à rua Benjamin Constant, n.º cento e cinquenta e dois, presentes os sócios srs. prof. Tito Lívio Ferreira, cel. Pedro Dias de Campos, dr. Edmundo Krug, dr. Frederico Brotero, dr. José Ribeiro de Sá Carvalho, Amador Bueno Machado Florence, dr. Alvaro da Veiga Coimbra, dr. Igor Dolgorukij, dr. Marcelo Piza, Roberto Pompilio, Ciro de Pádua, prof. Manuel Gândara Mendes, dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, dr. Geraldo Rúffolo e prof. Dacio Pires Correia, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sessão de encerramento dos trabalhos sociais relativos ao ano de 1942. Justificaram ausência os srs. prof. N. Duarte Silva, dr. Artur Whitaker e dr. Teodoro Braga. Não tendo comparecido o presidente perpétuo dr. José Torres de Oliveira, assumiu a direção dos trabalhos o sr. prof. Tito Lívio Ferreira, 1.º secretário, que convidou os srs. dr. Fausto de Almeida Prado Penteadó e Ama-

dor Florence para ocuparem os lugares de 1.º e 2.º secretários, respectivamente. Lida e aprovada sem discussão a ata da sessão anterior, o sr. presidente comunica ter o Instituto recebido com especial agrado o retrato do grande cientista Saint-Hilaire, offerta da exma. viuva dr. Paulo Bourroul. Anuncia, em seguida, que, pelo fato de já ter sido largamente distribuída entre os sócios a recente proclamação do Conselho Nacional de Geografia aos geógrafos brasileiros, não seria feita a leitura desse importante documento. E, proposta pelo sr. presidente a inversão da ordem dos trabalhos, o prof. Manuel Gândara Mendes, orador inscrito, discorre sobre o tema: "Domingos Afonso Mafrense — Aspectos sociais da colonização do Piauí". A seguir, é dada a palavra ao dr. Marcelo Piza, que dissertando sobre a posição do Brasil nos atuais acontecimentos internacionais, diz não querer que, daqui a cinqüenta anos, aqueles que frequentarem o Instituto possam pensar que tenha havido desinteresse pelo desenvolvimento da presente guerra mundial, achando assim necessário que os anais fixem claramente a ação do sodalício nesta emergência. E, aproveitando a oportunidade, deseja o orador reivindicar para os brasileiros exclusividade para a exploração de suas riquezas, sem quaisquer interferências do exterior. Num ambiente de grande vibração patriótica, é o sr. Marcelo Piza sucedido na tribuna pelo sr. Amador Florence, que se declara confortado, como brasileiro, com a oportuna oração que se acabara de ouvir. Comparecia à última sessão do ano corrente para tratar de um assunto da mais alta relevância. Assim é que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, seguindo o exemplo das demais instituições científicas, culturais e sociais, não deve permitir que continuem a figurar no rol dos seus associados os nomes de elementos estrangeiros filiados à política do "eixo". Não ignora o orador que existem entre nós alguns estrangeiros dignos e que, por isso mesmo, se colocam longe do objetivo da medida proposta. Acha-se entre estes, por exemplo, o prof. Antônio Piccarolo, que nos dá verdadeira idéia da Itália grandiosa que conhecemos em dias de nossa vida e através dos méritos que lhe reconhece a História, conclue o orador, pedindo urgência para discussão e votação de sua proposta. Pede a palavra o prof. Manuel Gândara Mendes, que, como aditivo à proposta do sr. Amador Florence, sugere seja lançado pelo Instituto um manifesto ao povo de São Paulo, no qual se apresentem as razões pelas quais são excluídos os sócios de origem totalitária. Em seguida, o dr. Igor Dolgorukij pede uma explicação sobre o seu caso pessoal: sendo russo, mas contrário ao re-

gime de sua terra, ao mesmo tempo que tudo faz em prol da vitória das democracias, pondo-se à inteira disposição do Brasil para ocupar o posto que lhe seja confiado, deseja, entretanto, que fique bem esclarecida a sua posição em face da proposta em debate. Responde-lhe o sr. Amador Florence esclarecendo que o caso do interpelante nada tem de comum com a medida submetida ao julgamento da assembléia, pois que se têm em vista exclusivamente os súbditos do "eixo". Toma a palavra, a seguir, o dr. Geraldo Rúffolo, para dizer que está de acordo com a proposta de exclusão de tais estrangeiros, mas entende que a medida deve ser aplicada com vagar, após um exame minucioso da lista de sócios e a consequente sindicância sobre as inclinações ideológicas de cada elemento visado. Sustenta parecer mais ou menos semelhante o cel. Pedro Dias de Campos, entendendo que a exclusão deve ser feita, em cada caso, pela diretoria ou por uma comissão especial. O sr. Amador Florence combate os dois substitutivos, por julgá-lo incompatíveis com o momento. Dada a palavra ao sr. Ciro de Pádua, propõe o orador que, a vista da lista de sócios, seja feita a eliminação na própria assembléia, devendo ser eliminados preliminarmente os srs. Ugo Sola e Giuseppe Bastruccio, antigos embaixador e consul da Itália.

Apoia essa sugestão o dr. Frederico Brotero, contrariando-a os srs. drs. Marcelo Piza e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, por acharem que a medida deve ter um caráter radical. Encerrando os debates, declara o sr. Amador Florence ser inadmissível qualquer sentimentalismo e pede preferência para a votação de sua proposta, tal como foi apresentada, sem qualquer emenda. Consultada a casa pelo sr. presidente, foi aprovada unanimemente a proposta do sr. Amador Florence. Em seguida, posto a votos o aditivo o prof. Manuel Gândara Mendes, referente a um manifesto especial sobre o assunto, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Diante dessas manifestações, o sr. presidente declara eliminados do quadro social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo todos os elementos totalitários oriundos de países do "eixo", nomeando para redigir o manifesto uma comissão composta dos srs. prof. Manuel Gândara Mendes, Amador Florence e Ciro de Pádua. O dr. Marcelo Piza propõe, a seguir, que o Instituto, cooperando no esforço de guerra do Brasil, ofereça seu concurso material e intelectual ao governo e principalmente ao comando da 2.^a Região Militar. Essa proposta foi também unanimemente aprovada. Pedindo a palavra, o sr. Roberto Pompilió oferece ao Instituto os seus serviços como sertanista e conhecedor que é de uma grande região do

nosso território. Seguindo o exemplo do sr. Roberto Pompilio, usa da palavra do dr. Bueno de Azevedo Filho, para oferecer à Pátria os seus serviços. Por fim, o dr. Sá Carvalho fala sobre o Varadouro do Camapuã, marco da penetração civilizadora de Mato-Grosso, dando a conhecer substancioso trabalho sobre tão próspera região, aliás intimamente ligada à história de São Paulo. Discursa ainda o dr. Geraldo Rúffolo, para propor um voto de pesar pelo falecimento dos sócios srs. major Firmino Augusto de Godói e dr. José da Mata Cardim, bem como pelo passamento da progenitora dos ilustres confrades drs. José Carlos, José Cassio, José Roberto e José Eduardo de Macedo Soares. O sr. presidente considera aprovada a proposta do dr. Geraldo Rúffolo, independentemente de votação, e informa que nos funerais da veneranda sra. Macedo Soares o Instituto foi representado por uma comissão composta dos sócios srs. dr. Igor Dolgorukij, prof. Dacio Pires Correia e dr. Plínio de Barros Monteiro. Em seguida, o dr. Frederico Brotero propõe se consigne em ata um voto de pesar pelo falecimento do cardeal d. Sebastião Leme da Silveira Cintra, o que é unanimemente aprovado. O dr. Bueno de Azevedo Filho faz entrega do trabalho "Juan Mauricio Rugendas, pintor e viajero del siglo XIX", de autoria do sr. Enrique D. Rovar y R., de Lima, no Perú, e aproveita o ensejo para convidar os sócios presentes a aderirem ao 10.º Congresso Nacional de Geografia. Havendo sobre a mesa uma proposta de sócio referente ao sr. cel. Lísias Augusto Rodrigues, com parecer favorável da Comissão de Sindicância, foi ela submetida a votos e aprovada tendo sido o proposto incluído, em consequência, na categoria dos sócios correspondentes. Encerrando os trabalhos, o sr. presidente anuncia que na sessão magna de 1.º de novembro, pelo orador oficial dr. Ataliba Nogueira, será feito o elogio histórico dos sócios falecidos no transcurso do ano social findo. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) **N. Duarte Silva.**
Tito Lívio Ferreira.
Carlos Alberto Nunes.

**ATA DA SESSÃO MAGNA, REALIZADA EM 1.º DE
NOVEMBRO DE 1942**

Presidente: Prof. Tito Livio Ferreira.

1.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

2.º Secretário: Tte.-Cel. Luiz Tenório de Brito.

No dia 1.º de novembro de 1942, em sua sede, à rua Benjamin Constant, n. 152, presentes os sócios srs. prof. Tito Livio Ferreira, dr. Cândido de Sousa Campos, dr. Ernesto de Sousa Campos, dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, dr. Álvaro da Veiga Coimbra, dr. José Ribeiro de Sá Carvalho, tte.-cel. Luiz Tenório de Brito, dr. Carlos Alberto Nunes, dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, dr. Cesar Trípoli, dr. Geraldo Rúffolo e dr. Frederico Brotero, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de acordo com o art. 39, § 3.º, dos estatutos sociais, a sessão magna comemorativa do 48.º aniversário de sua fundação e dos sócios falecidos durante o ano social findo em 25 de outubro. Na ausência do presidente perpétuo, dr. José Torres de Oliveira, e dos vice-presidentes, assumiu a direção dos trabalhos o 1.º secretário, prof. Tito Livio Ferreira, tendo funcionado como 1.º secretário o 2.º, dr. Carlos Alberto Nunes, e como 2.º ad hoc, a convite do sr. presidente, o tte.-cel. Luiz Tenório de Brito. Abrindo a sessão, o sr. presidente expõe sumariamente a finalidade da mesma e passa a palavra ao orador oficial, prof. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, que, depois de discorrer sobre a efeméride da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, relembra, em notável oração, a vida e a obra dos sócios falecidos no transcurso do ano social de 1941-1942, a saber: prof. João Augusto de Toledo, dr. Edmundo Navarro de Andrade, dr. Clovis Ribeiro, dr. Cândido Mota, dr. Gastão Madeira, dr. Alfredo Ferreira Rodrigues, dr. José Manuel de Barros Fonseca, dr. Antônio Carlos da Fonseca, major Firmino Augusto de Godói, dr. Américo Brasiliense de Almeida Melo, dr. Guglielmo Ferrero e dr. José da Mata Cardim. O discurso do dr. Ataliba Nogueira será publicado na Revista. Depois de agradecer aos sócios e assistentes o seu comperecimento, o sr. presidente encerra a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) **N. Duarte Silva**
Tito Livio Ferreira
Carlos Alberto Nunes.

ÍNDICE

ÍNDICE

HOMENAGEM AO DR. JOSÉ TORRES DE OLIVEIRA, PELA PASSAGEM DO 40.º ANIVERSÁRIO DE SUA ELEIÇÃO COMO SÓCIO EFETIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO	7
JOAQUIM DE TOLEDO PIZA E ALMEIDA	21
NÓBREGA, FUNDADOR DE SÃO PAULO E APÓSTOLO DO BRASIL	33
CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO VISCONDE DE TAUNAY	43
O VISCONDE DE TAUNAY, MILITAR	45
O VISCONDE DE TAUNAY, ESCRITOR E PARLAMENTAR	53
ROBERT SOUTHEY, SUA VIDA E SUA OBRA	71
ROBERT SOUTHEY	89
ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO	101
UM GOVERNADOR DE SÃO PAULO NO COMEÇO DO SÉCULO XIX	105
O CONVENCIONAL CARLOS VASCONCELOS DE ALMEIDA PRADO E A ASSEMBLÉIA REPUBLICANA	175
O RIO SUCURIÚ, AFLUENTE DO RIO PARANÁ	187
MITRE, O ESTADISTA POETA-SOLDADO	193
NOSSOS BANDEIRANTES (BALTAZAR FERNANDES)	209
UM DOCUMENTO PARA A HISTÓRIA DE SÃO PAULO	239
O VARADOURO DO CAMAPUÁ NA ROTA DAS BANDEIRAS E MONÇÕES PARA CUIABÁ	243
DOMINGOS AFRONSO MAFRENSE	249
RELATÓRIO DE 1942	259
CADASTRO SOCIAL	273
ATAS	281